



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS DE TRABALHO, ESTADO E
TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS**

JOANNES PAULUS SILVA FORTE

**A IGREJA DOS HOMENS:
O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO
CEARÁ**

FORTALEZA - CE

2008

JOANNES PAULUS SILVA FORTE

**A IGREJA DOS HOMENS:
O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO
CEARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Neyára de Oliveira Araújo.

FORTALEZA - CE
2008

**A IGREJA DOS HOMENS:
O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO
CEARÁ**

Joannes Paulus Silva Forte

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em 13 de junho de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Neyára de Oliveira Araújo – Orientadora
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza - CE

Prof^a. Dr^a. Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza - CE

Prof^a. Dr^a. Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú – Sobral - CE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

2008

Aos que buscam uma *solidariedade* entre iguais.

À minha amada e saudosa avó **Maria Cristina Forte** (*in memoriam*), a grande **Mãe Cristina**, a minha **Cristininha**. Mulher guerreira e perseverante, que carregava a nobreza e a humildade com harmonia, fazendo jus ao seu **Forte** nome. Criatura justa e solidária da qual guardo uma indestrutível lembrança.

Agradecimentos

Não teria conseguido entregar esta dissertação sem ter agradecido a tantas pessoas que colaboraram, cada uma ao seu modo, não apenas para o desenvolvimento de um projeto de mestrado, mas para a minha vida no sentido mais *lato* possível. Desculpem-me, por favor, os membros da banca e os eventuais leitores, mas tive a necessidade de proceder assim, pois senti na minha alma que é realmente “impossível ser feliz sozinho”. Eis a razão maior pela qual agradeço:

À minha Professora orientadora Maria Neyára de Oliveira Araújo, que me acompanha desde os meus primeiros passos pelos “(difíceis) caminhos da produção não-capitalista” e que me formou professor na Licenciatura em Ciências Sociais. À Professora Neyára, agradeço pela sua seriedade, orientação atenta, incrível astúcia sociológica e pelos seus “carões de mãe”. À Neyára, pessoa a quem quero um bem incomensurável, manifesto a minha gratidão por ter me abraçado em sua “rocinha”, num pedacinho mágico de Caucaia-CE chamado Coité-Pedreiras, no período em que vivi, quiçá, os dias mais difíceis da minha jovem vida. Muito obrigado, querida Neyára, por ter me ensinado lições que levarei, para sempre, na minha mente e no meu coração, e pela amizade que aqui celebro com orgulho e emoção.

Ao inesquecível mestre e querido amigo Professor Werber Moreno, por sua impressionante competência acadêmica e leitura atenta, colaborando para a realização deste trabalho desde a revisão do pré-projeto apresentado na seleção para o curso de Mestrado em Sociologia da UFC.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia com os quais aprendi que ainda tenho muita marcha pela frente: Alícia Ferreira Gonçalves, Auxiliadora Lemenhe, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Irllys Barreira, Jawdat Abul-El-Haj, Lea Carvalho Rodrigues, Maria Neyára de Oliveira Araújo e Maria Sulamita de Almeida Vieira.

Ao Professor Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e à Professora Maria Sulamita de Almeida Vieira, pela leitura crítica e pelas sugestões feitas

sobre a proposta de pesquisa inicial que originou este trabalho, possibilitando-me um amadurecimento diante do tema e um aperfeiçoamento do objeto de análise no início do mestrado.

À Professora Beatriz Heredia (IFCS-UFRJ), por seu apoio acadêmico, pela valiosa indicação bibliográfica e por ter me presenteado com uma cópia de dissertação de mestrado sobre as ações da Cáritas na Argentina.

À Professora Lea Carvalho Rodrigues, que me formou pesquisador no Bacharelado em Ciências Sociais, agradeço por sua contribuição na Banca de Defesa de Projeto (Qualificação).

À Professora Alícia Ferreira Gonçalves, agradeço pelas contribuições na Qualificação, por ter se prontificado a me ajudar com a reformulação de meu projeto de dissertação.

À Professora Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques, por sua consideração, colaboração intelectual e pelas profícuas sugestões de leitura.

Às Professoras Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques e Isaurora Cláudia Martins de Freitas, por me honrarem com as suas presenças na banca examinadora deste trabalho.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas (GET), do Departamento de Ciências Sociais da UFC, Gerciane, Iara, Norma, Tiago Carlos, Alencar, Marcelo Sindeaux e Robson Augusto, pelas discussões oportunas sobre desenvolvimento, humanismo e processos culturais.

Aos amigos do Curso de Ciências Sociais da UFC, Emídio, Jhonata, Márcia Paula, Rodrigo Santinha, Rodrigo Leitinho, Fran Yan, Geovana, Sócrates, Benjamim Lucas, Camila, Gustavo, Breno, Rogério Raposo, Fena, Tiago Saboya, Cainho, Edu Palmito, Robert Wagner... A todos, pelas discussões teórico-metodológicas, brincadeiras, calouradas, festas e por nossos encontros e momentos marcantes nos quais sempre temos algo a aprender e a ensinar.

Aos colegas da turma 2005, do Mestrado em Sociologia, em especial aos amigos André Álcman, Adilson, Daniel, Dália, Elói, Fátima, Kaciano, Luiz

Fábio e Patrick pela convivência agradável, pelo aprendizado e pela boemia do Benfica e alhures.

Ao amigo Robson Augusto, pela história de luta e resistência que construímos juntos em defesa da universidade pública brasileira, em especial a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), em Sobral-CE, contra as investidas neoliberais de privatização.

Ao saudoso P3, pelas interações saudáveis, pelas aventuras, pela convivência agradável, pelos desabafos e pelas experiências lúdicas, nas pessoas dos grandes amigos Alberto Barros e Antônio Marcos.

Aos meus amados amigos d"O Conselho", pelas sérias e profícuas deliberações que me proporcionaram alegria e bem-estar necessários para escrever esta dissertação, na pessoa do amigo Edson Marques.

Aos meus irmãos de corpo e alma, Manoel Moreira de Sousa Neto, Thiago Mont´Alverne e Márcio Kleber Morais Pessoa, pela cumplicidade, lealdade, amor e por sempre estarem aqui, comigo.

Ao filho de Dionísio e de Apolo (Talvez, mais de Dionísio), Patrick Walsh Netto, pelas situações compartilhadas, apoio emocional e afeto que me ajudaram a buscar o equilíbrio no entusiasmo da vida.

À querida Teresa Maia, por sua solicitude e apoio técnico fundamentais para a organização das fotos que compõem os apêndices e anexos desta dissertação.

À Karinne Marques, pela sinceridade e pelas vivências prazerosas que têm construído a nossa amizade.

À amiga Yandra Rebouças Lôbo, por suas inúmeras caronas no "nosso carro", pelo seu desvelo especial e pelos gestos de amizade incondicional que se concretizaram graças à história que tecemos juntos.

À Isaurora, por ser quem é. À minha amiga Isa, agradeço por sua generosidade, sua companhia, seu incentivo, sua "energia leonina", sua vontade radiante de viver – que me tem feito aprender bastante... E pelo empréstimo de seu computador quando eu mais precisei para redigir os trabalhos das disciplinas durante o mestrado.

A Nilson Almino de Freitas, pelos vários episódios, diálogos (in)pertinentes e pelos nobres sentimentos que mantém e fortificam nossa amizade.

Ao velho companheiro Pedro Wilson Jr., pela nossa convivência “saudável” no ap. 19 do Edifício Ceará, pelas emoções compartilhadas e pelas ótimas dicas de culinária vegetariana.

Aos amigos “T(h)iajos”: Thiago Madeixas, Tiago Régis e Tiago Moreno, por nossas histórias de amizade que transcendem os espaços da UFC.

Ao amigo Taciano Aleixo Farias, pela estima e cuidado dedicados a mim.

A Rubens Venâncio, pelo companheirismo que, mesmo com a correria do mundo instrumental que nos foi imposta, não se deixou desgastar.

À Marília Colares, pelos papos diversos, pela companhia divertida e por seu espírito solidário.

Aos amigos João Batista e Marina Rebeca, por fazerem parte da minha história com o afeto e o alto-astral próprios dos dois.

À Cristina Maria (G.E.). A esta maravilhosa pessoa, agradeço pelo sentimento sincero e pelo amor, sempre...

A Danilo Pinheiro, pela presença amiga e pelos encontros não programados nos quais brindamos à nossa amizade.

Aos amigos e amigas Nice, Diego Mesquita, Morgiana Aparecida, Paula Vanessa, Artuzinho, Ernani Cavalcante, George Paulino, Ana Argentina e Gracys Kelly... Pelas diversas ocasiões vividas entre 24 e 45° na bela e sacudida Sobral.

À “minha família” durante os anos de 2006 e 2007, Daniel e Filipe pela solidariedade e companheirismo tão fundamentais em mais uma etapa crucial da minha vida.

À família das “Pedinha”, a qual foi fundamental para tornar este trabalho materialmente possível durante os três meses de idas e vindas nos trechos Fortaleza-Sobral e Fortaleza-Pedreiras. Muito obrigado! Em especial à Lobinha,

Neyarinha, Luís Paulo, Elaine e Ícaro.

À Diozinha, amor meu de todas as horas e de toda a vida, com quem chorei e sorri por muitas vezes e por várias causas. A ti, meu amor, sou grato pelas chegadas e despedidas, pelos encontros e desencontros, que me fizeram aprender e perceber que tu és o meu lugar.

À minha mãe Marly, por seu amor inquestionável, sua dedicação, seu esforço e incentivo indispensáveis.

Ao meu pai, Luiz Antônio, pelo reencontro telefônico no dia 11 de maio de 2008, após vinte meses “de distância”, que me deixou contente nas vésperas da conclusão deste texto.

Às minhas tias Antonieta e Marlene e ao meu tio Nonato, agradeço pela torcida, pelo respeito e pelo afeto que me proporcionam.

À dona Graça Mont’Alverne, a nossa Graçona. A essa doce mulher e mãe grandiosa, a quem dirijo os meus sentimentos de admiração e carinho, agradeço por seu amor e atenção, ambos fundamentais para a realização deste trabalho.

À dona Socorro, pelas diversas temporadas que me deixou passar em sua casa.

Ao meu irmão Gediel Javé, por seu amor germano e por ser o pai do meu primeiro sobrinho, o anjinho Miguel.

À minha querida avó Fransquinha, pelo enorme carinho, cuidado, força e paixão pela vida, que transcende a sua existência de 91 anos para alcançar aqueles com os quais convive.

Aos meus queridos familiares, Vinícius Forte e Maria Rosaete Forte, por nossas confraternizações, frivolidades, sérias prosas, confidências, pela franqueza de ambos e pelo prazer de tê-los como meus primos. Aos dois, expresso os meus sinceros agradecimentos. “Família unida jamais será vencida!”.

À tia Eva e ao sr. Almir, pelo apreço e pelo cuidado que têm comigo sempre que me recebem em sua casa.

A Aymerê, Socorro e Aline, da Secretaria da Pós-Graduação em Sociologia, pela atenção com a qual pude contar durante o período em que fui aluno do curso de mestrado.

Às “personagens bíblicas” do mundo de carne e osso que disponibilizaram um pouco de suas vidas para construir este trabalho comigo, permitindo que eu remexesse suas memórias, concedendo-me entrevistas, batendo um papo em seu local de trabalho ou recebendo meus telefonemas. A todos, agradeço profundamente.

Finalmente, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Brasil pela concessão de uma bolsa de Formação de Pesquisador de Mestrado.

Epístola do Apóstolo Paulo aos Coríntios da Grécia

“Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos e não tivesse caridade, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.

E ainda que tivesse o dom de profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse caridade, nada seria.

E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para o sustento dos pobres e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse caridade, nada disso me aproveitaria.

A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa, não trata com leviandade, não se ensoberbece;

Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;

Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. A caridade nunca, jamais há de acabar, ou deixem de ter lugar as profecias, ou cessem as línguas, ou seja abolida a ciência.

...Agora pois, permanecem a fé, a esperança e a caridade, estas três virtudes, porém a maior delas é a caridade”.

(1 Coríntios, Capítulo 13, versículos, 1-7; 18).

RESUMO

A IGREJA DOS HOMENS: O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO CEARÁ

O objetivo desta pesquisa foi analisar o trabalho dos chamados “agentes de Cáritas” para o desenvolvimento de experiências de “Economia Popular Solidária” (EPS), engendradas pela Cáritas Brasileira, organismo vinculado à CNBB, no estado do Ceará. As questões centrais que nortearam a pesquisa foram: como a Igreja chega aos seus “filhos” por meio dos agentes de Cáritas? Quem são e de onde vêm? Como desenvolvem o trabalho para o fomento da EPS no Ceará? Quais os sentidos e os significados atribuídos por eles ao seu ofício? Como a lição cristã é interpretada pelos agentes no fomento da EPS a fim de efetivar a noção utópica de “Reino de Deus” no mundo pragmático dos homens? Qual o sentido da “solidariedade” da Cáritas e de seus agentes? Quanto às técnicas e aos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, lancei mão da *observação flutuante*, da análise de documentos institucionais, de matérias de jornais locais e consultas a *websites*. Além das observações *in loco*, realizei entrevistas semi-estruturadas com os agentes da Cáritas, no intuito de elucidar a relação entre *economia solidária e Igreja Católica* por meio do trabalho desenvolvido por esses protagonistas do “serviço social” da Igreja. A pesquisa revelou que, além de militante cristão, o agente de Cáritas é uma categoria de trabalhador formal que revela muitas contradições. O método de trabalho dos agentes se baseia na “solidariedade” para a “emancipação”, tendo como recurso a “educação” para a “cultura da solidariedade”. Orientados pela chamada “solidariedade libertadora”, eles atuam, técnica e politicamente, no desenvolvimento de atividades econômicas associativistas com os “pobres”, escolhidos preferencialmente pela Igreja Católica nas Conferências Episcopais de Medellín (1969) e Puebla (1979). Os agentes buscam formar os trabalhadores dos chamados “grupos produtivos solidários” a partir da *moral solidária*, tida como fundamental para a construção de uma *sociedade* baseada na lição cristã junto com os “excluídos/as”, traduzida pela noção utópica de “Reino de Deus na terra”. No entanto, a EPS, uma categoria do *movimento da economia solidária*, foi criada fundamentalmente por uma razão secular, qual seja: tornar as vidas das pessoas “pobres” possíveis, combatendo a pobreza e a chamada “exclusão social”. Para o entendimento da EPS, foi necessário considerar a dinâmica das crises do capitalismo, cuja história está intrinsecamente relacionada aos processos de trabalho e às transformações sociais. Ao final desta dissertação, evidencia-se o *movimento* que vem sendo chamado de *economia solidária*, evocado, ora como uma *alternativa*, ora como uma *possibilidade histórica*, ao sistema capitalista, o que nos leva a pensar sobre questões motrizes para os caminhos de nossa sociedade, cujas respostas ainda não são deste tempo. Enfim, com a palavra a história...

Palavras-chave: Igreja Católica. Economia Solidária. Pobreza. Trabalho. Agentes de Cáritas. Solidariedade.

ABSTRACT

CHURCH OF MEN: THE WORK OF CARITAS AGENTS FOR THE DEVELOPMENT OF POPULAR ECONOMY IN THE STATE OF CEARA

This research aims at investigating the work of the so-called “Caritas Agents” for development of experiences related to a solidarity-inspired Popular Economy Project (Economia Popular Solidária – EPS) as envisioned by Brazilian Caritas, an institution affiliated with CNBB in the state of Ceara. The major issues that guided the research were: how does the Church reach its “children” by means of its Caritas Agents? Who are they and where do they come from? How did they develop the work for fomenting the EPS in the state of Ceara? What kind of meaning do they attribute to their task? How is Christian guidance interpreted by agents in their effort to fomenting EPS in order to make effective their Utopia of “God’s Kingdom” within men’s pragmatic world? What’s the meaning of “solidarity” for Caritas and its agents? As for techniques and methodological procedures used in the research I resorted to *fluctuating observation* for the analysis of official documents, local newspaper’s articles and investigation of websites. Besides *in loco* observations, I did semi-structured interviews with Caritas agents aiming at elucidating the relation between solidarity-based economy and the Catholic Church, considering the job developed by these actors forming the Church’s “social service”. The research revealed that the Caritas agent besides being a Christian militant he is also a registered worker who is, however, plagued by several contradictions. The agents’ working method is based on “solidarity” and “emancipation”, and they are required to have an “education” for “solidarity culture”. Guided by the so-called “liberating solidarity”, the agents act technically and politically to develop associative economic activities directed to the “poor” as classified by the Catholic Church during its Episcopal Conferences of Medellin (1969) and Puebla (1979). The agents try to educate the workers from the so-called “solidarity-based producing groups” according to *solidarity moral* principles, seen as a fundamental tool to the build-up of a society based on Christian teachings in order to include the dispossessed as conveyed by the utopian notion of “God’s Kingdom on earth”. The EPS, however, was created fundamentally as a category arising from a secular reason within the solidarity-based economic movement, that is, to create viable conditions for the “poor”, fighting poverty and the so-called “social exclusion”. According to EPS’s understanding of the matter it is necessary that one considers the dynamics of capitalistic crises whose history is closely related to work processes and social transformations. At the end of this dissertation, one may picture the *movement*, called solidarity-based economy, both as an *alternative* and a *historical possibility* to the capitalistic system which lead us to think about dynamic questions related to trails opened to our society and whose answers do not belong to this time. Let, then, history speak...

Key-words: Catholic Church. Solidary Economy. Poverty. Work. Caritas Agents. Solidarity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

| | |
|--|----|
| A INSERÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA..... | 14 |
|--|----|

CAPÍTULO I

| | |
|---|----|
| A IGREJA NO “REINO DOS HOMENS”..... | 38 |
| 1.1 Cáritas: o “serviço social” da Igreja Católica..... | 38 |
| 1.2 História econômica recente da “solidariedade cristã” na Cáritas Brasileira: dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) à Economia Popular Solidária (EPS)..... | 50 |
| 1.3 Cáritas em rede (s) e seus agentes: a atuação com ONG’s, sindicatos, movimentos sociais, universidades e Estado para o fomento da EPS..... | 63 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|-----|
| O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EPS NO CEARÁ..... | 82 |
| 2.1 “Minha profissão é ser militante”: o trabalho dos agentes de Cáritas (“técnicos”, “assessores” e cristãos)..... | 82 |
| 2.1.1 Madalena: agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza..... | 83 |
| 2.1.2 Maria: agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará..... | 93 |
| 2.1.3 Rute: agente da Cáritas Diocesana de Sobral..... | 106 |
| 2.1.4 Sara: agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte..... | 119 |
| 2.1.5 Tiago: agente da Pastoral Social de Tianguá..... | 130 |
| 2.2 Três categorias de agentes de Cáritas no contexto da EPS: agente da capital, agente articulador e agente do interior..... | 143 |
| 2.3 O “sujeito da ação” dos agentes: o “pobre”..... | 150 |
| 2.4 O apoio aos “Grupos Produtivos Solidários”..... | 153 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|-----|
| A “SOLIDARIEDADE CRISTÃ”: LAÇOS MORAIS QUE SUSTENTAM A EPS..... | 171 |
| 3.1 Os sentidos da solidariedade..... | 171 |
| 3.2 Igreja, moral e solidariedade..... | 185 |
| 3.3 Caridade e administração dos pobres..... | 193 |
| 3.4 A “cultura da solidariedade”: “prática”, “mística” e “emancipação”..... | 205 |
| 3.5 A construção do “Reino de Deus” na terra..... | 213 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

| | |
|--|-----|
| “FÉ NA VIDA, FÉ NO HOMEM, FÉ NO QUE VIRÁ”: ENTRE A ALTERNATIVA E A POSSIBILIDADE HISTÓRICA AO CAPITALISMO..... | 222 |
|--|-----|

| | |
|------------------|-----|
| REFERÊNCIAS..... | 231 |
|------------------|-----|

| | |
|----------------|-----|
| APÊNDICES..... | 243 |
|----------------|-----|

| | |
|-------------|-----|
| ANEXOS..... | 247 |
|-------------|-----|

APRESENTAÇÃO

A INSERÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este trabalho reflete sobre os modos como a Igreja Católica¹ *desce* ao reino dos homens, a fim de conduzi-los na construção de relações econômicas desinteressadas e solidárias. Trata-se de uma versão da atuação evangelizadora da Igreja, que se insere na base material da sociedade, com propósito de combater a “pobreza” e a “exclusão social”, possivelmente nos limites do processo de secularização da mesma. Dentro deste amplo assunto, destaco a importância da *economia solidária*² no combate à “pobreza” em muitos países, inclusive no Brasil, por meio da atuação de várias agências, entidades e organizações, dentre elas a Cáritas Brasileira (CB)³.

Cabe conduzir a discussão partindo de uma apresentação inicial da *economia solidária* para, em seguida, focalizar a inserção da Igreja Católica, via CB, no processo de construção material e simbólica desse fenômeno, que tem sido chamado de “outra economia”⁴.

No Brasil, a partir a década de 1990, os atores da chamada *economia solidária* começaram a se organizar em espaços políticos regionais de atuação, mas foi graças ao I Fórum Social Mundial⁵, que “(...) trabalhadores (as), ONG’s,

¹ A Igreja Católica não é um bloco monolítico plenamente harmonioso. Na Igreja existem disputas político-ideológicas pelo poder que a fazem ser uma instituição diversa e adversa. Todavia, há um discurso institucional preponderante que deve ser considerado, mas sempre em confronto com outras versões provenientes de diversos setores que a compõem. Por esse motivo é fundamental *olhar, ouvir e escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) na consideração de que há uma história não contada pelo discurso oficial. Nesta dissertação, a história a qual me refiro é feita cotidianamente pelos sujeitos que fazem parte do universo que compõe o “serviço social” da Igreja chamado Cáritas Brasileira, no Ceará.

² As expressões, conceitos e categorias do pesquisador e da literatura especializada (conceitos de experiência-distante) aparecem destacados em itálico. Já os conceitos do *outro*, do grupo ou sociedade estudada (conceito de experiência-próxima) estão presentes entre aspas (GEERTZ, 1997, p.87).

³ Ver anexo A – “Do sonho à realidade” (vídeo institucional sobre a Cáritas Brasileira).

⁴ Segundo Lechat (2004, p.161), “não existe critérios e definições unânimes a respeito da economia solidária. As visões são plurais, bem como as realidades que este termo evoca”.

⁵ O Fórum Social Mundial foi proposto como um contraponto à agenda do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos. O evento foi organizado por oito entidades para congregar organizações e movimentos sociais de todo o mundo contra o desenvolvimento econômico desigual e predatório, a exploração dos povos e a degradação da natureza ocasionadas pela perspectiva da globalização neoliberal, o que fundamenta o seu *slogan* permanente “outro mundo é possível”. Sua 1ª edição ocorreu em 2001, na cidade de Porto

igrejas, redes, movimentos sociais e representantes do Poder Público formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro (...))⁶, congregando as entidades nacionais vinculadas à economia solidária, e tecendo a Rede Brasileira de Economia Solidária (BERTUCCI, 2005, p.125).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁷ e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁸ (2006), a *economia solidária* pode ser definida como uma forma de trabalhar, produzir, comercializar e consumir baseada nos seguintes princípios: 1) autogestão; 2) democracia; 3) cooperação; 4) centralidade do ser humano; 5) valorização da diversidade; 6) emancipação; 7) valorização do saber local; 8) valorização da aprendizagem; 9) justiça social na produção; e 10) cuidado com o meio ambiente (BRASIL, 2006, p.32-3),

Alegre-RS, e reuniu quase vinte mil pessoas. As oito entidades organizadoras do I Fórum foram: uma central sindical (Central Única dos Trabalhadores – CUT); uma associação nacional de ONG's (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG); e cinco outras ONG's (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – Cives; Centro de Justiça Global – CJT; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; Centro de Justiça Global; e a única ONG de âmbito internacional, a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – ATTAC (GOHN, 2004, p.57-8). Sobre as duas primeiras edições do Fórum Social Mundial ver Gohn (2004, p.53-88) e Cattani (2001).

⁶ Segundo Bertucci (2005, p.125), “o GT Brasileiro exercitou a construção da unidade na diversidade, favorecendo o surgimento de uma identidade para o campo da Economia Solidária, somando as contribuições específicas e diversas de cada organização”.

⁷ Criado durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, em 2003, o FBES é uma instância nacional produzida pela articulação das entidades e dos trabalhadores que estimulam e organizam a *economia solidária* no Brasil. É um espaço político de debate, elaboração de estratégias e mobilização do *movimento* da *economia solidária* que surgiu da formação inicial de uma rede nacional composta por entidades de fomento e representantes de cooperativas e grupos de produção autogestionária e associativa. É por meio do FBES que o *movimento* se relaciona com o Estado, inclusive em busca do fundo público, para a proposição e o controle de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda com o desenvolvimento de experiências de *economia solidária*. Ver FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <www.fb.es.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2008. Sobre o FBES ver também Bertucci (2005, p.125-36).

⁸ A SENAES é uma secretaria de Estado vinculada ao MTE, criada pelo governo Lula, em 2003, graças às pressões das entidades civis e de alguns setores da Igreja Católica, que visam o combate à pobreza e à exclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Sua missão é “valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários” (SENAES; FBES, 2006). Ver BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2008; as ações do *movimento* da *economia solidária* repercutiram tanto na esfera do Estado e do parlamento que em fevereiro de 2007 foi registrado na Câmara dos Deputados um projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Economia Solidária, de autoria do deputado federal e ex-coordenador do Instituto Florestan Fernandes – ONG fortalezense envolvida com o fomento da *economia solidária* – Eudes Xavier (PT). No mesmo ano, o parlamentar propôs a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária na Câmara dos Deputados. Ver a matéria EUDES defende projeto de economia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Política. Fortaleza, 05 de março de 2007.

colocando-se como um modo de produção de riqueza do qual as pessoas são, coletivamente, trabalhadoras-proprietárias e gerentes do seu próprio trabalho e de sua produção. A *economia solidária* surge com o propósito de combater a “pobreza” e a precarização do trabalho geradas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo moderno, e propõe um modelo de desenvolvimento econômico em consonância com o meio ambiente, “ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico” (“desenvolvimento sustentável e solidário”) (BRASIL, 2006, p.33).

Em terras brasileiras, participam da promoção e desenvolvimento da *economia solidária*, em especial, três tipos de segmentos: 1) os trabalhadores-proprietários das unidades associativistas e cooperativistas cada vez mais orientados a se organizarem em *redes* e cadeias de produção, comercialização e consumo, rumo a uma articulação nacional, com uma plataforma comum; 2) as ONG's, universidades, setores da Igreja Católica e outras entidades que apóiam por meio de formação técnica, econômica e política; apoio logístico e infra-estrutural; assessoria; consultoria; elaboração de projetos, oferecimento de créditos da incubação de cooperativas e fomento de “empreendimentos econômicos solidários”; e 3) gestores públicos, representantes de governos municipais e estaduais, que possuem programas claramente voltados à *economia solidária*, formando uma rede de gestores públicos em prol de uma “outra economia”⁹.

⁹ No Brasil, o fenômeno da economia solidária tem se ampliado de modo considerável. No estado do Ceará, em junho de 2006, foi realizada a I Conferência Estadual de Economia Solidária, como primeiro momento da Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no período de 26 a 27 de junho de 2006, em Brasília-DF, cujo objetivo principal foi debater propostas e estratégias para a criação de uma política pública nacional de economia solidária. No Ceará, as experiências têm tido cada vez mais visibilidade. Prova disso são as diversas matérias que têm sido veiculadas pelos dois maiores jornais de circulação estadual: QUEIROZ, Lea. Socioeconomia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 8 de fevereiro de 2004.; COOPERATIVISMO: seminário debate economia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 29 de fevereiro de 2004.; ECONOMIA solidária: associação produz marmitas a preços populares na periferia. In: **Diário do Nordeste**, caderno Cidade. Fortaleza, 02 de agosto de 2004.; ECONOMIA solidária. In: **Diário do Nordeste**, Editorial. Fortaleza, 27 de agosto de 2005.; ECONOMIA solidária: ministros da Venezuela conhecem Banco Palmas. In: **Diário do Nordeste**, caderno Cidade. Fortaleza, 15 de janeiro de 2006.; BANCOS comunitários: crédito solidário muda a economia dos “sem-banco”. In: **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de maio de 2007, p.1.; PARACURU lança hoje banco comunitário. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 17 de setembro de 2004.; CÁRITAS promove evento regional de economia solidária. In: **O Povo**, caderno Ceará. Fortaleza, 21 de novembro de 2004.; DUTRA, Artumira. Banco Palmas quer criar cooperativa de crédito. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 15 de fevereiro de 2005.; ECONOMIA solidária envolve 20 mil empreendimentos. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 20 de julho de 2005.;

Atualmente, vários pesquisadores estão realizando estudos sobre essa recente forma econômica nas dimensões do trabalho, da produção, da comercialização, do crédito e do consumo tida como uma alternativa ao *desemprego estrutural* a partir de re-apropriações de matrizes valorativas do passado, do associativismo do século XIX e do *cooperativismo integral* (CARNEIRO, 1981, p.25-9). Segundo Rodríguez e Santos (2002) as experiências aqui chamadas de *economia solidária* podem ser vistas como alternativas ao capitalismo. No entanto, também podem ser utilizadas para dar-lhe sustentabilidade. Enfim, trata-se de um fenômeno crescente no Brasil, que vem se caracterizando como um *movimento*, fato que suscita um debate que apenas começa¹⁰.

Situado o *movimento* da “outra economia”, chegou o momento de proceder a uma apresentação preliminar da Cáritas, uma entidade por meio da qual a Igreja Católica se insere na *economia solidária* para cuidar de seus “filhos” combatendo a “pobreza” e a “exclusão social”.

A Cáritas Brasileira (CB) é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Relacionada com a CNBB, nos termos de seu Estatuto¹¹, a CB “é uma sociedade civil de direito privado, de duração indeterminada, de âmbito nacional, de caráter beneficente e filantrópico, sem

SOCIOECONOMIA avança no CE. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 13 de outubro de 2005.; ASSENTADOS lançam banco e moeda solidária. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 3 de novembro de 2005.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Busca do novo. In: **O Povo**, caderno Opinião. Fortaleza, 6 de novembro de 2005, p.7.; BRAGA, Marinaldo Clementino. Economia solidária: um novo caminho. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 11 de dezembro de 2005.; ALBUQUERQUE, Adriana. Bom Jardim terá centro comercial solidário. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 06 de julho de 2006.; OLIVEIRA, Manfredo de Araújo. O Ceará em busca de uma nova consciência. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (1). Fortaleza, 16 de julho de 2006, p.6-7.; TEIXEIRA, Francisco. Economia solidária: produção de não-mercadoria por meio de mercadorias. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 30 de julho de 2006, p.29.; SINGER, Paul; ARAGÃO, Filipe. Pensamento solidário: entusiasta da economia solidária como alternativa de geração de emprego, Paul Singer diz que o desemprego não tem relação decisiva com as novas tecnologias. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.6.; CAVALCANTE, Ana Mary. Uma solução coletiva: as limitações e a possibilidade histórica da economia solidária como alternativa de transformação do mundo do trabalho. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.7.; CAVALCANTE, Ana Mary. A economia possível. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.8.

¹⁰ Sobre a *economia solidária* ver Oliveira (2004), Cattani (2003), Gaiger (2000; 2004), Singer (2002a; 2002b), Singer e Souza (2000), Pinto (2006) e Lechat (2004).

¹¹ Ver anexo B – Estatuto da Cáritas Brasileira. Sobre o disciplinamento da forma de organização, funcionamento, relações entre órgãos administrativos, secretariados regionais e membros da Cáritas Brasileira, ver anexo C – Regimento Interno da Cáritas Brasileira.

fins lucrativos, com sede e foro em Brasília-DF”. É reconhecida pelo Estado como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 61.155, de 14/08/1967¹². Observo que mesmo sendo uma organização da Igreja, a CB possui todos os registros perante o Estado, o que a reconhece formalmente e a autoriza a realizar o seu trabalho no país.

Quanto à CNBB, sua criação ocorreu em 1952, chegando a ser a expressão máxima da presença da Igreja Católica no país. O Clérigo cearense Dom Hélder Câmara¹³, “o bispo dos pobres”, ex-bispo do Rio de Janeiro, foi o maior impulsionador da criação da CNBB e da Cáritas Brasileira. Esta faz parte da Rede Cáritas Internationalis, que é uma Confederação Internacional de Caridade Católica. É uma rede da Igreja Católica composta por 162 organizações de assistência, desenvolvimento e serviço social presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. A rede Cáritas Internationalis possui escritórios que atuam junto aos pobres com projetos de moradia, trabalho, saúde, educação e “desenvolvimento sustentável” em países nos quais se encontram populações consideradas por ela como “minorias”, “pobres”, “excluídos” na defesa de referenciais “emancipatórios” ligados a melhores condições de vida e contra o que chama de “desigualdades sociais”. Assim, a organização se apresenta como uma defensora dos “direitos humanos”¹⁴.

¹² Artigo 1º do Estatuto da Cáritas Brasileira (CB). Ver os Estatutos registrados sob o nº. 15611, Livro “A” nº. 7, em 05/08/1966, do Cartório de registro Civil das Pessoas Jurídicas – Rio de Janeiro-RJ. A reforma dos Estatutos foi registrada sob o nº. 53, do Livro A-02 em 19/11/1981, do Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, do Cartório do 2º Ofício, em Brasília-DF. Ainda no período da Ditadura Militar. A CB foi registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, do então Ministério da Educação e Cultura pelo Processo nº. 43.306/66, em 22/12/1966. Foi reconhecida como entidade de Fins Filantrópicos conforme decisão no Processo nº. 223.178/73, em 22/03/1974, do Conselho Nacional de Serviço Social, do então Ministério da Educação e Cultura. Além disso, possui inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº. 33.654.419/0001-16.

¹³ Nascido em Fortaleza-CE, em 1909, Dom Hélder Câmara teve uma educação tradicionalista marcada pela cultura religiosa da contra-reforma. Ao longo de sua vida, passou do conservadorismo do movimento integralista, uma versão brasileira do fascismo, inspirada pelo corporativismo reacionário – e fortemente sustentada pela Igreja Católica – do regime português de Salazar, ao apoio aos trabalhadores e ao combate à pobreza, tecendo críticas à concentração de riquezas fomentada pelo sistema socioeconômico capitalista. Na década de 70, Câmara foi considerado como o bispo mais célebre do mundo. A partir desse ano, o clérigo foi o símbolo internacionalmente conhecido do comprometimento social da Igreja Católica brasileira e de sua postura contrária ao regime dos militares (LÖWY, 2000, p.249-253). O pensamento de Câmara sofreu forte impacto do movimento *Economia e humanismo* (LÖWY, 2000, p.235), que apresento ainda nestas Considerações Iniciais.

¹⁴ (CÁRITAS BRASILEIRA. Revista especial Cáritas Brasileira 50 anos: solidariedade pela vida, Brasília, nov., 2006.). Essas informações também constam dos seguintes *websites*: CÁRITAS

Em termos formais, a Cáritas não é a instituição Igreja Católica, e sim uma organização pertencente a esta instituição. No Brasil, cada escritório da Cáritas e de suas entidades-membro possui personalidade jurídica própria. No entanto, todos esses escritórios estão interligados, formando a Cáritas Brasileira, que é vinculada doutrinária, filosófica e politicamente à CNBB (ver anexo D – Organograma da Cáritas Brasileira).

Por meio da Cáritas, a Igreja Católica imiscui-se no campo econômico, junto aos trabalhadores, para fomentar o trabalho associativo¹⁵ em parceria com ONG's, movimentos sociais, sindicatos, universidades, organizações que qualifico como constitutivas do “campo secular” ou “campo civil”, definido aqui como um espaço público abstrato de organização política de indivíduos, entidades e movimentos sociais que buscam interferir nos caminhos da sociedade, e, especificamente, nas políticas do Estado.

A Organização atua junto a populações pobres, desenvolvendo os chamados “grupos solidários de produção” por meio de profissionais denominados “agentes”. Estes atuam em várias áreas que estão dispostas sob a forma de linhas de ação¹⁶ da Cáritas, que serão expostas no capítulo I, inclusive no desenvolvimento da “Economia Popular Solidária – EPS”¹⁷. O

BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2005.; CÁRITAS INTERNATIONALIS. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 20 maio 2007.

¹⁵ A Cáritas não é a única organização da Igreja Católica a valorizar e a promover o associativismo e o cooperativismo, embora seja a mais envolvida com o tema. Tirante a Cáritas, o Setor de Ação Social da CNBB, responsável pela ação para atender demandas do “mundo dos homens” como educação, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, população de rua, população carcerária, trabalhadores rurais, operários do sistema fabril, geração de trabalho e renda, reforma agrária, violência contra a mulher, discriminações e preconceitos diversos, etc., conta ainda com as pastorais sociais. Ações de menor repercussão relacionadas à economia solidária são engendradas por algumas pastorais. Em Fortaleza, por exemplo, a Pastoral Operária desenvolve o projeto “Protagonismo Juvenil e Economia Solidária”, que oferece uma formação de um ano para a busca de alternativas de renda junto a jovens entre 16 e 24 anos. Em Tianguá-CE, a Pastoral Social desenvolve a EPS em municípios da Serra da Ibiapaba. No caso da Pastoral Social da Diocese de Tianguá, há uma peculiaridade. Ela é uma entidade-membro da Cáritas Brasileira Regional Ceará, e integra a rede formada por escritórios da Cáritas no estado. Essa peculiaridade faz com que os agentes de pastoral que a compõem sejam também considerados como agentes de Cáritas.

¹⁶ Segundo material institucional da Cáritas (2006a, p.16), “as linhas de ação são diretrizes prioritárias definidas em assembléia, válidas para quatro anos. Cada uma delas se desdobra em um ou mais Programas de Ação”. As “linhas” apresentadas no capítulo I deste estudo foram assumidas em 2004, e tem validade até o não de 2007, quando a Assembléia Nacional da Cáritas poderá mantê-las ou modifica-las.

¹⁷ A equipe da Cáritas Brasileira Regional Ceará define a EPS como a “busca de alternativa de sobrevivência, que além da ação de caráter solidário, educativo e produtivo, passou a ser trabalhado (sic) na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local Sustentável” (CÁRITAS

agente é o representante da Organização que age na “promoção da cultura da solidariedade”. Ele é um trabalhador formal – com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada e direitos sociais garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – que opera o planejamento, a elaboração e a execução de projetos nas áreas de interesse da Organização. Essa categoria é exposta e analisada pontualmente no capítulo II desta dissertação.

Os agentes são os responsáveis pela construção da chamada “EPS”, que compreende o fomento de grupos de trabalhadores associados.

Quanto à expressão “popular”, é uma referência aos pobres, às classes populares. Isto é o que aparece nas falas dos agentes. No material institucional analisado, “popular” vincula-se à noção de “excluído”, a versão atual do “pobre”: “o ‘popular’ se destaca no processo de organização a partir dos excluídos, já que os ‘grandes’ também são solidários entre eles” (ALVES DA SILVA, 2001, p.17). A noção de “popular” parece demarcar uma passagem, um período de mudanças na Cáritas e na Igreja. Até a década de 80, a Cáritas qualificava o público por ela atendido como “pobre”. Hoje, a *economia dos pobres* é a “Economia Popular Solidária – EPS”. Este fenômeno faz parte do que vem sendo chamado de *economia solidária* pelos atores que o constroem. Ou seja, a EPS, nomeação dos intelectuais da Cáritas e de pesquisadores universitários do Rio grande do Sul, e incorporada pelos agentes de Cáritas em todo o país, é uma categoria do *movimento da economia solidária*, e ganha forma com associações comunitárias, cooperativas, e, principalmente, com grupos informais de trabalhadores nas dimensões da produção, da comercialização, do crédito e do consumo.

Segundo Singer (2002a, p.122), a *economia solidária*, no Brasil, ressurgiu em decorrência da crise social dos anos de 1980 e 1990,

BRASILEIRA, 2003, p.113-4). Em uma outra publicação (material didático direcionado aos trabalhadores acompanhados) da Cáritas Brasileira (2006b), a definição da EPS é mais abrangente, evidenciando a sua contraposição ao capitalismo: “a Cáritas considera Economia Popular Solidária todo um processo que é construído, um grupo de produção que se articula com outros grupos, fortalecendo e criando um movimento de resistência ao capitalismo” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.37). Segundo a Cáritas Brasileira (2006b, p.37), a EPS é constituída pela seguinte representação dinâmica: **grupo de produção solidária - articulação com outros grupos e redes - movimento de resistência ao capitalismo**. Conclui-se que EPS é uma das versões da *economia solidária*. Neste trabalho, a expressão “Economia Popular Solidária – EPS” é utilizada para sinalizar as ações e experiências de *economia solidária* desenvolvidas especificamente pela Cáritas Brasileira.

concernente à *desindustrialização* do país e aos milhões de postos de trabalho que foram perdidos, o que ocasionou desemprego em massa e uma expressiva “exclusão social”. Conforme Singer (2002a), a Cáritas Brasileira foi uma das entidades precursoras da economia solidária no Brasil. O autor destaca que, nos anos de 1980, a Organização financiou milhares de projetos de pequeno porte chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs):

Ainda nos anos de 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra.
(SINGER, 2002a, p.122).

Partindo dessas preliminares sobre economia solidária e Igreja Católica, via Cáritas, o objeto escolhido para a investigação que deu origem a esta dissertação é o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária – EPS no Ceará, que diz respeito à organização de formas associativas de trabalho, produção, crédito, comercialização e consumo.

Na esfera secular, o associativismo marcou o século XIX pela movimentação dos trabalhadores organizados, contrapondo-se ao recém criado sistema de produção que despontou a partir da Revolução Industrial Inglesa. Nesse contexto, desenhou-se o quadro do cooperativismo integral na Europa com sua base construída sobre três pilares concebidos como fundamentais para a consolidação das experiências cooperativistas: *educação, produção e consumo* (CARNEIRO, 1981, p.25-9).

O principal referencial associativista foi a busca de alternativas ao quadro de produção que anunciava o nascimento do capitalismo industrial naquele continente. Com isso, os princípios do associativismo que nutrem a prática cooperativa foram fomentados em contraposição ao sistema de trabalho e produção do capitalismo: complexos cooperativos foram organizados na

Europa e os trabalhadores, movidos pelo princípio da cooperação, passaram a se organizar em formas associativistas diversas.

Após a Revolução Industrial do século XIX, iniciada na Inglaterra, o mundo do trabalho passou por impactantes mudanças organizativas e técnicas que atingiram diversos campos: o jurídico, o econômico, o cultural, o político e o social.

No Século XX, o taylorismo-fordismo, com seu modelo inflexível, direciona o sistema fabril para a produção em massa com o uso de novas técnicas para o controle do processo de trabalho e de produção¹⁸. Em seguida, nos anos de 1980, o avanço técnico-científico e informacional, a internacionalização dos mercados e da produção, o uso da microeletrônica e de novas formas de controle do processo de produção nas indústrias ocasionou a eliminação de postos de trabalho formais e o surgimento de *novas informalidades*, nas quais podem ser identificadas formas produtivas não capitalistas sendo reapropriadas para dar sustentabilidade ao capitalismo em meio às suas crises cíclicas. Por conta desses acontecimentos, tem-se então o que Castel (1998b) denominou de *crise da sociedade salarial*, o que passou a alimentar a necessidade de novos arranjos entre a sociedade e a economia no sentido de tornar a vida possível em meio à *falta de trabalho*.

No século XX, assiste-se à emergência de formas cooperativistas diversas com a re-apropriação de antigas matrizes valorativas de formas organizativas de trabalho e de produção, constatando-se características do taylorismo-fordismo, assim como do trabalho cooperativo e do associativismo do século XIX, construindo o que vem sendo denominado pela literatura especializada de *experiências mutantes*, de *trabalho atípico* (VASAPOLLO, 2005). Tais experiências foram identificadas, no nordeste brasileiro, em especial no Ceará, a partir da década de 90, no período da chamada *era Jereissati* (ARRUDA; PARENTE, 2002), como constatado por Lima (2002) e Araújo e Lima (2003, p.19-30).

Vê-se que o associativismo, nas mais diversas formas, se constitui um fenômeno social antigo, acompanhando a dinâmica de construção do

¹⁸ Sobre as formas de organização e de controle do processo de trabalho e de produção presentes no *taylorismo*, no *fordismo* e no *toyotismo* (*pós-fordismo*), sugiro a leitura dos trabalhos de Braga (2003), Braverman (1987), Gonnet (1999), Harvey (1993) e Ramalho e Santana (2004) para uma reflexão mais específica a respeito desse assunto.

capitalismo no que diz respeito às tensões próprias de uma forma econômica que gera simultaneamente a *riqueza* e a *pobreza*.

No século XIX, o pensamento associativista foi utilizado pelos trabalhadores ingleses e franceses fundamentalmente para combater a condição de pobreza na qual eles se encontravam em razão do desenvolvimento do capitalismo alavancado pela revolução industrial inglesa. Os trabalhadores buscaram alternativas à ressonância do capitalismo a partir de teorias e experiências baseadas na *associação econômica entre iguais* e na chamada propriedade solidária, o que garantia que os trabalhadores também fossem, associativamente, donos do seu trabalho e do produto deste (RODRÍGUEZ; SANTOS, 2002, p.32-3).

Rodríguez e Santos (2002) constataram que o pensamento e a prática cooperativistas modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. Segundo os autores, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, “como uma reação a pauperização provocada pela conversão de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial” (RODRÍGUEZ; SANTOS, 2002, p.33).

Na Inglaterra, por volta de 1844, apareceram as cooperativas que passaram a ser tidas como modelo de cooperativismo contemporâneo. Criadas no condado de Rochdale, antigo subúrbio de Manchester, as *cooperativas de consumidores* (tidas como *modelo*) tinham como objetivo inicial o combate à miséria decorrente dos baixos salários e das más condições de trabalho. Tal oposição ocorria por meio da procura coletiva de bens de consumo com preços mais baixos e de boa qualidade para serem vendidos aos trabalhadores (CARNEIRO, 1981, p.31-50; RODRÍGUEZ; SANTOS, 2002, p.33)

Na França, por volta de 1823, surgiram as primeiras *cooperativas de trabalhadores*. Após organizarem protestos contra as condições desumanas de trabalho nas fábricas das quais eram operários, os trabalhadores resolveram criar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas, desenvolvendo uma prática econômica associativista (RODRÍGUEZ; SANTOS, 2002, p.33).

De acordo com Rodríguez e Santos (2002), essas primeiras experiências cooperativistas, na Inglaterra e na França, teriam surgido da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo:

Na Inglaterra, o pensamento de Robert Owen, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas, constituiu a contribuição fundadora para a tradição intelectual cooperativa. As idéias associativistas na Inglaterra continuaram a desenvolver-se no início do século XX, particularmente através da contribuição de Harold Laski, R. Tawney e G. Cole (Macfarlane, 1998: 7) (sic). Na França, as teorias associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores.

(RODRÍGUEZ; SANTOS, 2002, p.33).

Na esfera da Igreja Católica, em 1941, na França, padre Louis Joseph Lebret e François Perroux criaram o movimento chamado *Economia e humanismo* objetivando articular as esferas culturais, econômicas e a lição cristã católica para dar início a um processo educativo visando ao fomento de formas associativas de trabalho e produção, dentre outras ações voltadas para os países pobres (LEBRET, 1960).

Em 1953, Lebret fez parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU-FAO) juntamente com Josué de Castro (1908-1973)¹⁹. Nesse ano lançou uma *nova ética do desenvolvimento*. Lebret foi contemporâneo do Papa João XXIII, e também atuou no Concílio Vaticano II. O padre Lebret (1960) fez uma crítica moral ao desenvolvimento capitalista. Ele acreditava que o ponto crucial das tragédias mundiais como as guerras, a superconcentração de alimentos, capital, tecnologia, medicamentos, bens produzidos pelo sistema capitalista no mundo inteiro, etc., bem como os altos índices de analfabetismo nos países *subdesenvolvidos*, foram criações da avareza, do egoísmo e do individualismo. Segundo Lebret (1960), *países ricos*, a exemplo dos Estados Unidos da América (EUA) – que ascendeu econômica, política e militarmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial – foram tomados pela força da avareza por terem recusado os valores advindos do cristianismo. Nesse contexto, Lebret (1960) propõe a abdicação do comunismo e do capitalismo com a finalidade de levantar uma “nova civilização”, igualitária, fraterna e justa, pautada na retomada dos valores do cristianismo:

Uma das notas trágicas da situação atual é que o Ocidente recusou,

¹⁹ Cientista político, filósofo, geógrafo, médico, professor, deputado federal, embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), Presidente do Conselho Executivo da FAO. Josué de Castro teve os seus direitos políticos cassados em 1964, com o AI-1 do regime militar. Foi exilado na França onde continuou o seu trabalho intelectual e político.

praticamente, a escala de valores que lhe foi transmitida pelo Cristianismo, e que são esses, justamente, os valores que poderiam suscitar em nossos tempos uma nova civilização.

(LEBRET, 1960, p.101).

De acordo com Lebret (1960), o *desenvolvimento* deveria acontecer por meio da educação. Identificava duas noções de desenvolvimento que se contrapunham: o *crescimento econômico sadio (autenticamente humanista)* e o *crescimento econômico desviado (anti-humano - capitalista)*. Lebret (1960) pregava que o *desenvolvimento verdadeiro* deveria acontecer de acordo com as singularidades socioculturais das pessoas. Além disso, teria de ocorrer de forma integrada e generalizada um crescimento de todo o humano: “cada um dos homens e tudo no homem” (LEBRET, 1960, p.153). O que Lebret estava propondo pode ser uma das bases do que passou a ser designado *desenvolvimento local e sustentável*, ao final do século XX.

O padre dominicano Lebret (1960) militava por um *desenvolvimento* baseado na lição cristã, sem a qual as transformações capitalistas tomariam proporções catastróficas, segundo consta de seu trabalho.

Na segunda metade do século XX, o movimento *Economia e humanismo*, liderado por Lebret, criticou os referenciais capitalistas de *desenvolvimento* e *progresso* com a própria visão humanista cristã européia que possuía. Para pensar e implementar uma política em contraposição ao desenvolvimento capitalista desigual, Lebret (1960) lançou mão do cristianismo para alimentar a construção de um *desenvolvimento* baseado no evangelho cristão, que prezaria por características culturais e econômicas de realidades peculiares dos países chamados *subdesenvolvidos*.

O movimento *Economia e humanismo* mostra como o associativismo era implementado por personalidades vinculadas à igreja Católica. Para Lebret (1960), a missão da Igreja era a evangelização para uma civilização baseada nos princípios do cristianismo:

A Missão essencial da Igreja não é evidentemente, de ordem econômica. A Igreja apresenta a todos os homens de boa vontade uma mensagem de salvação espiritual por adesão a Jesus Cristo, Filho de Deus e igual a seu pai na unidade trinitária, e autêntico homem, filho de Maria. A missão essencial da Igreja é a evangelização orientada para a salvação espiritual, para a visão beatífica de Deus, termo perfeito do humanismo. Mas a essencial orientação dessa mensagem para o plano divino, não impede que o

seja igualmente para a humanidade; o mandamento do amor “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” é o ensino supremo do Cristo, que amou os seus, toda a humanidade, até morrer por eles. Através do mandamento do amor, a mensagem cristã é eminentemente civilizadora. Compreendendo-o, um grupo humano se torna uma comunidade fraternal. Se os povos que se proclamam adeptos da civilização cristã o aplicassem, o mundo inteiro seria transformado.
(LEBRET, 1960, p.194).

Na concepção de Lebret (1960), a educação é um meio para a efetivação de sua proposta de desenvolvimento. É uma forma de civilizar populações pobres a partir da evangelização, como revelado pelo autor, para dar conta de uma proposta educacional européia contra o desenvolvimento capitalista, alegando um processo de formação feito a partir das necessidades das populações de países *subdesenvolvidos*, mas com postulados e diretrizes de um cristianismo civilizador, evangelizador e catequista. Lebret (1960) fala de um caso em Fomeque, na Colômbia, cujo sucesso foi atribuído ao esforço de um Monsenhor chamado Gutierrez:

O segredo do seu sucesso foi ter começado pelo estudo da população: aspirações, necessidades, preocupações, capacidade de entusiasmo. Levou avante o estudo iniciado, família por família, e chegou à conclusão de que seria necessário desenvolver simultaneamente: o humano, o espiritual, a técnica e o espírito associativo. Tudo orientou a fim de entusiasmar a população por um grande objetivo a realizar concretamente: **transformar analfabetos adultos em cultivadores instruídos, camponeses indolentes e rotineiros em agricultores capazes de adaptar as diversas culturas ao relevo do solo, ao clima e ao mercado; cristãos conformistas e bastante supersticiosos, em católicos esclarecidos.** (grifos meus)²⁰.

(LEBRET, 1960, p.148).

No trecho que destaquei em negrito, percebe-se uma forte manifestação etnocêntrica no trabalho de Lebret. Vê-se um adestramento proposto de “fora para dentro”, uma catequização que ocorria, inclusive, por meio de formas associativas de trabalho. Tem-se a articulação de indivíduos, com o interesse comum de sobreviverem juntos, alimentada por um cristianismo cristão católico

²⁰ Segundo Lebret (1960, p.147), no Brasil, houve uma experiência “de tipo bastante diferente e superior, aliás, em seus resultados”, na Fazenda “Holambra”, em Mogi-Mirin-SP. A experiência foi iniciada em 1948, por um grupo de famílias holandesas, numa antiga fazenda com as terras cobertas de cupim e de paisagem desolada de criação extensiva. Inicialmente cem famílias começaram a valorizar a antiga fazenda, numa área que representava a metade das terras. Segundo o autor, o sucesso econômico foi considerável.

no qual se baseia o movimento *Economia e humanismo*.

Ainda a respeito da educação e considerando a localização do autor histórica e geograficamente, destaco mais um trecho em que o padre Lebret (1960, 148-51) continua expondo o seu pensamento, a partir do qual a formação educacional é direcionada pela orientação cristã católica para a consolidação das concepções levadas pelos clérigos. Outrossim, aponto elementos para refletir sobre a proposta do movimento *Economia e humanismo*, liderado por padre Lebret, cuja intervenção não demonstrava uma oposição total ao mercado capitalista, mas identificava os seus “erros fatais” e, digamos, tentava transformá-lo “humanizando-o”:

O esforço (sic) escolar não consistiu apenas em multiplicar escolas primárias em todo o município. Desde o início foi organizada a alfabetização de adultos e adolescentes, criada uma escola doméstica, uma escola de canto religioso e folclórico, um centro de educação física e de esportes, diversos centros de catequese. (...). Graças a êsse esforço (sic) cultural técnico, a atividade econômica desenvolveu-se rapidamente. Aumentaram os rendimentos agrícolas; uma seleção rigorosa e constante permitiu a apresentação, no mercado, de produtos de qualidade; a corporação possui hoje maquinário agrícola e uma frota de caminhões para recolher o produto e vendê-lo (sic) diretamente.

O trabalho de Padre Lebret e o movimento *Economia e humanismo* são relevantes para o entendimento das formas utilizadas por setores da Igreja Católica para inseri-la no campo econômico. O referido movimento mostra como personalidades da Igreja, a exemplo do monsenhor Gutierrez, passaram a criar organismos para agir como uma agência econômica no fomento do associativismo visando ao combate à pobreza.

No Brasil, houve forte influência da fonte francesa da Igreja Católica, em especial do movimento *Economia e humanismo*. Sujeitos como Lebret e Mounier²¹ já atuavam ou influenciavam teórico e politicamente os leitores

²¹ Além de Lebret, outro expoente da Igreja Católica francesa que influenciou bastante as organizações políticas formadas por militantes católicos, no Brasil, foi Emmanuel Mounier. Segundo Löwy (2000), seus escritos eram conhecidos no Brasil em virtude de uma coletânea de textos que foi publicada em Portugal em 1960: “*Emmanuel Mounier. Textos escolhidos* (ed. Por João Bénar da Costa). Lisboa, Moraes. No Brasil, *La petite peur du XXème siècle* é um dos raros livros traduzidos antes da década de 60 (*Sombras de medo sobre o século XX*. Agir, Rio de Janeiro, 1958). No entanto, muitos intelectuais e estudantes cristãos entendiam o francês ou liam suas obras na década de 1950” (LÖWY, 2000, p.37). Ainda segundo Löwy (2000), nos trabalhos de Mounier, o que impressionava os leitores católicos brasileiros era, “antes de tudo, a sua crítica radical do capitalismo como sistema fundado sobre o anonimato

cristãos brasileiros. O próprio Lebret esteve em terras brasileiras pela primeira vez em 1947 para conhecer e militar por um desenvolvimento baseado na lição cristã. Observa-se que o Brasil chegou a possuir uma filial do *Economia e humanismo* na cidade de São Paulo. Essa filial foi criada em 1948, e funcionou com o nome “Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais” (SAGMACS), que organizou várias pesquisas socioeconômicas de campo em 1952, 1955, 1957 e 1959 (LÖWY, 2000, p.233-55).

Para Löwy (2000, p.234), a filial do *Economia e humanismo*, foi um dos principais pontos para a entrada do “terceiro-mundismo católico” de Lebret no Brasil. Vários trabalhos fruto das pesquisas desenvolvidas por Lebret foram traduzidos para o português e publicados, sobretudo, por uma editora brasileira de dominicanos chamada *Duas Cidades*. São eles: *Princípios para a ação* (São Paulo, 1952); *Dimensões da caridade* (São Paulo, 1960); *Renovar o exame de consciência* (São Paulo, 1960); *Suicídio ou sobrevivência do ocidente?* (São Paulo, 1960); *Manifesto por uma civilização solidária* (São Paulo, 1961); além de outras obras traduzidas após o período de criação da chamada “Esquerda Cristã”, no Brasil (1950-1962) (LÖWY, 2000, p.234).

Há uma relação entre o movimento *Economia e humanismo* e o fundador da Cáritas Brasileira, Dom Hélder Câmara, que considerava Lebret como um profeta (LÖWY, 2000, p.235). Inspirado nos princípios do movimento *Economia e humanismo*, Câmara tinha como perspectiva de pensamento a “teologia do desenvolvimento”, fortemente marcada pelas idéias de Lebret (LÖWY, 2000, p.249-252). No ano de 1956, a Cáritas Brasileira foi criada por Câmara com a marca de sua “conversão aos pobres”, e, certamente, sob as orientações propostas pelo *Economia e humanismo* (LÖWY, 2000, p.250-1).

A justificativa da ação econômica (secular) da Organização está no plano religioso, expresso pela noção cristã de “Reino de Deus” na terra, o que consta de vários de seus documentos, como pode ser visto na análise sobre a “solidariedade cristã” no capítulo III desta dissertação.

Considerando a discussão acerca do associativismo e do

do mercado, a negação da personalidade e o ‘imperialismo do dinheiro’; uma crítica ética e religiosa que leva à busca de uma alternativa, o socialismo personalista, que reconhece que tem ‘muito a tomar do marxismo’” (LÖWY, 2000, p.238).

cooperativismo, humanismo e economia, o objetivo geral da minha pesquisa foi analisar o trabalho dos agentes da Cáritas Brasileira, no Ceará, na tentativa de entender a inserção da Igreja Católica na economia solidária.

Deste modo, escolhi pesquisar a Cáritas Brasileira no Ceará pelos seguintes motivos: 1) pelo meu interesse em saber como a Igreja Católica atua no campo econômico para tornar a vida dos pobres possível em meio às crises cíclicas do capitalismo contemporâneo; 2) por ser uma organização de referência (OR) de projeção nacional no fomento da *economia solidária*; 3) por ter uma “Linha de Ação” voltada para o desenvolvimento da chamada “Economia Popular Solidária (EPS)”; 4) por ser o único organismo da Igreja Católica brasileira a ter um programa de economia solidária do qual fazem parte projetos de organização do crédito, do trabalho, da produção, da comercialização e do consumo cooperativos; 5) pelo fato de atuar com os chamados “agentes de Cáritas”, os quais são trabalhadores celetistas responsáveis pelo desenvolvimento da EPS e por prestar assessoria aos “grupos solidários de produção” formados por trabalhadores das áreas rurais e urbanas; 6) pelos seus princípios cristãos católicos que norteiam e permeiam a organização da EPS; 7) pela sua atuação pedagógica a partir de formas associativistas e cooperativistas, levando a proposta da “cultura da solidariedade” aos trabalhadores envolvidos em suas ações, com o objetivo de construir o “Reino de Deus” na terra.

A Cáritas é um caso que se relaciona a discussão da *solidariedade*, uma problemática clássica da Sociologia. A “solidariedade” pregada pela Cáritas teria uma relação com a manutenção de “grupos produtivos solidários” (“grupos de produção solidária” ou “grupos solidários de produção”)? As experiências de economia solidária, a exemplo da EPS, seriam um *retorno*, uma *retomada*, uma *reação* para a volta de proteções próximas da sociabilidade primária (CASTEL, 1998a), na tentativa de os sujeitos sociais escaparem da pobreza e da desfiliação geradas pelas desigualdades sócio-econômicas?

Por outro lado, segundo o discurso êmico²², “caridade” pode ser traduzida como “solidariedade”. Isso indicaria, talvez, a incorporação da noção

²² Refiro-me a categorias e valores internos, próprios às sociedades e agrupamentos pesquisados. Essas categorias e valores próprios do *outro* são tomados de acordo com a lógica e coerência do universo simbólico pesquisado, o que não pressupõe, em princípio, uma homogeneidade de pensamento.

de “popular” à de “pobre”, hoje presente no discurso dos agentes entrevistados por mim, quando tecem críticas à *caridade-assistência* e enaltecem a *caridade-libertadora (solidariedade libertadora)*, visando à formação política dos “pobres”, agora chamados “excluídos/as”, como está disposto no capítulo II, item 2.3.

Com efeito, a Cáritas é uma Organização de Referência (OR)²³ no desenvolvimento de ações cooperativistas, o que me permitiu lançar as seguintes questões pontuais e norteadoras para a minha pesquisa: a relação entre economia, humanismo e religião tem ligação com o desenvolvimento de práticas associativistas e cooperativistas alimentadas pela lição bíblica cristã católica? Como a Igreja (Cáritas) passou a conviver no meio secular mantendo relações com sindicatos, movimentos sociais, ONG’s, universidades e Estado para a organização de ações associativistas e cooperativistas? Como, por quê e a partir de que período a Cáritas passou a atuar na pragmática do mundo do associativismo e do cooperativismo econômico no Ceará? Como aparecem os princípios de *autogestão* e de *cooperação* típicos do cooperativismo tradicional? Quem são os agentes de Cáritas? De onde eles vêm? Em que consiste o seu trabalho? O que pensam sobre o que fazem? Quais os sentidos e significados emprestados às noções de “caridade” e de “solidariedade”? O que os agentes entendem por “cultura da solidariedade”? São estes questionamentos que orientaram a pesquisa e que busquei responder nesta dissertação, visando a colaborar com a discussão teórica e com possíveis projetos de intervenção ligados ao fomento do trabalho associativo, cooperativo e autogestionário.

Devo salientar que a proposta de investigação que originou esta dissertação teve início com o meu envolvimento com o tema da economia solidária na formação de graduação.

Quando aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciei as minhas atividades de pesquisa sobre a chamada *economia solidária* na qualidade de bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa

²³ A Cáritas Brasileira é um exemplo do que Oliveira (2004) e Icaza (2004) consideram *Organização de Referência (OR)* no fomento da genericamente chamada *economia solidária*. Embora não analisadas aqui, a Igreja Católica possui outras organizações e setores que desenvolvem as mais diversas experiências associativistas, cooperativistas e de trabalho autogestionário.

e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas (GET) da linha de pesquisa *Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFC, entre os anos de 2003 e 2004. Esta experiência foi fundamental para que eu pudesse refletir sobre os processos de trabalho e as transformações capitalistas que deram lugar ao projeto de pesquisa apresentado ao PPGS da UFC.

Em 2003, trabalhei em pesquisas sobre o mundo do trabalho, enfocando o estudo sociológico e antropológico das experiências chamadas *mutantes*, de *trabalho atípico* (LIMA; ARAÚJO, 2003), compreendendo fenômenos associativistas e cooperativistas.

Ainda em 2003, comecei a trabalhar na primeira fase da pesquisa “Os (difíceis) caminhos da produção não capitalista: o trabalho em empresas autogestionárias”, que integrou a pesquisa interinstitucional UFPB/UFC/UFSCAR/CNPq realizada por pesquisadores e bolsistas de Iniciação Científica da UFC, da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nesse ano, no Ceará, a referida pesquisa tratou de duas empresas autogestionárias: a primeira na cidade de Fortaleza e a segunda no município de Massapê, localizado na zona norte do estado. A proposta de pesquisa visava a entender como funcionam as ditas formas cooperativistas, verificando como aconteciam as relações entre o *social* e o *econômico*, debruçando-se sobre experiências conhecidas como “economia solidária” no âmbito da *organização do trabalho autogestionário* para saber qual a gênese, a forma e a orientação ideológica dessas práticas cooperativas. Dentro dessa proposta, meu campo empírico específico foi a Cooperativa de Artesanato Ipaguassú-Mirim LTDA - COOPARMIL, em Massapê-CE, a 240 km da capital cearense. Tal objeto empírico diz respeito a uma cooperativa rural organizada pela Igreja Católica em parceria com ONG’s e serviços sociais estrangeiros, com recursos provenientes de doações e das atividades das próprias artesãs cooperativadas.

A pesquisa revelou que com a *crise da sociedade salarial* (CASTEL, 1998b), com a eliminação de postos de trabalho formais, e com elementos das *sociabilidades tradicionais*, foram sendo criados rearranjos entre as dimensões da organização social e da economia, os quais se materializaram em novas

formas de produção e de cooperativas fomentadas pelo Estado, por universidades, por sindicatos ou pela Igreja Católica, em parceria com ONG's e serviços sociais estrangeiros. A referida pesquisa acabou por gerar nova investigação que me fez refletir sobre os conceitos analíticos de *solidariedade* e *dom* até então não confrontados com as noções de “solidariedade” que permeiam as experiências cooperativistas. A apropriação de tais conceitos, presentes em associações e cooperativas organizadas pela Igreja Católica, reforçou a necessidade de analisar a relação da Igreja Católica, por meio de seus organismos, com a criação e/ou manutenção de experiências cooperativistas de trabalho, produção, comercialização, crédito e consumo.

Como foi visto, a Igreja Católica possui uma participação efetiva na organização de cooperativas de trabalho, de produção, de crédito, de comercialização e de consumo com vistas à geração de renda.

A ação de alguns setores da Igreja Católica, no Ceará, como os casos de organização de formas de trabalho associativo de Massapê, desde o final da década de 1980, sob a liderança do pároco João Batista Frota, e de Crateús-CE, desde 1964, cujo líder foi o clérigo dom Frágoso (BATISTA FRAGOSO et al., 2005), chamaram a minha atenção para o estudo de outros fenômenos cooperativistas envolvendo a Igreja Católica no estado do Ceará.

Para Peirano (1995, p.16), “não existe fato social que independa da referência à totalidade da qual ele faz parte”. Foi nessa perspectiva que conduzi os meus estudos sobre o fenômeno do trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária, buscando as suas relações com outros fatos em movimento, a exemplo das transformações capitalistas contemporâneas, ou seja, procurando *pensar relacionalmente* (BOURDIEU, 1998) no intuito de *desnudar o real* para ir além do ponto que os nossos olhos alcançam.

A relevância social do fenômeno que corresponde à atuação dos agentes de Cáritas no Ceará me pôs a refletir sobre a relação economia solidária-Igreja Católica, gerando o projeto a partir do qual foi feita a pesquisa que originou esta dissertação sobre o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS, atentando para as suas formulações êmicas de “solidariedade” e “caridade”, no intuito de buscar as origens da chamada economia solidária no esteio da história da Igreja Católica no Ceará.

A perspectiva metodológica adotada para o desenvolvimento da pesquisa deslocou-se de uma lógica puramente instrumental, concentrada nos dados quantitativos e na busca de mecanismos ajustadores, para outra em que a compreensão dos fenômenos exige a consideração das especificidades culturais como parte ativa desses processos e experiências.

Durante todo o período do mestrado, simultaneamente aos estudos teóricos, estive atento às questões de ordem empírica, lançando mão de uma “observação flutuante” (GOLDMAN, 1995, p.146)²⁴. Esta atividade compreende uma observação sobre o fenômeno estudado em vários locais distintos, onde ocorrem as relações sociais entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. O movimento de ida e volta ao campo põe o pesquisador em uma constante situação de escuta, o que me permitiu tornar inteligível a dinâmica do trabalho dos agentes de Cáritas. Neste sentido, foram feitas visitas periódicas aos escritórios da Cáritas Arquidiocesana e Regional do Ceará, em Fortaleza, Diocesana de Sobral (a 225 km da Capital) e Pastoral Social da Diocese de Tianguá (a 314 km da Capital)²⁵, durante as quais eu recolhi documentos e material publicitário, interagi com os agentes por meio de conversas informais e entrevistas, bem como fiz diversos registros em meu diário de campo. Observei reuniões e demais expedientes dos agentes, e estive presente em encontros

²⁴ O autor realiza uma discussão sobre teoria antropológica e sua metodologia para o estudo das “sociedades complexas”. Dessa forma, “a observação direta e contínua”, a observação participante da etnologia tradicional, “se converte em ‘observação flutuante’, semelhante à ‘escuta flutuante’ do psicanalista” (GOLDMAN, 1995). Escolhi pesquisar a partir da perspectiva de Goldman (1995) por perceber sua pertinência em relação às características e formas do objeto de minha pesquisa. Os agentes de Cáritas não moram e não trabalham na mesma rua ou na mesma cidade. Seu trabalho, na verdade, ocorre em duzentos países e territórios. Mesmo com a delimitação feita sobre o trabalho dos agentes, não é possível conviver com estes como Malinowski (1984) fez com os nativos das Ilhas Trobriand. A observação participante, nos moldes da etnologia tradicional, não é possível quando se trata de objetos como o trabalho dos agentes de Cáritas no Ceará, pois as vidas desses sujeitos são orientadas por referenciais de sociedades bem diferentes daquela estudada por Malinowski (1984): moram em casas separadas, em bairros distintos, em municípios diferentes, etc. Não constituem uma tribo ou um clã, mas formam cidades. Evans-Pritchard (2002, p.20), por exemplo, disse ter feito o seu estudo da porta de sua barraca, instalada no meio da tribo Nuer. Certamente, pesquisar objetos como o que escolhi em minha monografia de graduação (as conseqüências da construção do Metrô de Fortaleza (METROFOR) sobre o trabalho informal no Centro da Cidade) (SILVA FORTE, 2004), e como o que elegi para a pesquisa que nutriu esta dissertação (o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará), é uma tarefa que requer uma reflexão sobre os cânones metodológicos das Ciências Sociais. Foi por não poder instalar-me entre os *nativos*, como o fez Malinowski (1984) e Evans-Pritchard (2002), que optei por trabalhar com o recurso de *observação flutuante* proposto por Goldman (1995) com a finalidade de elaborar estudos em sociedades qualificadas como “complexas”.

²⁵ Ver anexo E – Localização geográfica dos escritórios das entidades-membro da Cáritas Brasileira no Ceará.

sobre *economia solidária* dos quais as Cáritas de vários países fizeram parte, a exemplo do “V Fórum Social Mundial”, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2005, do “I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará”, ocorrido na cidade de Fortaleza, em novembro de 2005, do “Encontro de Avaliação e Planejamento da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária”, realizado em Fortaleza, em fevereiro de 2006, e do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” (cooperativas de comercialização assessoradas pela Cáritas Regional Ceará, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e Pastoral Social da Diocese de Tianguá), ocorrido em Tianguá, em março de 2007. As observações *in loco* possibilitaram o acesso às formas de trabalho e às categorias específicas do universo simbólico do qual fazem parte os agentes.

Durante o processo de pesquisa busquei considerar na análise o "ponto de vista do outro", atentando para as noções e categorias formuladas pelas pessoas que constituem a experiência em análise. Pensando com Geertz (1997, p.89), busquei descobrir “(...) o que diabos eles acham que estão fazendo”. Ou seja, pesquisei sobre o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS a partir de seu ponto de vista, procurando saber o que eles pensam sobre o que fazem, tendo sempre a consciência de que estava em campo como pesquisador, não havendo a intenção de pensar como os indivíduos pesquisados, mas de entender a lógica simbólica que rege suas vidas.

Realizei treze entrevistas abertas, semi-estruturadas, gravadas e assim distribuídas: uma com um agente da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo para observar os pontos comuns que orientam o trabalho dos agentes que desenvolvem a EPS no Brasil; uma com a secretária da Cáritas Brasileira – Regional Ceará – com objetivo de ter acesso aos dados sobre os nove escritórios da organização existentes no Ceará e acerca do trabalho dos agentes no estado; uma com o agente responsável pela articulação entre os agentes e as respectivas experiências de EPS desenvolvidas por eles no Ceará, objetivando o conhecimento da dinâmica de atuação em rede que compreende o desenvolvimento da EPS; e dez com os agentes dos escritórios diocesanos e do arquidiocesano responsáveis pelo desenvolvimento da EPS, com a pretensão de acessar as formulações êmicas dos protagonistas do

fenômeno estudado²⁶.

A pesquisa incluiu um levantamento de dados realizado na *internet*, cujo objetivo foi buscar informações institucionais da Cáritas e de seus agentes, no Brasil e no Ceará, sobre o desenvolvimento da EPS. Fiz uma análise dos documentos institucionais (cartilhas, livros, *folders*, revistas, vídeos, etc.) e um acompanhamento de matérias veiculadas pelos jornais locais O Povo e Diário do Nordeste, no período de janeiro de 2004 a abril de 2007, atentando para assuntos sobre a *economia solidária*, em especial a EPS desenvolvida pela Cáritas.

As observações de campo, entrevistas e conversas informais – graças ao *estranhamento* do objeto, como proposto por Damatta (1978), que me possibilitou um distanciamento analítico – mostram-me um quadro heterogêneo em relação ao trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará.

A pesquisa focou o trabalho dos agentes da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará, da Cáritas Diocesana de Sobral, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Pastoral Social de Tianguá (entidade-membro) a fim de delimitar o objeto de estudo.

Destaquei o trabalho dos agentes do Secretariado Regional, da Cáritas de Limoeiro do Norte e da Pastoral Social por serem os únicos diretamente ligados a experiências de comercialização sob a forma de pequenas lojas onde são comercializados os produtos confeccionados pelos trabalhadores que compõem as unidades cooperativas, aos quais os agentes chamam de “grupos produtivos solidários”. Tais estabelecimentos de comercialização são denominados de “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário”, caso de Aracati, a 159 km da capital, e Prainha do Canto Verde – em Beberibe, a 81 km da Capital cearense – (desenvolvido e assessorado pelo agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte), “Budega do Povo”, caso de Tianguá (desenvolvido e assessorado pelo agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá). Ambas as “bodegas” também contam com as assessorias dos agentes do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará, os quais atuam juntamente com os da

²⁶ Neste texto, os nomes dos agentes entrevistados foram substituídos por nomes de personagens bíblicas do Antigo e do Novo Testamento com o objetivo de salvaguardar a integridade física, psíquica e moral dos interlocutores da pesquisa.

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e de Tianguá.

Além das atividades de trabalho, produção, crédito, consumo e comercialização (compreendendo as “feiras solidárias”), somente os agentes das Cáritas de Limoeiro do Norte (com atuação em Aracati e Beberibe) e Tianguá trabalhavam no acompanhamento contínuo e organização de estabelecimentos de comercialização.

O agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, organiza as chamadas “feiras solidárias” para comercializar os produtos dos “grupos produtivos solidários”, juntamente com ONG’s, movimentos sociais, sindicatos e Estado. Além disso, encaminha os produtos confeccionados pelos grupos de produção acompanhados pela Cáritas Arquidiocesana às “bodegas” localizadas no interior²⁷.

Tirante estes três casos, escolhi analisar, ainda, o trabalho do agente de Cáritas responsável pelo desenvolvimento da EPS no município de Sobral-CE, haja vista ser essa cidade um pólo econômico e político com forte interferência da Igreja Católica, via Diocese, na vida social e política da região norte do Ceará.

Escolhi o trabalho desses agentes para conhecer as similitudes e diferenças entre o trabalho do agente do interior e do agente da capital. No interior, o desenvolvimento da EPS ocorre em consonância com projetos de convivência com o semi-árido, como a construção de cisternas para o armazenamento d’água devida ao problema da seca. Além de cooperativas, que são estabelecimentos de comercialização, as Cáritas de Limoeiro do Norte, Sobral e a Pastoral Social de Tianguá também realizam as “feiras solidárias” em parceria com organizações do campo civil.

Os agentes da Cáritas Brasileira Regional do Ceará, com escritório na capital, também assessoram tais experiências de comercialização no interior do estado, bem como o agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza cuida em

²⁷ No período em que realizei esta pesquisa (janeiro de 2005 a abril de 2007), na capital não havia estabelecimento de comercialização fomentado pela Cáritas. Neste momento de redação da dissertação, tomei conhecimento por meio de um agente da Cáritas Regional Ceará que em agosto de 2007 foi criada, com a assessoria dos agentes dos escritórios da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e do Regional, a “Budegama”, unidade cooperativa de comercialização vinculada à Associação das Mulheres em Ação (AMA), formada pelos “grupos produtivos solidários” acompanhados pelos agentes que atuam no desenvolvimento da EPS em Fortaleza. A “Budegama” se localiza no bairro Mondubim, na periferia da capital cearense.

estabelecer canais de comercialização para os grupos de trabalhadores que produzem em Fortaleza e região metropolitana. Portanto, foi analisado o trabalho dos agentes de Cáritas no Ceará a partir da atuação da Cáritas em Fortaleza, Aracati, Beberibe, Tianguá e Sobral.

A formação de iniciação científica, as disciplinas cursadas e os mestres que orientaram minha vida acadêmica, desde o curso de graduação ao mestrado, foram de suma importância para que eu considerasse o *estranhamento* e a *alteridade* como categorias imprescindíveis do ofício de pesquisador. Assim, aprendi que não há um vácuo moral, além de constatar a necessidade de um distanciamento analítico sem o qual não é possível proceder à análise científica. O procedimento da *desconstrução do real* é algo que requer uma aproximação e um distanciamento. Este é o grande desafio!

Além disso, o objeto escolhido numa pesquisa social está intrinsecamente ligado à subjetividade do pesquisador, ao que experimenta e sente ao longo de sua vida (RODRIGUES, 1997; SILVA FORTE, 2004). Nesta perspectiva, passei a estudar a relação entre economia solidária e Igreja Católica, enfocando o trabalho dos agentes da Cáritas Brasileira vinculados aos escritórios de Fortaleza, Sobral, Limoeiro do Norte, e Tianguá.

A partir dessa relação entre economia e Igreja suponho que a *educação*, a *fé* e o *trabalho* são fatos articulados para a construção de uma economia baseada no que os agentes de Cáritas chamam de “cultura da solidariedade”. Esta “cultura”, analisada pontualmente no capítulo III, item 3.4, estaria revestida pela moral cristã da comunhão e do amor ao próximo (Antigo Testamento, Levítico capítulo 19, versículo 18, e Evangelho de João capítulo 13, versículo 34; capítulo 15, versículo 12) em contraposição às conseqüências nefastas do capitalismo, em meio à realidade e às utopias de nossa história.

Após um século de várias guerras – dentre elas duas grandes guerras mundiais – e outras impactantes transformações sociais, no século XXI, assiste-se ao *movimento* que vem sendo chamado de economia solidária, evocado, ora como uma *alternativa*, ora como uma *possibilidade histórica*, ao sistema capitalista.

CAPÍTULO I

A IGREJA NO “REINO DOS HOMENS”

1.1 Cáritas: o “serviço social” da Igreja Católica

A primeira *organização social* Cáritas¹ foi criada em 1897, em Friburgo (Alemanha). Após a sua fundação, “as Cáritas” se espalharam por vários pontos do mundo, como Suíça (1901), Áustria (1903) e Estados Unidos da América (1910). No ano de 1950, é iniciada a união das organizações Cáritas pela criação da Confederação de Caridade Católica, por iniciativa do Papa Pio XII e do secretário de Estado substituto, monsenhor Giovanni Montini, que foi o Papa Paulo VI. Em 1951, seus estatutos foram aprovados, na Santa Sé (Vaticano), durante a Assembléia Geral da Confederação. Após a segunda Guerra Mundial, a Cáritas passou a desenvolver atividades de distribuição de donativos para o povo alemão. Com a reconfiguração do mapa da Europa, nos anos 50, a Igreja defendeu o direito de migração, chegando a propor cinquenta e seis “normas pastorais de assistência aos imigrantes” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.44).

Em 1955, durante a Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada no Rio de Janeiro, foi aprovada a criação da Cáritas América Latina e Caribe. A sua criação formal ocorreu em 1958. Atualmente, está presente em 23 (vinte e três) países e organizada em quatro zonas, a saber: Bolivariana (Bolívia, Colômbia, Equador; Peru e Venezuela); Camexpa (Nicarágua, Costa Rica, México, Honduras, Guatemala, Panamá e El Salvador); Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile; Paraguai e Uruguai); e Caribe (Antilhas, Cuba, Haiti, República Dominicana e Porto Rico)².

Na década de 60, a Cáritas incrementou as suas atividades, sendo voluntária para prestar assistência às populações vitimadas por guerras e por

¹ Para isso inspira-me o conceito de organização social elaborado por Lapassade (1977, p.101), o qual se refere a uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos, tais como a produção, a distribuição de bens e a formação de homens.

² No ano de 2006, as Cáritas Brasileira, Argentina, Chilena e Colombiana completaram 50 anos. Ver anexo F – “Carta da Cáritas Brasileira no seu Jubileu de Ouro (1956 - 2006)”.

catástrofes naturais. Em janeiro de 1959, o Papa João XXIII anunciou o Concílio Vaticano II, que teve as suas sessões iniciadas somente em outubro de 1962, seguindo até o ano de 1965. O Vaticano II foi fundamental para uma mudança da Igreja Católica, fazendo-a se preocupar com o mundo dos homens, que cada vez mais sofria com a questão social da pobreza e com a concentração de riquezas. A convocação do Concílio feita por João XIII foi fundamental para a mudança de atuação da Cáritas, que se re-posicionou, desde o trabalho emergencial de assistência aos pobres, “à promoção dos excluídos/as” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.44).

A Cáritas Brasileira foi criada em 12 de novembro de 1956, na 3ª assembléia da CNBB, realizada em Serra Negra – SP, e presidida pelo clérigo cearense Dom Hélder Câmara. Inicialmente, o objetivo era fazer uma articulação nacional de todas as “obras sociais” católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo dos Estados Unidos da América – EUA, por meio da CNBB. Atualmente, com sede em Brasília – DF, seu secretariado nacional é responsável por coordenar uma rede de Cáritas Diocesanas e Regionais organizadas em vários escritórios espalhados pelo Brasil. Do ponto de vista jurídico, a Cáritas é reconhecida como de utilidade pública federal³, o que demarca uma relação entre Igreja Católica e Estado. Assim, juridicamente, a Cáritas não é a instituição Igreja Católica, mas sim um dos seus organismos. O marco legal que reconhece a Cáritas como de utilidade pública federal junto ao Estado, possibilita a inserção da Igreja Católica (CNBB) no campo da economia, viabilizando, inclusive, a captação de recursos para o desenvolvimento da EPS.

Hoje, a Organização desenvolve suas ações com fundos gerados no Brasil pela “Campanha da Solidariedade”, de caráter permanente, com fundos doados pela Cáritas e outras instituições confessionais de países do chamado “Primeiro Mundo”, voltadas para a cooperação internacional, tais como: ONG Misereor (Alemanha), Cordaid (Holanda), Catholic Relief Services – CRS (equivalente à Cáritas dos EUA), Cáritas Suíça, Cáritas Alemã, Secours Catholique (França), Entraide et Fraternité (França), Zentratstelle Fur

³ Informações colhidas no *website* da Cáritas Brasileira. Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/index.php?system-files&action-caritasbr.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

Entwicklungshilfe (Alemanha), Deutscher Entwicklungsdienst (DED) (Alemanha), dentre outras.

A Cáritas Brasileira surgiu em um momento em que o “serviço social” (as ações de assistência aos pobres) era visto como atenuante dos problemas causados pelo capitalismo, sendo ligada ao Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB⁴. Até a década de 1960, o Programa de Distribuição de Alimentos foi desenvolvido na perspectiva de “Desenvolvimento da Comunidade”, tornando-se a marca mais característica da Organização no cuidado com os “pobres”. Este tal “desenvolvimento” tem um sentido econômico capitalista que não era mais que um paliativo, e, ao mesmo tempo, uma “suavização” da pobreza feita pelo regime militar brasileiro em parceria com o governo dos Estados Unidos da América, que possuía a intenção de desmanchar a forte rejeição que se formava nos países da América Latina à sua posição de dominação política, econômica e militar.

No ano de 1966, a Cáritas Brasileira desligou-se do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, momento em que passou a ser uma entidade jurídica autônoma, entretanto, “vinculada filosófica e doutrinariamente à CNBB”. Nessa época, havia 184 Cáritas Diocesanas e 5000 “obras sociais” (como doação de alimentos aos pobres) filiadas a Cáritas Brasileira.⁵ A partir de 1966, após o Concílio Vaticano II, quando ainda ocorria a “caridade política” estadunidense, a Cáritas, no Brasil, foi passando por um processo de mudanças impulsionado pelas idéias e propostas advindas da Teologia da Libertação (TL) e das Conferências Episcopais de Medellín (1969) e Puebla (1979). Segundo a CNBB (2006, p.49), “foi um processo lento de despertar, de livrar-se do pacote estadunidense, que incluía, disfarçado ou não, um projeto de dominação capitalista”. Para a CNBB (2006, p.49), o nascimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, certamente contribuíram para a mudança dos objetivos e da metodologia de atuação da Cáritas junto aos “excluídos”.

⁴ Informações colhidas no *website* da Cáritas Brasileira. Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/index.php?system-files&action-caritasbr.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

⁵ Informações colhidas no *website* da Cáritas Brasileira. Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/index.php?system-files&action-caritasbr.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

Em 1974, com o fim do Programa de Alimentos, a maior parte dos escritórios Regionais e muitas Cáritas Diocesanas foram desativadas. No mesmo período, outras Cáritas Diocesanas iniciaram um processo de organização “na perspectiva da promoção humana”, que consiste na formação das pessoas para a reflexão e a crítica necessárias para o exercício de sua cidadania e para a garantia de direitos, buscando diminuir e evitar o assistencialismo (CNBB, 2006, p.45-50). Houve uma fase de reorganização das estruturas regionais que foi até o ano de 1977. Os escritórios ainda em funcionamento foram transformados em secretariados regionais, adaptando-se às estruturas da CNBB.⁶

A crise contemporânea do capitalismo, que se acentua a partir da década de 1980, causou um aumento demasiado das desigualdades sócio-econômicas e um conseqüente aumento da pobreza. Este quadro teria feito com que a Cáritas Brasileira passasse por mudanças organizacionais, bem como por mudanças na sua forma e nas suas prioridades de ação que, nas palavras da CNBB (2006), garantiram a sua “conversão”:

(...) a Cáritas vai se abrindo para o evangelho que vem dos clamores do povo, e vai se convertendo, estimulada também pelas orientações do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais de Medellín e Puebla. Assim, na 4ª Assembléia Geral, em 1980, a Cáritas reafirma a sua opção pela ação social formativa, no sentido de educar através da promoção humana. Assumiu igualmente a integração na pastoral de conjunto e a articulação com os demais organismos atuantes no campo da pastoral social. Fazendo parte do setor de Ação Social da Linha 6 da CNBB.

(CNBB, 2006, p.51).

Como organismo do “setor de Ação Social”⁷, previsto na Linha 6 (“dimensão sócio-transformadora” da ação evangelizadora da Igreja no Brasil - CNBB), a Cáritas age juntamente com as chamadas “pastorais sociais”. Na definição da CNBB, as “pastorais” são:

⁶ Informações colhidas no *website* da Cáritas Brasileira. Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/index.php?system-files&action-caritasbr.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

⁷ O “setor de Ação Social” da CNBB é constituído por onze pastorais: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades. Além delas, o Setor também conta com três organismos: Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES) e Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS) (CNBB, 2001).

(...) serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante.

(CNBB, 2001, p.7).

Na qualidade de unidades de serviços da Igreja Católica, as “pastorais sociais” atendem aos pobres, às vítimas de preconceito, de discriminação e aos demais que não gozam de seus direitos civis, políticos, sociais e humanos. Elas planejam e executam ações sociais junto aos pobres a partir da lição cristã ensinada pela Igreja Católica. Sua finalidade é “concretizar em ações sociais específicas a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização”, intervindo nas realidades dos excluídos com uma proposta educacional e política orientada pelo evangelho (CNBB, 2001, p.7-9).

Madalena, agente de Cáritas que organiza a EPS em Fortaleza e região metropolitana, fala de uma “confusão” vivida pelos agentes em relação à Cáritas e às pastorais. Para ela, bem como para outros agentes, a Cáritas se confunde com as pastorais sociais por ter atribuições e competências que são as mesmas das pastorais, embora na estrutura organizacional da CNBB a Cáritas seja um organismo com personalidade jurídica própria:

É uma relação muito confusa a Igreja, as pastorais e a própria Cáritas, né? (...) Porque a Cáritas ela é um organismo que vem pra cumprir a função social da Igreja. Tipo assim, ela é responsável pra cumprir a função social (...). Aí você tem uma fragmentação da ação, você tem uma ala que é só da fé, uma ala que cuida das questões sociais e... É aí que entra a Cáritas, mas as pastorais também. Por exemplo, ao mesmo tempo que a Cáritas trabalhava na organização dos PACs, de onde veio a Economia Popular Solidária, os agentes de pastoral também trabalhavam.

Em termos formais, a Cáritas não é uma “pastoral social”, mas está inclusa no mesmo setor das pastorais (setor de Ação Social da CNBB), e é responsável por várias ações que também são implementadas pelas pastorais sociais, dentre elas a organização da EPS. A Cáritas e as pastorais sociais são as partes da Igreja Católica responsáveis por cuidar dos “filhos de Deus”, numa perspectiva que traz à tona o conceito de “protagonismo” dos “excluídos”, considerados agora como atores sociais construtores de sua própria história e capazes de transformar as suas condições de vida graças à “solidariedade”

ensinada e praticada por meio da mobilização política, da organização comunitária e do trabalho.

Para o período de 2003 a 2007, a rede Cáritas da América Latina e Caribe definiu como eixos de trabalho “a solidariedade para a globalização da paz e a reconciliação”, “a participação política e cidadã”, “a integração e soberania nacional” e “o fortalecimento da coordenação regional”.

No estado do Ceará, a ação da Cáritas teve início em 1958, articulada às dioceses, pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em 15 de outubro de 1967, foi fundada a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza.

A Cáritas Regional do Ceará, responsável pela articulação das ações entre as Cáritas Diocesanas e entidades-membro (caso de pastorais sociais)⁸, foi constituída em 1980, visando à estruturação estadual da organização para a prestação de serviços às populações materialmente pobres, agindo de uma forma mais específica junto aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

Os escritórios da Cáritas, no Ceará, estão hoje vinculados às dioceses localizadas em várias áreas do estado⁹, contando com dois escritórios – um arquidiocesano e um regional, sendo este responsável pela articulação entre os agentes dos escritórios diocesanos no estado do Ceará – ambos localizados no Centro da cidade de Fortaleza. O Regional Ceará é constituído por oito Cáritas Diocesanas, uma entidade-membro (Pastoral Social das Obras Comunitárias da Diocese de Tianguá-CE) e um Secretariado Regional que desenvolve atividades no estado (ver anexo E – Localização geográfica dos escritórios das entidades-membro da Cáritas Brasileira no Ceará). Apesar de ter escritórios localizados em apenas nove municípios cearenses, os agentes de Cáritas e de

⁸ Segundo o artigo 3º, capítulo II, do Estatuto da Cáritas Brasileira (CB), “são membros da CB, em número ilimitado, as Cáritas Diocesanas ou entidades congêneres de âmbito diocesano que correspondam às finalidades da Cáritas, tenham personalidade jurídica própria, requeiram sua filiação e como tais sejam aceitas pela Assembléia Geral da CB, com a prévia concordância do bispo diocesano”. Atualmente a Cáritas Brasileira (CB) possui 163 entidades-membro espalhadas pelo país. Deste número, nove são entidades-membro situadas no Ceará e diretamente ligadas à Assembléia Geral da CB (ver os seguintes documentos: anexo B – Estatuto da Cáritas Brasileira; anexo C – Regimento Interno; e anexo D – Organograma da Cáritas Brasileira).

⁹ No Ceará, a Cáritas Brasileira possui um Secretariado Regional e entidades-membro em nove municípios cearenses, quais sejam: Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza; Cáritas Diocesana de Crato; Cáritas Diocesana de Iguatu; Cáritas Diocesana de Itapipoca, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; Cáritas Diocesana de Sobral; Diocese de Crateús; Diocese de Quixadá; Pastoral Social da Diocese de Tianguá. Informações extraídas do sítio da Cáritas Brasileira. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

sua entidade-membro, a exemplo da Pastoral social da Diocese de Tianguá, desenvolvem projetos e assessoram populações em 49 municípios com ações pontuais integradas. Tais ações pontuais são desenvolvidas pelos agentes de Cáritas junto às populações empobrecidas da cidade e do campo, como o desenvolvimento da EPS e a construção de cisternas. Em parceria com outras entidades pastorais, movimentos sociais, ONG's e Estado seu raio de alcance se amplia, chegando a atingir oitenta municípios cearenses, dos cento e oitenta e quatro existentes no estado do Ceará.

A Cáritas guarda uma história intimamente vinculada ao papel da Igreja junto àqueles destituídos de alimento, moradia dentre outras condições indispensáveis para viver. Certamente, a palavra *caritas* - cujo significado cristão é a prática do amor – com a qual a Igreja batizou o seu “serviço social” diz muito acerca de um dos elementos fundamentais do cristianismo:

A palavra Cáritas é de origem latina e significa ‘caridade’, podendo ser traduzida como: ‘solidariedade’. A verdadeira caridade é muito mais que ‘dar o peixe a alguém’, embora em várias situações isso seja necessário.¹⁰

De acordo com o material institucional da Cáritas Brasileira, a Organização “(...) foi passando de um trabalho simplesmente assistencial para um trabalho libertador, articulado com as demais pastorais sociais e com o movimento popular, dando ênfase à construção e conquista da cidadania através de relações democráticas e políticas sociais públicas”¹¹, o que explica a expressão “novo jeito de ser Igreja”, como dizem os agentes de Cáritas entrevistados. Agora, mais que abrigar e alimentar, a perspectiva é a da libertação dos pobres de seus infortúnios.

É o que observo nas falas dos agentes. Segundo Maria, agente exercendo a função de Secretária da Cáritas Regional Ceará, “a solidariedade é o caminho para a emancipação”. Por outro lado, Ester, agente da Cáritas Regional, responsável pela articulação entre os agentes e os projetos de EPS no Ceará, ressalta que a metodologia seguida pela Organização é formada por

¹⁰ O referido texto diz respeito à seção “Nossa Inspiração” do organismo Cáritas Brasileira. Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/inicial.asp?p=quem_nossa>. Acesso em: 21 de nov. 2004.

¹¹ CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

três passos, quais sejam: “ver, julgar e agir”, propostos pela CNBB como método teológico-pastoral que corresponde a “**ver** a realidade analiticamente”, “**judgá-la** com os critérios da fé” e “**agir** pastoralmente para transformá-la” (SANTOS, 1978, p.56, grifos do autor)¹². Tal metodologia foi proposta após o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais de Puebla (1969) e Medellín (1979), que reforçaram a chamada “opção preferencial” da Igreja pelos pobres. Essa “opção” tem base na “Doutrina Social da Igreja Católica” explicada pelo Papa Joannes Paulus II no discurso inaugural da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, proferido no Seminário Palafoxiano de Puebla de Los Angeles, México, em 28 de janeiro de 1979:

Esta nasce à luz da palavra de Deus e do magistério autêntico, da presença dos cristãos no seio das situações em transformação do mundo, em contato com os desafios que delas provêm. Tal doutrina social comporta, portanto, princípios de reflexão, mas também normas de julgamento e diretrizes de ação. (PAULUS II, Joannes apud EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1979, p.32). (grifos do autor).

Como há um norte religioso e hierárquico dado às ações da Cáritas, os seus agentes devem seguir o método composto pelos três passos: “ver”, “julgar” e “agir”, partindo da palavra de Deus e das deliberações da Igreja sobre o que fazer e como deve ser feito, a exemplo do cuidado com os pobres, os “filhos” *especiais* de Deus e da Igreja.

Madalena, agente há três anos na Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, fala que a Cáritas surgiu da preocupação da Igreja Católica em atender aos pobres que sofriam com a fome, a discriminação, a concentração de renda, a exploração no trabalho e, sobretudo, com a *falta* dele.

Em assembléias nacionais com seus agentes, clérigos e leigos, a Cáritas brasileira define os setores em que deve atuar. Para que a Organização concretize a sua “missão” no quadriênio 2004-2007, ela estabeleceu quatro prioridades de atuação nacional, sob a forma de “linhas de ação”, subdivididas

¹² Segundo Adams (2001, p.184), VER, JULGAR e AGIR diz respeito à metodologia da Ação Católica Operária. Essa metodologia “visava levar para o engajamento comunicatório, social e político. Os vetores básicos desta pedagogia é a relação indissociável entre a ação e a reflexão. A ênfase se dava sempre na ‘alimentação’ da militância comprometida com a transformação social”.

em áreas específicas de intervenção, como consta de seu *website*¹³ e de diversas publicações, a exemplo de uma por ocasião dos seus 50 anos (CNBB, 2006, p.62). São elas:

Linha 1: Defesa e Promoção de Direitos da População em Situação de Exclusão Social:

- Defesa e proteção de grupos em situação de risco e vítimas de catástrofes: famílias, sem-terra, idosos, índios, quilombolas, população de rua e pessoas portadoras de deficiência;
- Defesa e proteção de direitos de crianças, adolescentes, jovens e mulheres;
- Mutirão de superação da fome e da miséria;
- Apoio aos portadores de HIV-AIDs.

Linha 2: Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas:

- Mobilizações (grito dos excluídos, combate à corrupção, entre outras);
- Controle social (conselhos, fóruns, orçamento público, comissões, etc.);

Linha 3: Desenvolvimento Solidário e Sustentável:

- Convivência com o semi-árido;
- **Valorização e promoção da Economia Popular Solidária (EPS);**
- Organização e apoio às iniciativas de catadores de materiais recicláveis;
- Defesa dos povos e recursos naturais na Amazônia Brasileira.

Linha 4: Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas:

- Formação para a prática da solidariedade;

¹³ CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

- Comunicação;
- Fortalecimento e expansão da rede Cáritas;
- Campanha da Fraternidade e fundos de solidariedade;
- Semana da solidariedade;
- Semanas sociais brasileiras;
- Fortalecimento da Cáritas na Amazônia Brasileira.

O enfoque dado ao trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará fez com que eu escolhesse a Linha de Ação 3, à qual está vinculado o programa permanente do qual fazem parte os projetos de fomento das experiências de economia solidária desenvolvidas por esse organismo da Igreja. A Linha 3 contempla o chamado “desenvolvimento solidário e sustentável”, uma das prioridades definidas na penúltima assembléia geral da Cáritas, ocorrida durante o II Congresso Brasileiro da Organização realizado em Belo Horizonte-MG, em 2003.

Atualmente, as ações da Cáritas Brasileira, incluindo a organização da EPS, são mantidas com os fundos angariados com a “Campanha Permanente de Solidariedade” e com o financiamento das Cáritas dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, do Canadá e da Austrália. Há a colaboração de outras organizações eclesiais e laicas, como é o caso da Misereor (Alemanha) e a Cordaid (Holanda), que aportam recursos destinados à “promoção do desenvolvimento econômico e social” nos países vistos pela organização Cáritas no mundo como “empobrecidos”.

Segundo depoimento dos agentes entrevistados, os trabalhos desenvolvidos pela Cáritas dizem respeito à elaboração e implementação de políticas públicas não-estatais para os excluídos, voltadas para projetos de “transformação social”. O agente também é responsável pelo monitoramento das políticas públicas estatais. Suas principais ações são: intervenções nas políticas estatais (via conselhos, comissões, comitês, fóruns, orçamento participativo, plano diretor das cidades) de modo a tencionar os governos para

que implantem políticas públicas que garantam a assistência estatal aos pobres; mobilizações e pressões para dirigir as políticas públicas de educação, saúde, moradia, emprego etc., em benefício de seu público preferencial (os pobres); marchas e demais tipos de manifestações públicas em defesa dos direitos humanos e sociais, como o “Grito dos Excluídos”, instituída no início dos anos 90, uma manifestação pública que ocorre anualmente no dia 7 de setembro, dia oficial da independência do Brasil; formação de grupos de trabalhadores para o trabalho e a produção cooperativos e autogestionários (EPS); intervenção junto aos desabrigados e populações em situação de vulnerabilidade; e outras ações voltadas para a defesa dos direitos humanos, políticos e sociais.

Todas essas ações são orientadas pelo conceito êmico de “solidariedade” presente no discurso oficial da Organização, com destaque aos seus objetivos (“missão”) teológicos e políticos advindos da missão de Jesus, da Igreja e da Cáritas no mundo:

[MISSÃO DE JESUS]:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para anunciar boas novas aos pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade dos oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor (Lc 4, 18-19).

[MISSÃO DA IGREJA NO BRASIL (CNBB)]:

Objetivo Geral da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil (2003-2006)

Evangelizar, proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo.

[MISSÃO DA CÁRITAS NO MUNDO]:

A missão da Cáritas tem base na doutrina social da Igreja, centrando-se na dignidade da pessoa humana. O trabalho da Cáritas pelos pobres manifesta o amor de Deus por toda a sua criação. Cáritas crê que os pobres e oprimidos não devem ser objeto de compaixão, mas agentes de mudança, que na luta que visa erradicar uma pobreza que desumaniza, condições inaceitáveis de vida e de trabalho, e estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que são injustas.

[MISSÃO DA CÁRITAS NO BRASIL]:

A Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

(CÁRITAS BRASILEIRA, 2006a, p.10-13) (grifos e colchetes meus).

Segundo a CNBB (2006), é necessário fazer duas observações fundamentais para se ter uma boa compreensão da “missão” da Cáritas. A primeira é que toda a ação da entidade, viabilizada por programas e projetos que podem ter alcance local, regional e nacional, é orientada por seis eixos estruturantes os quais são, concomitantemente, “valores transversais”, norteadores, que revestem a presença da organização e qualificam a sua atuação. Seguindo os “estudos da CNBB”, os eixos têm a seguinte composição textual:

- a) **Defesa e promoção da vida – sociobiodiversidade.** Trata-se da defesa e promoção da vida humana numa concepção de solidariedade, integrada com todos os seres criados por Deus.
- b) **Mística e espiritualidade ecumênica e libertadora.** Ai está o cerne da identidade da Cáritas, cuja fonte está nos valores de Reino de Deus, construído a partir dos excluídos e excluídas da sociedade.
- c) **Cultura da solidariedade.** Criação e fortalecimento de uma cultura da solidariedade, superando o individualismo causador das injustiças sociais.
- d) **Relações igualitárias de gênero, raça, etnia e geração.** Para a Cáritas, trabalhar as relações de gênero, raça, etnia e geração significa reconhecer e valorizar as diferenças numa integração e complementação solidária.
- e) **Protagonismo dos excluídos e excluídas.** Na proposta metodológica da Cáritas, os excluídos e excluídas são os atores principais, os sujeitos da transformação, na luta pelos seus direitos.
- f) **Projeto alternativo de sociedade solidária e sustentável.** A Cáritas reconhece que o modelo de sociedade existente hoje é contra a vida. Por isso, ela participa da construção de um novo projeto de sociedade solidária que promova a vida, com dignidade”.

(CNBB, 2006, p.62-3) (grifos meus).

A segunda observação diz respeito às *parcerias* com entidades que a Organização diz ter de fazer para que os eixos estruturantes possam acontecer na prática. Com a abertura de parcerias com entidades e movimentos da esfera religiosa e da esfera secular, a Cáritas visa à construção da “cultura da solidariedade” que permeará a sociedade justa e igualitária que a Cáritas se comprometeu a buscar com fundamento no evangelho cristão:

E é claro, para a Cáritas, que sua abertura para a construção de parcerias deve começar nas suas relações com as pastorais sociais e com outras iniciativas de cristãos que desejam a transformação social como parte essencial da vivência de seu seguimento de Jesus Cristo. A existência dessa unidade tornará mais forte sua abertura para as parcerias com movimentos, organizações e entidades que têm em

comum o desejo de unidade para transformar a realidade, mas que não necessariamente comungam a fé em Jesus Cristo. Quanto mais profunda, sincera e transparente a parceria com e entre as pastorais sociais, maior será a capacidade de fermentar as iniciativas políticas da cidadania com os valores vividos pelos seguidores de Jesus Cristo.

(CNBB, 2006, p.63-4).

Quanto às ações econômicas engendradas pela Organização, percebi que são baseadas na "solidariedade" ("caridade" – valor religioso), por meio de um *processo formativo* com vistas à organização de experiências associativas de trabalho, produção, crédito, comercialização e consumo. Chamo atenção para a variação de sentidos atribuídos à palavra "solidariedade", pois há também uma variação de seu uso que a dota de sentidos diversos. A palavra solidariedade acaba assumindo vários sentidos: caridade, emancipação, humanidade dentre outros analisados no capítulo III.

Finalmente, a finalidade religiosa e política dessas iniciativas fundamentadas no evangelho cristão é traduzida como a construção do "Reino de Deus" na Terra, que ocorre, inclusive, por meio de ações econômicas que surgiram com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) criados e implementados pela Cáritas, o "serviço social" da Igreja Católica.

1.2 HISTÓRIA ECONÔMICA RECENTE DA "SOLIDARIEDADE CRISTÃ" NA CÁRITAS BRASILEIRA: dos PACs à EPS

No *website* da Arquidiocese de Fortaleza¹⁴, encontra-se um pequeno texto relacionado à Linha de Ação do "Desenvolvimento Solidário", versando sobre a EPS. O referido documento eletrônico informa que a economia solidária fomentada pela Igreja Católica (EPS), via Cáritas, partiu dos "Projetos Alternativos Comunitários (PACs)" implementados por pastorais e dioceses por todo o Brasil:

Ao perceber que os PACs – Projetos Alternativos Comunitários, eram sementes de um processo mais abrangente, a Cáritas começou a apostar na Economia Popular Solidária – EPS. Além da

¹⁴ Extraído do *website* da Arquidiocese de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2006.

ação ter caráter educativo e produtivo e ser uma forma alternativa de sobrevivência, passou a ser trabalhada na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local Sustentável. Ou seja passou a levar em conta a solidariedade em toda a cadeia produtiva, que engloba produção, comercialização e consumo.¹⁵

De acordo com a CNBB (2006), é muito provável que os pequenos PACs para a região do Semi-Árido tenham constituído uma das práticas da Cáritas que levou a outras formas de ação junto aos pobres. Em princípio, no começo da década de 1980, houve a organização do Seminário “O homem e a seca”, realizado pelos escritórios regionais da CNBB no Ceará. O objetivo do Seminário foi enfrentar os reveses causados pela seca após uma longa estiagem. Essa ação fez com que a Cáritas coordenasse a implementação dos primeiros PACs no Semi-Árido cearense. Com isso, a organização conseguiu manter um contato mais próximo com a população pobre atingida pela seca, buscando encontrar meios econômicos para livrá-la da “miséria secular” (CNBB, 2006, p.51).

Os PACs se tornaram o ponto de partida para que a Organização passasse a caminhar para outros rumos, construindo caminhos que levariam a gestação de uma idéia de combate à “pobreza” e uma metodologia junto aos pobres que iria além das ações caritativas imediatas:

Responsabilidade em relação a situações de emergência, a Cáritas tinha a mais tempo. Mas, a partir dos PACs, o debate entre medidas de assistência e busca de alternativas viáveis e efetivas tornava-se apaixonante. Surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram fruto de estruturas econômicas e políticas. E sua superação exigia transformações estruturais. Por outro lado, essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos. Assim sendo, todas as práticas da Cáritas deveriam ser avaliadas levando a sério esse critério essencial.

(CNBB, 2006, p.51).

Para a CNBB (2006), a Cáritas mudou a partir de avaliações de suas próprias práticas, em especial as que dizem respeito às experiências dos PACs:

Em síntese, é possível afirmar que foi da avaliação de suas práticas que nasceram as pistas para ações mais conseqüentes. Por

¹⁵ Extraído do *website* da Arquidiocese de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2006.

exemplo, foi da avaliação atenta dos Projetos Alternativos comunitários (PACs) que ela [a Cáritas] colheu pistas para renovar sua presença e relação com as lutas populares entrando em cheio no apoio e consolidação da Economia Popular Solidária. No caso do Semi-Árido, foi da avaliação dos Pequenos Projetos, da parceria com o Programa de alimentos por Trabalho da ONU, e da campanha de coleta e distribuição de alimentos implementada pela CNBB que foram definidos os caminhos para promover a Convivência com o Semi-Árido. A regra passa a ser a seguinte: todas as práticas deveriam estar voltadas para a promoção do protagonismo popular. Mesmo se fossem ações de socorro, quando necessário, delas devia nascer algum passo alternativo e autônomo por parte da população envolvida.

(CNBB, 2006, p. 52).

A reflexão sobre a sua própria prática teria possibilitado a mudança do “serviço social” da Igreja, que agora interpreta o texto bíblico para observar (ver), avaliar (julgar) e tomar as medidas pertinentes (agir) com a finalidade de combater a pobreza com a presença ativa dos “excluídos”, que são formados e assessorados pelos agentes de Cáritas para desenvolverem uma moral e uma ética autonomista, cooperativa, autogestionária, ecológica, sustentável e solidária vistas pela Organização como cruciais para a superação dos preconceitos, das discriminações, explorações, opressões e disfunções do sistema sócio-econômico capitalista.

Criticando o assistencialismo em seu discurso institucional, a CNBB (2006) se refere à Cáritas como uma Organização “convertida”, que passou a praticar a caridade de Jesus (a prática do amor), transformando as pessoas em “protagonistas” e não em objetos da ação. Nesse sentido, a Organização se envolveu diretamente em ações que resultaram no “Grito dos Excluídos”, nas “Semanas Sociais Brasileiras”, no “Tribunal e no Plebiscito popular da dívida externa”, no “Plebiscito popular contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”. Além dessas ações, a Cáritas exerceu papel fundamental na coordenação da 1ª Conferência de Segurança Alimentar. Foi uma das principais entidades originárias da rede “Articulação do Semi-Árido” (ASA), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, das iniciativas fundantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e uma das implementadoras do Fórum Social Mundial. Recentemente esteve bastante comprometida com o apoio à Conferência da Terra e da Água, ocorrida em 2004. Esteve presente, ainda, na “Assembléia Popular: mutirão por um novo Brasil”, que ocorreu no ano de 2005, como resultado da busca de unidade

entre os produtos e deliberações da “4ª Semana Social Brasileira”, além de ser parte atuante da “Campanha Jubileu Sul/Brasil”. Desse modo, a Cáritas teria se transformado a partir de uma “autocrítica” e da conseqüente identificação de suas contradições, chegando a atuar na formação política das pessoas e no controle e proposições de elaboração de políticas públicas – políticas de estatais – (por meio da organização de comissões e de conselhos) que atendam, sobretudo, aos mais destituídos de condições objetivas para viver:

Ela passou por um longo processo de conversão que se materializou em mudanças o seu modo de ser e agir. Os problemas da vida das pessoas, das comunidades e de todo o povo não podem ser solucionados com práticas assistencialistas; elas transformam as pessoas em objeto da ação de quem tem recursos e/ou poder de tomar iniciativa, aprofundam a dependência e consagram as estruturas que provocaram a pobreza. Por isso, sem tristezas, com espírito sincero, a Cáritas fez e faz autocrítica das práticas assistencialistas em que esteve envolvida, procurando aprender delas como realizar de forma bem mais coerente sua missão. A Cáritas levou a sério a perspectiva da democracia, onde todas as pessoas têm direito a uma vida digna e descente. Na verdade, elas são os sujeitos dos direitos, inclusive da participação igualitária que constitui a democracia. Por isso, cabe-lhes construir condições de luta para fazer valer seus direitos. E isso deve ser garantido para todas as pessoas através de políticas públicas – políticas de governo assegurem a todas as pessoas os direitos reconhecidos, bem como o seu direito de lutar pelo reconhecimento de novos direitos.

(CNBB, 2006, p.53-4).

Dando prosseguimento à reconstituição das mudanças vividas pela Cáritas, destaco mais um trecho de um livro da CNBB (2006) sobre a reflexão que a Cáritas teria feito sobre si mesma, em especial sobre os PACs dos quais surgiu a EPS, garantindo a “conversão” da Organização pela ação dos pobres junto à ela:

(...) tendo aprendido muito com a avaliação das práticas apoiadas pelos PACs, por exemplo, ela passa a ser uma força dedicada à promoção da Economia Popular Solidária. Não como uma simples estratégia de sobrevivência. Vai se explicitando toda uma proposta de vida, de trabalho de relações amorosas com a Terra, de intercâmbios, sempre assentada na busca da solidariedade, da cooperação, da democracia vivida desde o cotidiano, do amor entre as pessoas, do cuidado com toda a Criação. Para resumir, pode-se dizer que a Cáritas passa a centrar sua ação na mobilização consciente das pessoas, para exigir todos os seus direitos, para exigir a existência de políticas públicas que obriguem os governantes a priorizar a vida de todas as pessoas. Em todos os campos de atividade, em todas as iniciativas concretas, essas dimensões políticas devem estar presentes.

Destarte, a Cáritas Brasileira desloca-se do assistencialismo iniciado com doações de alimentos às populações vítimas da pobreza para a crítica, para a discussão sobre os direitos humanos, sobre a democracia, sobre a cidadania, para a proposição e controle de políticas públicas destinadas a todas as pessoas, especialmente à população menos assistida pelas ações estatais, e para a difusão da “solidariedade libertadora”, que reveste as ações da Organização desde os PACs ao atual momento da EPS.

Segundo Singer (2002b, p.116), ao analisar um artigo de Bertucci (1996), assessor nacional do programa de EPS da Cáritas e coordenador-executivo do fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – sobre os projetos comunitários da Cáritas Brasileira – a tese de uma solidariedade que liberta vem de uma transformação da atuação da Igreja Católica. Para o autor, houve uma “evolução da igreja Católica de uma ação meramente assistencial para uma postura crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta” (SINGER, 2002b, p.117). A ousadia da tese de uma “solidariedade libertadora” está na defesa de que “os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem, por si só, superar a miséria”. Esta tese segue afirmando que esse apoio não tem de ser do Estado, o que era um pressuposto geral de todas as forças de esquerda até a iniciativa da Cáritas. Partindo desse princípio, desde 1984, a Organização passou a dar apoio a milhares de PACs por todo o país, contando com a ajuda das entidades da cooperação internacional, a exemplo da Cáritas suíça, Misereor, Cebemo, Entraide et Fraternité e Cáritas alemã (SINGER, 2002b, p.117).

Singer (2002b) atenta para o significado da palavra “alternativo” que qualifica os PACs. Para o autor, houve a atribuição de um sentido revolucionário à palavra “alternativo”, que testemunharia a mudança da Igreja Católica “provocada pela opção preferencial pelos pobres, isto é, pelos não possuidores de meios de produção” (SINGER, 2002b, p.117). O início dessa nova postura da Igreja Católica não possuía um programa bem definido que norteasse os trabalhadores para que eles saíssem da miséria por meio de suas próprias forças. Por essa razão, a Cáritas convoca as próprias comunidades para encontrar saídas pelo antigo método – e ainda indispensável – do ensaio e do erro, engendrando e multiplicando várias experiências que se pretendiam

“alternativas”, como presente em Singer (2002b, p.117). Vejamos dados relacionados aos PACs, que foram coletados em pesquisa realizada por Singer (2002b) sobre a economia solidária, no Brasil de hoje, para que o leitor possa visualizar o processo de efetivação empírica da proposta da solidariedade que liberta por meio dos projetos comunitários fomentados e apoiados pela Cáritas:

Os PACs foram classificados em quatro categorias: ‘comunitários’, subdivididos em produtivos e de prestação de serviços, de ‘apoio a movimentos populares’, à ‘ação sindical’ e ‘projetos de assistência e promoção social’. Foram estudados 252 PACs implantados entre 1989 e 1992, que correspondam a 25% do total apoiado pela Cáritas, que se estima ter sido até 1992 de aproximadamente 1.000. A metade dos PACs estudados eram comunitários, 82% deles de atividades de ocupação e renda. Isso significa que cerca de 100 dos 25 PACs eram associações ou cooperativas solidárias. Uma das conclusões do estudo é que os PACs tendem a ser cada vez mais projetos produtivos, desejados como meios de melhorar a renda de forma associativa. Grande parte deles é rural e coincide com experiências do MST (...).
(SINGER, 2002b, p.118) (grifos nossos).

Segundo Bertucci (1996, p.80), havia uma dificuldade considerável em relação aos projetos desenvolvidos nos centros urbanos devida às dificuldades impostas pelo mercado. Tinham de ser desenvolvidas condições tecnológicas, metodologias de capacitação gerencial com vistas a desenvolver capacidades empreendedoras, e criar uma economia de escala por meio de redes de pequenos produtores de apoio à cadeia de produção. Singer (2002b) destacou exatamente essas informações, retiradas do artigo de Bertucci (1996, p.80), para concluir que houve um número não especificado de PACs produtivos urbanos que se sustentaram, inserindo-se na economia urbana e voltando-se para o mercado, buscando ser competitivos, “disputando compradores com as empresas capitalistas comparáveis. É para isso que se sentem desafiados a se capacitar gerencialmente, criar economia de escala e assim por diante” (SINGER, 2002b, p.118).

A experiência dos PACs que mais obteve sucesso foi a dos “projetos comunitários produtivos”, no campo e na cidade, que em meados da década de 90, revelou ter o maior potencial “libertador”, dado o efetivo envolvimento dos trabalhadores em gerenciar coletivamente o seu trabalho e a sua produção:

No campo, boa quantidade dos PACs foram desenvolvidos em

assentamentos do MST. Nas cidades, surgiram a partir da ação da Cáritas cooperativas de grupos de produção associada que serviram para reinserir na produção pessoas socialmente excluídas e empobrecidas. Não espanta que, como escreveu Bertucci (1996), 'mas recentemente os PACs passaram a ser sinônimos de projetos produtivos.

(SINGER, 2002b, p.118).

Por meio dos dados revelados pela CNBB (2006), por Singer (2002a; 2002b) e por Bertucci (1996), começa-se a jogar luzes sobre a dimensão empírica da chamada “solidariedade cristã”, interpretada pela Cáritas com “solidariedade libertadora”: uma solidariedade que liberta, inclusive por meio do trabalho e da produção cooperativos e autogestionários. Pensando com Singer (2002b, p.118), a tese de uma solidariedade que liberta, no sentido de possibilitar que os trabalhadores se livrem da condição de pobreza e de privação de poder político para decidir os rumos de suas vidas e de sua sociedade, começa a ser comprovada na prática. No entanto, resta discutir a noção de liberdade, de emancipação, em um sentido *lato*, total (a *emancipação humana* que se distingue da *emancipação política*) (MARX, 1993, p.33-73), assunto discutido no capítulo III desta dissertação.

Na década de 80, os PACs começaram a ser implementados em contextos pragmáticos com o arrazoado da garantia da sobrevivência das populações pobres, para educar as pessoas de acordo com o princípio da “solidariedade” e da “justiça” para a construção de uma “consciência crítica”, bem como contra as práticas clientelistas dos coronéis, contra a ditadura militar e contra o assistencialismo que impede o desenvolvimento dessa “consciência”. As ações cooperativistas que ganhavam forma nos PACs, implementados pela Igreja em parceria com ONG's e com a orientação, incentivos e financiamentos de várias entidades internacionais, a exemplo do BID e da UNICEF, pelos setores que lidavam com as bases da Igreja Católica Brasileira, acabaram dando origem a atual EPS. Vejamos a presença do associativismo e do cooperativismo no trecho destacado de um relatório da Cáritas Regional Sul (2003) que me permite o acesso a alguns dados da trajetória da economia solidária no esteio da história recente da Igreja Católica:

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a

partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade. Os PACs tem a sua história ligada à busca de *alternativas de sobrevivência* a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem a sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo. Como disse Dom Ivo Lorscheiter, na criação dos PACs no Rio Grande do Sul, em 1983, 'a força de transformação vem das pequenas coisas, das pequenas cooperativas. Deus escolheu o que é fraco no mundo para confundir os fortes e o que é vil e desprezível como aquelas coisas que nada são, para destruir as que são' (I Cor 1, 27-28).

(CÁRITAS Regional Sul (2003) apud BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.13)¹⁶.

Na região Nordeste do Brasil, os PACs foram criados, sobretudo, para atender as populações rurais que sofriam com as secas da década de 80 e com as políticas de governo que sustentavam as práticas clientelistas locais, beneficiando as elites econômicas e políticas.

Segundo Bertucci e Alves da Silva (2003, p.14), citando um relatório de "Sistematização" da Cáritas Regional do Piauí, os PACs eram elaborados de acordo com as especificidades da realidade local de cada lugar, com objetivo de fortalecer grupos e organizações comunitários. 'Ele existe para fortalecer as iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção, comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio-política e cultural das comunidades' (CÁRITAS Piauí apud BERTUCCI; ALVES da SILVA, 2003, p.14-5).

Bertucci e Alves da Silva (2003, p.15) sublinham que além das características mencionadas, os PACs possuíam uma intenção "organizativa" e "libertadora" que estavam em seu caráter alternativo. Nesse sentido, os organizadores lançam mão de um comentário do Padre Manfredo de Oliveira Araújo, constante de um relatório da Cáritas Regional Ceará:

'Os projetos são considerados alternativos na medida em que são

¹⁶ Essa publicação diz respeito ao livro intitulado **Vinte anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**, organizado por Roberto marinho Alves da Silva e pelo Assessor Nacional de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira, Ademar de Andrade Bertucci. Trata-se de um livro do qual consta o discurso oficial da organização. Ver também: CÁRITAS BRASILEIRA. **Vinte e cinco anos de Economia Popular Solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006b. (Série cartilhas, 2), e o anexo G desta dissertação – "Carta dos 25 anos de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira".

diferentes. Diferentes nos objetivos e na forma. Seus objetivos buscam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e que contribuam na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Quanto à forma, os projetos se sobressaem por enfatizar a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais'.
(CÁRITAS Ceará apud BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.14-5).

Mesmo com uma intenção, digamos, primordialmente “emancipatória”, os PACs também possuíam um viés assistencialista para garantir o atendimento a necessidades básicas de sobrevivência das populações pobres que sofriam pela exploração e concentração da economia capitalista. Além disso, não havia um acompanhamento racionalizado dos grupos beneficiados pelos PACs. Até a década de 80, apenas com exigências de critérios organizativos, os recursos eram repassados aos grupos comunitários sob a forma de fundo perdido (BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.14-5).

Tirante o viés assistencialista, há outros dados que estão ausentes dos relatórios e materiais institucionais consultados nesta pesquisa, mas que puderam ser revelados em entrevistas com os agentes da Cáritas no Ceará. É o caso das formas pelas quais os PACs eram implementados no Ceará, como pude observar na fala de Madalena sobre a criação e o financiamento dos projetos:

O PACs eram Projetos Alternativos Comunitários, ou seja, nas comunidades, principalmente nas comunidades que eram católicas e que freqüentavam a Igreja e que estavam munidas desse espírito de transformação através da solidariedade. Começaram, precisavam de trabalho e começaram a se organizar coletivamente, aí a Igreja começou a financiar, ou seja, davam mesmo, davam a grana pra montar uma padaria comunitária. O dinheiro vinha por meio dos párocos locais, por meio dos agentes de pastorais, mas geralmente era uma relação muito próxima (...). Até hoje você não consegue discernir direito no início dos PACs se os agentes pastorais não eram as mesmas pessoas beneficiadas. Tem uma relação muito próxima e era muita gente. Então, como muita gente era envolvida no processo, acaba que meio você não consegue mensurar quem era quem no jogo, mas os PACs eram coordenados pelas paróquias. Era muito assim, o que também não era uma coisa ruim. Não tô fazendo juízo de valores, se era bom ou se era ruim, entendeu? Mas que nessa época era dessa forma eu sei. (...) geralmente eram processos, projetos produtivos, e aí se deu toda a construção da Cáritas, e aí por sua estrutura da Igreja e solicitação do Brasil inteiro, vira isso assim. Você transformar essa ação numa coisa macro, compreende?

Não causa espécie que, na década de 1980, os PACs fossem financiados e desenvolvidos por meio de relações próximas entre vizinhos,

familiares, párocos e agentes de pastoral. O autoritarismo e o clientelismo da sociedade brasileira explicam as práticas dos próprios párocos e agentes de pastoral que “davam a grana” nas mãos das lideranças para que elas administrassem os recursos e investissem nos pequenos projetos comunitários para gerar postos de trabalho e renda. Tinha-se, inicialmente, uma heterogestão dos recursos e não uma gestão coletiva do dinheiro e do funcionamento dos projetos.

Em seu relato, Madalena nos mostra como os PACs foram se transformando em EPS, com o aumento do número de pessoas em situação de “exclusão social” e a organização coletiva em busca de combater a pobreza exacerbada na crise contemporânea do capitalismo. Cabe destacar o processo educacional informal e não-formal que possibilitou a caminhada dos PACs à EPS, o que Madalena evidencia ter sido um *ensinamento da vida*. Como se diz no senso comum, “vivendo e aprendendo” os agentes de Cáritas e as comunidades nas quais os PACs foram desenvolvidos deram início a construção de uma outra mentalidade que considera a vinculação entre o homem e a natureza, da qual faz parte a EPS, e, ainda mais, deram o ponta pé inicial para a criação de um amplo *movimento da economia solidária* no Brasil:

Então você tem uma vivência macro, e foi se acumulando a prática e sistematizando isso, aprendendo com essa experiência [dos PACs]. Desde então a gente vem construindo, a partir dessa ação dos PACs, os eixos. Não é desde a produção, a comercialização. Ou seja, a gente começou com a produção e veio uns que precisavam da comercialização, crédito e consumo, e foi se constituindo ações, e aí diferenciadas em todas as realidades, desde a questão do semi-árido, a preservação da mata atlântica, da própria Amazônia, e aí no Brasil inteiro diferentes práticas disso tudo a partir dos PACs. (Madalena, agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza que organiza a EPS na capital e região metropolitana).

Sobre a sistematização dos PACs junto aos grupos comunitários, Bertucci e Alves da Silva (2003, p.15) afirmam que a partir de 1989 algumas regionais da Cáritas Brasileira pensaram na sustentação aos fundos de apoio aos PACs, garantindo a existência de novos projetos e a “educação para o exercício da solidariedade”.

Segundo Bertucci e Alves da Silva (2003, p.16-9), na década de 90, as Cáritas regionais começaram a acompanhar e a avaliar os grupos beneficiados pelos PACs para verificar se os projetos estavam cumprindo com o papel

definido para eles, ou seja, se para além da face assistencial eles estavam estáveis para educar as populações pobres que compunham os grupos para a construção de uma “cultura da solidariedade” por meio de um processo educacional “emancipatório”.

O trabalho, a produção e o consumo “solidários”, a captação de água, a criação de pequenos animais, dentre outras ações voltadas inicialmente para a subsistência alternativa das pessoas de áreas rurais e urbanas incentivados pelos PACs, começaram a ocupar outra posição com a preocupação de um planejamento das ações de fomento, com o financiamento dessas ações associadas a um trabalho educacional “para o exercício da solidariedade”.

Em 1996, buscando consolidar a chamada Economia dos Setores Populares (ESP) ou Economia Popular Solidária (EPS), a Cáritas, por meio de seus “agentes”, preocupa-se em fundar um novo modelo de economia baseado na necessidade, partindo da atividade econômica de trabalhadores rurais articulados em grupos.

Com o *desemprego estrutural e a crise da sociedade salarial* (CASTEL, 1998a; 1998b), que eclode nos anos 90, a Cáritas Brasileira estabelece a EPS como uma alternativa ao desemprego e à exploração no trabalho, visando a que os trabalhadores pudessem tornar as suas vidas possíveis em meio às crises cíclicas do capitalismo. Assim, poderiam ter emprego e renda com fulcro na cooperação, na autogestão, na democracia e na igualdade de condições que se pensou possível através de uma “cultura da solidariedade”.

Ainda na década de 90, a Cáritas amplia a atividade de profissionais de nível técnico e superior que fazem análises sobre seus projetos. A Organização também busca fundamentar suas iniciativas com o saber científico, recorrendo a universidades e intelectuais de diversas áreas do saber acadêmico para planejar e avaliar projetos de seu interesse, em especial a EPS. Com isso busca uma maneira de operacionalizar os PACs que possibilite a eficácia da ação pedagógica para a “cultura da solidariedade”, cujo sentido passou a nutrir a Economia Popular Solidária ou Economia dos Setores Populares, como a *economia solidária* também foi chamada em 1996.

Sobre a avaliação das repercussões políticas dos PACs¹⁷, Bertucci e

¹⁷ Além da própria organização Cáritas Brasileira, ONG's, serviços internacionais da Igreja

Alves da Silva (2003, p.17) afirmam que os projetos comunitários são instrumentos de conscientização política, pois estimulam o potencial crítico dos comunitários envolvidos ao passo que proporciona um desenvolvimento de outra ordem, baseado na necessidade objetiva das condições básicas de sobrevivência. Os organizadores fazem destaques quanto aos problemas que impossibilitaram a construção de uma “consciência crítica” em certos projetos produtivos:

No que se refere à dimensão política dos PACs, a avaliação constatou que essa é o elemento que diferencia os projetos apoiados pela Cáritas de outros projetos assistenciais, promocionais ou técnicos. Os projetos alternativos são instrumentos pedagógicos na ação de conscientização política, fortalecendo as capacidades organizativas e a identidade dos sujeitos participantes em relação ao Estado e a outros setores da sociedade. No entanto, constatou-se que em alguns projetos produtivos não era oferecida condição necessária para o desenvolvimento dessa consciência e identidade. Para esses projetos, a avaliação recomendou que fossem estabelecidas prioridades de apoio aos projetos que apresentassem articulação com os movimentos sociais urbanos e rurais, além de desenvolver instrumentos efetivos de capacitação política dos agentes Cáritas e dos participantes dos PACs.

(BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.17-8).

De acordo com Bertucci e Alves da Silva (2003, p.18), as repercussões pastorais e religiosas sobre os PACs, incluindo-se a recém-elaborada EPS, alcançaram uma estabilidade notável graças ao princípio da “solidariedade”, cuja base creio ser cristã, e a fé nele empregada:

Na dimensão pastoral, dava-se conta da relação institucional entre os PACs e as pastorais e as concepções e valores de transformação social presentes nos projetos. Diante da diversidade das entidades pastorais vinculadas aos projetos, foram destacados alguns aspectos da fragilidade no acompanhamento, na formação, além da

Católica e serviços sociais estrangeiros, voltados para a cooperação internacional, a exemplo da ONG alemã Misereor, passaram a se interessar pelos projetos comunitários implementados no Brasil, avaliando-os e financiando-os, por entenderem que os referidos projetos proporcionavam melhorias nas condições de vida das populações pobres envolvidas. Entenderam, pois, que os projetos comunitários geravam postos de trabalho e renda. As instituições estrangeiras também disseram acreditar que os PACs educavam para a reflexão e a crítica, tão caras à liberdade ideológica e política das pessoas. No entanto, essas organizações chegam a fazer exigências “rigorosas” e difíceis de serem cumpridas pelos grupos organizados pela Cáritas (ADAMS, 2001, p.170-1). Segundo Adams (2001, p.171), “uma outra contradição tem a ver diretamente com a instituição financiadora, que apresenta exigências crescentes como, por exemplo, **mecanismos de controle sobre os grupos beneficiados e condições de financiamento que se aproximam ao sistema bancário**”. (grifos meus)

dependência e de práticas assistencialistas que descaracterizam outras dimensões do PACs (sic). No que se refere a concepções de valores presentes nos projetos, constatou-se um crescimento das relações solidárias expressas em diversas práticas coletivas e de relações estabelecidas internamente entre os participantes. As expressões de vivência religiosa indicaram a importância da vinculação entre manifestações religiosas e o compromisso transformador ao qual está vinculado o projeto.

(BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.18).

Constata-se que o fenômeno da EPS vem dos Projetos Alternativos Comunitários propostos por pastorais sociais e dioceses para atender às populações pobres.

A Cáritas começou a trabalhar no desenvolvimento da EPS a partir da década de 1990, período em que a *sociedade salarial* entra em profunda crise (CASTEL, 1998a; 1998b), fato que possibilita um aumento do número de pessoas em condição de pobreza.

No Ceará, a partir de 2000, entra no vocabulário dos agentes a expressão Economia Popular Solidária (EPS), que passaria a designar os antigos PAC's, que constituíram o Programa criado para forjar uma economia não capitalista, de acordo com os princípios da cooperação, da autogestão, da igualdade, da democracia e da preservação do meio-ambiente.

Há um reconhecimento por parte dos escritórios regionais da Cáritas Brasileira em relação à importância e a necessidade de fortalecer os processos da EPS de acordo com a sua missão institucional de “testemunhar e anunciar o evangelho da esperança de Jesus Cristo, comprometendo-se a promover e “animar” o serviço da solidariedade ecumênica, a participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade, a partir dos excluídos, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todos, a caminho do Reino de Deus” (BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.94).

Na tentativa de situar o leitor nesta viagem sobre a relação entre associativismo e Igreja Católica, por meio do trabalho de fomento que o agente de Cáritas desenvolve, esta breve reconstituição da história da formação da EPS é importante para analisar as suas vinculações com as ações da Igreja Católica, por meio da Cáritas, inserida em redes com organizações e movimentos do mundo pragmático dos homens.

1.3 Cáritas em rede(s) e seus agentes: a atuação com ONG's, sindicatos, movimentos sociais, universidades e Estado para o fomento da EPS

Existem várias perspectivas conceituais que revestem a palavra *rede*. Esse fato requer daquele que identifica a presença dessa palavra em distintos contextos o cuidado de interpretar o seu sentido sem ferir as concepções das fontes que o informam, sejam êmicas, sejam analíticas. Com esta preocupação, resolvi fazer um breve passeio pelos sentidos fundadores de algumas *redes*.

Segundo Caillé (2002), a primeira análise de *rede* feita na história das Ciências Sociais foi a de Malinowski (1984), quando o autor descreveu o círculo de dons simbólicos de bens preciosos (*vayu'gas*), os quais são entregues pelos nativos das Ilhas Trobriand nas expedições feitas no *Kula* – circuito de trocas inter-tribal existente nas tribos do arquipélago trobriandês. Baseado nessa observação, Caillé (2002) apresenta a seguinte definição do conceito de *rede*:

A rede é o conjunto das pessoas com que o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais em todo caso do que com aqueles que estão situados fora da rede! A única coisa *a priori* a essas análises é reconhecer que essa aliança generalizada em que consistem as redes, tanto hoje como nas sociedades arcaicas, não é criada se não a partir da aposta no dom e na confiança.

(CAILLÉ, 2002, p.65).

Já a perspectiva de Castells (2001) nos faz refletir sobre a *sociedade globalizada*, como uma organização social em *rede*. Na concepção de Castells (2001), as novas tecnologias, especialmente a *internet*, constituem uma idéia de rede que transcende as relações diretas entre indivíduos e coletivos, levando-nos a uma noção de rede mais abrangente que ultrapassa as relações face a face, do contato físico, e nos permite a identificação, a explicação e o entendimento de relações virtuais estabelecidas por meio do computador, da produção simbólica por meio de livros, sons etc.

Hoje, o *movimento da economia solidária* está sob a forma de uma rede que contempla o físico e o virtual, contando com complexas vias de informação e articulação, inclusive graças à *internet*, difundindo e compartilhando um

projeto de economia solidária que pode acessar e ser acessado por indivíduos e coletivos em várias partes do planeta.

Neste trabalho, a teia social constituída com base nas trocas materiais e simbólicas presentes na interação entre os indivíduos em um contexto coletivo de expectativas, compostas por fidelidade e confiança, é o que pode ser chamado de redes de relações sociais (SILVA FORTE, 2004; MAGNANI, 1998). Este item trata dessa interação de modo a considerá-la não somente entre indivíduos, mas também entre organizações distintas que se articulam em busca de atingir os seus objetivos a partir de uma obrigação social de caráter moral e político, atribuídos pelos interesses dos membros no elo mantenedor do vínculo social em busca da superação da pobreza, da exploração das vidas das pessoas e da degradação do meio-ambiente.

Como já foi dito, a Cáritas é uma rede da Igreja Católica de projeção internacional constituída por 162 organizações de assistência, desenvolvimento e serviço social presentes em 200 países e territórios. Mas o que quer dizer a palavra *rede* na linguagem desse Organismo da Igreja? Para responder a esta pergunta, antes devo dizer que a Cáritas faz uso de produções do cenário universitário, incluindo versões elaboradas pela filosofia e pelos saberes científicos, para fundamentar o seu discurso institucional, que é incorporado, em parte, pelos seus agentes.

Em 2003, o Conselho Consultivo da (CB) aprovou uma proposta de publicação de uma cartilha feita pela Comissão Nacional de Formação da Cáritas, à época composta por três agentes: Carlos Humberto (Regional Piauí); Maria Madalena dos Anjos (Assessoria Nacional); e Telmo Adams, organizador da referida publicação (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003b). Adams foi secretário da Cáritas Regional Rio Grande do Sul, e seus estudos universitários versam sobre a Cáritas e suas ações de formação educacional (ADAMS, 2001). Sua dissertação de mestrado em serviço social foi elaborada a partir de pesquisa sobre as ações da Organização no Rio Grande do Sul (ADAMS, 2001).

Dada a sua composição por agentes que possuem formação universitária, a Comissão Nacional de Formação chega a trabalhar com conceitos que são utilizados para formar os agentes de Cáritas e as populações com as quais os agentes trabalham. Como encontrado no livro de Adams (2001), a referida Comissão lança mão de formulações de vários

autores do campo universitário, como Pierre Bourdieu, Pedro Demo, Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos, Pierre Lévy para confeccionar suas cartilhas e demais materiais de formação direcionados para todas as Cáritas Arquidiocesanas, Diocesanas e Regionais do Brasil (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003b). É o que ocorre, por exemplo, com o conceito de *rede* utilizado para explicar a dinâmica de atuação da própria Cáritas, como consta de um “glosário” elaborado pela Comissão Nacional de Formação na cartilha em tela. Para demonstrar, convido o leitor para ler uma parte do documento, de autoria dos agentes nominalmente citados no parágrafo anterior, do qual consta a sua definição de organização em *rede*:

A organização em rede implica na existência de diversos pontos focais (nós estratégicos), de chegada e expansão, onde não há diferenças hierárquicas, mas diferentes atribuições entre elas, a partir de um ponto gerador (fluxo unidirecional – que de um ponto central da rede). Na Cáritas, todas as instâncias são pontos da rede, o que implica na interação e complementariedade, solidariedade, coresponsabilidade, interdependência, interação, circularidade, complexidade. De acordo com Whitaker, a consciência da interdependência dos membros é um pré-requisito para a instauração e o bom funcionamento de uma organização em rede. Esta dimensão diz respeito à cultura dos participantes (Whitaker, 1993).¹⁸

(CÁRITAS BRASILEIRA, 2003b, p.39).

Note-se que a própria definição teórico-científica de *rede* e até mesmo a forma de citação da fonte da informação (segundo regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT) seguem padrões próprios do campo acadêmico.

Na perspectiva da definição do documento supracitado, esta *rede*

¹⁸ Francisco Whitaker é autor do artigo intitulado “Rede: uma estrutura alternativa de organização”, que serviu de referência para a definição do conceito de rede presente no documento elaborado pela Comissão Nacional de Formação. De acordo com Whitaker (1993), o artigo foi elaborado a partir de sua participação no projeto das Jornadas Internacionais por uma Sociedade superando as dominações, durante os anos de 1975 e 1981, na França. Esse era um projeto da CNBB, cuja finalidade era interligar participantes de mais de noventa países. Segundo ele, foi na época em que participou do referido projeto que essa proposta organizativa começou a se espalhar pela Europa e pelos EUA. Ainda consta da apresentação do artigo que, a partir 1985, o autor viveu uma nova experiência importante de rede, no Brasil, com o Plenário pró-Participação Popular na constituinte, onde se encontra o dado de que mais de 12 milhões de assinaturas chegaram a Brasília, nas Emendas Populares. Segundo Whitaker (1993), o processo teve continuação na elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais. O autor conclui a sua apresentação afirmando que várias outras redes estariam se desenvolvendo, no Brasil, em 1993, e menciona como exemplos redes como a de “cristãos de classe média”, “Universidade Mútua” e “Rede de Reflexão Política Livre – Repolítica”. Cf. Whitaker (1993).

católica mundial, que é a Cáritas, articula-se com outras redes compostas por movimentos sociais, ONG's, sindicatos, universidades e Estado voltadas para o combate à pobreza por meio da *economia solidária*. É neste ponto que a discussão sobre as redes de *economia solidária* ou *socioeconomia solidária* é importante para o entendimento da inserção da Igreja Católica, via Cáritas, no campo secular.

Na década de 90 do século XX, emerge uma forma de organização social que se relaciona a várias dimensões das ações políticas desenvolvidas por ONG's, entidades religiosas, universidades, associações profissionais e sindicatos. Surgem ainda as chamadas *redes de movimentos sociais dos setores populares* que, na visão de Scherer-Warren (2005, p.22), podem ser tidas como práticas políticas articulatórias das ações localizadas. Considerando a relação entre o local e o global, a autora observa que a dinâmica da modernização vai gerando problemas aos movimentos sociais que começam a se constituir na década de 60. Para superar a fragmentação dos movimentos ecopacifistas, feministas, negros, de homossexuais, de trabalhadores sem terra, dos atingidos por barragens, etc. impulsionada pela atomização dos indivíduos e das lutas sociais, os atores coletivos buscam a organização reticular para alcançar os objetivos das lutas de seus movimentos que, a partir da década de 90, passam a se organizar local, nacional e internacionalmente. Como diz Scherer-Warren (2005, p.22), trata-se também de termos de buscar “as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supracional, transnacional)”.

As redes de movimentos sociais possuem conteúdo empírico. Elas existem no mundo prático e são constituídas por similitudes e pela diversidade social e cultural dos atores dos movimentos sociais populares.

Sobre a influência da Igreja Católica na organização de movimentos sociais que passaram a integrar *redes*, Scherer-Warren (2005, p.46) destaca a figura de Dom Hélder Câmara, fundador da Cáritas, como o maior proponente da América Latina de uma luta não violenta pela libertação das populações exploradas e pobres. A luta do movimento da Igreja contra a pobreza e a exploração das classes trabalhadoras era construída sob uma interpretação bíblica feita sobre o Novo Testamento, “que pode ser lido como guia para um movimento totalmente pacifista” (SCHERER-WARREN, 2005, p.46). Os

adeptos do movimento da Igreja na América Latina, cujo conjunto das lideranças contava com Câmara, interpretava a *violência* como elemento socioeconômico da exploração de uma classe sobre outra:

A violência é interpretada pelos seguidores do movimento da Igreja na América Latina como o componente socioeconômico da exploração de classes. Eles falam em termos de violência institucionalizada, na qual algumas classes são submetidas à fome, falta de habitação falta de emprego falta de cuidados de saúde e educação e exclusão de participação política. 'Violência é o resultado de alguns terem muito enquanto outros têm muito pouco', diz M. C. de Jesus, o fundador da Frente Nacional dos Trabalhadores do Brasil, uma organização pacifista que busca desenvolver estratégias não-violentas ligando a Igreja e movimentos dos trabalhadores.

(SCHERER-WARREN, 2005, p.46-7).

Tal concepção acaba sendo um dos motores da organização e articulação entre os movimentos sociais formados por pessoas pobres organizadas no movimento da Igreja. A partir de 1986 o movimento da Igreja (orientado pela Teologia da Libertação - TL) começa a desenvolver ações que o ligaram a vários movimentos sociais. Em dezembro de 1986, o Encontro dos Teólogos do Terceiro Mundo, realizado no México, incluiu o debate sobre a ação de mulheres na vida da Igreja. Os teólogos afirmaram o compromisso de ampliar a TL, incentivando a inserção de asiáticos, africanos, mulheres e membros de minorias étnicas no movimento da Igreja que se apóia na TL (SCHERER-WARREN, 2005, p.43-4).

O movimento da Igreja norteado pela TL incorporou uma conscientização ecológica e pacifista, bem como a utopia do movimento feminista, graças à sua abertura para a presença de categorias de atores não necessariamente pobres (SCHERER-WARREN, 2005, p.42-8), mas que se assemelham em relação à luta pela emancipação política, luta esta que não se distanciou da luta contra a pobreza travada pelo movimento da Igreja em tela.

O movimento da Igreja apoiado na TL ajudou a criar movimentos sociais de base popular na América Latina, e, conseqüentemente, articulou-se com eles.

Mesmo não tendo origem nas ações da TL, mas na movimentação de atores das classes médias, com a articulação entre os movimentos sociais, o movimento ecopacifista acabou fazendo com que o movimento da Igreja em busca da libertação dos vitimados pela *violência* da sociedade capitalista

incorporasse a preocupação com a preservação da natureza.

A articulação com os movimentos sociais, como o ecopacifista e o de mulheres, na América Latina, por exemplo, mostra como foram sendo tecidas as redes de movimentos sociais que objetivam uma realização comum. Nesse caso o ponto comum é a preservação da natureza, o respeito e a busca do reconhecimento da dignidade das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos pobres – e por que não dizer dos diferentes?! – sempre com vistas ao combate à pobreza e a todas as formas de discriminação e preconceito.

Segundo Scherer-Warren (2005), a TL impulsionou os movimentos sociais dos setores populares na América Latina, colaborando para a constituição de redes de movimentos sociais de combate às discriminações diversas, à exploração dos trabalhadores pela lógica do capitalismo e à pobreza. A TL ajudou as pessoas a se reconhecerem como pessoas na qualidade de construtoras de seus destinos e como atores de “um processo de crescimento, através da redescoberta de sua dignidade; fez com que pessoas acreditassem que poderiam ter um papel importante na modelagem de seus próprios destinos e, finalmente, participar na mudança de suas sociedades” (SCHERER-WARREN, 2005, p.48).

Com base no trabalho de Scherer-Warren (2005), percebe-se como os movimentos sociais compartilham as suas diversidades e até chegam a incorporar peculiaridades uns dos outros. Tal fato me pôs a pensar na relação entre a Cáritas (Igreja Católica), movimentos sociais e demais organizações do campo civil em diálogo com o Estado, formando as chamadas redes de socioeconomia solidária que dão forma ao *movimento da economia solidária* no Brasil. Por ser Igreja, a Cáritas possui limitações que não a possibilitam funcionar como movimento social. Além disso, ela não é uma Organização Não-Governamental; e não é o Estado. É uma sociedade civil de interesse público federal *diferente* por ser um organismo da Igreja (política e ideologicamente é a própria Igreja) responsável por cuidar das vítimas da *violência* da qual falou Dom Hélder Câmara, como consta do trabalho de Scherer-Warren (2005).

No entanto, os agentes de Cáritas acabam incorporando tanto elementos dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres, o Movimento Negro, etc,

de modo a reconfigurar a estrutura institucional da Cáritas por meio de suas ações nas redes.

Quando perguntei a um agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Sara, sobre o que é ser um agente de Cáritas e como ela se identificava como agente que fomenta a EPS em relação aos setores de atuação política e econômica ela respondeu:

Tudo que nós fazemos a gente precisa de alimento não é? A gente, pra viver, precisa se alimentar todo dia, comer coisas nutritivas, né? Eu acho que para ser agente de Cáritas, ser qualquer pessoa ou ter qualquer profissão, é preciso se alimentar um pouco do bojo que essa atividade lhe oferece, né? E assim, sobretudo, agente de Cáritas, ele precisa se alimentar de uma mística, ele precisa se alimentar um pouco desse seu espírito, né? Acreditar pra ter um pouco dessa coisa positiva, que você possa ajudar outra a buscar caminhos, a buscar luzes. Então você é um pouco luz também, pra você ser um pouco luz é preciso reabastecer essa luz, né? Assim, não dá pra gente dar o que não tem, nem sempre a gente tem tudo, né? Mas a gente precisa dar um pouco de tudo do que a gente tem, acho que ser agente Cáritas precisa se alimentar disso, ter um pouco de desprendimento do seu saber, né? Às vezes é preciso até dar aquilo que a gente não tem, né? Assim, buscar em outras fontes também ajuda a entender os limites da gente. Então eu percebo que a cada dia que nós vamos traçando novos planos, a gente vai encontrando também novas exigências para o nosso trabalho e que a gente sente que o nosso limite também é muito próximo e que a gente precisa ir buscar, buscar parcerias, buscar pessoas, tá aberto pra isso, né? A gente não pode se fechar no nosso mundo de Cáritas, a gente tem que se sentir numa **rede** maior. Como a Cáritas, têm várias outras pessoas buscando isso mesmo que nós estamos buscando com fé, sem fé, né? Com uma forma política de pensar, outro com outra forma política de pensar. Mas, enfim, eu penso que num **movimento social**, todos nós queremos justiça social, nessa busca de justiça social, a gente tem que afinar um pouco mais os instrumentos, sempre. Um agente de Cáritas é ser técnico, é ser missionário, é ser doação, né? É ter uma visão crítica do mundo, uma vontade de mudar as coisas, ser inquieto, indignar-se diante da realidade, porque a gente só é capaz de mudar a realidade se a gente se indignar diante dela, acho que é uma necessidade pra qualquer **movimento social**, né? Mas eu percebo muito isso no nosso ser de agente de Cáritas e agora é também não ter identidade direito, a gente não ter uma identidade própria, tem horas que a gente é **movimento social**, tem horas que a gente é ONG. Para algumas pessoas, a gente é filantropia, a gente é um pouco indefinida essa identidade de Cáritas, né? Porque a gente é regido por uma Lei das Organizações Cívicas, mas também a gente tá no código canônico a gente é regido também pelas leis da Igreja, tá entendendo? Às vezes parece que essas duas coisas não combinam na prática, na própria documentação da Cáritas, na forma de compor a diretoria, ela tem diferenciais.

A fala de Sara revela vários elementos deste sujeito que é o agente de Cáritas. O perfil profissional, a “mística”, a doação de si ao outro expressa no

cuidado com os mais necessitados, a qualidade crítica para questionar e mudar as situações, a ampla inserção que lhes fazem se entender e ser entendidos de modo diverso, ora como integrantes de entidades e movimentos do campo secular, ora como agentes de um organismo da Igreja, são alguns dos vários *artefatos simbólicos* que podem ser identificados em seu depoimento. No entanto, aqui destaco o seu pensamento sobre a atuação em *rede* e sobre o seu entendimento de que a Cáritas também toma forma de movimento social, quando se articula com organizações e movimentos do campo secular na construção das *redes de socioeconomia solidária*, por exemplo. Para Sara, a Cáritas faz parte de um movimento social em busca de “justiça”, além de ser um organismo da CNBB. A concepção manifestada por Sara, também foi apresentada pelas falas de seus colegas durante as entrevistas e em outras ocasiões do trabalho de campo.

À Ester, agente da Cáritas Regional Ceará, também perguntei sobre o que é ser um agente de Cáritas e como ela se identificava na qualidade de agente que fomenta a EPS em relação aos setores de atuação política e econômica ela respondeu: “Depende, em alguns momentos a gente se identifica como Igreja, em outros momentos como movimento social”. O mesmo ocorreu com Madalena, agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, quando lhe lancei uma pergunta sobre o modo como ela se considera: como agente de Cáritas, como agente da Igreja... Apresento um trecho de nosso diálogo abaixo:

Joannes: vc se entende como membro de um organismo da Igreja Católica?

Madalena: não. Bom em alguns espaços sim, em outros não. A gente se identifica mais como movimento social.

Joannes: da Igreja?

Madalena: da Igreja. Mas, assim... É uma pergunta muito difícil. Assim como a gente... Mas a gente é... Mas, assim... Tem uma coisa que a gente fica meio querendo ficar só no movimento social, mas a gente é a Igreja, o movimento social representa a Igreja. Mesmo ‘movimentos sociais’ é uma coisa bem piegas. Isso aí, mas...

A resposta de Madalena vem na terceira pessoa do plural (o pronome “nós” aparece sob a forma de “a gente”, referindo-se à organização Cáritas em geral). Generaliza sobre os seus colegas agentes. Procura uma forma de dizer como se identifica. Inicialmente nega que é um agente da Igreja e nega que a

Cáritas faz parte da Igreja. Depois passa cinco segundos em silêncio, demonstrando estar em dúvida quanto à sua resposta, e, em seguida, admite que se identifica como Igreja em “alguns espaços”, em alguns contextos e situações. Porém, diz que os agentes se identificam “mais” (com maior frequência) “como movimento social”. Acaba reconhecendo que a Cáritas faz parte da Igreja na qualidade de “movimento social”. Madalena ainda demonstra que não lhe agrada muito as nomenclaturas usadas para qualificar a Organização: seja como Igreja, seja como movimento social, Madalena acha antiquadas as formas de identificação da Cáritas. No entanto, ao ser questionada novamente sobre este assunto, ela respondeu de modo mais incisivo que “a Cáritas é o movimento social da Igreja Católica”.

Nas palavras do agente Tiago, da Pastoral Social da Diocese de Tianguá (entidade membro da Cáritas), surge uma outra concepção de Igreja como movimento social. Tiago falou sobre a necessidade de o agente ter experiência como militante de movimentos sociais, pois, segundo ele, a Igreja é um movimento social, motivo pelo qual exige agentes qualificados para trabalhar como técnico e como militante:

Você tem que ter essa base já de construção de vida dentro desses movimentos sociais, a igreja é um movimento social, né? É um requisito fortíssimo dependendo da função que você vai desenvolver, esse é um requisito pra qualquer um que for entrar lá, qualquer função aqui dentro.

As ações dos agentes de Cáritas com agentes de movimentos sociais, sindicatos, ONG's, universidades e Estado no campo secular acabam influenciando na estrutura valorativa e simbólica da Organização. Ao observar isso, concordo com Sahlins (2003), quando o autor nos mostra que a ação dos indivíduos que compõem o processo histórico muda a estrutura simbólica que orienta práticas, fazeres e procedimentos da vida cotidiana. Assim, estrutura e ação se dinamizam a partir da abstração teórica da *estrutura da conjuntura* (SAHLINS, 2003).

A discussão sobre a formação e atuação das chamadas *redes de colaboração solidária* (MANCE, 2000; 2003) é fundamental para o entendimento do modo pelo qual a Cáritas, por meio de seus agentes, tece a *economia solidária*, no Brasil, e especialmente no Ceará, com entidades do

campo civil ou secular.

De acordo com Mance (2003, p.219-220), *rede* é um conceito peculiar à teoria da complexidade, demonstrando características da cibernética, da ecologia e de outras formulações sistêmicas em áreas diversas. Para o autor, a noção analítica de *rede de colaboração solidária* é resultado da reflexão sobre as práticas de agentes sociais contemporâneos compreendidas desde a teoria da complexidade à filosofia da libertação. Na qualidade de “categoria estratégica” para a ação política, é a formulação central da chamada *revolução das redes*, da qual fazem parte ações econômicas, culturais e políticas que se sustentam subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do sistema sócio-econômico capitalista, propondo, em contrapartida à globalização hegemônica do capitalismo, uma “globalização solidária”.

Vejam os a acepção de *rede de colaboração solidária* apresentada por Mance (2003, p.220), com a qual qualifico as redes de economia solidária das quais a Cáritas é uma das entidades estimuladoras:

(...) considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONG's, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo. Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: (a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; (b) preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); (c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; (d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

(MANCE, 2003, p.220).

É fundamental considerar as formulações críticas sobre as ferramentas teóricas que se pretendem heurísticas, ou até mesmo politicamente propositivas, caso do conceito de *rede de colaboração solidária* de Mance (2000; 2003). Neste sentido, Assmann e Mo Sung (2000, p.146-152) desconstruíram a proposta de organização mundial da sociedade sob a forma de *redes de colaboração solidária* que se globalizariam e poriam fim ao sistema sócio-econômico capitalista. Os autores afirmam que Mance (2000) desconsidera que o capitalismo também é um sistema aberto que funciona com

processos autopoieticos. Nesse momento, Mance (2000) abandona a sua perspectiva da teoria da complexidade para analisar a sociedade capitalista e propor a sua transformação. Seguindo este raciocínio, Assmann e Mo Sung (2000, p.147) argumentam que “a dissolução de determinadas relações econômico-sociais ou o aumento do ‘caos social’ nas sociedades capitalistas não podem ser tomadas como sinais (...)” do fim do sistema capitalista, pois o mesmo se realimenta constantemente das contradições e crises cíclicas inerentes a sua própria existência. De acordo com os autores, Mance (2000) teria sido *traído* por seu desejo de ver o fim do capitalismo, razão pela qual apresentou uma análise que se distancia da perspectiva teórica adotada por ele em seu livro. O pensamento de Mance (2000) sobre a constituição de um outro processo de globalização contra a globalização capitalista por meio das *redes de colaboração solidária* “condiz mais com o seu desejo e expectativa da implantação de um novo sistema social em escala global” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.147).

Concordando com a crítica de Assmann e Mo Sung (2000), observo que há um forte comprometimento ideológico de Mance (2000) que o impossibilitou fazer uma análise crítica de sua teoria sobre as *redes de colaboração solidária*, as quais podem passar por situações não previstas por ele, como a concorrência entre os próprios produtores que as compõem, que inevitavelmente emergiria na medida em que as *redes* se tornassem globais. Esses dois críticos de Mance (2000) apontam que o autor chega a propor a *solidariedade* como o único princípio organizativo da sociedade, desconsiderando completamente outros princípios fundamentais para a organização social possivelmente “pós-capitalista”, caso da concorrência entre os produtores, a qual garantiria a melhoria dos produtos e serviços. Destaco o resumo da análise feita por Assmann e Mo Sung (2000, p.146-152) sobre o trabalho de Mance (2000):

Em resumo, a proposta de uma rede de colaboração solidária é importante para viabilizar muitas das atividades econômicas fundamentais para a sobrevivência de tantas pessoas que vivem condições econômicas precárias, mas não podemos simplesmente projetar esta proposta ao nível global. Solidariedade é e deve ser um componente importante nas relações econômicas e sociais, mas não pode ser transformada no único princípio organizador.

(ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.152).

Após argumentarem que não é possível tomar apenas a *solidariedade* como princípio organizador da sociedade, e especificamente da economia, Assmann e Mo Sung (2000) põem, de um lado, Mance (2000) e sua proposta de organização a partir da *solidariedade*; de um outro, ficam os neoliberais que fazem da *competição* o único princípio para a organização social. Para driblar a perspectiva dicotômica, os autores continuam argumentando que a *solidariedade* e a *competição* são dois elementos fundamentais para a organização da vida coletiva:

A solidariedade e a competição são dois elementos indispensáveis na convivência, na manutenção e na reprodução da vida social. Os neoliberais pretendem fazer da competição o único princípio organizador da sociedade. Os marxistas tentaram fazer do planejamento centralizado o único princípio. Hoje surgem muitos grupos que parecem querer fazer do conceito de solidariedade o único princípio organizador. O problema fundamental não está na disputa pela escolha por um destes princípios, mas no pressuposto de que há ou deverá haver um único princípio organizador e na antropologia subjacente a estas defesas.

(ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.152).

Mance (2000) teoriza entre o ideal e o real, motivo pelo qual é um dos autores mais presentes no *movimento da economia solidária*, chegando a organizar uma publicação sobre “como organizar redes solidárias” (MANCE, 2003). Contudo, o conceito de *rede de colaboração solidária* de Mance (2000) contempla os aspectos empíricos, éticos e econômicos, constitutivos das redes nas quais a Cáritas se insere e/ou fomenta.

Além de sua organização institucional em rede, os agentes de Cáritas se inserem em articulações reticulares mais amplas que buscam efetivar objetivos comuns de várias organizações e movimentos sociais. Por meio dos agentes, a Cáritas busca sistematizar as ações que incentiva e das quais participa, visando à proposição de políticas públicas para suprir as necessidades e garantir a efetivação dos direitos de distintos setores da sociedade, em especial os compostos pelos mais pobres, a partir dos elementos fornecidos por ações como as que vão de encontro à discriminação e à pobreza, das quais destaquei a EPS.

Para que o aprendizado dessas ações ou práticas combativas seja o alicerce de um amplo projeto junto ao público “excluído” dos direitos defendidos

pela Organização, a atuação dos agentes de Cáritas depende da existência de *redes*, fóruns e outras formas de organização local, regional e nacional para levar a cabo a sua proposta de construir uma sociedade de todos, sem discriminações e sem injustiças. Seguindo essa utopia, a Cáritas dá passos juntamente com organizações e movimentos do campo civil, afirmando ser necessária uma relação entre o local e o global, regional ou nacional, continental ou mundial. Nesse sentido, argumenta, por meio de seu material institucional, que o local é como o ponto de onde parte a ação para o trabalho em um quadro mais amplo e complexo, ao passo que as articulações reticulares que ligam o local ao global são “essenciais para as práticas locais, pois podem revelar as fontes das dificuldades encontradas no local e ser apoio para que se fortifiquem” (CNBB, 2006, p.58).

Relacionando local e global, a CB faz constar de seu material bibliográfico, utilizado como referência para a formação e ação de seus agentes, a articulação em rede como fundamental para o fortalecimento da *economia solidária* e de sua proposta de desenvolvimento – digamos, não capitalista – no Brasil, conforme o trecho seguinte do trabalho de Bertucci e Alves da Silva (2003a):

É bem verdade que hoje são muitos os que falam em economia solidária, desde governos, universidades, diversas ONG's etc. A preocupação da Cáritas é de fortalecer a articulação dessas unidades nos níveis, regional, estadual e nacional para que consigam potencializar as iniciativas de EPS e, assim, somar-se aos demais movimentos sociais populares para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e solidário.

(BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.96).

Articulando-se com organizações civis e com o Estado, a rede Cáritas entra na rede do campo secular para forjar o *movimento da economia solidária* no Brasil. Observa-se que a Cáritas está presente em vários fóruns e redes constituídas por ONG's, sindicatos, movimentos sociais, universidades e Estado. No caso do seu programa nacional de EPS, a Organização se vincula ao movimento mais amplo da *economia solidária*, originado no Fórum Social Mundial, do qual foram criadas diversas *redes* nacionais e internacionais.

Como uma das entidades responsáveis pela realização do V Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2005, em Porto Alegre-RS, a Cáritas

também divulgou a importância da autogestão e da associação de trabalhadores para combater a pobreza e para a consolidação de uma rede formada por produtores e *organizações de referência* (OR) que fortificasse a proposta de desenvolvimento da *economia solidária* contra a hegemonia da economia capitalista que põe em choque o capital e o trabalho.

Mesmo reconhecendo as limitações da Cáritas, “(...) provavelmente por força das contradições da própria estrutura eclesial a que está ligada e dos seus próprios limites”, a CNBB (2006, p.72) expõe ter sido a valorização e a articulação das diversas iniciativas de economia solidária a experiência mais bem sucedida com o apoio do “serviço social” da Igreja. As iniciativas de economia solidária, consideradas e articuladas pela Organização, “provavelmente” deram o toque inicial para a criação de um movimento nacional da economia solidária, do qual surgiu a Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES), articulada a partir do I Fórum Social Mundial, e com maior visibilidade e reconhecimento na 5ª edição do Fórum:

Muito provavelmente, a experiência que mais avançou, também com participação e impulso da Cáritas, foi a valorização e articulação das muitas iniciativas de Economia Solidária. Enquanto nas primeiras edições estava quase ausente e era vista por muitos com certo preconceito, no quinto Fórum Social Mundial ela foi incorporada de forma estrutural, presente até na montagem de algumas tendas alternativas, além de ser responsável por parte significativa da alimentação e de outros serviços.

(CNBB, 2006, p.72).

Como participante do V Fórum Social Mundial, pude perceber a forte presença de unidades de produção de *economia solidária* que estavam comercializando produtos e serviços durante o evento. Exemplo disso foram as tendas de comercialização de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os estandes da Cáritas, onde vi à venda produtos produzidos pelos grupos de produção incentivados e acompanhados pela Organização.

A presença da Cáritas nas redes e fóruns constituídos a partir da realização do I Fórum Social Mundial é considerável. Ela está presente em importantes articulações em rede como é o caso da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), cujo objetivo é racionalizar o armazenamento e o uso da água

da chuva para possibilitar a vida das pessoas no semi-árido¹⁹.

A pesquisa me fez perceber que o “serviço social” da Igreja se articula com diversas entidades do campo civil, bem como com outras entidades da Igreja Católica e com cooperativas, associações e grupos financiados por ONG’s vinculadas a igrejas evangélicas de orientação pentecostal, caso da ONG estadunidense Visão Mundial, que financia diversas ações junto a populações pobres no Ceará, a exemplo da Associação Conselho de Integração Social (INTEGRASOL), na periferia de Fortaleza, integrante da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

A Cáritas está presente, ainda, na Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB)²⁰, no Conselho Nacional de Economia Solidária²¹ e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cujo coordenador-executivo é,

¹⁹ A ASA é composta por 750 entidades atuando em mais de 900 municípios. Seus programas se direcionam à geração de um milhão de cisternas de placa (Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC) para o uso racional da água e cultivo de alimentos adequados às condições geográficas do semi-árido. Além disso, a ASA fomenta processos de trabalho e de produção baseados nos princípios da *economia solidária*, afirmando considerar o saber local da própria população para o desenvolvimento dos projetos econômicos cooperativos e autogestionários.

²⁰ Com apoio do United Nations Children's Fund – UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a RESAB é formada por agentes educacionais, ONG’s e Organizações Governamentais (OG’s) que atuam no processo educacional das populações do semi-árido brasileiro, que engloba estados do nordeste e do sudeste: Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, Espírito Santo, sertão da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e leste do estado do Maranhão. A Rede tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino e do sistema público de educação no semi-árido, tendo como função primeira a consolidação de um projeto político-pedagógico de educação voltado para as populações do semi-árido brasileiro. Para a implementação da chamada “Educação para a Convivência com o Semi-Árido” houve a inscrição de várias experiências de educação formal (escolar) e não formal, de iniciativa governamental e não-governamental, situadas no semi-árido brasileiro, cujos objetivos curriculares são associar os conteúdos curriculares e os métodos de ensino às formas de vida e aos problemas e especificidades dessa região do Brasil. Tentando fazer com que os processos de educação formal e não formal se adequem às realidades vividas pelos educandos crianças, jovens e adultos, a RESAB é reconhecida por outras redes e demais espaços de articulação, como a ASA e o Grupo de Trabalho Interministerial (GTIM) para elaboração do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN), dentre outros. Ver REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO (RESAB). Disponível em: <www.resab.org>. Acesso em: 20 ago. 2007.

²¹ O Conselho Nacional de Economia Solidária é o espaço que representa a atuação de entidades do *movimento da economia solidária* para a proposição de políticas públicas junto ao Estado. O Conselho começou a funcionar em 09 de novembro de 2006, tendo sido instituído com 19 entidades do governo federal, 20 representantes de grupos de produção de economia solidária e 17 organizações da sociedade civil. Os principais objetivos do Conselho são criar um marco legal específico para a economia solidária, avançar na questão do financiamento para consolidar a economia solidária como alternativa de desenvolvimento e fazer com que o Estado implemente um sistema de política de economia solidária, consolidando uma política pública que garanta visibilidade e sustentação de formas econômicas não-capitalistas materializadas no trabalho, na produção, na comercialização, no consumo e no crédito associativos e autogestionários em contraposição à economia capitalista, combatendo o desemprego, a exploração do trabalho e degradação do meio-ambiente.

atualmente, Ademar Bertucci, assessor do Secretariado Nacional da Cáritas Brasileira.

No estado do Ceará, os agentes da Organização estão presentes na Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES)²², organizando atividades juntamente com outras entidades e com lideranças dos grupos de produção que agem conforme a proposta da economia solidária. Faz-se necessário uma ressalva quanto à presença dos agentes nas redes. Os agentes da Cáritas de Tianguá, de Limoeiro do Norte e de Sobral envolvidos nesta pesquisa não participam diretamente da rede. Geralmente as redes possuem uma concentração de suas atividades na capital do estado. Os agentes dos escritórios de Fortaleza – Cáritas Regional Ceará e Cáritas Arquidiocesana – são os que participam diretamente das articulações. Segundo

²² A RCSES surgiu no ano de 2000 como Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária a partir de um conjunto de entidades proponentes de uma outra economia para combater a pobreza. Algumas dessas entidades foram o Banco Palmas, Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Deutscher Entwicklungsdienst (DED), Instituto Florestan Fernandes, Obra Kolping do Brasil, Associação Vida Brasil/Instituto de Revitalização do Trabalho (IRT) e Cáritas Brasileira Regional Ceará, Arquidiocesana de Fortaleza e Diocesanas. Em fevereiro de 2001, o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária passou a ser denominado de Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), e como resultado já havia o envolvimento de várias entidades comunitárias, o qual foi motivado pelo I Encontro de Culturas e Socioeconomia Solidária, realizado em 2000, ano em que foi formada a Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES). A RCSES é constituída pelas *Organizações de Referência* (OR), cooperativas, associações, grupos produtivos e pessoas que fazem parte do *movimento da economia solidária* no Ceará, que é o estado com o segundo maior número de empreendimentos e grupos de economia solidária. Até o ano de 2007 eram aproximadamente 1249 unidades econômicas que tornam as vidas de dezenas de milhares de pessoas possíveis. Conta com aproximadamente 18 mil produtores urbanos e rurais e 30 ONG's e igrejas, que assessoram e estimulam várias experiências de produção direcionadas para a geração de trabalho e renda, no campo e na cidade. Seu projeto de política pública inclusiva de referência é o da implantação do Centro Público de Economia Solidária, em parceria com o governo federal. A Rede funciona em caráter autogestionário e conta com os seguintes Grupos de Trabalho (GTs): Ação Política; Articulação; Comercialização e Formação. Atualmente possui um Grupo de Articulação composto pela Cooperativa de Grupos de Produção Solidária (COOPSOL), conselho de Integração Social (INTEGRASOL), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE), Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), Grupo de Mulheres do Dendê e Ateliê Gerasol. A RCSES realiza encontros mensais com os seus integrantes, em sistema de "rodízio" entre as entidades. O grupo de Trabalho de Articulação é o responsável por coordenar as reuniões juntamente com o representante da entidade anfitriã e pelo relator da última reunião. São objetivos da RCSES: estimular e fortalecer as práticas de produção, comercialização e consumo propostas pelo *movimento da economia solidária*; favorecer as trocas de experiências entre os seus membros; propor e monitorar políticas públicas relacionadas à *economia solidária* no estado do Ceará. Para atingir os seus objetivos, a RCSES é um dos "nós" da Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES) e integra o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), mantendo relações com o Estado por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do governo federal, e da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Sara, da Cáritas de Limoeiro do Norte e Rute, da Cáritas de Sobral, as Cáritas Diocesanas são representadas pelos agentes da Cáritas Regional Ceará que repassam as discussões para os colegas agentes dos escritórios do interior.

Para Sara, as redes são compostas por mais entidades da capital que do interior, centralizando atividades e deixando as entidades e produtores do interior em segundo plano. Acrescenta, ainda, que as redes, como a RCSES, são compostas mais pelas entidades e pelos seus representantes que pelos produtores, trabalhadores que deveriam estar mais presentes nessa articulação. Segundo ela, para que a “rede” (RCSES) seja uma rede dos produtores (integrantes dos grupos de produção) e não das entidades articuladoras, ainda haverá demora. Destaca que esse retardamento será maior no caso dos produtores do interior do estado, que seriam os últimos a integrar a rede por estarem numa posição de desvantagem em relação aos produtores da capital e região metropolitana. Eis a sua crítica sobre o funcionamento das redes:

Nós da Cáritas de Limoeiro não temos uma presença, um assento que a gente possa tá garantindo, né, e priorizando esse momento. Ainda assim eu acho que as várias instituições querem, sabe, querem ajudar, querem chegar lá. Tão dando o melhor de si, mas eu penso que falta alguma coisa, a gente conseguir enxergar mais o outro. Parece assim que, tá, a gente saiu dos projetos pontuais pra idéia de rede, mas a gente continua fazendo a idéia de rede muito no nosso universo de cada instituição. Na hora dessa partilha, desse comungar das outras idéias, as coisas não acontecem tão tranqüilas não, sabe? Aí a gente sente, principalmente nós que estamos no interior. A gente sente uma distância tão grande, sabe, dessa coisa. Como se a capital, Fortaleza, ela fosse o todo, sabe? Assim o interior é como se fosse uma segunda categoria, sabe? Infelizmente, é assim que a gente pensa. Às vezes a gente sente isso na prática (...) como se as instituições que estão na capital, elas têm um *Know-how* a mais, sabe? Assim, as instituições que estão no interior são de segunda categoria, e a gente sabe disso. Eu tô dizendo uma coisa assim, que eu acho que não pode ser culpa de ninguém, né, assim, é a forma como a gente tá conduzindo as coisas, e eu acho que a gente precisa crescer nisso, sabe? Se a gente não crescer nisso os protagonistas nunca vão ser os trabalhadores e as trabalhadoras, e se é esse o nosso objetivo, que eles sejam, então a gente vai ter que dar margem para que isso aconteça. Às vezes as instituições querem ser o próprio protagonista, o estandarte. O estandarte nunca pode tá a frente. O nome da instituição nunca pode tá a frente do nome dos produtores, né? Aquela coordenação que é feita nunca pode tá a frente dos produtores. Infelizmente, isso ainda acontece. Às vezes por uma necessidade, e às vezes a gente cria essa necessidade, de estar. Então (...) a gente poder ir saindo mais e deixando mais que os produtores acertem, errem, mas façam. Eu penso que é esse exercício que a gente tem que aprender a fazer. Então a Rede ainda é uma rede de instituições, não é Rede de

produtores, e os produtores precisam se apoderar mais dela. Eu acho que ela ainda vai custar muito a ser dos produtores, em primeiro lugar, e depois ser dos produtores do interior, em segundo lugar, que é a segunda categoria que eu acho que é, né, nessa visão de rede.

Mesmo tecendo a crítica ao modo de funcionamento da RCSES, Sara reconhece que as entidades que a compõem buscam fazer o seu melhor para a consolidação da economia solidária.

O fato de a rede Cáritas formar outras redes me faz recorrer ao pensamento de Fontes (2004) sobre as *relês*²³. Estas são definidas como “redes de redes”, funcionando como mecanismo de produção e divulgação da mobilização dos indivíduos para a constituição de novas redes. Nesse sentido, funciona a Cáritas como uma rede católica institucional integrando as redes do *movimento da economia solidária*. Para Martins (2004, p.37), o conceito de *relê* possibilita compreender que cada ator social possui a tendência a se inscrever em diferentes tipos de troca, em uma dinâmica, um movimento permanente em que as redes mediadoras possibilitam a geração de novas redes ao passo que garantem a renovação e sustentação das redes antigas.

Uma das ações da Cáritas voltada para o desenvolvimento da EPS é consolidar os espaços dos fóruns e criar redes de produtores, buscando envolver os seus integrantes e possibilitar as trocas de experiências entre eles (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003a, p.113-40). Com esse propósito, visa-se que as redes de produtores tornem possível a integração necessária para o debate e proposição de políticas públicas e inserção de seus integrantes em redes mais abrangentes como a RCSES e o FBES, as quais são amplas redes de informação e mobilização, das quais fazem parte as redes de produtores do Ceará e do Brasil, respectivamente.

Um das redes de produtores fomentadas pela Cáritas Brasileira Regional Ceará foi a “Rede Abelha Ceará”. Esta Rede foi criada em 2000 a partir da ação da Cáritas e de uma ONG cearense chamada Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR) junto a apicultores do estado do Ceará. A “Rede Abelha Ceará” foi inspirada na “Rede Abelha Nordeste”, uma articulação

²³ O autor faz uma analogia entre uma articulação em rede que organiza e integra outras redes e o dispositivo por meio do qual um circuito é controlado por variações das condições elétricas que podem ocorrer noutro circuito, ao qual, na linguagem técnica da eletricidade, dá-se o nome de *relê* ou *reler*.

feita por associações, cooperativas e entidades que apóiam a agricultura familiar e envidam esforços para enfrentar os percalços dos apicultores, dentre os quais o da comercialização dos produtos. O objetivo da Cáritas e do ESPLAR foi organizar os trabalhadores, ligando-os entre si para fortalecer a sua produção, e favorecer a comercialização dos produtos confeccionados pelos grupos de produção formados por esses apicultores. Consolidada a “Rede Abelha Ceará”, seus objetivos são organizar associações e cooperativas de famílias de apicultores; capacitar os trabalhadores apicultores para aumentarem a produção e acompanharem os padrões de qualidade do mercado consumidor; aumentar a participação de mulheres nos grupos de apicultura; e incentivar a produção orgânica na criação de abelhas para proteger o meio-ambiente (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003a, p.114-6).

A organização do *movimento da economia solidária em redes* de produtores, consumidores e entidades apoiadoras – bem mais presentes atualmente – tem como objetivo a superação da globalização capitalista (globalização neoliberal), que se relaciona a internacionalização das finanças, dos mercados e da produção, gerando um aumento da concentração de riquezas, um aumento da pobreza e da “exclusão social”. As *redes solidárias* são constituídas pela colaboração entre trabalhadores e entidades de fomento à economia solidária. Nas palavras de Mance (2000), tão criticado por Assmann e Mo Sung (2000, p.146-152), esta colaboração reticular é o ponto crucial para a formação de uma teia ética e econômica que funciona como “alternativa pós-capitalista”.

Organizados numa “rede de solidariedade católica” orientada pela lição cristã, os agentes de Cáritas interagem com atores sociais de entidades do campo civil com o objetivo de articular redes de produção, comercialização, consumo e de mobilização política em prol da ampliação da teia de valores morais, práticas e plasticidades semânticas da economia solidária no estado do Ceará, discussão que pretende levar o leitor à análise das concepções dos agentes de Cáritas sobre o seu trabalho.

CAPÍTULO II

O TRABALHO DOS AGENTES DE CÁRITAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EPS NO CEARÁ

2.1 “Minha profissão é ser militante”: o trabalho dos agentes de Cáritas (“técnicos”, “assessores” e cristãos)

Chegou o momento de chamar ao centro da análise o sujeito da pesquisa que originou esta dissertação: o agente de Cáritas.

Passei a estudar o trabalho dos chamados “agentes de Cáritas”, com o objetivo de analisar os conceitos êmicos que dão forma à EPS e à “cultura da solidariedade”.

Desde então, acompanhei os agentes no desenvolvimento da Economia Popular Solidária, observando as adversidades, as diferenças e as similitudes no cenário em que ocorre a relação entre economia e religião.

Os “agentes de Cáritas”, como se autodenominam, são profissionais da Igreja Católica que desenvolvem as atividades de formação e de assistência junto aos pobres contemporâneos, prestando assessoria técnica aos grupos de produção solidária para o desenvolvimento de projetos diversos. No Ceará, os resultados do seu trabalho repercutem nos dois principais jornais locais *O Povo* e *Diário do Nordeste*¹.

Esses profissionais são contratados pelos bispos no regime da

¹ Cáritas Diocesana de Sobral – MULHERES investem na criação de cabras e produção de derivados. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 5 de agosto de 2005.; CASA de apoio em Sobral. In: **O Povo**. Disponível em: <http://admin.opovo.com.br/servelett/opovo?event=ctdi_noticiaForPri>. Acesso em: 1 dez. 2007.; Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e Pastoral Social de Tianguá – MENEZES, Valdemar. Socioeconomia. In: **O Povo**, coluna Concidadania. Fortaleza, 10 de junho de 2006.; NOVA bodega solidária é instalada. In: **O Povo**, caderno Ceará. Fortaleza, 8 de outubro de 2006.p.12.; Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – PRAIAS: falésia e fonte de água. **O Povo**. Disponível em: <http://admin.opovo.com.br/servelett/opovo?event=ctdi_noticiaForPri>. Acesso em: 28 jun. 2007.; COQUEIRINHO: assentamento inova vida comunitária com turismo rural. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 12 de fevereiro de 2006.; Cáritas Diocesana de Itaipoca – ITAPIOCA: agricultura familiar escoar produção na feira solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 16 de abril de 2006.; Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza – CATADORES de lixo reclamam de rendas diferenciadas. In: **O Povo**. Fortaleza, 5 de fevereiro de 2006.; Secretariado Regional Ceará da Cáritas Brasileira – PROJETOS de economia solidária recebem R\$ 1,3 mi do BNB e MTE. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 13 de março de 2006.; CONVIVÊNCIA com o semi-árido: cultivo em forma de mandala. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 10 de dezembro de 2007.

Consolidação das Leis do Trabalho e alguns deles possuem qualificação universitária (incluindo graduação, especialização e mestrado). Seu trabalho possui muitas especificidades e heterogeneidades às quais eu reservei este capítulo II, que buscou contemplar uma exposição da atuação dos agentes dos escritórios de Fortaleza, do Regional Ceará, de Sobral, de Limoeiro do Norte (Aracati e Beberibe) e de Tianguá apenas em relação ao desenvolvimento da EPS no estado.

A exposição sobre o ofício de agente foi feita a partir dos pontos de vista e das práticas das personagens que fizeram parte da pesquisa, privilegiando as suas estratégias de abordagem e formação junto às populações “pobres”.

Esta é a paragem em que mais foram destacadas as falas dos agentes entrevistados a fim de fundamentar as observações que procurei apresentar sobre o desenvolvimento da EPS para a promoção da “cultura da solidariedade” necessária à construção da *sociedade utópica* (“Reino de Deus”) proposta pelo “serviço social” da Igreja no Ceará.

2.1.1 Madalena: agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza

Em outubro de 2004, quando ainda era bolsista de Iniciação Científica do CNPq no curso de graduação em Ciências Sociais, fiz o primeiro contato telefônico com Madalena. Solteira e com 23 anos, mora em um bairro da periferia de Fortaleza. É o agente responsável pelo Programa de EPS vinculado à Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. Em razão das diversas atividades de Madalena como agente de Cáritas, houve dificuldade em marcarmos um encontro para que eu pudesse me apresentar pessoalmente e falar sobre as minhas intenções de pesquisa. No entanto, continuamos nos falando por telefone, mantendo contato durante todo o ano de 2005, ano em que finalmente pudemos nos conhecer face a face, o que possibilitou uma aproximação que viria a estabelecer uma interlocução e, ao mesmo tempo, a construção de uma amizade. Foi em 14 de outubro de 2005, uma sexta-feira, que eu a entrevistei pela primeira vez, e foi Madalena o primeiro agente de Cáritas com o qual eu passei a interagir, fazendo-me começar a entender melhor a inserção da Igreja Católica, via Cáritas, na economia solidária.

Madalena é responsável por organizar a EPS na capital e em sua região metropolitana, composta pelas cidades adjacentes. Na tarde daquele dia de sexta-feira, ela me recebeu após termos marcado um encontro durante uma de nossas conversas telefônicas. Conversamos pessoalmente pela primeira vez na sede da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, que à época se localizava na Catedral Metropolitana. Ela me recepcionou com muita atenção e com muitas questões sobre a minha pesquisa. Por passar por uma vivência com autores e textos de base filosófica e científica que são utilizados no trabalho e na formação dos agentes, bem como por ser estudante de graduação em Ciências Sociais, Madalena também demonstrou possuir traços de um *habitus* (BOURDIEU, 1998) do campo acadêmico, expressados em sua forma de falar, de articular conceitos e de discutir sobre o tema da economia solidária. Batemos um longo papo, que me rendeu a gravação de duas fitas k-7 de 60 minutos cada uma.

Madalena conversou comigo por três horas no escritório da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. Durante esse tempo eu a ouvi falar sobre a Cáritas, as contradições da Igreja, dos grupos produtivos solidários e sobre os agentes e o seu trabalho. Diz não ser católica, mas é adepta dos valores e da lição cristã. No dedo anelar esquerdo, um anel de tucum, uma insígnia religiosa e política, que se tornou símbolo da espiritualidade e da ação no mundo dos homens presente nas mãos dos adeptos da Teologia da Libertação, da qual diz ser uma seguidora. Antes de trabalhar como agente de Cáritas, trabalhou em duas ONG's: uma delas é o Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), a outra é a Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL), ambas localizadas em Fortaleza-CE.

Ao falar sobre o que chama de “identidade” e sobre a “missão” da Cáritas, Madalena expõe que a adjetivação “assistencialista” incomoda os “agentes”. Analisemos o diálogo:

Madalena: sua própria identidade e missão é extremamente complexa. E não são todas as pessoas que conseguem entender e nos dão conotações e rótulos, que nos incomoda muito.

Joannes: como o quê?

Madalena: tu quer vê uma coisa que me deixa chateada? Um cara que chega aqui, que me diz que eu sou o objeto de estudo dele, e vai numa determinada área e diz que uma ação é, por exemplo, estuda um projeto do “Águas de Março”, ano passado,

e diz que a ação é uma ação assistencialista, sabe? Eu odeio isso. Porque nem dá pé do que houve antes, nem dá pé do que realmente aconteceu nessa ação e nem dá pé do que aconteceu depois.

Joannes: ele pegou apenas um elemento e não mostrou os outros elementos?

Madalena: se você quiser entender a Cáritas a partir de uma coisa, lascou-se. Vai ter uma visão frustrada, limitada e hipócrita. Hipócrita não; é prepotente. Eu to aqui há dois anos e não me sinto cem por cento segura pra falar de tudo que acontece na Cáritas. E nem quero. Porque às vezes topa com agentes aqui que acham que não existe vida antes da Cáritas, e nem que vai existir vida pós-Cáritas. Tem umas viagens assim (risos). Mas tudo bem (risos). (grifos meus).

Quando Madalena dá continuidade aos acontecimentos que lhe causam aborrecimento, expondo sobre uma impossibilidade de conhecer a organização da qual faz parte, ela me direciona um sinal de alerta. Ela manda uma mensagem para mim, para que eu não faça avaliações ou análises cujo resultado seja o de que a Cáritas é uma instituição “assistencialista”. Faz-se necessário esclarecer ao leitor que, em ciências sociais, o objeto da análise não é as pessoas envolvidas na pesquisa, mas os fenômenos sociais dos quais elas são as arquitetas. Certamente, não cabe a mim exercer o papel de avaliador e muito menos proceder com preconceitos e juízos de valor. No entanto, todo e qualquer trabalho científico, como toda e qualquer ação humana, possui limites empíricos, cognitivos e teóricos. Entretanto, isso não pulveriza as possibilidades de conhecer sobre si e sobre as relações sociais entre os homens. Para isso, Weber (2004, p.22) propôs a *objetividade científica*, a qual requer uma *delimitação* do tema para permitir ao pesquisador o desenvolvimento dos seus estudos na busca da *ordenação racional da realidade empírica*. Foi esse o procedimento que tentei fazer ao lançar um olhar sociológico sobre a história da Organização, os saberes, fazeres e práticas da vida dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará.

Para Madalena, os agentes de Cáritas são “militantes”, no sentido da defesa de uma causa. A militância dos agentes defende a “plataforma dos direitos humanos” institucionalizados e constituídos pela consideração política de que toda pessoa possui direitos civis, políticos e sociais². Quando eu a

² Na literatura especializada, os direitos humanos são constituídos por três direitos básicos, a saber: 1) os direitos civis dizem respeito ao direito de dispor do próprio corpo, locomoção,

perguntei sobre a formação dos agentes de Cáritas, Madalena explicitou a relação entre militância e trabalho, fazendo-me entender que a formação do agente ocorre mais “na prática” do seu ofício que no estudo de formulações teóricas para possibilitar o entendimento sobre a realidade da qual fazem parte e para nela intervir: “A minha profissão é ser militante. Mas eu milito mais, do que eu estudo, não vou mentir. Meu acúmulo é muito mais da prática do que dos estudos”.

“Militância” é uma palavra bastante presente no conjunto lexical dos atores pertencentes aos movimentos sociais, caso do movimento negro, de mulheres, dos ecologistas e da economia solidária. Para saber melhor sobre a semântica carregada por essa palavra recorri ao *Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 2004):

Militância

[De militante + -ia² seg. o padrão analógico.]

Substantivo feminino.

1. Ação de militante; exercício, prática, atuação: militância política.
[Cf. militança.]

A palavra “militância” presente na fala de Madalena está ligada ao seu fazer de agente de Cáritas, à sua profissão e aos objetivos perseguidos no trabalho com os pobres. A ação dos agentes de Cáritas é assim entendida por Madalena e por outros agentes entrevistados como *ação de militante*, no sentido de *luta* pela efetivação dos direitos humanos, seguindo a proposta

segurança, liberdade de expressão, etc.; 2) os direitos sociais são todos aqueles que compõem as chamadas necessidades humanas básicas. Devem repor a força de trabalho para sustentar o corpo humano. São eles o direito à alimentação, à habitação, à saúde, à educação, ao trabalho, aos salários dignos, etc.; 3) os direitos políticos estão relacionados a deliberação dos homens e das mulheres sobre as suas vidas, ao direito de ter livre expressão de pensamento e de prática política, religiosa, etc. Segundo Manzini-Covre (2003, p.15), relacionam-se, principalmente, à convivência com os outros homens em organismos de representação de ação direta (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolas, conselhos, associações de bairro, etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento, assembleias, resistindo a imposições dos poderes estatais ou privados por meio de greves, pressões e movimentos sociais). Os direitos políticos também dizem respeito a deliberações dos outros dois direitos, os civis e os sociais, esclarecendo quais são esses direitos e de que modo chegar a eles (MANZINI-COVRE, 2003, p.15). Os direitos humanos é a substância da *cidadania plena*. Para Manzini-Covre (2003, p.11), a *cidadania plena* é o próprio direito à vida num amplo sentido. Diz respeito ao direito a direitos. “Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos das necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o papel mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no universo”. Dessa forma, a cidadania plena é constituída pela inter-relação dos direitos civis, sociais e políticos (MANZINI-COVRE, 2003, p.11).

cristã de elaboração de uma sociedade justa e igualitária da qual todas as pessoas possam fazer parte. Seguindo esse ideal moral e estético (relacionado ao modelo cristão de sociedade chamado “Reino de Deus”), os agentes de Cáritas exercitam, praticam, agem, enfim, “militam” profissionalmente assessorando, prestando apoio técnico e logístico aos “excluídos e excluídas”, com os quais seria possível construir o “Reino de Deus” na terra.

Esses profissionais militantes trabalham junto aos pobres (os “excluídos”), buscando garantir-lhes a efetivação de direitos, conforme o conteúdo da fala de Madalena:

Os pobres são os moradores da área de risco, determinadas classes sociais, determinados tipos de trabalhadores como os catadores e catadoras de materiais recicláveis. (...). São pobres do ponto de vista de não ter acesso aos direitos básicos e não acesso aos direitos humanos, que são os econômicos, os sociais, os políticos, os culturais, indivisivelmente. A nossa plataforma é a plataforma dos direitos humanos.

A vinculação entre a “militância” dos agentes e as atribuições de seu posto de trabalho remunerado com recursos aportados pelas ONG’s, serviços sociais estrangeiros e governos dos países da Europa e da América do Norte – componentes da chamada cooperação internacional – revela a contradição entre a idéia de “transformação social” e a manutenção de um *status quo* possibilitado, inclusive, pela atividade profissional de administração dos pobres (“excluídos”). Tal contradição mostra o agente de Cáritas como um profissional qualificado para cuidar dos “excluídos” numa perspectiva que os considera como protagonistas de sua própria história, atores com o poder de intervenção política, contrapondo-se à visão anterior da organização, que reforçava junto aos pobres e aos próprios agentes uma mentalidade da qual os pobres são os assistidos e os agentes são os assistencialistas. Para demonstrar, destaquei mais um trecho da fala de Madalena para sinalizar a “nova” perspectiva da organização contra o modelo assistencialista, compartilhando a gerência dos pobres juntamente com eles e apresentando a contradição que faz do agente de Cáritas o profissional da Igreja, empregado e remunerado para cuidar dos pobres e garantir a efetivação da missão da Cáritas:

Você tem aí, desde 92, uma mudança na intervenção da Cáritas,

rompendo, principalmente, de vez com o paradigma do assistencialismo, mas que mantém ainda uma atividade (...), porque faz parte dessa missão uma linha de emergência. A Cáritas não se omite dos processos emergenciais que a humanidade passa, e aí a emergência em todas as dimensões. Por exemplo, hoje eu coordeno o projeto “Águas de Março”. Foi um projeto que aconteceu emergencialmente no ano passado [2004 – e que continua em execução], na enchente de março. Então, Fortaleza foi inundada. Teve muita coisa. Tu lembra que ficou tudo alagado, muita gente desabrigada? Então a gente teve uma ação emergencial com remédio, com comida, com rede, com não sei quê... E hoje a gente tá nessas mesmas comunidades que a gente atendeu emergencialmente nessa perspectiva, discutindo política pública baseada fundamentalmente no direito à cidade, porque você passou por aquilo a gente pode construir um bairro melhor. E aí, fazendo um diagnóstico com uma pesquisa com o GPDU [a sigla se refere ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano] da Universidade, da UECE [a sigla se refere à Universidade Estadual do Ceará], sabe? Etnografia, rua à rua, capacitação de pesquisadores populares com sessenta jovens da comunidade pra construir planos de desenvolvimento local nos eixos econômico, social, político, ambiental. O massa, cara, é você um dia se apaixonar e poder transformar o mundo, e você viver 24 horas pensando em como transformar o mundo e a comunidade e ser pago pra isso!

A categoria de agente de Cáritas possui uma localização histórico-espacial que tem sido redefinida desde a criação da Cáritas Brasileira em 1956 até os dias de hoje. Por essa razão, busquei saber o que é ser um agente de Cáritas na perspectiva dos que fizeram parte desta pesquisa.

Demonstrando contentamento por ser “apaixonada” pelo seu trabalho de “transformar o mundo e ser pago pra isso”, Madalena, da Cáritas Arquidiocesana, diz o que é um agente a partir de si mesma:

Sou agente Cáritas. Sou uma pessoa que tem uma preparação teórica, política, metodológica pra fazer intervenção nas áreas que a gente determina como área de atuação. E aí, principalmente pautadas na missão e nos princípios, nos valores da instituição. Baseado nisso, a gente tem uma formação e uma ação acordada coletivamente tanto na nossa instituição como com todos os atores sociais envolvidos, que são desde as próprias pessoas da comunidade a sociedade civil, enfim.

Ela continua explicando como é formado um agente de Cáritas, que, geralmente, já possui uma atuação pregressa em ONG's, movimentos sociais e em setores da Igreja mais influenciados pela produção da Teologia da Libertação. Madalena, por exemplo, já havia atuado em ONG's que lidam com o desenvolvimento de experiências de economia solidária:

A primeira coisa é você enquanto pessoa partilhar da missão dos princípios, de valores da instituição que são muito claros, definidos, e a sua entrada, assim, a entrada de um agente Cáritas se dá de 'n' formas, desde um processo seletivo (...), e até mesmo a partir de uma vivência e prática dentro da própria Igreja, né? Você tem, por exemplo, uma pessoa como a Isabel [agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e membro do Secretariado Nacional da Organização], que tem 27 anos de Cáritas, condecorada inclusive pelo próprio Papa e tal. Ela é, por exemplo, a coordenadora daqui. Ela é diretora nacional. Então é uma pessoa da Arquidiocese, como ela é uma das diretoras da Cáritas no Brasil. E aí se deu a partir de toda uma vivência que ela tinha na Igreja, e ela entrou assim porque ela já era da Igreja e foi ficando. É uma agente até hoje.

Tirante a formação que a vida se encarrega de ministrar, o trabalho do agente de Cáritas também inclui o seu preparo constante por meio de um Programa de “Formação para a prática da solidariedade”, previsto na Linha de Ação 4: “Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas”.

A própria Cáritas procede formando os seus agentes e as lideranças comunitárias para atingir o seu objetivo: a partir dos valores que defende, consolidar a prática da solidariedade. Do Secretariado Nacional da Cáritas Brasileira ao Regional, articulador de todos os escritórios da Cáritas no Ceará, ocorre uma formação permanente dos agentes. Os próprios escritórios, que possuem personalidade jurídica própria, fazem as suas atividades de formação tanto para agentes quanto para lideranças comunitárias. No caso dos agentes, a formação é feita por professores universitários, convidados da Igreja e de movimentos sociais e por outros assessores do Secretariado Nacional da Cáritas, contratados para ministrarem cursos, palestras, seminários, etc. e para conceber e pensar a implementação de projetos em todas as suas linhas em consonância com o trabalho pedagógico junto aos agentes e às populações com as quais são desenvolvidas as ações da Organização. Já o processo formativo dessas populações é de responsabilidade dos próprios agentes de Cáritas. Existem também momentos de formação de caráter fechado, apenas para os representantes da CNBB, agentes, representantes das entidades internacionais financiadoras das ações da Organização e convidados, caso do Congresso da Cáritas Brasileira, atividade deliberativa e formativa.

Em uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa, Pedro (“assessor”), agente da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, disse que a Cáritas não possui uma escola nacional de formação. Em seu depoimento ele expôs quais os meios pelos quais os agentes são formados de acordo com a proposta da “Linha de Ação 4”:

Também, dentro dessa linha, por exemplo, da preocupação da formação institucional na Cáritas, dos agentes, né, são realizados por instante, palestras, seminários, congressos, né. Nós tivemos, por exemplo, um agora, em Salvador, na semana passada, que foi sobre políticas públicas, né. Trouxe agentes de todas as regiões do Brasil pra um seminário e uma discussão de políticas públicas na Cáritas. Então é a partir de palestras, de cursos, né?

A formação que ocorre com os agentes das Cáritas Arquidiocesana e Regionais aborda temas em comum para todos os agentes, bem como há atividades formativas por meio de cursos, seminários, palestras e materiais didáticos específicos para os agentes de cada área específica.

Há ainda a formação universitária principalmente na área de Ciências Humanas. Exemplo disso, em 2005, foi organizado um programa de formação de extensão e de pós-graduação só para os agentes da Cáritas no Brasil, chancelado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Já o chamado Programa Nacional de Formação envolve as temáticas diretamente relacionadas ao trabalho dos agentes em todo o Brasil. Assim, há uma “Comissão Nacional de Formação” responsável por planejar e propor uma formação geral, cujas principais ações nos últimos cinco anos foram:

Política de Formação – É fruto de uma construção conjunta e da experiência de formação acumulada pela Cáritas Brasileira ao longo dos anos. Busca subsidiar uma compreensão e atuação mais unificada e qualificada das ações da entidade na área da Formação.

Mística e Espiritualidade – Vivência de um diagnóstico participativo e celebrativo na rede Cáritas, para melhor conhecer os valores e princípios que guiam as práticas solidárias da instituição. Diversas oficinas e encontros foram promovidos por todo o país. A experiência aconteceu em duas etapas: a primeira culminou na Assembléia Nacional, em 2001, e a segunda, em 2003, com a publicação dos resultados dessa vivência.

Gênero, Raça e etnia – Com o objetivo de aumentar a compreensão da temática, sensibilizar pessoas e conhecer melhor como se estruturam as relações de gênero dentro da Cáritas, foi realizada uma pesquisa participativa em nível nacional, com o envolvimento de mais de 700 agentes de todo o país. A pesquisa-ação contou com oficinas de sensibilização, coleta de dados e análises elaboradas pela equipe de trabalho. Como continuidade desse processo, tem sido realizados encontros de aprofundamento da temática em alguns regionais e também nacionalmente, no viés de raça e etnia.

Formação de formadores/as em PMAS – A formação de agentes multiplicadores em Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) têm como objetivo garantir que agentes dos regionais, dioceses e Secretariado Nacional sejam capacitados/as para a coordenação de processos qualificados de PMAS. O primeiro curso foi realizado em duas etapas, com a participação de 30 agentes, e foi assessorado pelo APD-CERIS [Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais da CNBB]. Existe a perspectiva de continuidade dessa capacitação.

Curso de Especialização em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa – Realizado com a

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a capacitação, iniciada em 2006, terá duração de 16 meses, com a participação de 176 agentes. A iniciativa aborda temas como globalização, cultura e diversidade, gênero, juventude, entre outros.

(ANJOS, 2006, p.30).

Essas ações de formação são voltadas para todos os agentes do país, incluindo os agentes que trabalham na organização da EPS. Mas não são todos os agentes que participam dessas atividades. Em relação ao Curso de Especialização ofertado na modalidade Educação à Distância (EAD), dos 13 agentes entrevistados durante a pesquisa, apenas Ester, agente (“assessora”) da Cáritas Brasileira Regional Ceará, participou como cursista. Em conversa telefônica com Ester, em abril de 2008, ela disse que ainda não havia concluído o Curso.

Em uma de nossas conversas, Madalena fala da formação que a Cáritas lhe possibilita, considerando a vinculação entre a teoria e a prática, e demonstrando entender a característica processual que faz lembrar o ditado popular “vivendo e aprendendo”:

Você tem um programa. Você tem, dentro da própria Cáritas, formação de agentes e de lideranças comunitárias. Você tem dentro, desde o nacional até o regional, e até a própria Arquidiocese. Você tem a própria formação acadêmica principalmente nas Ciências Humanas. Hoje, a gente tá formatando um programa de extensão e pós-graduação só para os agentes Cáritas no Brasil com respaldo da Universidade Federal de Minas Gerais e Brasília. Nós temos Plano Nacional de Formação, que envolve as temáticas prontamente que a gente trabalha. Mas aí, é um processo de vivência prática que a própria prática te dá, né, essa formação. E você tem espaços dentro da própria instituição que garantem isso.

Sobre a contratação de agentes, em outubro de 2007, tomei conhecimento de uma seleção de candidatos a um posto de trabalho de agente de Cáritas, cuja função era a de “técnico em Economia Solidária”. O anúncio havia sido publicado no *website* da Agência de Notícias Esperança (ANOTE)³, tendo o seguinte conteúdo:

Cáritas Arquidiocesana seleciona técnico para Economia Solidária.
A Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza está selecionando um técnico

³ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ESPERANÇA (ANOTE): UM SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DAS PASTORAIS SOCIAIS, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS) E ORGANISMOS DA IGREJA CATÓLICA NO CEARÁ. Disponível em: <<http://www.anote.org.br/novosite>>. Acesso em: 26 out. 2007.

para desenvolver atividades no Programa de Economia Popular Solidária. As atribuições do profissional selecionado são: acompanhar diretamente a execução das atividades da CAF [Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza]; articular grupos e lideranças comunitárias para a realização de atividades; elaboração de relatórios de atividades; visitas aos grupos produtivos solidário/Lideranças envolvidos (sic) com as ações do projeto e atividades afins; contribuir na realização/dinamização dos processos estratégicos da Cáritas no Programa de EPS e da CAF como um todo.

O perfil do profissional desejado é: Formação na Área de Ciências Humanas (Cursando/ nível superior); conhecimentos na área de EPS; conhecimento da realidade dos Grupos Produtivos de EPS na cidade de Fortaleza; identificação e sensibilidade com as problemáticas sociais; identificação com a Mística e a Missão da Cáritas; facilidade de relacionar-se e comunicar-se com pessoas e grupos; facilidade em redigir, elaborar e sistematizar textos; habilidade em informática; disponibilidade para trabalhar oito horas, quando necessário em finais de semana e viagens; habilidades Criativas e Pró-ativas; experiências com ações Comunitárias; capacidade de diálogo com a igreja Católica (sic) e outras igrejas. Os currículos poderão ser enviados para o e-mail: caritasfor@fortalnet.com.br, de 25 de outubro a 01 de novembro de 2007, ou pessoalmente, no endereço: Rua Rodrigues Júnior, 339 (Centro Pastoral Maria Mãe da Igreja). A duração do contrato é de um ano.

CONTATO: Madalena (85) 3388.87.16

caritasfor@fortalnet.com.br

Observa-se como o perfil do profissional exigido contempla formação universitária em Ciências Humanas, preparo técnico, habilidades políticas, experiência em trabalhos comunitários, compromisso ideológico com as causas dos pobres e uma “identificação” com elementos religiosos, que são a “Mística” e a “Missão” do organismo da Igreja.

Adams (2001), agente vinculado à “Comissão Nacional de Formação” da Cáritas Brasileira, confirma a associação de um preparo técnico, científico, filosófico e político às características religiosas constitutivas do universo dos “militantes” (agentes da Cáritas) por meio de sua dissertação de mestrado em serviço social sobre as ações da Cáritas no Rio Grande do Sul (ADAMS, 2001, p.182-9). O autor atesta o seu comprometimento ideológico ao longo de sua dissertação, levantando a bandeira da Cáritas em vários momentos do seu livro (ADAMS, 2001).

Ao falar sobre os agentes “militantes”, categoria da qual ele mesmo faz parte, Adams (2001) registrou o seu entendimento sobre a “militância” e os aspectos religiosos da “mística cristã”:

O militante na Cáritas é, pois, um agente ativo e particularmente da missão da instituição, movido pela mística cristã. Através da mística

do engajamento, coloca-se a serviço de uma causa com grande dose de de altruísmo, que pode ir além do projeto institucional. Trata-se de uma opção de vida. O militante é movido por um ideal, uma utopia de alcançar um bem maior, não só para si, mas para os seus semelhantes. Sua força é a mística de acreditar e lutar por um projeto. A mística mobiliza para a ação, para o seu comprometimento com a justiça social e a fraternidade universal. A indignação ética frente às injustiças leva os agentes a assumirem a luta por mudanças sociais. Sentem-se bem compartilhando. Os agentes da Cáritas, sejam eles voluntários ou assalariados, assumem algum grau de militância na medida em que 'vestem a camiseta', isto é, assumem e se identificam com o projeto da instituição. Eles estão na cáritas por motivos profissionais, incluindo a dimensão técnica e mística.

(ADAMS, 2001, p.182).

Constata-se que o agente é visto por si mesmo como um *profissional militante*, assessor, técnico e cristão, de acordo com o que fica evidenciado pelo trabalho de Adams (2001) e pelas falas dos interlocutores entrevistados durante a pesquisa.

2.1.2 Maria: agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará

Maria é agente da Cáritas Regional Ceará. É uma das pessoas com as quais pude interagir durante a realização deste estudo. Realizamos uma longa entrevista no seu local de trabalho, o escritório da Cáritas Regional, que tomou toda a tarde do dia 09 de março de 2007. No começo de nosso diálogo, quando eu lhe fazia uma pergunta, ela dirigia o olhar para o gravador, demonstrando uma preocupação em responder aos questionamentos e em se fazer entender. Com o tempo, isso já não ocorria, e Maria e eu batemos um longo papo, dando-me a impressão de que aquele momento não era o de uma entrevista, mas o de uma prosa entre duas pessoas que já se conheciam há algum tempo. Como Madalena, usa um anel de tucum, colocado no dedo anelar da mão direita. Fala que o anel significa o compromisso com os pobres. Solteira e com 32 anos, Maria é natural de Ipueiras, um pequeno município do interior cearense. Diz que se “criou até aproximadamente cinco anos no meio rural”. É filha de pai agricultor e mãe professora primária e dona de casa. A partir de seus cinco anos de idade, foi morar na cidade com a família, não deixando

definitivamente o campo, pois, segundo Maria, “(...) meu pai sempre permaneceu no meio rural e na cidade, né, sempre mora nos dois espaços. A gente tem uma origem rural e ainda muito ligada à Comunidade onde a gente nasceu. A gente sempre retorna lá nos finais de semana”. Em Ipueiras, estudou até os seus 14 anos, quando concluiu a oitava série do ensino primário, hoje ensino fundamental. Diz ser católica. Fala que sua família é bastante religiosa, mas naquela época não era integrante de nenhuma pastoral, envolvendo-se inicialmente com um grupo de catequese aos 9 anos de idade. Maria fez a primeira comunhão e participava da preparação das missas. Aos 14 anos, foi cursar o então 2º grau em Fortaleza. No período em que foi secundarista, diz ter se distanciado de grupos vinculados à Igreja, e não fez parte de nenhuma paróquia. Após os estudos secundários, ingressou na universidade, optando pelos cursos de agronomia e de pedagogia. Havia uma dúvida quanto à escolha da profissão, e agronomia teria sido uma escolha talvez motivada pela sua origem e pela “luta que eu via na minha família, dos meus pais, com essa questão da produção, muito mais do que com a questão da terra em si, né”. Em razão da dúvida, acabou por fazer vestibular para os dois cursos ao mesmo tempo, porém escolheu o curso de agronomia na UFC por ter se identificado “muito mais”. Entrou no curso em 1993, e em 1994 ingressou na pastoral universitária. Passou 5 anos na universidade até a graduação em agronomia, e durante esse tempo diz ter sentido a “necessidade de retornar pra um grupo de Igreja”. Para Maria, essa necessidade é “espiritual”, e apareceu juntamente com um “despertar para as questões sociais”. Após a formatura, decidiu candidatar-se ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural na Universidade de Lavras-MG, permanecendo em Minas Gerais durante dois anos:

(...) lá, eu fiz minha tese na área de assentamento de reforma agrária, sobre o primeiro assentamento de reforma agrária que o MST conquistou no estado de Minas Gerais, que fica no Nordeste de Minas, onde eu pesquisei os resultados desses 10 anos de caminhada deles, enquanto assentamento, verificando se a Reforma Agrária significava um processo de Inclusão Social, né, assim, verificando os resultados, em geral, da caminhada do Assentamento. E depois que eu concluí a pesquisa, quando eu ainda tava terminando de escrever a dissertação, eu retornei pro Ceará. E chegando aqui, eu fui procurar uma oportunidade de trabalho, e eu tinha lido uma matéria sobre a água, e tinha lido a referência a duas entidades que era a Cáritas e o Esplar, na época. E eu não conhecia

nenhum dos dois. E quando eu cheguei aqui eu procurei informações, mas a oportunidade de trabalho que eu tive foi através da Cooperativa de trabalho de profissionais mais ligada à questão agrária, e eu fui trabalhar no projeto LIMIAR, no projeto do INCRA, pra existência técnica em áreas de assentamento, e eu permaneci nesse projeto durante 4 meses, que foi quando justamente coincidiu que o Governo Federal, ele extinguiu por um determinado tempo o programa. Daí, depois, eu já tinha enviado meu currículo pra Cáritas e coincidiu um pouco assim desenrolar. Fiz a defesa da dissertação de mestrado e foi o processo de seleção aqui da Cáritas em 2000.

Ao termino da pesquisa de mestrado, voltou para o Ceará, onde soube sobre a existência da Cáritas e do ESPLAR, no estado, por meio de uma matéria de jornal, porém não trabalhou inicialmente em nenhuma das duas organizações. Ao concluir o mestrado, candidatou-se a uma vaga para agente Cáritas em outubro de 2000:

(...) teve um processo de seleção que foi através de Edital de Seleção, e pediam perfil exigido, era de justamente alguém ligado a agronomia, questão agrária, homem ou mulher, mais de preferência pra mulher. (...) De nível superior, era pra agrônomo mesmo, bem direcionada a vaga, um pouco por exigência das atividades que tinha, né, de muitas atividades do meio rural. Então por conta disso tinha essa exigência, e exigia alguém que tivesse essa sensibilidade do trabalho com o social, (...) e tivesse conhecimento dessa questão das relações voluntárias de gênero, é. Aí vinha a questão das habilidades, né, que dirigisse e tudo, usar computador, compreender um pouco de dinâmica de avaliação, de planejamento, tivesse capacidade crítica, de também um pouco de escrita. E o processo de seleção foi realizado com a ajuda de uma psicóloga, é... de pessoas da Cáritas e de pessoas de uma instituição parceira, do ESPLAR. Aí consistia num momento mais coletivo de integração grupal, de vivência em grupo, de trabalho em grupos, depois de uma entrevista pessoal, né, e depois tive uma redação.

Maria explica sobre esse processo de recrutamento dos agentes falando sobre os momentos da seleção pela qual passou, que, naquela circunstância, exigia profissionais de formação universitária para desenvolver projetos de “Convivência com o Semi-Árido”, que hoje fazem parte das ações da chamada “Linha 3: Desenvolvimento Solidário e Sustentável”:

O trabalho em grupo, eu não lembro bem como foi o tema, mas era um pouco pra gente fazer uma colagem de forma assim, criativa, apresentar um pouco da expectativa em relação ao trabalho. Era algo assim, relacionado à nossa expectativa, um pouco dessa questão, e depois teve um momento de partilha. Eu não me lembro com detalhes, mas era um pouco nessa meta. A entrevista era um pouco mais pra confirmar a disponibilidade, né, a questão das habilidades. Era mais nessa linha, assim, de confirmar algumas coisas, se realmente estava disponível, a questão salarial se era adequada, enfim. (...) teve análise de currículo, e acho que foram pra já. Pegou

pra seleção ali. E a redação sobre a temática, na época, era sobre a questão do semi-árido, um pouco como a gente via a problemática.

Na época em que ingressou na Cáritas, Maria fez uma relação entre a sua vivência anterior e a sua nova ocupação profissional, que era ao mesmo tempo religiosa e política. O seu professor orientador durante o mestrado era assessor externo da Cáritas em Minas Gerais, e a convidou para uma visita de assessoria aos agentes de Cáritas. Essa visita lhe possibilitou conhecer sobre a Cáritas, fazendo-lhe perceber a dimensão religiosa numa forma de interpretar a lição cristã ligada ao mundo “de carne e osso”, na busca de soluções para as populações que sofrem com a “pobreza” e a “exclusão social”. Segundo ela, além da “questão da Igreja”, o que mais lhe chamou atenção na Cáritas foi o tipo de trabalho que era desenvolvido:

Eu me identifiquei muito fortemente, também em questão da Igreja, ela pesou um pouco, mas não foi o prioritário. Assim, o que mais chamou a atenção, não é por que é de Igreja não. Foi pelo caráter do trabalho desenvolvido, né, um trabalho promocional, promoção humana. Enfim, foi isso que mais me chamou atenção, o tipo de trabalho que era realizado.

A história de Maria mostra que a sua formação universitária em agronomia e o seu engajamento religioso e político foram fundamentais para a sua aprovação na seleção feita pelo escritório regional da Cáritas no Ceará. A trajetória da sua vida, na Igreja e na universidade, mostra a elaboração de um perfil de interesse da Organização naquele momento, garantindo-lhe a vaga e permitindo-lhe trabalhar efetivando os ensinamentos de Jesus no combate à “pobreza” e a “exclusão social”.

Maria iniciou as suas atividades na Cáritas secretariando as reuniões dos encontros entre os agentes e as populações junto às quais eram criados e executados os projetos do Programa de “Convivência com o Semi-Árido”, permitindo-lhe, paulatinamente, que se inteirasse dos temas e das ações desenvolvidas pela Organização. Em seu relato ela esclarece como foi se situando ao chegar na Cáritas

Quando a gente chega aqui na Cáritas, a gente, de certa forma, começa a tomar pé, assim, do que é a instituição, e também como realmente se concretiza a ação. Então a gente passa um tempo pra compreender melhor a proposta, e eu passei esse período mais redigindo o relatório do encontro, né, inicialmente, e depois, assim que eu entrei na Cáritas, eu ia trabalhar na Linha de Convivência com o Semi-Árido. Tinha outra pessoa que tava fazendo esse trabalho que na época ela era muito voltada pro Programa de Construção de Cisternas pra captação da água de chuva, né. Nessa época, tava sendo desenvolvido um programa ali, e um programa,

do programa que era do apoio do Fundo Nacional de Solidariedade pra construção de cisternas. Mas também, ao mesmo tempo, já tinha outra pessoa que trabalhava com economia solidária, e eu passei esse tempo dando esse apoio mais pra questão do Semi-Árido, cerca de seis meses, e depois a pessoa que trabalhava com economia solidária, que era o Felipe, foi pra outra Cáritas.

No ano de 2001, as populações do semi-árido continuavam sofrendo muito com a falta d'água, motivo pelo qual a Cáritas centrou fogo na construção de cisternas de placa para o armazenamento de água. Essas cisternas eram construídas, em regime de mutirão, pelas próprias pessoas atendidas pelos agentes de Cáritas, reforçando a “prática da solidariedade”. Nesse contexto, Maria começou trabalhando nos projetos de convivência com o semi-árido. Após seis meses de agente de Cáritas, passou a desenvolver a EPS como agente articulador das ações dos escritórios arquidiocesano e diocesanos da Cáritas no Ceará. Embora tenha sido selecionada para desenvolver atividades no “Programa de Convivência com o Semi-Árido”, Maria foi se familiarizando com o “Programa de Valorização e Promoção da Economia Popular Solidária – EPS” no período em que um outro agente, Mateus, tinha uma maior inclinação para o programa no qual Maria começou a atuar na Cáritas:

Isso foi em 2001 (...) em meados de 2001. O Felipe saiu e veio o Mateus, e Mateus deveria assumir a Economia Solidária, só que ele se identificou muito, como ele tinha uma prática, tinha uma experiência muito prática com a questão da agricultura orgânica, agroecologia, ele se identificou muito com o Programa de Convivência e a gente mudou. E eu me identifiquei mais com a economia solidária, e ele ficou no Programa de Convivência com o Semi-Árido, e nessa época da Economia Popular Solidária, foi uma época em que, o número de projetos apoiados aqui pelo regional, ele sofreu uma diminuição muito grande, o que se deve um pouco a esse outro programa de construção de cisternas. Ele tava iniciando, ele tava assim no auge, e as equipes diocesanas, elas abraçaram muito fortemente por conta justamente da necessidade, né, da água de qualidade. As equipes diocesanas se dedicaram bastante nesse programa que tem ainda na Cáritas como uma relevância muito grande e, de certa forma, o acompanhamento aos grupos pra questão produtiva, ele permaneceu como estava. Ou seja, os projetos que já tinham sido recebidos (...) anteriormente e estavam se organizando, eles continuaram sendo acompanhados, mas (...) sem uma ampliação muito grande de novos projetos, né. Cada projeto novo demanda acompanhamento e de certa forma as equipes são pequenas para o número de atividades que é realizada. Então eu iniciei na economia solidária bem nesse período, né, de diminuição dos projetos de meio rural, mas eles permaneceram.

Os agentes começam a trabalhar numa “Linha de Ação” específica, mas, com o tempo, vão aprendendo o *modus operandi* das demais linhas, de seus programas e projetos, o que, paulatinamente, lhes prepara para assumir outras

funções e atividades da Organização. No caso de Maria, ela começou como assessora da “Linha 3: Desenvolvimento Solidário e Sustentável”, no “Programa de Convivência Com o Semi-Árido” ; após seis meses, no ano de 2001, passou a atuar na mesma Linha, mas no programa de EPS. E a partir do ano de 2006, assumiu a função de Secretária do Regional Ceará da Cáritas Brasileira. Por sua vez, o agente que assumiu o Secretariado Regional antes de Maria, Ester, passou a estar a frente do desenvolvimento da EPS na Linha de Ação 3. O número reduzido de agentes das equipes dos escritórios diocesanos que varia entre cinco e dez agentes também é motivo para que haja uma polivalência dos agentes para que as atividades das “linhas de ação” da Cáritas Brasileira sejam concebidas e executadas conforme as demandas e peculiaridades sócio-econômicas e culturais das áreas onde vivem as pessoas acompanhadas pelos assessores cristãos da Cáritas.

Conclui-se que os agentes são contratados para uma ação específica, mas a sua vivência como profissional militante acaba lhe preparando para atuar em outras áreas, motivo pelo qual eles são formados também por um *processo pedagógico do trabalho*, que lhes ensina os conhecimentos, os conceitos, as técnicas, os procedimentos e as estratégias requisitadas pela Cáritas, a qual divulga querer ser uma Igreja voltada para a “transformação social” da sociedade desigual e injusta.

Junta-se a esse *processo pedagógico do trabalho*, a vivência de Maria no seio de uma família católica e a sua formação evangélica e política durante a participação na Pastoral Universitária. Ela fala sobre a relevância da referida pastoral para a emergência de uma preocupação sua com as questões da desigualdade sócio-econômica, da pobreza, em suma, das estruturas político-econômicas que preservam a injustiça e que impossibilitam a mudança da sociedade:

A Pastoral, ela teve muito um caráter de evangelização, né. Nem sei se pode falar assim, evangelização, mas de formação das pessoas para serem, optarem pelo projeto de Cristo, né. Mas isso muito mais na minha crítica, né, do projeto de Jesus Cristo, de opção. (...) A pastoral, embora ele tivesse esse caráter mais de formação da pessoa, a formação cristã (...), pelo menos no grupo aqui de Fortaleza é uma formação crítica. É uma formação com compromisso social.

O entendimento de que a prática do ofício é capaz de formar o agente faz parte da maioria absoluta dos interlocutores de minha pesquisa. A Cáritas não tem uma política de formação sistemática que contemple as atividades específicas desempenhadas pelos agentes. Muitos são de acordo com a

perspectiva que aponta para a vida como uma escola da qual o agente é um dos alunos. Já que não há uma escola da Cáritas para formar os seus agentes, eles vão “vivendo e aprendendo”. Mesmo tendo acesso a cartilhas e a demais materiais didáticos da Organização, muitos agentes aprendem com a força inenarrável da vida ou “na marra”, como diz Maria:

A gente faz (...) as oficinas regionais, porém a formação, ela se dá muito, assim, na prática mesmo, né, porque (...) era algo que a gente precisaria melhorar na Cáritas. Isso a gente não faz muito periodicamente. Então, às vezes, vão entrando pessoas novas e elas vão aprendendo a partir, às vezes, da cartilha, né, das leituras, do material, e também da própria experiência de quem já tá na equipe e vai repassando um pouco como é o trabalho. Enfim, muitos aprendem mesmo é no dia a dia, na marra.

Como registrado anteriormente, a contratação dos agentes ocorre de acordo com o que reza a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. No entanto, não são todos os agentes que são funcionários celetistas da Cáritas. Existem os “voluntários”, que compõem um pequeno número de agentes. No período em que a pesquisa foi realizada, havia apenas uma mulher voluntária na Cáritas Diocesana de Crateús, que veio dos Estados Unidos, não fazendo parte dos sujeitos de minha pesquisa (os agentes de Cáritas que desenvolvem a EPS no Ceará). Conforme Maria, a voluntária não possui a mesma carga horária que os demais agentes. Tirante essa condição de voluntário, existem ainda aqueles que são uma outra categoria de voluntários. Eles não são agentes de Cáritas. São voluntários que ocupam os cargos de diretoria, como padres, bispos e leigos da Igreja Católica. Esses voluntários ocupam os cargos de diretoria e de conselheiros do Conselho Fiscal e não possuem uma jornada de trabalho definida como a daqueles que são trabalhadores celetistas, contratados para praticarem o ofício de agente:

Existem poucos [voluntários]. Aqui no Ceará mesmo só tem acho que essa menina que estou lhe falando, mas ela não tem a mesma carga horária que os demais (...). Tem as diretorias que são pessoas voluntárias, diretoria e conselho fiscal, embora isso tenha uma dinâmica de trabalho, assim, reuniões com densidade menor, mensais, bimestrais. São todos voluntários, mas pessoas assim que trabalham 8 horas por dia, geralmente são pessoas que são bem remuneradas.

Quanto aos agentes de Cáritas contratados para o trabalho com aqueles aos quais é acoplada a vestimenta simbólica de pobre, há um salário estabelecido com base em critérios expostos pelos interlocutores da pesquisa. Para exercer o papel da “Igreja libertadora” junto aos pobres, a remuneração

dos agentes varia entre três e dez salários mínimos. Os agentes ligados ao Secretariado Regional Ceará da Cáritas Brasileira – inclusive Ester, o agente responsável pelo desenvolvimento da EPS – recebem um salário de dez salários mínimos. Apenas para o cargo de Secretário Regional, cargo ocupado atualmente por Maria, havia uma gratificação, que foi extinta devida à crise motivada pelo corte de recursos da Cooperação Internacional. O depoimento de Maria traz à tona os dados que descortinam a intimidade da questão dos salários dos agentes:

Tem mais ou menos uma base, é um pouco pelo fato de o salário das pessoas ser a maioria vinda da Misereor. Então, de certa forma, tem uma certa homogeneidade, mas não é assim bem igual, né. As Cáritas Diocesanas, quando fazem os projetos, elas colocam lá na proposta, tá? E, às vezes, a gente conversa, partilha, mas não é igual, tem uma grande diferença de um local pra outro... Quatro salários, cinco salários. Tem diocese que é cinco salários pra todo mundo. Têm outras que, para quem tá a mais tempo, tem cinco salários. Quem tem menos tempo, é quatro. Quem tá a menos tempo ainda é três, tem uma certa diferenciação. Agora, aqui no secretariado regional, os nossos salários são maiores porque todas são pessoas de nível superior. Nas dioceses, hoje, tem muitas pessoas de nível superior, mas antigamente não. Antigamente, o pessoal tinha a escolaridade até o 2º grau, às vezes nem o 2º grau, às vezes o 1º, enfim. E aqui a gente tem um teto salarial pras pessoas que são de nível superior, que é de 10 salários. E a gente tinha gratificação pra quem não tem cargo, mas hoje não tem mais isso, a gente tá numa crise financeira brabíssima.

De acordo com os agentes entrevistados, a organização que repassa os valores destinados ao pagamento do salário dos agentes é a Misereor, ligada à Igreja Católica, captando recursos do governo alemão para aportá-los em países considerados como de “terceiro mundo”. A Misereor atende às populações em situação de pobreza, de acordo com o entendimento da cooperação internacional que se baseia em relatórios e estatísticas de organismo multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo informações de alguns agentes, a Misereor teria repassado à Cáritas Brasileira a quantia de €600,000,00 (seiscentos mil euros) somente no ano de 2006. Em relação ao fomento da EPS, o maior apoio financeiro para o desenvolvimento dos projetos também são oriundos da Misereor, como está presente na fala de Maria:

O apoio para a economia solidária vem de Misereor. A Misereor apóia esse programa, e grande parte dos recursos, inclusive pra pagar pessoal, vem da Misereor. Para as atividades de formação, as atividades formativas de organizações de redes produtivas, que também teve um apoio nos últimos três anos.

Maria revela que os agentes da Cáritas Brasileira têm enfrentado uma crise de escassez de recursos para desenvolver as suas atividades. São dois os motivos principais: 1) a crise econômica ocasionada pela queda do euro; 2) a crise que a Igreja passa na Europa com a diminuição de adeptos do catolicismo; 2) os dados estatísticos *homogeneizadores* dos relatórios internacionais da ONU indicando que o Brasil não é mais um país pobre; e 3) o entendimento de que o Brasil é um país rico, tendo a corrupção de representantes e governantes como explicação para a existência de concentração de riquezas e de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza – estabelecida pelos organismos internacionais. Assim argumentam entidades como a Cáritas Suíça, a Misereor, dentre outras, que, segundo Maria, preferem financiar a formação política das pessoas, capacitando-as para que pressionem os governos e os seus representantes, de modo a exigirem a elaboração e execução de políticas públicas na busca de solucionar os problemas sociais, em especial a questão da concentração de riquezas que alimenta a pobreza:

A crise é a diminuição dos recursos vindos da Europa, principalmente, pela queda do euro e pela diminuição de católicos. Esse dinheiro, a maioria tem o dinheiro do governo, mas tem também a outra, que é de doação de pessoas católicas, e como a Igreja lá na Europa está com bastante crise, né, isso tem reduzido os recursos. Pois é, existe muito assim algumas cooperantes [entidades da cooperação internacional que aportam recursos para financiar ações junto aos pobres], elas tem alertado ao Brasil, de que o Brasil não é mais prioridade pra receber esses recursos de doações. O argumento maior é a questão da corrupção no Brasil. Eles avaliam que é um país rico, porém a corrupção na política, né, a política em si, ela acaba não direcionando a distribuição, não favorecendo a distribuição das riquezas, da desconcentração e por conta disso o Brasil é pobre, mas ele é um país rico em recursos, né. Então eles avaliam que investindo em projetos aqui, vai cada vez mais alimentar essa cultura de os políticos não se comprometerem com o social, porque tem outras cooperações de fora ajudando, né. Então eles preferem mais na formação política das pessoas, pras pessoas reivindicarem dos políticos realmente, assim políticas públicas pra resolver problemas sociais.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social do agente de Cáritas é assinada conforme a sua profissão registrada ou de acordo com a função que ele exercerá na Organização, por exemplo: a de “assessor técnico”, a de secretário regional. A Carteira de Maria era assinada como “assessora técnica” de EPS, mas, atualmente, em razão de sua nova função, está assinada como secretária regional.

Referente aos celetistas que trabalham nas atividades administrativas, a secretária do Regional Ceará da Cáritas diz que há um teto salarial mais baixo.

Em relação aos funcionários do escritório regional ela fala que: “o pessoal do administrativo tem um teto menor. São cerca de sete salários mínimos, porque antes não era exigido nível superior. Era exigido conhecimento em contabilidade e tudo”.

Nem todos os funcionários da Cáritas são agentes que trabalham com os pobres diretamente. Os funcionários dos setores financeiros do regional, por exemplo, sequer passam pelas mesmas atividades formativas que os agentes de Cáritas que desenvolvem os projetos da Organização nas comunidades:

Com o pessoal do administrativo, infelizmente, a gente não tem tido tanto cuidado. É mais em alguns momentos de formação. Mais é questão de formação humana e tudo, sim. Mas mereceria um cuidado maior no momento da formação política que a gente e os outros passam, né. Nós passamos. Assessores todos.

Os agentes (“assessores técnicos”, “assessores” ou apenas “técnicos”) passam por uma formação política que os preparava para a atuação nas redes com entidades do campo civil, junto ao Estado, e são responsáveis pela formação das pessoas nas comunidades. Tal formação é voltada para aqueles que atuam nos programas previstos nas “linhas de ação” da Cáritas Brasileira.

No caso do Ceará, os projetos do Programa de EPS são desenvolvidos por oito dos nove escritórios da Cáritas Brasileira no estado. No período de realização da pesquisa, eram nove agentes de Cáritas – sete mulheres e dois homens – que desenvolviam a EPS, distribuídos em oito dos nove escritórios da Cáritas no Ceará⁴. Eles estavam assim dispostos: 1) Madalena – Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza; 2) Sara – Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; 3) Rute – Cáritas Diocesana de Sobral; 4) Tiago – Pastoral Social vinculada as Obras Comunitárias da Diocese de Tianguá (entidade-membro da Cáritas); 5) Isabel – Cáritas Diocesana de Crato; 6) Simão – Cáritas Diocesana de Iguatu; 7) Zípora – Cáritas Diocesana de Crateús; 8) Priscila – Cáritas Diocesana de Itapipoca; 9) Ester – Secretariado Regional Ceará da Cáritas Brasileira. Fora esses agentes, que são os responsáveis diretos pelos projetos do Programa de EPS, outros dão suporte às ações desse programa, de modo a ajudar na elaboração, na execução, no planejamento e na avaliação de ações de EPS.

Durante a pesquisa, apenas os agentes dos escritórios de Limoeiro do Norte, de Tianguá, de Sobral e de Fortaleza atuavam exclusiva ou quase exclusivamente no desenvolvimento da EPS.

⁴ Ver anexo E - Localização geográfica dos escritórios das entidades-membro da Cáritas Brasileira no Ceará.

Além disso, o programa de EPS se relaciona com outros programas por meio de projetos que possuem objetivos compartilhados. Com efeito, projetos de comercialização e consumo, como é o caso das “bodegas”, estão intimamente relacionados ao Programa de Convivência com o Semi-Árido, que desenvolve projetos na área da agricultura familiar e da agroecologia, bem como se relaciona com o Programa de “Controle social” (conselhos, fóruns, orçamento público, comissões, etc.), vinculado à Linha 2 (Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas), e com a “Formação para a prática da solidariedade”, uma ação vinculada à Linha 4 (Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas). Portanto, não há uma fronteira pragmaticamente definida entre os programas das linhas de ação da Organização, pois eles podem se relacionar por meio de projetos com objetivos comuns.

Apesar das diretrizes gerais (“linhas de ação”) e da uniformidade do discurso institucional, a Cáritas, como a sua mãe, a gigantesca Igreja Católica, não é uma instituição de ações homogêneas. Cada regional da Cáritas, no Brasil, possui as suas prioridades específicas que se vinculam às linhas de ação da Organização. Além disso, ela também não compõe um bloco monolítico, sendo formada por pessoas e grupos que podem possuir posições divergentes. As contradições existentes dentro da organização são evidenciadas pelo agente Pedro, quando fala que “as Cáritas” (referindo-se ao conjunto dos escritórios da Organização no Brasil) não têm a mesma forma de atuação, pois elas seguem as linhas das dioceses e dos bispos. Esses aspectos estão presentes no diálogo entre mim e Pedro:

Pedro: a Cáritas acompanha, na sua estrutura, a estrutura das dioceses onde ela está presente. O fato é que vai encontrar nas dioceses tanto a parte do clero como leigos mais ou menos afeita a questão da transformação social. Então, em algumas dioceses, você vai encontrar uma Cáritas profundamente assistencialista, em outras uma Cáritas profundamente politizada, preocupada com a transformação social e tudo o mais. Então, dentro desse aspecto, você vai encontrar várias opiniões de uma organização de nível nacional. Só no Estado de São Paulo são 40 dioceses que têm Cáritas. Cada uma acompanha, por exemplo, a linha do seu bispo, dos seus padres, dos seus leigos.

Joannes: significa dizer que nem todo agente da Cáritas falaria o que você está falando?

Pedro: sim, provavelmente. Mas de forma geral, como a Cáritas é uma organização a nível nacional, as Cáritas acompanham as diretrizes que são tiradas num Conselho Nacional, Congresso Nacional, uma Assembléia, embora tenha algumas opiniões divergentes institucionalmente.

A pesquisa revelou que não são todos os agentes seguidores da

“solidariedade” presente na lição cristã. Mesmo que tacitamente, alguns agentes, como Maria, falaram a respeito de colegas que não seriam fiéis aos princípios defendidos pela Organização. De fato, o discurso institucional do dever para com os pobres e oprimidos, pode ser apropriado por aqueles que possuem interesses mais privados que coletivos, não tendo compromisso com a chamada “solidariedade libertadora”, com a “transformação social” da sociedade capitalista em sociedade igualitária e socialista fundada nos preceitos de Jesus. Maria acha que tem um colega com essas características. Vejamos o que ela nos diz no trecho seguinte de nosso diálogo:

Joannes: você possui algum colega que demonstre não ter compromisso com a missão da Cáritas, com essa proposta ideológica e política da transformação social?

Maria: talvez eu tenha um só assim, que a gente percebe que talvez não priorize tanto e não tenha tanto essa sensibilidade pra essa dimensão social em si, que trabalha, faz esses trabalhos e tudo, mas que a prática da pessoa demonstra um outro projeto de vida, né. Mas assim, um caso.

Joannes: isso a incomoda?

Maria: incomoda muito. Incomoda muito porque a missão da entidade, ela exige que as pessoas tenham esse perfil, né, porque senão...

Joannes: e se você não fosse da entidade isso lhe incomodaria?

Maria: claro que sim, incomodaria por que é contradição.

Em Quixadá-CE, os agentes da Cáritas Brasileira tiveram o seu trabalho interrompido pelo bispo diocesano que não concordava com o engajamento político dos agentes. Os interesses do bispo não correspondiam à ação dos agentes daquela Cáritas, pois o clérigo não queria que eles trabalhassem para formar as pessoas pobres para exigirem melhores condições de vida junto ao Estado. Tomando posição contrária à dos agentes locais, o bispo decidiu utilizar o seu poder, política e juridicamente garantido, para demitir toda a equipe da Cáritas Diocesana, extinguindo o escritório de Quixadá. Maria se posiciona sobre o caso de Quixadá e comenta sobre a intervenção dos clérigos na atuação das Cáritas diocesanas no Ceará, o que considera ser “ruim” para o trabalho dos agentes:

Eu penso que isso é uma questão que fragiliza o projeto da Cáritas como um todo, porque a gente como Cáritas Regional, que representa a Cáritas Brasileira, aqui nós acompanhamos as demais equipes, e temos uma certa unidade, afinidade do projeto político e pedagógico também, né, já que é assim. E quando a gente vinha

fazendo isso em Quixadá, a equipe de Quixadá, ela tinha relação com a gente e caminhava em conjunto com as outras diocesananas também, no sentido da linha de atuação, e isso a gente não encontrou no bispo de lá, um reconhecimento. Achava-se que o modelo de Cáritas não atendia aos anseios da diocese. Então significa dizer que toda rede tava fazendo um trabalho que não era o trabalho que a diocese queria, né, gostaria que tivesse (...). Então, significa dizer que vai criar uma nova equipe que tenha uma nova cara, né, que é a cara que ele gostaria que tivesse, e essa nova equipe dele, da rede Cáritas, ela vai ser um pouco diferenciada. Agora relacionado a esse caso, especificamente, a novidade é que esse bispo, ele tá se aposentando, e ele vai sair. Então a gente tá com esperança de que o novo bispo, ele tenha um outro projeto de Igreja, né, porque uma característica daqui da Igreja no Ceará, atualmente, algo que é muito ruim, assim, pra unidade nossa, é porque em cada diocese a Igreja tem a cara que o bispo quer. Projeto pessoal dele, né. Então isso é ruim, e poucos são aqueles que têm esse trabalho mais voltado pro compromisso social.

Embora seja uma entidade juridicamente autônoma, a Cáritas Brasileira está sob a égide da CNBB desde a sua fundação, em 1956. Por ser um organismo da Igreja, os bispos entre outros clérigos ocupam posição privilegiada em sua estrutura. Os bispos e os padres podem ser os diretores-presidentes do Secretariado Nacional, dos Secretariados Regionais, das Cáritas Arquidiocesananas e das Cáritas Diocesananas. A posição especial dos bispos está prevista no Estatuto e no Regimento Interno da Cáritas Brasileira⁵. Em muitas Cáritas espalhadas pelo Brasil, os bispos são diretores-presidentes. Mesmo sem ser diretores, os bispos são membros natos dos conselhos da Cáritas com direito a voz e voto. Se o bispo for o responsável legal pela Cáritas, seja nacional, seja regional, seja localmente, ele tem o poder, inclusive, de contratar e de demitir agentes. As contratações podem ocorrer por indicação do bispo responsável ou por seleção.

No Ceará, como em todo o país, os escritórios da Cáritas possuem personalidade jurídica própria, que lhe garante uma relativa autonomia. Os responsáveis legais pelos escritórios diocesanos podem proceder à contratação dos agentes do modo que acharem conveniente, embora o Secretariado Regional Ceará da Cáritas Brasileira os oriente para que haja um processo de seleção por meio de editais.

A questão das relações de poder fica evidente quando casos como o de

⁵ Para demonstrar os poderes delegados aos bispos, indico a leitura dos artigos 3º; 27º; e 10º, alínea “e”, do Estatuto (anexo B – Estatuto da Cáritas Brasileira) e artigos 3º, parágrafo 1; 11º, parágrafo 3º; 61º, parágrafo único; 67º; 69ª, alínea “e”, do Regimento Interno (anexo C – Regimento Interno da Cáritas Brasileira) da Organização.

Quixadá, em 2006, mostram a intervenção de clérigos que agem com os seus interesses próprios, não compactuando com a proposta de formação trazida pelas diretrizes da Cáritas. Com todas as suas contradições e dissonâncias, os agentes da Cáritas trabalham na perspectiva de formação política e da formação técnica revestidas pelo compromisso com os “pobres” advindo de interpretações seculares da lição cristã. No processo de formação que desencadeiam e do qual também são *aprendentes*, os agentes cearenses com os quais interagi são guiados ideologicamente para estimular a reivindicação por uma sociedade democrática, sem preconceitos e discriminações diversas, defendendo a bandeira dos direitos humanos.

2.1.3 Rute: agente da Cáritas Diocesana de Sobral

Na Cáritas Diocesana de Sobral, o agente responsável pelo desenvolvimento da EPS é Rute, que se define como uma “católica ativa”. Seu pai nasceu em um pequeno distrito chamado Caiocá, e sua mãe em outro chamado Patriarca, ambos no município de Sobral, onde ela nasceu. Diz ter “32 anos muito bem vividos”. É casada e tem dois filhos. Seu pai trabalhou na agricultura até ser operário da estrada de ferro. Fala que ele “não sabia fazer um ‘O’”, mas era bom de fazer contas. Segundo Rute, seu pai dizia que ela não precisava estudar, referindo-se aos estudos como uma *não-atividade*, o ócio, a vagabundagem. “Estudar é pra vagabunda”; “estudo é pra quem não trabalha”, dizia ele, conforme Rute. Diferente de seu pai, sua mãe “tinha um pouco mais de estudo”. Ela sabe ler e escrever, e incentivou os filhos para que estudassem e ingressassem na escola. Foi graças a sua mãe que começou a estudar com uma “repetidora”, uma professora doméstica ministrante dos conteúdos que se estuda na escola – entendida como aquela que os repete até o aprendizado do estudante –, à época morando próximo a sua casa. Admira-se com o fato de sua mãe ter casado com alguém como o seu pai ao mesmo tempo em que evidencia as diferenças entre os dois, o que coloca o pai como um defensor do trabalho e a mãe dos estudos. Contudo, seus pais eram muito unidos e criaram Rute com os seus quatro irmãos com todas as suas similitudes e diferenças. Pelas dificuldades econômicas e pelas idéias de seus pais, aos doze anos,

Rute já trabalhava como “repetidora”, ensinando crianças, ao passo que dava continuidade aos estudos. Dos cinco irmãos, apenas ela entrou na universidade, e já está prestes a se formar. Diz não ter tido as condições econômicas favoráveis para estudar. Suas atividades escolares eram feitas em um borrãozinho, material publicitário doado por uma colega, cujo pai trabalhava em uma empresa privada. Fora isso, a farda remendada e o chapeuzinho feito pela mãe compunham o conjunto com o qual ela se equipava para ir à escola. Estudando na escola pública com muita dificuldade, ela conseguiu concluir o 1º e o 2º graus (hoje equivalentes ao ensino fundamental e ensino médio, respectivamente). Ela foi gradativamente adquirindo conhecimentos, técnicas e ferramentas, interagindo com pessoas de outros campos e inserindo-se em redes de relações que lhe possibilitaram uma mudança intelectual e política, bem como a melhoria das suas condições econômicas. A escola, as pastorais da Igreja e a Associação de moradores da qual foi presidente lhe ensinaram muito até o momento atual da sua vida, visto por ela como uma vitória, como uma forma de conquistar a liberdade e a dignidade.

A entrevista acabou mexendo com assuntos que repousam em lugares muito sensíveis de sua memória, colaborando para um cenário dramático que me comoveu bastante. Com muitas lágrimas escorrendo em seu rosto, Rute continuava a contar a sua história com toda a emoção manifestada por alguém que se direcionou para a busca de melhores condições de vida. História típica de alguém que “venceu na vida”, como se costuma dizer no senso comum de uma sociedade desigual e guiada pela competição capitalista como a nossa:

Eu consegui concluir o 1º grau, fui para o 2º grau, mas com muita dificuldade, porque sempre tudo meu foi muito difícil, muito batalhado. E aí, assim, eu ia pra escola com a farda remendada assim, assim mesmo com as coisas já usadas de outras pessoas, mas não desistia. Ia pra aula... Eu fico até emocionada assim, quando eu começo a falar. Porque, assim, eu sofri muito, muito mesmo, mas graças a Deus, hoje eu estou aqui, mas eu sofri muito mesmo.

Em linhas gerais, reproduzi algumas informações referentes à sua vida

infantil até o ofício de agente de Cáritas para demonstrar que os sujeitos desta pesquisa, os agentes com os quais pude trabalhar, possuem uma trajetória que indica uma vinculação com a religião católica, com as dificuldades econômicas e com os traços peculiares da vida no Ceará, seja na cidade, seja no campo. Os agentes são atores sociais como quaisquer outros. Possuem sonhos, interesses e aspirações pessoais e coletivas. Neste sentido, a vida de cada um dos agentes vincula-se muito intimamente com o seu ofício.

Quando ainda estava cursando o 2º grau, Rute teve a sua primeira relação profissional com a Igreja. Com assiduidade, não faltava às missas e integrava o grupo de jovens da paróquia do bairro Alto da Expectativa, onde morava. Seu envolvimento com a Igreja contribuiu para que fosse convidada por uma freira para trabalhar como ajudante de professora em uma capela que trabalhava com a educação básica de crianças pobres. Começa então a sua vida profissional na Igreja Católica. Nesse período, pensa ela ter sido testada várias vezes, pela irmã que a convidou e pela Igreja, por ser originária de um bairro pobre onde a violência e a prostituição saltavam aos olhos. Com o tempo, Rute conquistou a confiança dos membros da Igreja com os quais trabalhara, garantindo-lhe a inserção em outros espaços como a Pastoral da Criança da Diocese de Sobral, também a convite da freira.

Na Pastoral da Criança, trabalhou como secretária voluntária, mas a ela era garantida pela freira uma “gratificação”. Seu expediente era de três dias durante a semana. Nos outros dias disponíveis, ela continuava ajudando na educação escolar das crianças na capela. Essas atividades ocorriam em um período em que Rute ainda cursava o então 2º grau. A partir da sua presença nas atividades da Igreja, ingressou na Diocese de Sobral para trabalhar com atividades de pastoral nas comunidades pobres. Paralelo ao seu ingresso na Diocese, passou a ser secretária da Associação de Moradores do Alto da Expectativa, bairro onde morava. No ano de 1994, com aproximadamente 28 anos de idade, após ter sido secretária durante um mandato de dois anos, foi presidente da associação, dizendo ter conseguido melhorias para a comunidade graças à experiência com trabalhos comunitários. Ao se referir aos seus êxitos e conquistas, Rute utiliza a primeira pessoa do plural (nós, que pode ser representada pela expressão “a gente”), como se quisesse indicar que não se trata de conquistas individuais, mas coletivas: “nós passamos a ser

presidente da associação”; “pela nossa experiência de trabalho comunitário a gente conseguiu um convênio com o governo do estado (...)”.

Da categoria de pobre, público alvo da Igreja, à categoria de agente da Igreja que cuida dos pobres. Esse foi o movimento da vida de Rute que me possibilitou perceber que ela é originária da categoria pela qual a Igreja católica optou. Eis que ela é um agente de Cáritas que veio dos pobres e agora age junto a eles como representante da Igreja.

Para Rute, o que é entendido como “pobreza” diz respeito a condições materiais e políticas de vida. A ausência de condições básicas de habitação e alimentação, a mendicância, a incapacidade civil do indivíduo de atuar como “protagonista” de sua vida e de sua sociedade são as características mais evidentes da idéia de “pobreza” revelada por Rute e por outros agentes. Pude observar que a palavra “protagonista” faz parte do conjunto de conceitos que integram o fenômeno estudado. Os agentes sempre utilizam os artigos femininos e masculinos para se referir ao indivíduo, demarcando uma forma de expor, por meio da linguagem, a igualdade entre homens e mulheres. Portanto, o(a) protagonista é aquele e aquela que é visto(a) como sujeito da sua própria história e com o poder de decidir e de construir uma sociedade que se pretende justa e igualitária: o “Reino de Deus” na terra.

Rute faz uma distinção entre a sua “militância pessoal” e a sua “contribuição na Igreja”. A militância estaria relacionada à sua luta pela melhoria das condições de vida em seu bairro. A contribuição da Igreja se relaciona ao seu trabalho voluntário e a sua participação em grupos de jovens não preocupados com a interpretação secular da lição cristã. A Associação também trabalhava com a paróquia local, mas a sua militância como Presidente da associação era uma atividade separada da atividade que desempenhava na Igreja. Mesmo surgindo de uma proposta dos moradores, a Associação contou com o apoio de outros parceiros, dentre os quais a Igreja Católica. A vinculação com a freira e a inserção na Diocese que se preocupava com a realidade do bairro abriu portas para a formação de base que a Igreja costumava fazer. Por esse caminho, a Igreja incentivou as crianças e os pais a irem às missas, tentando conquistá-los para a sua perspectiva cristã, chamando atenção para a existência de Deus na vida das pessoas, na tentativa de educar pais e filhos.

Por meio da Associação, Rute pôde exercer a sua militância por uma “sociedade mais justa”. Ela fala sobre a gratuidade do seu trabalho e sobre a sua preocupação em mudar as condições de vida precárias por meio da associação, organizando-se para a reivindicação de direitos:

Esse trabalho é um trabalho que a gente fez e tem saudade. As pessoas lembram da gente. É um trabalho de doação, né, que a maior gratificação da gente é ver que o ser humano ele pode ter uma vida melhor. As famílias, as crianças podem ter uma alternativa de vida, e que essas pessoas estão à margem da sociedade e que muitas vezes não sabem nem dos seus direitos, né, e foi através da associação, que eu acho importantíssimo na nossa comunidade, na nossa vida, é se organizar através de grupos pra reivindicar seus direitos, porque muitas vezes eles nem sabem que tem direito, acham que só tem deveres e vivem à margem da sociedade, excluídos, sendo humilhados, massacrados.

Presidente da Associação de Moradores, gerente do projeto ABC do bairro Alto da Expectativa⁶, estudante secundarista, fiel e colaboradora da Igreja Católica, Rute foi se voltando mais para as atividades da Igreja, integrando a Pastoral da Criança da Diocese de Sobral como secretária, até chegar à Cáritas:

Então, a gente ao mesmo tempo gerenciava o programa, era presidente da associação, gerenciava esse programa, estudava, e ainda tinha tempo pra participar das coisas da Igreja. Aí a gente deixou, quando passou nosso período, a gente deixou um pouco. Ficou um pouco mais só na questão da Igreja, participando mais dos eventos da Igreja. E aí eu fui convidada a tá ajudando na secretária da Pastoral da Criança. Através da secretária da Pastoral da Criança eu conheci o secretariado da Diocese, né, a Cúria. A gente teve outras relações com a Cáritas, o MEB, a Pastoral da Criança, o Dia do senhor.

Em 1995, depois de dois anos de trabalho como secretária da Pastoral da Criança, Rute passou a trabalhar como agente de Cáritas. Nesse caso, o que houve não foi propriamente um processo de seleção, mas um convite. Devida a sua história de militância e de envolvimento com as atividades da Igreja, da Pastoral da Criança e da própria Cáritas, Rute foi convidada para ocupar o cargo de secretária pelos motivos expostos por ela:

⁶ Projeto fruto de parceria entre a Prefeitura Municipal de Sobral, o Governo do Estado do Ceará e Associação de Moradores voltado para a educação escolar, não formal e profissional de crianças e adolescentes pobres. O referido projeto era gerenciado pela Associação.

Eu fui convidada pela equipe da Cáritas, pelo diretor-presidente, mas eu acho que fui convidada não porque eu era amiga do pessoal, não, mas por mérito, pelo trabalho que eu já vinha desenvolvendo a algum tempo. Além de eu trabalhar na Pastoral da Criança, sempre que eu tinha um espaço livre, eu participava das formações da Cáritas, eu atuava, eu fazia, dava uma contribuição voluntária, não só. Na Cáritas, participei de uma pesquisa como voluntária, que a gente fez em 26 paróquias, foi através da Cáritas e da Coordenação de Pastoral, né. Então, assim, a Cáritas já conhecia o meu trabalho, já conhecia a minha capacidade, então a gente foi convidada. Eles decidiram tudo em equipe, né, e ainda hoje é assim. Eles se reuniram, a equipe, reuniram com o diretor-presidente. E aí: 'olha nós estamos precisando de uma secretária'. Foi aprovado um projeto pela Misereor, né, que é financiadora alemã, então eles: 'olha estamos precisando de uma secretária que tenha que ter perfil tal, que tenha que ser uma pessoa atuante, que tenha que ser uma pessoa que já venha de movimentos populares, que tenha essa certa formação, que possa tá não só sendo secretária, mas contribuindo em outras discussões'. E aí então o nome da gente foi pensado. E aí a gente acertou. Aí eu passei a trabalhar na Cáritas. Aí eu me despedi da Pastoral da Criança. Eu já estava saindo da Pastoral da Criança por questões administrativas, porque mudou a coordenação, e então eu estava saindo da Pastoral da Criança e me convidaram. Eu não passei acho que nem 1 mês desempregada. No mês seguinte eu já estava na Cáritas, né. Então, quando eu já tinha comunicado os setores que eu estava saindo, automaticamente, aí, foi o período que a Cáritas tava fazendo a contratação, tava fazendo a seleção do pessoal. Eu fui chamada pra uma conversa e a diretoria da Cáritas com a equipe tinha entrado em consenso que eu era a pessoa que eles tavam procurando, e comecei a trabalhar na Cáritas.

Rute não foi contratada pela Cáritas Diocesana de Sobral para desenvolver os projetos de EPS, função que iria desempenhar somente mais tarde, depois de cinco anos trabalhando na Organização. Até a sua contratação como “assessora técnica” para o desenvolvimento da EPS, ela deu diversos passos na Organização. Participou das formações, aprendeu sobre a dinâmica de trabalho da Cáritas e foi colaborando para as atividades desempenhadas pelos agentes encarregados pela organização comunitária e pela elaboração, implementação, planejamento e avaliação de projetos:

Então a gente começou a trabalhar na Cáritas, né, e através da Cáritas a gente era secretária. Fiquei quase dois triênios como secretária. E nesse período a gente não fazia só o trabalho, porque a Cáritas investe no ser humano, nos seus agentes como um todo. Ela trata todos iguais, desde o motorista ao faxineiro. (...) A Cáritas tem uma abertura muito grande pra trabalhar o todo da pessoa. A formação é dirigida pra toda a equipe, e se você se dedicar e quiser, você cresce dentro da entidade, porque a entidade te dá muitas oportunidades (...) A gente, quando percebe, os técnicos, percebe que você tem abertura pra ler um texto, pra você ajudar nos

encaminhamentos das atividades, pra fazer um relatório, pra dar a sua opinião do dia-a-dia. Existe uma abertura dos técnicos pra isso, né, que foi dessa forma que a gente [referindo-se a si mesma] cresceu. A gente dava opinião, fazia visitas junto com os técnicos, fazia relatório, começou a ter uma experiência, mas lógico que isso através de estudo, né. A gente estudava, a gente passava por capacitações que a própria entidade oferecia para o conjunto.

O processo de formação de Rute como agente ocorreu desde a sua inserção na Cáritas como secretária do escritório de Sobral, que se localiza na zona norte do estado, no sertão do Ceará. Ela participou de atividades sobre questões específicas da região do semi-árido e sobre fenômenos próprios das transformações capitalistas como o desemprego e a pobreza na busca de superá-los para tornar possível a vida das pessoas assoladas por eles. Foi conhecendo sobre esses temas que Rute começou a dar os seus passos de agente responsável pelo desenvolvimento da EPS nas comunidades onde a Cáritas Diocesana de Sobral está presente.

Há encontros formativos abertos para todos os funcionários da Cáritas. No entanto, trabalhadores como faxineiros, motoristas e secretárias geralmente não coordenam os encontros, geralmente organizados e dirigidos pelos “assessores técnicos”. O caso de Rute foi uma exceção:

Olha, nós atuamos na área do semi-árido, na área geração de emprego e renda e de políticas públicas, e vai ter um curso de formação regional que a Cáritas está promovendo para os agentes de Cáritas, e aí os agentes, a gente entende que é todos, desde o motorista até a secretária no sentido de que todos são Cáritas. Todos tem que está imbuído dentro desse sentimento que você é uma família Cáritas. Então lá vai todo mundo vai pra formação. Todo mundo participa da formação coloca sua contribuição, sua opinião, seu sentimento naquele momento de formação, o quê é que aquela formação significou pra você, pro seu crescimento pessoal, pro seu crescimento profissional, então todos esses processos é trabalhado dessa forma e é através desses processos que você vai acumulando saberes.

Rute diz que “todos são Cáritas”, mas parece-me que *uns são mais Cáritas que os outros*, haja vista as distinções entre os funcionários da Organização. Os que interferem intelectualmente e operam as ações concretas da Cáritas são os “assessores técnicos” (os chamados agentes) e não os funcionários que ocupam os cargos de serviços gerais ou de secretaria. São os “assessores”, os “técnicos” que participam da tomada de decisões nos congressos e assembléias da Cáritas, e não os funcionários dos escritórios

responsáveis pela limpeza, os motoristas etc. Os salários podem ser tidos como parâmetros para ilustrar as diferenças de *status* entre as profissões, as qualificações e entre as atividades desempenhadas. Fazemos uma comparação:

1. Rute (da Cáritas de Sobral), com qualificação de nível médio, contratada para uma carga horária de oito horas diárias – remuneração: 5 salários mínimos mensais;
2. a secretária e o motorista, sem qualificação universitária, contratados para uma jornada de trabalho de oito horas diárias – remuneração: 2 salários mínimos;
3. Maria (e todos os agentes da Cáritas Regional Ceará, em Fortaleza), com qualificação de nível superior incluindo pós-graduação *stricto sensu* (mestrado), contratada para uma carga horária de oito horas diárias – remuneração: 10 salários mínimos;
4. Sara (e todos os agentes da Cáritas de Limoeiro do Norte), com qualificação de nível médio, contratada para uma carga horária de oito horas diárias – remuneração: 4 salários mínimos mensais;
5. Tiago (agente da Pastoral Social de Tianguá, entidade-membro da Cáritas), com qualificação de nível médio, contratado para uma jornada de oito horas diárias: 4 salários mínimos.

Percebe-se que os agentes de Cáritas que atuam intelectual e politicamente na Organização recebem os salários mais elevados. Afinal, são os agentes de Cáritas os responsáveis diretos pela administração das comunidades pobres juntamente com as suas lideranças. Constatei, ainda, uma diferença salarial entre os próprios agentes: os agentes lotados no escritório regional, que se localiza na capital, são os de maior titulação acadêmica e recebem salários mais altos em comparação aos agentes do interior com a mesma carga horária de trabalho e a mesma entidade financiadora, a ONG alemã Misereor.

Na Cáritas de Sobral, a duração do contrato dos agentes é de três anos com a possibilidade de renovação. O mesmo ocorre com os demais escritórios da Cáritas que possuem um plano de trabalho trienal. Para haver renovação do

contrato o agente é avaliado pela diretoria, a qual pode decidir pela continuação do agente na Organização ou pela sua demissão.

Os ensinamentos de Jesus foram referenciados por todos os agentes entrevistados. O agente de Sobral, Rute, não deixou de falar sobre a importância da lição cristã para a Cáritas e para ela mesma. Quando perguntei se poderia afirmar que a Cáritas segue os ensinamentos de Jesus Cristo, ela respondeu:

'Poderia não'. Deve! Porque eu, inclusive, acima das minhas maiores paixões, enquanto agente de Cáritas, tenho essa visão. É justamente porque nós temos essa visão. Nós seguimos os ensinamentos de Jesus Cristo. Alguns momentos que foge ou que fere esses princípios, esses ensinamentos, a gente vai logo em cima: 'você já está ferindo os princípios que a Cáritas prega. Cadê a solidariedade? Cadê a mística? Cadê a espiritualidade? Nós não trabalhamos dessa forma. O quê que move a gente a desenvolver esse trabalho, né, ligado à igreja? É a missão de Jesus Cristo (...). 'Rute qual é o pano de fundo da Cáritas? Qual é o marco referencial da Cáritas?' É a missão de Jesus Cristo, o Evangelho de Jesus Cristo, porque quando Jesus veio ao mundo ele veio para que todos e todas tivessem direitos iguais, na educação, na moradia, na saúde, na vivência sem discriminação de sexo, raça, cor ou preferência sexual. É um pouco isso que a gente quer, como o Evangelho de Jesus Cristo, a nossa missão, que coloque alguns trechos da Bíblia para sensibilizar (...), lembrar as pessoas a missão de Jesus, que a gente trabalha em cima dela, nosso referencial é esse, para que essas pessoas possam não perder a esperança.

As ações dos agentes de Cáritas se vinculam diretamente a esses ensinamentos cristãos. Durante as nossas conversas Rute enfatizou com veemência que o trabalho do agente não pode ser apenas uma atividade técnica. Segundo ela o trabalho deve ser feito com espiritualidade, com fé na lição de Jesus. Essa fé é reafirmada e reforçada nas místicas, que são momentos de oração, de cânticos e performances elaboradas a partir dos princípios cristãos (ver sobre a "mística" no capítulo III, item 3.4 deste trabalho)

Rute é consciente de que a Cáritas pertence à Igreja, evidenciando que o agente segue é um representante da CNBB, representação máxima da Igreja no Brasil. Por isso, ao agente cabe seguir a missão da Cáritas – um complemento da missão da Igreja e de Cristo – que se volta para o cuidado com os pobres de acordo com a interpretação do evangelho: "A gente trabalha em comunhão com a Igreja. Nós somos da CNBB. Nós temos que ter alguns nortes: saber aonde nós estamos atuando, como é, quem realmente tá, que

tipo de atuação a gente deve ter”.

Orientados pela lição cristã, os agentes chegam às comunidades geralmente depois de terem sido procurados por lideranças comunitárias que buscam a ajuda da Cáritas. Rute explica que os agentes trabalham com populações compostas majoritariamente por cristãos, pois raras são as exceções em que as pessoas atendidas não são cristãs.

Fundamentada na “espiritualidade ecumênica”, Rute explica que os agentes também trabalham com comunidades não totalmente formadas por pessoas adeptas do catolicismo. As comunidades possuem uma heterogeneidade que explica a composição dos grupos produtivos solidários fomentados pela Cáritas. Não há somente grupos de produção constituídos totalmente por pessoas católicas, pois também existem aqueles compostos por adeptos de outras religiões, que são heterogêneos, formados por católicos, evangélicos protestantes, testemunhas de Jeová, dentre adeptos de outras religiões cristãs. Rute dá uma demonstração da chegada dos agentes em uma comunidade pobre independente da vinculação religiosa das pessoas:

Em primeiro lugar a gente nem pergunta: ‘tu é de religião tal ou tu és assim?’ Não. A gente pergunta: ‘no que vocês estão precisando de ajuda? Qual é a dificuldade de vocês? Qual é o problema que vocês estão enfrentando? Vocês querem ser ajudados?’ Aí nós vamos, nos identificamos: ‘olha nós somos da Igreja Católica. Vocês não são católicos, mas nós não temos nada contra vocês. Somos da Igreja tal e respeitamos seu ponto de vista. Você sabendo que nós somos assim, você aceita nossa ajuda?’ Porque uma coisa é a gente impor e as pessoas não aceitarem. Então a gente age dessa forma esclarece para as pessoas, se querem a gente, ta? Ali a gente faz de tudo pra ajudar, mas se não querem ou se fecham, a gente não pode forçar. É dessa forma, mas a gente se coloca, se identifica, mas também se coloca à disposição dizendo que a gente não tem nada contra a maneira de ser, o modo de vida daquele povo. (...). Nós temos uma liderança, aqui na sede, que era católica e agora é testemunha de Jeová, e nós não temos (...) nenhuma dificuldade de desenvolver o trabalho na comunidade (...).

Para Rute, o dever do agente é seguir os ensinamentos de Jesus para articular, incentivar e colaborar com os grupos acompanhados pela Cáritas objetivando despertar a comunidade para a vida, mostrando os seus direitos e deveres em prol do exercício da cidadania para que as pessoas construam a sua própria história com consciência, lutando pelos seus direitos. Essa “vida” da qual ela fala, é a vida no mundo concreto dos homens, onde a qualidade de

cidadão é o instrumento pelo qual é possível sobreviver em meio à desigualdade sócio-econômica e à pobreza.

Para o exercício da cidadania como uma categoria política e jurídica, os agentes ministram cursos para as comunidades e passam os princípios cristãos da partilha e da igualdade por meio das atividades que desenvolvem. Disponibilizam crédito para a organização de grupos de produção. Prestam assessoria técnica aos “empreendimentos” que ajudam a organizar. Formam comissões e conselhos com representantes de ONG’s e de movimentos sociais que defendem os interesses das comunidades representadas pelas suas lideranças. Dessa forma, acompanham as ações do Estado, buscando exercer o chamado controle social, que consiste no monitoramento e nas pressões feitas por articulações em rede sobre o poder público para que o fundo público seja investido em políticas públicas voltadas para as vítimas da pobreza. Vejamos a percepção de política pública de Rute:

Nós entendemos que a política pública é uma política que o governo tem que tá garantindo pra sociedade. Quando eu digo governo, não é nível geral, né. É o municipal, federal, estadual, enfim, do Estado em si (...). Tá lá na nossa Constituição, né, que nós temos direitos. É pra nós termos o que é negado, muito negado ao cidadão e a cidadã. E muitas vezes nós não temos nem compreensão que nós temos esse direito e nós vimos muito como um favor que os políticos fornecem, né. Então, pra mudar essa concepção, a concepção nossa de políticas públicas, é tá formando, trabalhar a formação da conscientização das pessoas em saber quais os seus direitos, quais os seus deveres, o que aquela formação, aquela informação significa na mudança da sua vida.

As políticas públicas são entendidas como políticas de governo sobre as quais os cidadãos e as cidadãs devem ter conhecimentos e informações que lhes permitisse controlar os passos dados pelo Estado. Nessa exposição fica evidente a preocupação de Rute com a mudança de mentalidade das pessoas sobre as ações do Estado. A mudança de mentalidade almejada seria o princípio para o controle social. Em relação ao controle social, Rute acrescenta:

A intervenção da população a partir das reivindicações pra que se cumpra o que é o dever do Estado é o controle social por meio da participação dos conselhos. Também a gente vem batendo muito em cima desse tema, que o controle social ele só acontece se a população participar através dos conselhos municipal de assistência social, através do conselho de desenvolvimento

sustentável que tem no município pra que elas possam saber quanto é que vem pra zona rural, quanto é que vem pra zona urbana, que tipo de projeto o município tentou e pensou em implantar e não implantou. E cadê esse recurso? Se o recurso veio, pra onde foi? Que finalidade foi aplicado, se foi aplicado pra finalidade, que foi deliberado ou não. E então querer essa participação do controle social, a participação dos conselhos da população, das comunidades é tão importante, porque se elas tiverem participando atentas, ela vão saber reivindicar o quê que foi pra sua comunidade proposto, e porque não aconteceu, pra onde foi esse dinheiro, se foi mudada a prioridade (...). Será que a prioridade foi mudada pra uma prioridade mais necessitada ou menos necessitada, ou porque os focos dos políticos foram modificados por algum motivo pessoal, né. Então é nesse sentido.

O chamado “controle social” também consiste no acompanhamento da implementação das políticas públicas, fiscalizando as ações do Estado. Nesse contexto, o controle social é a fiscalização e o direcionamento que a sociedade civil exerce sobre o Estado e as políticas públicas por meio de ONG’s, movimentos sociais, sindicatos, universidades, associações e Igrejas. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego do governo Federal, teria sido produto deste controle social, graças às pressões que o *movimento da economia solidária* fez e faz sobre o governo.

A Economia Popular Solidária (EPS) é desenvolvida num processo pedagógico coordenado pelos agentes visando à organização de *trabalhadores sem trabalho* para uma tomada de consciência da sua condição de cidadão. É por meio do trabalho cooperativo e autogestionário que os trabalhadores são educados para exigir do Estado a assistência necessária para a efetivação de direitos. Para isso, os projetos de EPS contemplam as dimensões do crédito, da produção, da comercialização e do consumo e ganham forma no funcionamento dos empreendimentos (“grupos”), como observado nas observações de campo e na fala de Rute:

Esses projetos da economia solidária são os créditos solidários as formações, né, que é na área de gerenciamento, produção, comercialização e às vezes consultoria em design para os artesões, né. Aí nisso a gente faz. (...) eu não tenho qualificação pra isso, mas nós fazemos o quê, buscamos parcerias com entidades competentes pra fazer esse trabalho, é... Professores de universidades, profissionais liberais no campo que são competentes, pra fazer esse trabalho. A gente fecha parcerias e faz. E aí nos cursos profissionalizantes da mesma forma. As participações das feiras é mais das comunidades em si, e os projetos também, são também diretamente com os grupos.

Mas a EPS é desenvolvida em meio a divergências e choques entre os agentes. As divergências entre os agentes são expostas por Rute como positivas. Ela acredita que as diferenças e o choque de idéias entre os agentes colaboram para o aprimoramento das idéias e das ações junto às comunidades:

Como toda organização, toda, tanto privada como entidades, eu acho que em tudo que você tá tem conflito. Eu acho enriquecedor o conflito, o conflito, desde que ele seja um conflito que venha construir, seja construtivo, que através de outro, do teu diferente, da tua opinião com a minha opinião, nós entremos em debate, e esse debate nós afinamos para que através de debate, nós entremos num consenso para o que é melhor para o nosso trabalho, para a nossa atuação. E é através desses conflitos também, tá, o enriquecimento das idéias, da forma de pensar, de agir, de atuar nas comunidades, é um conflito eu digo que saudável. Com relação aos colegas agentes, olha eu tenho o quê, eu tenho, eu acho, que uns 8 anos de Cáritas. Durante esse período, eu nunca tive nenhum problema com os caritanos, assim, nós brigamos, se eu disser pra você que eu nunca discuti com um caritano, eu vou tá mentindo. Já discuti, divergência de opinião, fiquei chateada, mas como a nossa formação, nossa filosofia é quem decidi é o conjunto, embora que eu esteja com minha opinião e seja contrária, mas se a maioria votou ao contrário da minha opinião, eu respeito a opinião do outro, do conjunto e acato. E aí nós costumamos na mesa discutir muito, 'Ah, mas eu não concordo com isso e com aquilo', mas vamos ouvir a opinião dos outros e a maioria é que decide.

Durante aproximadamente oito anos de trabalho na Cáritas, Rute diz que nunca tomou conhecimento de intrigas e desavenças entre os agentes. Porém, fala de “ciúmes” sentidos por colegas que são menos requisitados pelas comunidades. Os agentes ciuados rivalizam com aqueles que são bem quistos pela comunidade e pelos membros da equipe do escritório da Cáritas. Nas palavras de Rute:

É essa ciuadeira, eu creio é isso, por que assim, tem agentes que tem uma facilidade de se comunicar, de fazer relações, amizades externas e de ter essa empatia com os outros, e através dessa comunicação de ser mais solicitada causa esses ciúmes. Não que eu seja menos competente, mas é a maneira dele ser, é mais fechada. E aí então ele fica (...) menos solicitado do que o outro. Às vezes alguns posicionamentos, até pessoal, fazem com que essas pessoas fiquem um pouco à margem de algumas solicitações, de algumas comunidades e assim por diante.

2.1.4 Sara: agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

O próximo agente com o qual pude interagir um pouco é Sara, agente da Cáritas de Limoeiro do Norte há 18 anos. Atualmente, é responsável pela organização da EPS em oito municípios. A mãe, costureira. O pai, agricultor. Ambos são naturais de um pequeno município chamado Umari, onde moraram durante muitos anos. Na tentativa de fugir da seca com a qual sofreram, foram em busca de melhores condições de vida para criar os filhos numa cidade próxima chamada Icó, onde Sara nasceu. Hoje, com 45 anos, casada e mãe de dois filhos “rapazes”, é técnica agrícola e sua vida sempre esteve muito ligada à Igreja Católica. Como vários de seus colegas agentes, usa um anel de tucum no dedo anelar da mão esquerda como símbolo de seu compromisso com a causa dos “excluídos” e com a “transformação social”. Diz que vem de uma família católica não ligada a movimentos sociais. Aos 16 anos, conseguiu o seu primeiro “emprego” no contexto da vida rural, numa unidade de cadastramento do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) junto à Prefeitura Municipal de Icó. Desde os seus 17 anos começou a participar do grupo de jovens da paróquia próxima a sua casa juntamente com o seu irmão. O referido grupo dedicava-se apenas à mística, não se preocupando com a realidade do mundo dos homens. Foi então que sentiu uma “necessidade maior de interagir com as comunidades”, chegando a formar um grupo menor para atuar com a “questão social”, ajudando as pessoas pobres. O grupo fazia visitas a essas comunidades, e seus membros costumavam passar finais de semana inteiros convivendo com aquelas pessoas. Iniciando a sua militância com essas vivências, foi se aproximando do movimento sindical do campo, de modo que a sua vida ficou “muito ligada a essa história do rural”. Aos 19 anos, passou a trabalhar numa “cooperativa falsa” inicialmente de beneficiamento de algodão – depois de leite – onde seu pai trabalhou. Ambos eram funcionários e não cooperados. Lá, seu trabalho “era de escritório, mas estava muito ligado à situação do campo”. Diz ter sido uma “experiência horrível”, e ficava muito indignada com a forma que os agricultores cooperativados eram tratados. Comenta que “eles não se sentiam parte daquilo, e meu senso crítico não me permitia ver tudo aquilo”. Emocionada, chora ao falar que ficou “muito mais apaixonada” pelo quadro social dos trabalhadores, chegando a renunciar o seu

trabalho e as suas condições de vida na cidade de Icó, com a sua família, para sofrer junto com os agricultores e tentar modificar as suas vidas com eles:

(...) Eu fiquei muito mais apaixonada pela situação que o campo apresentava pelo sofrimento dos agricultores, pela falta de opção, pela exploração também que eles viviam tanto econômica como social, como política também, principalmente, né. E então (...) eu saí do trabalho e fui viver uma experiência numa comunidade que foi muito legal, muito boa assim pra minha vida pessoal, né, porque foi uma experiência de renúncia e também de sofrimento.

A experiência contada por Sara ocorreu em uma “comunidade negra” chamada Saco de São Pedro, no município de Icó, na divisa do Ceará com o estado da Paraíba. Segundo ela, nunca houve a presença da Igreja, de movimentos ou mesmo de representantes do poder público em Saco de São Pedro. O próprio nome da comunidade sugere um saco carregado pelo santo padroeiro do estado do Ceará e do inverno (como é chamado o período das chuvas), onde todos estariam protegidos, por São Pedro, pela Igreja, das adversidades da seca. Sobre a referida comunidade, comenta: “eu acho que foi Deus que me chamou pra lá. Ninguém conhecia lá. Ninguém tinha ido lá”.

Para Sara, aquela era uma “comunidade muito excluída”, sequer esquecida, pois muitos não sabiam de sua existência. O olhar cristão de Sara rotulou aquela comunidade como “pobre”, como desamparada, desabrigada e que precisava de ajuda.

No começo da década de 1980, Sara trabalhou na comunidade de Saco de São Pedro, dedicando-se à alfabetização de adultos durante um ano e meio. Diz ter feito isso por uma iniciativa pessoal, não havendo inicialmente nenhum vínculo institucional. Segundo ela, a sua “vontade de ensinar foi porque a primeira necessidade que eles apresentaram foi essa. Ninguém sabia ler na comunidade. Aí, eu comecei. Mas eu tinha uma amiga que trabalhava na Fundação Educar, e aí ela se interessou logo de poder se aproximar”. Por meio de sua amiga, Sara se vinculou a essa fundação que trabalhava na alfabetização de populações pobres, a qual lhe garantiu as passagens para a sua locomoção e as condições básicas de moradia e alimentação para que ela continuasse a viver em Saco de São Pedro.

Em 1982, Sara começou a namorar com o rapaz que viria a ser o seu atual marido. Ela, alfabetizando pessoas pobres em Icó. Ele, atuando como

missionário da Igreja Católica na chamada Favela da Fumaça, em Fortaleza. O então namorado era seminarista, e já estava deixando o seminário quando a conheceu. Fala que seu namorado mandava cadeiras e outros materiais para a comunidade de Saco de São Pedro, que também era desprovida das condições físico-estruturais necessárias para que ela desenvolvesse seu trabalho de alfabetização. Por várias vezes, Sara fala o quão gratificante foi essa sua vivência na comunidade, chegando a dizer que precisava daquela experiência para se “refazer”, para “criar” dentro de si uma outra pessoa. Ao lado do marido, continuou trabalhando para ajudar os pobres. Casaram-se e foram viver no município de Aracati, tendo como expectativa de vida continuar a “missão missionária”. À época não havia vínculo empregatício nenhum com a Igreja, mas, independente disso, o seu trabalho e o de seu marido eram inspirados na lição cristã. Para ela, a sua prática relacionava religião e política, como uma forma de resistir à ditadura militar e de ajudar os pobres. Fala de acontecimentos ocorridos em 1985:

(...) naquele tempo a gente tinha uma mistura muito grande também com a mudança social, política, né. Então (...) a gente não participava de nenhum partido político, mas terminava também contribuindo com a política onde a gente estava. Então um período também muito difícil, né, porque a gente tava vivendo o final da ditadura, né. (...) tinha acabado a ditadura, mas no interior era como se vivesse ainda a ditadura.

Até chegar à Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e ser contratada como “assessora técnica”, Sara e seu companheiro continuaram a realizar a sua “missão”, optando por viver para cuidar das pessoas pobres, que para ela tinham o direito de ser socorridas, concebendo que também era seu o dever de socorrê-las. Em Aracati, optou por viver em um bairro pobre da periferia. Havia planos de residir cinco anos em cada comunidade, contribuindo com trabalhos comunitários, mas com o passar do tempo o casal teve filhos, fato que modificou os seus projetos iniciais. Estabelecendo-se em Aracati, Sara se relacionou com a Igreja local, contribuindo com o trabalho pastoral. Conheceu Dom Pompeu, bispo da diocese local que criou a Pastoral da Criança, onde Sara trabalhou até ser convidada pelo referido bispo para desenvolver atividades na Cáritas, onde foi voluntária até 1989. Antes de Sara, seu marido já havia sido contratado para trabalhar na Cáritas, o que contribuiu para que ela

se interessasse em ser agente da Organização.

Após a sua experiência com o chamado “trabalho social” – cuidar dos pobres – Sara foi admitida na Cáritas como “assessora técnica” em 1989, período em que saiu da Pastoral da Criança. Todavia, continuou colaborando com a Pastoral, mas os projetos da Cáritas foram lhe tomando muito tempo, razão pela qual Sara foi se desligando da Pastoral da Criança e dedicando-se apenas à Cáritas. Apesar de ter sido contratada como “assessora técnica”, Sara diz que foi aprendendo a ser “técnica”, tendo sido o envolvimento com as atividades da própria Cáritas que lhe ensinou a ser um agente. “Vivendo e aprendendo”, Sara foi passando pelo processo formativo que lhe formou agente de Cáritas. Ela fala do aprendizado, dos desafios e do prazer do seu trabalho:

(...) na Cáritas, a gente começou, né. Esse trabalho não era exatamente como técnico. A gente não tinha essa visão muito técnica do serviço prestado. A gente fazia esse mesmo trabalho, de ajudar a acontecer os projetos de geração de renda, os trabalhos de educação política, a luta da terra. Então é um trabalho muito forte nessa linha social, e que merecia muita dedicação. Mas a gente não tinha muito esse lado mais técnico do desenvolvimento da geração de renda, principalmente ligado a iniciativas do semi-árido. Isso veio alterar mais com mais qualidade dos serviços nos últimos 8 anos. Podemos dizer assim, eu acho que a Cáritas foi, é, um eterno aprendizado. (...) é desafiante, eu acho que eu gosto muito por isso, por sempre tá vivenciando um desafio. Às vezes são desafios muito grandes pra nossa capacidade de servir, mas é gostoso poder trabalhar esses desafios.

Uma das queixas mais freqüentes no trabalho dos agentes é o pequeno número de componentes das equipes dos escritórios da Organização para desempenhar muitas e distintas atividades. Não são todos os escritórios que possuem um agente para cada programa das linhas de ação da Cáritas. Há casos em que o mesmo agente trabalha com dois ou mais programas ao mesmo tempo. Sara é um dos que ingressaram na Cáritas tendo de ser responsável por diversas ações até o ano de 2002, quando a equipe de Limoeiro do Norte passou a eleger prioridades para possibilitar o trabalho dos agentes nas áreas que foram tidas como as de maior urgência:

(...) na Cáritas a gente sempre fez um pouco de tudo, era pau pra toda obra, uma equipe pequena com muita atividade e a gente sempre assumia todas as atividades. Então não tinha, eu não tinha

um trabalho só voltado para a Economia Popular Solidária, tá entendendo? Meu trabalho era fazer tudo. Era formação, era semi-árido, era economia solidária, era políticas públicas, era tudo, que a gente era dividido em regiões. Então a região de Limoeiro tinha duas, três pessoas que estavam responsáveis por aquela área e trabalhava também toda a temática, assim como eu estava em outra área com outras pessoas fazendo as mesmas atividades, e aí a gente sentiu a necessidade de modificar isso.

A partir de 2002, Sara passou a trabalhar somente com o Programa de EPS, acompanhando os projetos em toda a área focada pela Cáritas de Limoeiro do Norte, composta por oito municípios. Os projetos de EPS dizem respeito às atividades de produção, comercialização, crédito e consumo, cujo projeto que contempla toda a cadeia (produção, comercialização, consumo) é a chamada “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário”, presente no item 2.4 deste capítulo.

Sara explica que a Cáritas não atua permanentemente em uma comunidade. Ela segue as deliberações do Conselho Diocesano, que define o tempo em que ela deve permanecer apoiando os projetos. O Conselho é que aponta quais são os municípios e comunidades que devem ser atendidos pelo trabalho da Organização, de modo que a os agentes devem desenvolver e acompanhar os projetos junto às comunidades eleitas como prioridade em um período de, no máximo, cinco ou seis anos. Nesse período espera-se que os grupos acompanhados pelos agentes se consolidem e passem a “andar com as suas próprias pernas”, como dizem os agentes, com autonomia e capacidade técnica de se auto-sustentarem juntos, fundamentados nos princípios da EPS.

A economia solidária não é regida por uma legislação própria que lhe permita funcionar de acordo com o estabelecimento de normas específicas para as suas especificidades. As normas para a economia solidária são as mesmas da economia capitalista, fato gerador de uma aresta lançada contra os agentes de Cáritas e demais atores do *movimento da economia solidária*. Assim, como todas as experiências de economia solidária, a EPS também sofre com a falta de uma legislação própria. A necessidade da elaboração de um marco legal para a economia solidária é abordada por Sara como um dos assuntos sobre o qual os agentes têm de aprender para enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado capitalista. Nesse contexto, Sara se refere

à economia solidária como uma “economia informal”:

(...) a gente está num mercado capitalista, a gente está atuando com economia, é diferente a forma de produção das pessoas é..., a forma de se ver de forma circular, que as pessoas se respeitam, que as pessoas têm autogestão do seu trabalho, mas elas estão vendendo o seu produto nesse mesmo mercado capitalista, não é? Aí a gente enfrenta um bocado de dificuldades porque (...) quando a gente passa pra parte legal a gente tá condicionado as mesmas leis que esse capital tá, oferecendo para as empresas sabe? E aí a gente fica se sentindo limitado diante disso porque por mais que se tenha conseguido algumas reivindicações e esse Fórum da Economia Solidária, que já foi um grande avanço para essa economia, para o apoio desses grupos, para o crescimento, (...) é um desafio ainda muito grande que a gente precisa de conseguir, conquistar. São conquistas que ou a gente faz ou essa economia ela não vai se sair bem em formalidade. Na verdade, essa economia é uma economia informal. Nós estamos sempre na informalidade, sempre estando à margem. Nós só podemos vender até ali. Dali em diante nós não podemos mais, sabe? Eu tenho um anseio muito grande que a gente rompa isso. Quando é que vai acontecer, não sei, mas também não sei se vamos nos capacitar mais pra isso, pra enfrentar esse desafio que tá aí pra poder ajudar os grupos a enfrentarem esse desafio.

Quando eu lhe perguntei o que é ser um agente de Cáritas ela respondeu: “pergunta difícil”. Porém, foi definindo, ao seu modo – o que de fato interessa para a pesquisa – o chamado agente. Partindo de sua visão de mundo e de sua vida como integrante da Organização ela explicitou:

Ser agente de Cáritas, pra mim, é continuar uma missão, né, assim, ser missionário dentro de um molde mais organizado, de fazer esse trabalho acontecer de uma forma mais planejada, que você pense também de obter algum resultado que mude a qualidade de vida das pessoas.

Durante as nossas conversas, Sara apresentou várias qualidades dos agentes tais como o preparo técnico, o *desinteresse* no combate a “pobreza”, a doação de si ao outro e a fé na missão cristã para a transformação da sociedade, o que está presente em sua fala destacada no capítulo I, item 1.3. Para ela, o agente não ingressa pronto na Organização. Ele passa por um processo que ultrapassa suas cartilhas e encontros de formação. O trabalho com os pobres e as dificuldades financeiras e políticas enfrentadas pela Organização são vistos como desafios que ensinam aos agentes um outro modo de ser e viver que se materializa na “prática da solidariedade”. Tal prática é ensinada pelo material de formação da Cáritas e pelo próprio ofício dos

agentes como “técnicos” desse Organismo sob a égide da CNBB.

Pertinente à dimensão da formação do agente, da mudança de comportamento que ocorreria nos profissionais após a inserção na Organização e do trabalho com a equipe da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Sara comenta:

Eu vejo assim, cada pessoa tem a sua forma de fazer. Se eu interagir muito bem com o colega, por exemplo, o Albernán, por exemplo, é um colega que ele pensava muito rápido. Ele também queria as coisas muito rápido, muito diferente de mim a forma dele agir. Ele veio do mundo mais técnico. Ele aprendeu muito com a Cáritas. Então foi dentro da Cáritas que ele reviu muito as posições dele, porque ele veio do outro mundo. Ele era diferente. Eu não diria que ele estaria lá só pelo dinheiro, porque ele vivenciou tantos momentos difíceis, que se ele estivesse lá só pelo dinheiro, certamente ele não teria ficado, tá? E ele ficou. Agora, ele com certeza não tem a tolerância que eu tenho, a paciência. Ele mesmo é capaz de dizer isso, e eu tô dizendo porque ele mesmo teve a coragem de confessar por mais de uma vez. Mas ele reviu muitas posições dele a partir dessa vivência coletiva, porque é um exercício que você tem que mudar, porque você trabalha coletivo. Você perde um pouco de você pra você aceitar o que a maioria quer. Então isso, pra quem tem uma visão individualista, é uma mudança muito grande, né? Um exercício de muita mudança.

Além disso, como pode ser observado nas falas anteriores, a formação dos agentes começa antes de entrarem na Organização. Porém, constata-se que ao ingressarem continuam passando por um processo formativo que lhes é garantido pela prática de seu ofício, o que tenho chamado de *processo pedagógico do trabalho*.

A formação dos agentes é motivo de preocupação *ad infinitum* de toda a rede Cáritas no Brasil. As cartilhas, os seminários, os cursos, os encontros, as revistas, os livros, enfim, todos os procedimentos e materiais institucionais de formação trazem a missão, os princípios e as linhas de ação da Organização. Há materiais dos quais constam conceitos e instruções para a organização das ações da Cáritas⁷. Por outro, os agentes manifestam a necessidade de uma

⁷ Cf. CÁRITAS BRASILEIRA. Política Nacional de Formação: um processo em construção. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b.; _____. Cáritas na promoção da solidariedade: como organizar a ação da Cáritas. 2.ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006a (Série cartilhas, 1).; _____. Vinte e cinco anos de Economia Popular Solidária. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006b. (Série cartilhas, 2); ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. Economia Popular Solidária. Brasília: Cáritas Brasileira, 2001. (Cadernos Cáritas, 2); _____. Desenvolvimento solidário e sustentável. Brasília: Cáritas Brasileira, 2005. (Cadernos Cáritas, 6); BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES DA SILVA, Roberto Marinho (Orgs.). **Vinte anos de Economia Popular**

política de formação sistemática ininterrupta para que possam se qualificar em ações específicas como a EPS.

Quase como uma reclamação, Sara fala de sua pouquíssima disponibilidade de tempo para estudar. Angustia-lhe o fato de não dispor de tempo para se qualificar, estando impossibilitada de obter uma formação universitária devida as exigências de suas atividades de trabalho na Cáritas:

Processo de formação, assim, nessa linha de economia solidária, tem vários aspectos, né, às vezes num seminário. Não existe uma coisa muito arrumada que beneficie uma rede toda, tá entendendo? Alguns vão fazendo. É um processo de acordo com a sua necessidade, mas eu acho que ainda é pouco diante das necessidades que nós temos na formação de agentes. A gente poderia ter muito mais. Eu, por exemplo, ainda não consegui ter uma coisa assim. Queria fazer minha faculdade e ainda não consegui terminar. A Cáritas não me permite. O tempo que ela me dá não é permitido, que eu tire esse tempo pra fazer uma faculdade. Eu não tenho hora de chegar em casa, eu não tenho o dia que estou em casa. Como é que posso me planejar pra fazer uma faculdade? Não dá. Formações pontuais, não é uma seqüência, uma coisa assim. Mas a longo, médio prazo, não. Mas formações pontuais tiveram várias em vários momentos (...). Carece demais aprofundamento de tempo pra gente se aprofundar em determinados temas que a gente necessita, principalmente eu, por exemplo, em se tratando de Economia Popular Solidária.

Segundo Sara, ela chegou a se inscrever no Curso de Especialização/Extensão em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa – Realizado com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ministrado na modalidade de Educação à Distância (EaD), mas desistiu. O motivo da desistência teria sido a indisponibilidade de tempo para estudar. Observemos a fala de Sara:

(...) eu não tive coragem. Eu me inscrevi depois eu desisti porque não haveria mesmo condições de fazer. Bom, então assim, eu acho que realmente não tem. Alguns agentes se queixam inclusive que a Cáritas não lhe dar oportunidade de se capacitar melhor. A gente só faz assim, muita coisa, e termina não tirando tempo suficiente pra se capacitar também.

De acordo com Sara, a Cáritas é regida pela legislação que disciplina as organizações civis e pelo Código Canônico. Pertinente a isso, ela aponta para formulações do Estatuto da Organização que reforçam a prática hierárquica da

Igreja, que recorrentemente garante um lugar de excelência aos bispos, ocupantes de uma posição privilegiada na diretoria nacional da Cáritas Brasileira e nas diretorias dos escritórios arquidiocesanos e diocesanos. O Estatuto prevê eleições a cada dois anos enquanto o Código Canônico garante que o diretor-presidente da Organização seja o bispo em exercício, reforçando as ações hierárquicas da CNBB.

Pelo Estatuto da Cáritas pra você perceber, por exemplo, que uma instituição hoje, que é instituição civil, ela tem um prazo determinado pra fazer uma eleição. Podemos dizer assim, a escolha do presidente, ele não se repete por mais de dois anos. Ele repete uma vez só. Depois ele não pode mais se repetir, né? Sucessivamente, na Cáritas, tem isso e não tem isso. Porque tem isso e não tem isso? Tem isso de certa forma. Tá lá no Estatuto, na prática, assim, existe uma outra forma. Também no Estatuto, pelo direito canônico, dá o direito de que? Que o presidente sempre vai ser o bispo, tá entendendo? Assim tem diferencial. Ele pra nós pode ser um apoio. O bispo ainda é uma figura muito importante na hora de uma negociação. O nome da Cáritas é um nome de peso. O nome da igreja é um nome de peso, ainda é uma instituição muito reconhecida pela sociedade, tá entendendo? Por outro lado, sim, nós vamos ser sempre técnicos, é diferente de uma ONG. (...) Bom, eu diria assim, que isso não seja um problema eterno de fato, mas ele é um desafio pra nós Cáritas, né? Assim, no caso específico da Cáritas de Limoeiro, nós temos acompanhado desde que eu entrei muitas mudanças que vem acontecendo, então hoje nós temos uma diretoria muito mais próxima da nossa ação de técnicos, né? Nós temos um bispo muito comprometido com essa história, tem muita vontade de ajudar mais ao mesmo tempo, assim, a hierarquia da Igreja tem muito compromisso fora. Por mais que ele queira dar mais atenção ao dia-a-dia da Cáritas ele não pode, tem muitas outras pastorais também, que é a mesma coisa que nós queremos.

Essa direção dada pela CNBB manifesta-se na forma da composição das diretorias da Cáritas no Brasil, cujo diretor-presidente, na maior parte dos casos, é o bispo, garantindo a presença da Igreja frente ao seu “serviço social”, mantendo-o sob o seu controle.

Segundo Sara, devido a grande ocupação do bispo de Limoeiro do Norte, os agentes assumem algumas atividades da diretoria, reunindo-se com ela para decidir sobre a gestão do escritório. O trabalho administrativo, a gestão da Cáritas também é de responsabilidade dos agentes. O mesmo ocorre com Rute, que além de ser agente de EPS é responsável pela coordenação financeira da Cáritas de Sobral.

Em meio a tantas atividades, faz parte do trabalho dos agentes a captação de recursos para a execução dos projetos vinculados aos programas

desenvolvidos pelos escritórios da Cáritas no Ceará. Eles elaboram propostas de intervenção para pleitear recursos financeiros inscrevendo-se em processos de seleção abertos por editais de órgãos públicos e privadas nas mais diversas áreas de atuação da Organização, bem como apresentam projetos a entidades financiadoras de suas ações. As cooperativas de comercialização e consumo, doravante “bodegas”, foram assim iniciadas com a elaboração inicial de um projeto encaminhado ao Catholic Relief Services – CRS (ligado à Cáritas dos EUA), que o aprovou e passou a financiar as suas atividades em Limoeiro do Norte e em Tiaguá.

Quanto à remuneração dos agentes da equipe de Limoeiro do Norte, Sara e seus colegas recebem 4 salários mínimos mensalmente. Da mesma forma que ocorre com os demais escritórios da Cáritas no Ceará, é a Misereor que repassa os recursos utilizados para o pagamento do salário dos agentes.

Conforme o relato de Sara, o “serviço social” da Igreja é uma entidade de prestação de serviços aos “excluídos”, cujo objetivo é incluí-los:

Ela é esse serviço prestado aos excluídos de forma que possa trazer as pessoas pra essa inclusão, que as pessoas se sintam gente, se sintam capazes. Então ela é essa presença de pessoas que enxergam a vida com esses valores, esses valores morais econômicos, políticos, então assim, de cidadão também, porque é uma atividade que ajuda a nossa cidadania a poder crescer, e assim a minha relação com as comunidades ela é muito mais uma relação de técnico, de agente, mas a gente cria uma afetividade pelas pessoas.

Na relação entre os “técnicos” (agentes) e as pessoas com as quais eles trabalham, destaca-se a dimensão da afetividade. Uma das comunidades pobres onde Sara já atuou também lhe garantiu cuidados dos quais ela diz jamais esquecer. Em um período em que as suas condições econômicas teriam sido precárias, a própria comunidade onde morava haveria de lhe ajudar naquele momento de vulnerabilidade:

Teve momentos difíceis. Nós... Assim como pessoa, né? Família. Que a gente foi até ajudado pela comunidade, acredita? Assim, deles poderem oferecer o arroz, o óleo, assim numa simplicidade tão grande. Assim, ‘leve isso aqui pra vocês’, tá entendendo? Assim numa simplicidade tão grande, numa amizade tão grande, que assim, pra nós é simples alguém na comunidade não ter e a gente fazer uma feira e levar pra eles, assim como a gente não ter e eles poder oferecer isso pra gente. É uma coisa tão simples que às vezes

a gente nem ver isso como uma coisa fora da nossa realidade. É corriqueiro, assim como é corriqueiro na comunidade do Coqueirinho, onde seu Almir trabalha. Ele é presidente da Associação. Eles matarem um porco ou um cabrito e repartirem entre todos, tá entendendo? Eu acho que isso ensina a gente a entender que independente de ter salário, de ter emprego, são valores que nunca vão passar. Não pra mim. A Cáritas... Até agora eu ainda estou na Cáritas porque ela satisfaz esse meu lado humano também, além de satisfazer o lado econômico, porque a gente precisa disso pra viver, mas, sobretudo, ela faz parte da minha vida.

Ao falar sobre esse assunto, a emoção domina o nosso diálogo, que continua com o cair das lágrimas de Sara. A partir de sua fala muito emocionada, entendo que a criação de laços afetivos que garantem vinculações sociais mais que pragmáticas, funcionam como uma liga moral que reforça a estabilidade e a manutenção das relações entre o agente e o “sujeito da ação”, como Sara se referiu às pessoas pobres, alvos da atuação da Cáritas, da Igreja.

Para Sara a Cáritas é a entidade por meio da qual os agentes podem militar em favor dos pobres e da construção de uma sociedade melhor. É um “serviço”, e esta expressão significa que ela presta literalmente um serviço. Ou seja, ela pratica a lição cristã da caridade (a “prática do amor” de Deus), servindo aos “mais necessitados”:

Então assim, a Cáritas ela é um pouco esse espaço, de você conseguir fazer de certa forma uma militância, porque a Cáritas não é um emprego é um serviço. Eu tento sempre ver a Cáritas como um serviço, tanto é que nós temos enfrentado momentos muito difíceis na Cáritas sem recurso pra trabalhar, sem ter transporte, tem que andar a pé, andar de carona ou andar de bicicleta pra não parar o trabalho, passar até um ano ou mais de um ano sem recurso, sem ter uma expectativa se vai acontecer ainda ou não, e a gente não esmorecer não desanimar.

Nas palavras de Sara, o trabalho dos agentes significa mais que um emprego, um posto de trabalho, referenciando à doação de si mesma por essa causa, que lhe faz continuar na Cáritas em meio à falta de recursos e de condições de trabalho que tem lhe reservado “momentos difíceis”⁸.

⁸ Adams (2001) destacou várias contradições da Organização tais como o quadro insuficiente de agentes, a baixa remuneração de quadros, relações de disputa, o medo do enfrentamento com o bispo, dentre outras situações contraditórias do universo dos agentes que fazem parte dos seus achados empíricos (ADAMS, p.168-176), situações essas que também constatei no trabalho dos agentes no estado do Ceará.

2.1.5 Tiago: agente da Pastoral Social de Tianguá (entidade membro da Cáritas Brasileira no Ceará)

A quinta personagem a entrar em cena nesta parte da exposição é Tiago, agente da Pastoral Social de Tianguá (uma entidade membro da Cáritas Brasileira no Ceará), responsável pela EPS. Tiago, 37 anos, solteiro e pai de um filho, nasceu em Viçosa do Ceará, uma pequena cidade que se localiza na região norte do interior cearense. Filho de trabalhadores rurais, Tiago diz que teve uma infância “na agricultura”. Fala que passou por muitas dificuldades durante os estudos escolares. Uma delas seria a distância entre a sua morada e a cidade: “a gente morava distante da cidade a 6 km. A gente fazia esse percurso a pé todo dia, mas sempre com boa vontade”. De sua família, composta pelo pai, a mãe e mais dez irmãos, apenas Tiago pôde estudar, ingressando na escola ainda garoto. Segundo ele, desde pequeno é engajado em atividades coletivas: “grupos de crianças”, depois “grupos de jovens” ligados à Igreja Católica. Quando adolescente, passou a atuar na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), um dos braços da Igreja Católica na ação política desenvolvida por e pelos jovens pobres. Aos 18 anos, após o início de sua experiência política e profissional na referida pastoral, Tiago continuou os estudos no ensino médio em um “colégio interno”, no município de Mombaça-CE, uma escola técnica de formação em agropecuária, onde passou três anos, de 1989 a 1991. Aos 20 anos de idade retornou ao seu município natal. Ao voltar, diz ter se sentido muito só por ter perdido a articulação com os companheiros de Viçosa do Ceará devido ao período que passou fora da cidade. Para retomar a articulação com as pessoas, resolveu “começar a estudar de novo”, mas dessa vez em Viçosa do Ceará. A formação na escola técnica lhe possibilitou trabalhar em alguns cursos para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), no Ceará, ministrando aulas de técnicas de cultivo convencional para agricultores. Em seguida, diz que “pintou uma proposta de trabalho, e eu fui trabalhar numa escola do Estado”. Depois dessa experiência como professor de escola pública, Tiago já estava reinserido na rede de relações locais da qual havia se distanciado para se qualificar em Mombaça-CE. Após ter iniciado a sua atividade na escola estadual, teria sido convidado para atuar no Movimento de Educação de Base (MEB), do qual

participavam setores da Igreja Católica preocupados em alfabetizar populações pobres e levar a elas uma lição político-democrática que as formasse para intervir nos rumos políticos e econômicos da sociedade. No MEB, pôde voltar a sua militância inserindo-se nas discussões e ações “de educação popular, de movimentos, de estar com as comunidades que a gente se propunha quando era adolescente”. Tiago passou 6 anos como coordenador de turmas de jovens e adultos até a sua saída do MEB. Diz ter trabalhado ao mesmo tempo no MEB e na escola estadual. Segundo Tiago, deixou os dois e atendeu a um “chamado” para ser agente da Pastoral Social de Tianguá-CE no ano de 2000.

Tiago diz ter passado por uma entrevista feita pelo bispo Dom Xavier, da Diocese de Tianguá, até ser finalmente contratado como agente de pastoral (que também é um agente de Cáritas, pois a Pastoral Social de Tianguá é uma entidade-membro da Cáritas Brasileira). Fala sobre o que seria necessário para ser um agente de pastoral e sobre os requisitos que teriam sido considerados na ocasião de sua contratação:

Que tenha abertura pra questão social, cristão, né(?), essa ligação Igreja e sociedade, não seja uma criatura totalmente alienada politicamente. No meu caso, achei engraçado. Na minha época, o que pesou muito pra mim entrar, eu tinha sido da PJMP, e naquela época, eu era militante do PT, e o PT tava no auge, logo depois da campanha do Lula, e que era a esperança, e Dom Xavier era muito... Quem entrevistou foi ele, então você tem que ter essa base já de construção de vida dentro desses movimentos sociais. A Igreja é o movimento social, né? É um requisito fortíssimo dependendo da função que você vai desenvolver. Esse é um requisito pra (...) qualquer função aqui dentro. É... pra outros você tem que ter habilidade, por exemplo, vou contratar um técnico agrícola que seja aberto para as questões sociais, para as questões da Igreja, mas que seja aberto para as questões da agroecologia, porque nós não vamos deixar um técnico agrícola que tá lá numa agroindústria e trabalhando todas as formas de degradação ambiental. Esse técnico já estaria eliminado como técnico de todas as formas, né? E que tenha abertura pra dialogar e estar nas comunidades. São critérios que tenha no mínimo o nível médio, habilidade com computação, hoje habilitação de carro e moto, né(?), tenha sensibilidade para as questões de gênero, espiritualidade, raça, etnia, geração, essas coisas. Ou seja tem que ser um polivalente, né?

Quando se trata da contratação de agentes, a importância de ser cristão, da vivência anterior em movimentos sociais e no setor de pastorais da Igreja vem à tona mais uma vez na narrativa de Tiago. Também teria sido considerado o fato de ele ser membro do Partido dos Trabalhadores (PT), que

ganhou forte adesão dos movimentos sociais ligados à Igreja, caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uni-se às qualidades políticas às qualidades técnicas necessárias para a contratação do candidato a agente, submetido a um processo de escolha feito pelo próprio bispo da Diocese de Tianguá.

A atuação na entidade-membro da Cáritas teria lhe ensinado valores e práticas que causaram repercussões, inclusive, na sua perspectiva de técnico agrícola, fazendo-lhe estudar sobre outras formas de trabalhar com o cultivo da terra e com a criação de animais:

Foi quando eu comecei a assumir minha verdadeira profissão, que é em agropecuária. Tive muitas dificuldades de assumir isso porque tinha passado já um bom tempo sem estudar isso, e as dificuldades foram surgindo quando eu percebi que os projetos que eu ia acompanhar dentro da Diocese (...), não tinham do que eu tinha visto lá na escola, que era a questão do agronegócio, de trabalhar com tratores, venenos, adubos químicos. Isso foi o que eu aprendi a fazer. E quando eu cheguei aqui, me deparei com uma realidade diferenciada: mais trabalhar assim técnicas alternativas de produção, tanto pra criação de animais como plantio de verduras, hortas e tal, e eu tive muitas dificuldades. Foi quando eu comecei a ver mais as coisas diferentes do que eu via, e comecei a perceber que fazia tudo sentido, né? Eu posso dizer que me tornei assim bem sabido (risos), nas questões da agroecologia. É uma paixão na minha vida, a agroecologia. Venho trabalhando com isso, posso dizer, já há 6 anos, porque um ano que eu passei, são 7 anos que eu já estou aqui na Pastoral Social, um ano eu tava mais me situando, lendo essas coisas depois eu comecei a atuar diretamente nos projetos nessa linha.

As exigências da nova experiência profissional lhe fizeram aprender práticas, saberes e fazeres de acordo com a proposta de preservação do meio ambiente e de práticas não predatórias de transformação da natureza e de produção de riquezas contidas nos projetos vinculados à Linha de Ação 3 da Cáritas: Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

Mais que um emprego (um posto de trabalho ocupado com uma remuneração líquida de aproximadamente quatro salários mínimos), o trabalho na Pastoral foi mudando pensamentos e práticas de Tiago. Ele foi aprendendo os elementos necessários para navegar no seu novo campo profissional, fazendo com que fosse se “apaixonando aos poucos” pelo trabalho com a agroecologia e com a EPS.

Depois de ter morado nove anos na cidade, Tiago se mudou para um

pequeno sítio que se localiza na área rural do município de Viçosa do Ceará, onde construiu a casa onde mora. No sítio, onde eu estive a seu convite, começou a cultivar plantas sem o uso de substâncias químicas e de técnicas ofensivas ao meio ambiente. Tiago teria levado os saberes que o *processo pedagógico pelo trabalho* havia lhe ensinado. O que ele aprendeu para fazer nas comunidades foi feito também em sua própria casa. Vejamos o que ele nos fala:

Tenho um pedaço de terra e faço agroecologia lá, e com a prática e o saber, o conhecimento teórico que eu tive durante esses anos (...). Os trabalhos são mais prazerosos e você consegue conciliar aquilo que você ler que é agradável de ler, é... de transmitir isso pra outras comunidades, pra outros agricultores e agricultoras e ainda fazer isso.

Presentes nas falas dos outros agentes de Cáritas entrevistados, os valores cristãos aparecem também como o fundamento das ações dos quatro agentes da Pastoral da Diocese de Tianguá-CE. Na qualidade de agente, Tiago evidencia os princípios cristãos que revestiriam o seu trabalho técnico e militante. Tendo como ponto de partida a “missão” de Jesus, Tiago diz que o trabalho dos agentes é o de ajudar os “pobres”, os “excluídos”, a efetivarem os seus direitos de cidadão. Em relação ao cuidado com os “pobres”, os agentes explicam que o seu trabalho não é apenas “para os pobres”, mas, sobretudo, “com os pobres”:

(...) a gente se inspira muito na prática de cristo, né (?), que esse eixo da espiritualidade está perpassando por toda a nossa ação, né? É algo que nos motiva. Porque que Cristo veio ao mundo? Ele veio ajudar para que as pessoas pobres, os mais oprimidos, comessem a sair, a se sobressair e ser bem tratado como gente. A gente entende dessa forma, e a nossa ação tá muito voltada pra isso. Com o que é que nós trabalhamos? Com os excluídos de direitos, principalmente, né? E aí, diante disso, acha que fazemos aquele papel que todo mundo deveria fazer: tá olhando pra quem tá necessitando de apoio, de alto estima e que muitas vezes tá lá, isolado. As pessoas não vêm, e geralmente são comunidades desacreditadas das questões políticas, das atitudes políticas, né? E aí a gente chega com esse jeito diferente de fazer porque fazemos com eles, fazemos parte do dia a dia deles, fazemos planejamento com eles. A gente acredita que a gente tá nessa linha cristã de se sentir no meio, como Cristo estava, e isso é refletir a Igreja no meio desses excluídos e excluídas, isso nos orienta, nos motiva a tá desenvolvendo essas ações.

No decorrer da pesquisa, tive a impressão que os interlocutores ainda

não haviam pensado no que é ser um agente na perspectiva de si mesmos. Todos comentam sobre a dificuldade em definir esta categoria, porém a definem a partir do lugar de onde falam. Por isso, entendi ser pertinente saber o que cada pessoa que fez parte deste estudo pensa sobre o que é ser um agente de Cáritas ou de Pastoral. Lancei a pergunta “o que é um agente?”, momento em que Tiago comentou que nunca lhe haviam questionado sobre isso, e seguiu com insegurança dando a sua definição:

Um agente pra mim... Nunca me fizeram essa pergunta antes, sabia? Eu me sinto agente, mas nunca me perguntaram isso. Agente eu acho que é o sujeito que está numa determinada instituição, no meu caso, na Pastoral Social, é pra ser um facilitador dos processos entre as pessoas e a comunidade e a equipe, levando os conceitos, talvez de construção de novo, pra mim talvez fosse o animador, né? De chegar lá na comunidade e dizer assim: ‘gente vamos sentar aqui e tal’, discutir um monte de coisa. É diferente do técnico. Pra mim, de repente, assim, tu é um técnico da Pastoral Social. Já me fizeram essa pergunta: ‘tu é um técnico da Pastoral Social, mas qual é a diferença do técnico?’. Eu não vou lá fazer uma consultoria. Um técnico geralmente vai lá fazer uma consultoria, dizer o que tá errado e o que tá certo sem pedir a opinião do outro. Pra mim eu sou mais que um técnico. Eu esqueço o diploma que eu tenho. Eu vou pra lá interagir com as pessoas, perguntar o eu é que tá acontecendo e a gente junto se encontrar. Eu acho que ele é mais um animador de um processo de que junto com os grupos, com as famílias, tá levantando esses questionamentos. O agente é além de técnico. Ele tem um papel de animador.

De todas as pessoas entrevistadas, ao definir “o agente”, Tiago começa com a demonstração de uma incerteza quando fala “talvez”. Por outro lado, distingue o “técnico” do agente. No pensamento de Tiago, é possível que o técnico não seja agente, mas não é possível que o agente não tenha os conhecimentos e as práticas técnicas necessárias ao trabalho com os grupos de produção. Ao final de sua definição, o agente é visto como uma personagem que possui qualidades técnicas, políticas e afetivas fundamentais para o “serviço social” que desempenham. Sobre *ser um agente*, Tiago destaca que qualquer dia e qualquer hora podem ser o dia e a hora de trabalho na condição de agente, que abre mão de momentos da vida que seriam típicos de “pessoas normais” em detrimento de sua doação à atividade que desempenha:

Eu acho que o cabra tem que ser primeiro doido, assim de abrir mão de muitas regalias na sua vida, por exemplo, de estar com a família no final de semana pra fazer uma reunião sábado, à tarde. E aí é naquela linha que você acompanha e você diz assim: ‘pô é agora, eu

vou'. Então eu acho que é cedo que o agente tem que ser desse jeito, disposto pra qualquer hora você atender o chamado (...) eu acho que tem que ser isso, tá aberto, tá aberto para se privar de algumas regalias de pessoas normais, pessoas normais que eu digo, pessoas que preferem tá assistindo o Faustão dia de domingo, o Luciano Huck, no sábado, porque a grande maioria das pessoas preferem isso e a gente não prefere, e se preferir ele diz: 'não, mas agora eu não sou essa pessoa. Eu agora tô servindo', e acho que ele tem antes de tudo que ser um cara disposto a se doar naquilo que ele acredita, porque também, se não acredita, é bom cair fora, porque senão ele vai se frustrar.

Como já foi sinalizado, por meio do desenvolvimento dos projetos vinculados às linhas de ação da Cáritas, os agentes desempenham um papel de formadores que agem por meio de processos de educação não-formais. Esse fato está presente na fala de Tiago, quando revela que “o agente tem muito o papel de orientar para que as pessoas vão mudando seus pensamentos, seus atos, pra mim isso é educação”. Ele esclarece mais quando apresenta sua a visão no trecho seguinte:

Por que nós educamos as pessoas? É rapaz, nós educamos porque a gente vê a transformação, né(?) dessas pessoas, dessas comunidades que a gente acompanha que a gente trabalha, e há mudanças, mudanças de hábito, de atitudes. Eu acho que, por isso, a gente educa.

Tiago fala que a expressão “construção de conhecimento” corresponderia melhor ao processo em que os agentes ensinam os trabalhadores e são ensinados por eles, pois a palavra “educação” poderia ser entendida apenas como o processo de ensinar, que acredita ser o que corresponde à prática do professor da educação escolar. Para Tiago, as atividades dos agentes junto às comunidades podem ser representadas pela expressão “via de mão dupla”: “você vai, você transmite o que você sabe, mas você traz um bocado de coisa de volta”. Tiago dá um exemplo desse processo:

(...) eu vou já lhe dar um exemplo bem claro disso. (...) há dois anos atrás eu conheci naquele Parque Botânico de Caucaia uma criação de abelha de jandaíra, certo? (...) o cara conhece bem e tal, ele veio aqui acompanhar os projetos que o Felipe já vinha acompanhando. Trouxe o modelo e falou, falou e a gente achou aquilo um modelo próprio pra criar abelha, excelente. Aí levamos para os grupos, os grupos: 'beleza'. Aí mandamos fazer cem colméias, né? Mandamos para os grupos, né? O Felipe foi lá, orientou como era que fazia e tal. É... no ano seguinte, todas as pessoas, de primeiro, da comunidade não quiseram nem saber dessas caixas porque essas caixas não

serviam porque as abelhas iam embora. É... tinha uma pessoa que não morava no grupo, mas a gente passou... ele tinha abelha, e a gente passou duas colméias pra ele, que o ano passado, sem me tocar eu passei: 'deixa eu ir olhar ali como tá as abelhas do Ageu', né? Isso em Camocim [CE]. Quando eu chego lá as duas colméias dele excelente, as famílias de abelha cheia de mel, cheia de filhos. (...) eu disse: 'eu vou fotografar pra levar pra Felipe, e a gente descobriu que a caixa é ideal, agora a gente tem que descobrir qual é a forma que você tem que encontrar pra trabalhar com essa caixa para que as abelhas não rejeitem, né? Quer dizer: você levou o conhecimento que você não era tão apropriado, mas o agricultor achou também bom e começou. Umas [comunidades] começaram a rejeitar e outros começaram a pesquisar e descobriram o defeito. Pra que serve isso? Serviu pra gente voltar nas outras comunidades e dizer assim: 'gente a caixa é boa, o problema tá nisso'. Quer dizer: é um problema que você leva, que você reformulou e você amadureceu isso com um agricultor que você experimentou. Então assim, o Ageu não ficou com o conhecimento que o Felipe deixou lá pra ele. O Ageu pegou parte do conhecimento, (...) transformou esse conhecimento em coisa melhor e aí foi quando foi tudo refeito. Quer dizer: é mão dupla mesmo, você leva o conhecimento, você traz conhecimento, e esse conhecimento amplia aquilo que você ia fazer, né?

Segundo Tiago o processo de formação possibilitado pela EPS – e pelos projetos de agroecologia vinculados a ela – não impõem seus valores e práticas às comunidades, mas busca conquistá-las a partir da sua proposta que pode ser aceita ou não pela associação e lideranças comunitárias. Para ele o processo formativo é uma educação contra-hegemônica, no sentido de que se coloca contra o capitalismo e busca construir um pensamento diferente, constituindo-se num desafio diante da lógica poderosa do capital que, para ele corrompe as pessoas:

a gente parte (...) meio quebrando várias barreiras assim pra construir um pensamento diferente. Não é você ir lá jogar o pensamento, mas você construir isso, e acho que a educação é um processo mesmo. Você construir e aos poucos ir adquirindo isso, aprimorando isso ou se apropriando disso, né? Então é educação e é um processo. Um processo lento, eu diria. Não depende muito da abertura dos grupos, depende muito da abordagem que o agente chega, de como a gente toca isso. (...) isso pode ser mais rápido ou pode ser mais lento, depende da abordagem do planejamento e é uma educação bem mais desafiadora, eu diria (...). Quer dizer: ele tá num processo educativo de que a Economia Popular Solidária ela prima a vida e não os bens, o capital como um todo mais ele quer o que os outros tem e aí quando eu digo assim essa educação é mais desafiadora é porque o sistema, o capitalismo, dominou, aí você no meio de uma comunidade de 40 pessoas onde a grande maioria não tá nem aí pra ti, quer mais é que você se lasque mesmo, tem uns lá que querem diferente, mas no fundo, no fundo, ele tá ali porque ele acredita numa coisa, mas ele sonha com as mesmas coisas do outro, porque o capitalismo acaba corrompendo o pensamento, você

constrói , desconstrói no dia seguinte com a propaganda, com uma coisa que lança no mercado, qualquer coisa. Então é muito desafiador, eu vejo a educação tanto pra agroecologia como pra economia solidária muito desafiador porque é uma coisa que vai crescendo aos poucos, né? E as pessoas vão construindo isso, mas aí tem um domínio. O capital já tem um domínio tão grande que ele não vai mais construir aos poucos, ele joga logo de monte aí você tem que se esquivar disso. Quem tem boa vontade (...) vai construindo como esses pequenos grupos que a gente acompanha e a gente trabalha, mas eu percebo como a educação (...) é muito diferente de você tá numa escola trabalhando só com grupo de jovens numa perspectiva de formação profissional. É, eu vejo assim: a gente tem desafio pela frente pra conquistar para que as pessoas adotem isso como modo de vida, talvez, população solidária respeitando a vida a cima do capital.

Embora muito preocupado com a formação das comunidades, onde estão os grupos com os quais ele trabalha, Tiago afirma que há seminários, palestras, cursos e capacitações que, segundo ele, não fazem parte de uma “dinâmica (...) planejada anteriormente”. Diz que a sua formação e a de seus colegas da Pastoral Social de Tianguá-CE ocorre de acordo com as necessidades que vão surgindo em sua atividade. Fala que não há uma política nem projetos de formação executados pela Organização. Quando lhe perguntei: “tem um projeto de formação?”, Tiago me respondeu:

Tem não. Tinha no projeto anterior. A gente tinha. Inclusive o nome da linha era ‘Formação e Mobilização para a Cidadania’, foi essa que mudou agora (...). Mas essa política formada para os agentes, não tem. Tem para os grupos.

A fala de Tiago contradiz o discurso institucional da Cáritas e dos demais agentes entrevistados, que apresentam na Linha de Ação 4: “Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas”, o seu preparo técnico e religioso por meio de um Programa de “Formação para a prática da solidariedade”. Destaquei um trecho de um diálogo com Tiago, ocorrido no escritório da Pastoral Social de Tianguá, para demonstrar que algumas informações e alguns conceitos centrais presentes no material institucional e nos discursos dos seus colegas não são conhecidos por ele, pelo menos com as denominações apresentadas:

Joannes: você ouviu, inclusive até por parte de pessoas ligadas diretamente a Igreja, algo assim: ‘solidariedade como sinônimo de caridade’?

Tiago: não, nunca ouvi. Não nas rodas, nos seminários, nunca.

Joannes: nunca ouvi falar em ‘solidariedade libertadora’?

Tiago: já ouvi falar.

Joannes: sabe o que é?

Tiago: mas nunca cheguei a aprofundar discussão, nunca discutimos isso no nosso meio, sabe?

Joannes: e a 'solidariedade libertadora'?

Tiago: é essa que constrói que discute, que se junta pra construir algo. Pra mim isso seria solidariedade libertadora.

Joannes: você acha que um conceito como esse, por exemplo, 'solidariedade libertadora', tem vinculação com a teologia da libertação?

Tiago: cara, eu nem sei te dizer, porque eu nunca li sobre a teologia da libertação também eu já não saberia te dizer eu teria que conhecer os dois lados, né?

A dissonância entre Tiago e seus colegas agentes de Cáritas está no seu desconhecimento de conceitos presentes até mesmo de modo demasiado nas falas dos agentes entrevistados.

Baseado nos dados relacionados ao desconhecimento de Tiago sobre projetos e conceitos próprios do universo dos agentes de Cáritas, percebi que ele possui um vínculo ideológico menor com a Organização em comparação com aqueles que são diretamente contratados por ela e que são vinculados, também de modo direto, aos seus escritórios. Por outro lado, Tiago é um agente vinculado à Pastoral Social da Diocese de Tianguá, entidade-membro da Cáritas Brasileira, o que lhe faz ser, inclusive formalmente, um "agente de Pastoral" que é "agente de Cáritas".

Ainda sobre a formação dos agentes, especialmente para as atividades de EPS, eu lhe pergunto o que ele gostaria que existisse. Tiago respondeu que seria bom que houvesse uma política de formação permanente para a preparação de agentes. Ele diz que:

Seria bom, né? Por exemplo, se cada ano a gente trabalhasse um tema, assim, vamos nos capacitar num tema: economia solidária, toda a equipe esse ano, de repente no próximo eu to mais afinado com a questão da economia solidária e da agroecologia. Se eu sair em julho da Pastoral Social, quem é que vai assumir, não é? Se você tem, e talvez se a gente fizesse uma política de formação dos agentes, e cada um desses temas que a gente trabalha, por exemplo, esse ano nós vamos trabalhar agroecologia com todos os agentes. No dia que saísse, um outro assumiria tranquilo, né? Eu acho que seria interessante tá fazendo isso, né? E criar uma dinâmica de formação mesmo interna de equipe.

Existem exigências da Diocese, do bispo, que devem ser cumpridas pelos agentes. Tais exigências estão voltadas para o cumprimento da missão da Igreja e da Pastoral Social – que é a mesma missão da Cáritas –. Tiago

expõe o que a Igreja local solicita dos seus agentes de Pastoral-Cáritas:

A exigência é que a gente atinja as comunidades mais próximas. E a equipe foi formada pra isso. A equipe foi formada para atender as necessidades, tá trabalhando com as comunidades mais carentes, principalmente do semi-árido aqui da Serra da Ibiapaba, e tá fortalecendo as outras pastorais existentes, e tá suscitando novas pastorais: carcerária, Pastoral da Educação, essas coisas, coisas que até hoje. (...) a exigência que a Diocese colocou pra gente é assim. A nossa prioridade é essa: tá trabalhando com essas comunidades. Fazer com que mude de vida essas comunidades que a gente priorizou.

Ao ingressar na Pastoral Social, Tiago assumiu a coordenação dos projetos da então Linha de Ação “Convivência com o Semi-Árido”, e, em seguida, também passou a coordenar os projetos de Economia Popular Solidária. Explica que a Pastoral Social trabalhava apenas com duas linhas de ação da Cáritas à época de seu ingresso, a saber: “Convivência com o Semi-Árido” e “Economia Popular Solidária”. Foi durante um dos congressos nacionais da Organização que houve uma mudança na definição das diretrizes e prioridades de ação, motivo pelo qual as linhas foram reorganizadas. As duas linhas anteriores foram transformadas em dois programas, quais sejam: “Programa de Convivência com o Semi-Árido”, “Programa de Valorização e Promoção da Economia Popular Solidária”, ambos inclusos na atual “Linha de Ação 3: “Desenvolvimento Solidário e Sustentável”.

Sua aproximação com a agroecologia veio justamente de sua necessidade em aprender sobre o assunto para desenvolver os projetos de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Cáritas para as ações de Convivência com o Semi-Árido. Com o tempo, Tiago passou a coordenar os projetos ligados aos dois programas (o de Convivência com o Semi-Árido e o de EPS). Ele diz que se identifica muito com os referidos programas. Entende que os dois programas possuem uma forte vinculação:

Eu comecei a coordenar na Diocese aqui com os dois programas: Convivência com o Semi-Árido e Economia Popular Solidária. Me identifico muito com os dois, mesmo porque um não se desliga do outro, um vem complementando o outro. Você trabalha com os grupos de produção que têm necessidade de comercializar seus produtos. Isso é discutido internamente na comunidade. Como organizar melhor, como produzir melhor, melhorar a qualidade. Então vai da técnica da produção pra também o beneficiamento do final do produto (...). Então, uma coisa já complementa a outra. A gente não consegue ver como um desligado do outro, né?

Sobre os projetos vinculados aos dois programas, Tiago fala de seu trabalho de coordenação das ações juntamente com um colega chamado Felipe, que já havia trabalhado com Maria no escritório Regional da Cáritas Brasileira no Ceará. Assim Tiago é o responsável pela coordenação dos dois programas e Felipe lhe dá suporte acompanhando algumas atividades. Embora haja um coordenador local dos programas, os agentes também ajudam uns aos outros na execução dos projetos coordenados. Tiago fala sobre os projetos e sobre o trabalho da equipe na hora de executá-los e acompanhá-los:

Eu estou com dois programas, e tem Felipe que acompanha algumas atividades desses programas, por exemplo, eu acompanho os sistemas de criação de galinha, horta orgânica e agro-floresta. O Felipe acompanha o quê? As casas de sementes e a criação de abelhas no Programa de Convivência com o Semi-Árido e a articulação pra conquista da terra, que é a questão da reforma agrária. O Felipe tá nessa linha. Na EPS, eu estou só, tô conduzindo a questão da EPS sozinho. Já nas políticas públicas, quem é responsável é o Felipe. Aí eu entro com o Felipe, pra ajudar ele em algumas coisas, que a gente é sócio da escola de formação política, e nesses dois programas tá a Abigail e tá o João Evangelista, nessas outras 2 linhas, que João Evangelista também ajuda na questão da Reforma Agrária especialmente no litoral.⁹

Tiago fornece exemplos de comunidades em que são desenvolvidos os projetos de EPS e de Convivência com o Semi-Árido. Segundo ele, a comunidade de “Casa de Pedra”, que se localiza no município de Carnaubal-CE, na “Serra da Ibiapaba”, região norte do Ceará, foi a mais precária que conheceu durante os seus dez anos de agente. Em seis anos de atuação dos agentes da Pastoral Social de Tianguá na referida comunidade, houve o desenvolvimento de várias propostas de intervenção dos agentes. Foram criadas 3 unidades de produção agroecológicas, sistemas agropastoris e agroflorestais, grupo de mulheres que criam galinha caipira, construção de 13 cisternas de placa do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), da Articulação do Semi-Árido (ASA) – uma das redes integradas pela Cáritas –, dentre outros. Além disso, a repercussão da formação política da população envolvendo agentes e lideranças comunitárias teria impulsionado a comunidade para

⁹ Tiago também é sócio de uma ONG juntamente com seu colega Felipe, um dos agentes da Pastoral Social. A ONG se chama “Escola de Formação Política”, e tem sede no município de Tianguá-CE.

reivindicar melhoramentos infra-estruturais junto ao Estado, tendo conquistado serviços de água, de energia elétrica e a reforma de uma estrada. Segundo Tiago, outra comunidade que teria passado por mudanças graças à atuação dos agentes da Pastoral de Tianguá teria sido a de São João, que se localiza em Tianguá-CE.

Sobre as comunidades de “São João” e “Casa de Pedra”, Tiago fala que houve uma “melhoria” nas condições infra-estruturais e uma mudança de pensamento em várias pessoas da população, pois foram levados outros modelos de produzir, de comercializar e de viver que teriam causado influência nas idéias e nas condutas das pessoas envolvidas nos projetos. Fala também que, quando as pessoas dos dois lugarejos entenderam que teriam melhorado as suas condições de vida, comunicaram em uma reunião de avaliação das ações e dos resultados com os agentes que a Pastoral Social poderia atuar com outras comunidades, “que tava bom”; ou seja, já haviam conseguido as condições materiais, técnicas e políticas para dar continuidade aos projetos sem a assessoria técnica dos agentes. Dessa forma, os agentes poderiam atuar com as pessoas de outras comunidades que poderiam estar passando por maiores dificuldades. Tiago comemora, alegando que os consideráveis sucessos das duas comunidades o animam:

Então isso é bom. Te dá animo. Significa que o teu trabalho deu resultado lá. E quando você percebe, no caso eu trabalho especialmente nos Programas da Linha 3: Desenvolvimento Solidário e Sustentável, que congrega os dois programas, EPS e Convivência com o Semi-Árido, no meu caso, especialmente, eu me sinto... Todas as comunidades estão desenvolvendo alguma atividade nesse ramo, ou criação de galinha caipira, ou criação de abelha, ou com agrofloresta, ou com sistema (...) pastoril, ou com horta orgânica. Então isso é bom. As pessoas começaram a acreditar.

As ações dos agentes da Pastoral Social de Tianguá têm de abranger boa parte da região norte do Ceará, do interior ao litoral. Como ocorre com os outros agentes, a sobrecarga de trabalho é motivo de muita correria. Tiago revela que a equipe de quatro agentes é muito pequena para a demanda de atividades que a Pastoral Social de Tianguá possui. Para ele, uma equipe maior repercutiria na qualidade dos projetos desenvolvidos e garantiria algum tempo para que os agentes pudessem estudar e se qualificar para atender as

necessidades do seu “sujeito de ação”. Interessado por leituras sobre agroecologia e economia solidária, Tiago reclama da falta de condições tempo-espaciais para estudar, concluindo que o próprio tempo reservado para a avaliação, o planejamento e o estudo acabada sendo tomado para as atividades pragmáticas do trabalho dos agentes:

O que me interessa a ler é aquilo que me dar mais prazer de ler, e hoje em dia, por exemplo, o quê que me dar mais prazer de ler? Qualquer coisa que fale da agroecologia, da economia solidária e tal, essas outras coisas que eu tenho curiosidade, mais o tempo também não deixa a gente estudar muito né, é uma correria só, e uma coisa que a gente reclama muito é a falta de tempo para estudar, a falta de tempo de ta lendo, ta aprofundando essas coisas. (...) eu estando aqui [no escritório da Pastoral Social de Tianguá], eu só chego em casa lá pelas nove horas da noite. É tomar um banho e cair na cama. Aquele tempo que você gostaria de ler é o tempo que você tá aqui, por exemplo, mas se você pega algum material pra ler aqui, no escritório, você não consegue. Aqui no escritório, você não consegue. É o telefone que toca, é alguém que chega naquela sala, é uma coisa que você tem que resolver, aí você acaba... Sabe o que é isso aqui? [refere-se às leituras que tem de fazer, batendo com as mãos em uma pilha de livros, revistas, cartilhas e demais publicações] Material que eu vou deixando aqui, que não tive tempo de ler. Vou ler depois. Aqui tem material de dois meses. É encaminhamento, porque as atividades diárias estão aí. Aí, esses temas: Teologia da Libertação, Caridade Libertadora. Uma vez eu peguei um livro sobre Caridade Libertadora. Tive vontade de ler, mas devolvi. Não li. Não tive como ler. Mas gostaria de ler. Eu acho que assim, um agente Cáritas, um agente de Pastoral Social, que trabalha mais a educação popular mesmo teria que tá se aprimorando, porque a gente acaba vivendo isso, mas sem saber se tá vivendo. E em algum momento, você não sabe explicar algumas coisas. Eu acho que teria que ter esse tempo. É que a gente reserva esse tempo. Por exemplo, nós temos duas segundas-feiras por mês. A gente tem que sentar pra avaliar, rever o planejamento e estudar. Criar de novo. Na sala [no escritório], não dá. A gente não prioriza, porque te chamam pra reunião do sindicato, porque te chamam pra ir visitar um projeto...

Os agentes reproduzem a idéia cristã de “Reino de Deus” como uma sociedade utópica, onde a igualdade e a justiça imperariam. Em uma de nossas conversas, perguntei a Tiago o que seria o “Reino de Deus” na Terra, momento em que ele me respondeu de pronto: “O Reino de Deus é o Reino de justiça, e a gente luta por isso”.

A Economia Popular Solidária (EPS) é um dos instrumentos dessa “luta” de Tiago e de seus colegas agentes:

Eu diria que é um dos recursos, um desses que desemboca nesse

caminho. Tem vários caminhos pra se seguir, mas eu diria que a economia solidária é um dos recursos pra você tá ajudando a construir esse Reino, porque (...) com a economia solidária, a gente premia a vida, né? Que as pessoas vivem melhor, se alimentam melhor, que se sintam mais gente que tenham mais vida, que respeitem mais a vida. Então eu acho que é um dos recursos pra se chegar nesse Reino, mesmo porque, pra quem tá destinado esses grupos de produção da economia solidária, pra quem tá, é pra essas famílias que são excluídas mesmo.

Como um recurso na busca da realização dessa utopia, a EPS vem associada a outras práticas de produção e de transformação da natureza de modo a possibilitar, na mente daqueles que nela crêem, o alcance do sonho, ou como sugerem as falas dos agentes, a retomada de um “elo perdido” chamado “solidariedade”.

2.2 Três categorias de agentes de Cáritas no contexto da EPS: agente da capital, agente articulador e agente do interior

O interesse em saber sobre o trabalho dos agentes trouxe-me a preocupação com as conexões inseparáveis entre *o dito e o feito*, discussão presente em estudos antropológicos sobre rituais. O trabalho dos agentes é uma *instituição social*. Possui suas crenças, valores e normas próprios que se manifestam em seus ditos e feitos. É com esses elementos institucionais próprios que são feitas as suas práticas, possuindo o trabalho dos agentes de Cáritas os seus próprios elementos rituais. Desta forma, destaco um trecho do texto de Peirano (2002) sobre processos rituais na área da antropologia da política para demonstrar que o dito pode ser considerado um feito:

(vi) Focalizar rituais é tratar da ação social. Se esta ação se realiza no contexto de visões de mundo partilhadas, então a comunicação entre os indivíduos deixa entrever classificações implícitas entre seres humanos, humanos e natureza, humanos e deuses ou (demônios), por exemplo. Quer a comunicação se faça por intermédio de palavras ou de atos, ela difere quanto ao meio, mas não minimiza o objetivo da ação nem sua eficácia. A linguagem é parte da cultura; também é possível agir e fazer pelo uso de palavras. Em outros termos, a fala é um *ato de sociedade* tanto quanto o ritual.

(PEIRANO, 2002, p.9).

Nesse caso, o dito dos agentes de Cáritas é um feito. Aproveitando esta

discussão, posso afirmar que nem tudo que é dito é feito (nem tudo que é feito pela fala tem o seu anúncio executado na prática) e nem tudo que é feito é dito (nem tudo que é feito na prática é anunciado pela fala). Temos então manifestações distintas que se configuram como linguagem.

A análise sobre o trabalho dos agentes de Cáritas possibilitou a constatação de que o dito também pode ser manifestado sob a forma de feito, de prática, o que ocorre quando desenvolvem as suas ações para o fomento da EPS no Ceará. Destarte, a fala dos gestos e das práticas no trabalho dos agentes não pôde ser desconsiderada. De um ponto de vista mais amplo, o dito e o feito são indissociáveis, pois os dois constituem a linguagem, digamos, nativa, que busquei captar para entender as estruturas complexas e hierarquizadas do trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará. Assim busquei colocar a fala dos agentes em contexto para que os seus sentidos fossem compreendidos, pois, como afirma Peirano (2002):

(...) a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque *o dito é também feito*. Considerando-se esta dimensão básica, é preciso então ressaltar que a boa etnografia é bem mais que um mero descrever de atos presenciados ou (re)contados – a boa etnografia leva em conta o aspecto comunicativo essencial que se dá entre o pesquisador e nativo, o ‘contexto da situação’, que revela os múltiplos sentidos dos encontros sociais.

(PEIRANO, 2002, p.11).

A minha relação com os agentes de Cáritas foi, notadamente, uma relação de expectativa, da parte deles e da minha. A interação com o *outro* (GEERTZ, 1997) é uma relação de expectativa mútua, pois ambos têm determinados interesses. A pesquisa é uma relação com o outro na qual é gerada uma *expectativa* (MAUSS, 2003, p.339-341), e foi assim que ocorreu a interação entre os agentes e eu.

A pesquisa social requer a consideração de aspectos morais relevantes para o amadurecimento do pesquisador e para a construção do conhecimento. Ciente de estar na condição de *quem quer saber* pela ótica das ciências sociais, inseri-me, mais uma vez, num contexto em que a compreensão moral se aprofunda e a compreensão científica deve avançar. Para Geertz (2001, p.46), o compromisso profissional de encarar os assuntos humanos

analiticamente não é uma oposição ao compromisso pessoal de encará-los sob uma dada perspectiva moral. Significa que nós, pesquisadores dos *assuntos humanos*, temos a combinação de duas atitudes fundamentais, a engajada e a analítica, como condição *sine qua non* para não perdermos de vista a vinculação entre as dimensões ética e científica do nosso trabalho; ou seja, não há vácuo moral entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Com essa consideração fundamental do fazer científico *com o outro*, o que busquei foi um distanciamento analítico com respeito às pessoas.

A dimensão ética da pesquisa de campo é algo que considero por uma questão de respeito àqueles que nos informam e que dividem conosco muito do que sentem e pensam – assim como dividimos com eles – e às ciências sociais, concebendo a *alteridade* como categoria analítica e politicamente relevante. Nesse caso, a diferença é assimilada na dimensão política, com o meu respeito aos homens e às mulheres que, de algum modo, fizeram este trabalho junto comigo.

O trabalho de campo mostrou os elementos homogêneos e heterogêneos que fazem parte do trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará. Tais categorias se relacionam às especificidades do “sujeito da ação” e de sua localização geográfica, o que determina as especificidades das atividades desempenhadas pelos agentes:

1. *agente da capital*: é o agente que desenvolve projetos de EPS relacionados às especificidades da capital do estado e de sua região metropolitana, atuando em áreas urbano-periféricas. Possui formação de nível médio e superior em curso. Concentra atividade de EPS e de “Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas”. Por se concentrar na capital, possui uma maior inserção nas redes do *movimento de economia solidária*;
2. *agente articulador*: é o que integra o Secretariado Regional da Cáritas no Ceará, cujo trabalho é articular todas as ações de EPS desenvolvidas pelos escritórios das Cáritas Arquidiocesana e Diocesanas no estado, da capital e do interior, a fim de garantir a unidade institucional. Possui qualificação universitária em nível de graduação, podendo incluir

formação de pós-graduação lato e/ou *strictu sensu* (mestrado). Concentra as suas ações em atividades que ponham a EPS fomentada pela Cáritas em redes de mobilização política, de divulgação, de produtores e de comercialização. Representa todas as “Cáritas” cearenses nas redes compostas por entidades do campo civil.

3. *agente do interior*: são os agentes das Cáritas Diocesanas que se localizam nos municípios do interior do Ceará. Possuem preponderantemente titulação de nível médio. Acumulam inúmeras funções devido ao reduzido número de integrantes nas equipes do interior e desenvolvem a EPS em consonância com projetos do Programa de “Convivência com o Semi-Árido”, relacionado às peculiaridades das condições naturais, políticas e sociais do semi-árido cearense. Outra característica é a pouca ou nenhuma inserção nas redes do *movimento de economia solidária*, haja vista que as redes possuem maior concentração na capital. Além de ser composta por agentes das Cáritas Diocesanas, conta também com agentes da Pastoral Social de Tianguá-CE (entidade-membro da Cáritas Brasileira nas formas de seu estatuto).

As sessões anteriores mostraram as similitudes e diferenças que distinguem cada uma dessas três categorias. Em Fortaleza, foi destacado o trabalho do agente da Cáritas Arquidiocesana; na articulação entre capital e interior, foi destacado o trabalho do agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará; no interior, resolvi abordar o trabalho de agentes de três escritórios, a saber: agente da Cáritas Diocesana de Sobral; agente da Cáritas Diocesana de Limoiro do Norte; e agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá (entidade-membro da Cáritas), a fim de evidenciar as diferenças entre os próprios agentes que constituem a categoria *agente do interior*.

As condições climáticas, a produção e o cultivo predatórios, o problema da seca e o êxodo de pessoas que partem do campo para a cidade são os temas específicos sobre os quais os agentes de Cáritas do interior se detêm, motivo pelo qual aprendem a pensar e a executar ações pertinentes a esses assuntos peculiares do interior do estado.

Aos temas atinentes ao campo, somam-se aqueles que também são de preocupação dos agentes da capital, que trabalham apenas com assuntos integrantes do modo de vida urbano. Tirante a formação para a chamada “convivência com o semi-árido”, os agentes do interior também são preparados para atuar em projetos voltados para a proteção dos direitos da criança e do adolescente, para garantir a igualdade entre homens e mulheres, para socorrer as populações vítimas de catástrofes, e, finalmente, para a geração de trabalho e renda relacionados à EPS.

No decorrer da pesquisa de campo, foram identificados conceitos específicos do universo dos agentes. Tais conceitos substanciam as suas ações e servem como ferramentas no desenvolvimento do seu trabalho. Com exceção da “EPS”, já apresentada anteriormente, destaquei as formas lexicais mais recorrentes durante a pesquisa de campo, todas com uma variada plasticidade semântica e com relações intrínsecas entre si, a saber:

1. “Pobre”: é o *sem-trabalho* que não possui o necessário para desenvolver as capacidades materiais e políticas para se administrar;
2. “Excluído”: É a vítima das desigualdades sócio-econômicas do capitalismo. É o indivíduo “pobre”, privado de direitos civis, políticos e sociais fundamentais ao exercício da cidadania plena;
3. “Protagonista”: é o “excluído” com o poder intelectual e político que grita em busca de “inclusão” para efetivar os seus direitos para o exercício da cidadania;
4. “Exclusão”: processo sócio-econômico e político capitalista que priva o indivíduo das condições materiais de vida e dos direitos básicos ao exercício da cidadania plena;
5. “Inclusão”: processo sócio-econômico e político que possibilita, pelo trabalho, a inserção do indivíduo na esfera pública, garantindo-lhe o sustento e o poder de decidir sobre os rumos da sua vida e da sua sociedade;
6. “Emancipação”: categoria associada à noção utópica de “Reino de Deus” na

terra. Seria a libertação dos “excluídos” presos pelo sistema capitalista por meio do “trabalho” e da “política”;

7. “Trabalho”: atividade econômica de produção de riquezas que libertaria o “Excluído”, garantindo-lhe a “inclusão”;

8. “Política”: recurso da gerência das relações entre indivíduos, ONG’s, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, universidades e Estado, que envolve a organização coletiva em busca de atingir os objetivos almejados: a “inclusão” pelo “trabalho” e a transformação da sociedade capitalista a fim de eliminar a dicotomia pobreza-riqueza;

9. “Mística e espiritualidade”: o resultado da associação dessas duas palavras é a vivência religiosa que tem a lição cristã como a inspiração das ações dos agentes de Cáritas;

11. “Mística”: é a prática ritual e performática da “mística e espiritualidade”. São os procedimentos realizados entre os agentes e entre os agentes e os “excluídos” nos quais são feitas reflexões sobre o mundo secular à luz dos ensinamentos contidos no Evangelho Cristão;

12. “Ecumenismo”: diálogo entre as religiões cristãs;

13. “Solidariedade”: é o conceito central da ação dos agentes e possui diversos sentidos dependendo dos contextos nos quais é utilizado. Em sua versão mais recorrente, refere-se a uma prática de doação mútua entre os indivíduos orientada pela moral cristã, o que relaciona moral e conduta a fim de alcançar a “emancipação”. Por isso, poderá ser chamada de “solidariedade libertadora” ou “solidariedade transformadora”;

14. “Caridade”: possui dois sentidos: o primeiro, aponta para uma prática de doação ao “pobre” que conserva as estruturas sócio-econômicas desiguais do capitalismo; o segundo, associa a expressão “caridade” à palavra “libertadora” (“caridade libertadora”), exprimindo uma prática de doação aos “excluídos” no

sentido de ensiná-los para que eles, como “protagonistas”, atinjam a “emancipação”. A caridade libertadora pode ser entendida como sinônimo de “solidariedade libertadora” ou “solidariedade transformadora”;

15. “Justiça social”: é a firme disposição para a prática do bem no sentido de dar a cada um, “excluídos” e “incluídos”, aquilo que é seu: os direitos como categorias jurídicas e políticas para o exercício da cidadania plena;

16. “Igualdade”: relaciona-se ao conceito de “justiça social”. É a qualidade de igual em relação aos direitos e deveres constitutivos do cidadão. Esse conceito de “igualdade” indica, outrossim, o respeito às diferenças de etnia, gênero, geração, orientação sexual e religiosa, caracterizando-se como igualdade de direitos e deveres e não como uniformidade de características físicas, étnicas, sexuais, religiosas e ideológicas;

17. “Animação”: é o ato de animar, de dar vida, de movimentar os projetos e as iniciativas dos agentes e dos grupos de produção, sustentando as relações entre indivíduos e entidades com procedimentos que possam atrair e manter as pessoas na interação social. Também ocorre pela realização de contatos telefônicos, com a utilização de serviços de internet, como e-mails e *websites*, eventos de divulgação do *movimento da economia solidária*, seminários, palestras, reuniões, assembléias, etc. O conceito de “animação” também é bastante utilizado nas redes de economia solidária, constituídas por sujeitos coletivos (entidades) do campo civil;

18. “Animadores”: estes são os integrantes de ONG’s, movimentos sociais, sindicatos, universidades, igrejas e demais entidades promotoras da economia solidária, responsáveis pelas articulações das redes. É o “animador” que garante a manutenção das relações tecidas entre as entidades, as lideranças comunitárias e os grupos de produção;

19. “cultura da solidariedade”: possui três sentidos básicos: o primeiro diz respeito a um dos elementos centrais – “eixos estruturadores” – em torno dos quais os agentes de Cáritas trabalham, o que confere um significado técnico à

expressão; o segundo sentido é o de princípio (valor) a partir do qual os agentes devem orientar todas as dimensões de sua vida; o terceiro sentido, apresenta a confluência das significações prática, religiosa e moral veiculadas por essa expressão, que passa a indicar um modo de vida, baseado na lição cristã e orientado pela moral da “solidariedade”, que poria fim ao individualismo causador da “injustiça social”, realizando o sonho da *sociedade utópica* ou “Reino de Deus” na terra.

2.3 O “sujeito da ação” dos agentes: o “pobre”

Àquele ao qual os agentes de Cáritas direcionam as suas ações é o filho “pobre” da Igreja Católica.

Quando os agentes dizem que a Igreja fez uma “opção preferencial pelos pobres”, eles seguem, mesmo que não tenham isso claro em suas mentes, a orientação da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1969), e da III Conferência, realizada em Puebla de los Angeles (1979), que darão caráter formal a essa opção (EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1979, p.352-357).

Para pensar analiticamente sobre o “sujeito da ação”, como dizem os agentes, escolhi caminhar com alguns autores que me ajudaram na reflexão sobre o público alvo da Cáritas.

De acordo com Simmel (1986), o pobre é uma representação elaborada pelo *não-pobre*. É o indivíduo marginal, socializado no âmbito de uma subcultura não dominante, e que não consegue modificar essa realidade porque está estigmatizado pelo olhar dos outros. Segundo Simmel, a relação entre o pobre e o *não-pobre* implica o estabelecimento de direitos e deveres entre os dois. A condição de indivíduo estigmatizado faz do pobre aquele que tem o direito de receber a doação enquanto o *não-pobre*, digamos, teria o dever de doar.

Em um estudo sobre a história social da mendicância no Ceará, Araújo (2000, p.355-6) criticou o conceito excludente de *identidade* a partir de uma pesquisa que pôs em xeque uma suposta *identidade de mendigo*, haja vista a percepção de que o pobre possui as mesmas vontades, sonhos, e metas sociais dos demais indivíduos da nossa sociedade. Com fulcro na discussão

teórica de Simmel (1986), Araújo (2000) mostra como o pobre é uma categoria elaborada por aqueles que estão diante dele numa perspectiva contrastiva.

Segundo Souza Martins (1997; 2002), não é o pobre que se autodenomina como “pobre” ou como “excluído”. O pobre chega a negar essa representação feita sobre ele, como pode ser verificado em expressões como “pobre é o cão!”. Esta exclamação é constitutiva do saber popular que nos presenteia com uma prova cabal da operação simbólica cognoscível engendrada pelos *não-pobres* que cria as representações sobre aqueles indivíduos *incluídos* precariamente na sociedade capitalista.

Souza Martins (1997; 2002) faz uma crítica ao conceito de “exclusão” de modo a apresentar as suas limitações. Para ele, do ponto de vista sociológico, o conceito de “exclusão” não possui poder analítico e corresponde aos dados empíricos relacionados aos fenômenos da pobreza contemporânea com dificuldade e incerteza.

À palavra “exclusão” é habitualmente atribuído o sentido de vida precária, instável e marginalizada. O que os agentes de Cáritas designam como “exclusão” confere com a definição de agentes de pastoral, movimentos sociais e partidos políticos apresentada por Souza Martins (1997, p.26): “aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*”.

Segundo Souza Martins (1997, p.27), todos estão incluídos na sociedade. Mesmo os mortos não são totalmente excluídos. Eles podem continuar vivendo nas lembranças de um indivíduo e na memória de uma sociedade graças a uma dimensão simbólica. Pensando com Martins (1997), a exclusão dos mortos “só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica” (SOUZA MARTINS, 1997, p.27).

Aqueles preocupados com os “excluídos” (os pobres) buscam “ajudá-los”, entendendo que eles precisam ser ajudados por serem desamparados e abandonados à própria sorte, pois “não sabem o que fazer consigo mesmos” (SOUZA MARTINS, 2002). Para o autor, as categorias sociais que se preocupam com os excluídos não vivem as experiências sociais vividas por eles, não estão na sua condição de pobres:

A preocupação com ‘o que fazer com os excluídos’ sempre sugere

que os próprios 'excluídos' não sabem o que fazer consigo mesmos. Precisam, por isso, da ajuda, da orientação e da intervenção daqueles que se incomodam com a situação na qual eles se encontram. Porque os pobres são excluídos do ponto de vista de certas categorias sociais que, de fato, não vivem a experiência social da exclusão com a qual se preocupam. A designação 'exclusão' não conecta o destino de quem usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os.

(SOUZA MARTINS, 2002, p.40).

Em outras palavras, a categoria *excluído* diz respeito a uma representação produzida por aqueles que definem a pobreza e o pobre a partir de onde estão. Do lugar de quem cuida e “administra”, o pobre é visto como um indivíduo incapaz, debilitado, sofredor de todo o infortúnio da falta de recursos, cabendo ao seu próximo *não-pobre* cuidá-lo, assisti-lo, administrá-lo ou ajudá-lo a se administrar. Assim, o pobre é visto como aquele que tem o direito de ser beneficiado pela compaixão, pela generosidade e pelo impulso religioso de pessoas como os agentes destacados no item anterior. Os pobres, objetos da criação da representação, podem se entender a si mesmos como beneficiários desse direito, acreditando que são incapazes de se administrarem por si sós.

Do “pobre” ao “excluído”, os agentes da Cáritas evidenciam uma forma de pensar que qualifica a pobreza como uma categoria religiosa e, ao mesmo tempo, secular. Isto estaria ligado à adoção da palavra “excluído” e da palavra “marginalizados” ao lado da palavra “pobre”. Estas três palavras apontam para o mesmo objeto empírico, porém cada uma delas revela características específicas deste mesmo objeto:

Alguém já lembrou que no discurso católico, particularmente, nos últimos trinta anos, primeiro se falava nos *pobres*, depois se começou a falar nos *marginalizados* e na marginalização (sociólogos, católicos ou não, também fizeram isso) e depois, de uns anos pra cá, se começou a falar na *exclusão*. Aparentemente essas designações dizem a mesma coisa. Uma dúvida epistemológica é esta: por que é necessário usar três nomes para a mesma coisa? Provavelmente estamos mudando o nome da mesma coisa porque a mesma coisa está nos mostrando coisas novas, que não conhecíamos e não éramos capazes de ver. De certo modo, a palavra *exclusão* está desmistificando a palavra pobre. Através deste pseudoconceito não revelador, que acoberta de algum modo o que seria o pobre na fase anterior, nós estamos tentando relativizar a concepção de pobre e estamos revelando a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras *pobre* e *pobreza*.

(SOUZA MARTINS, 1997, p.27-8).

O procedimento de *desconstrução* das expressões pobre e pobreza leva o autor a constatação de uma dificuldade explicativa que a palavra “exclusão” apresenta. “Exclusão” indica uma incerteza quanto ao conhecimento da realidade empírica que substancia a palavra pobreza. Porém, a palavra exclusão mostra, possivelmente, uma face da pobreza até então não percebida; uma face secular que se associa ao desenvolvimento do moderno capitalismo (SOUZA MARTINS, 1997, p.28-9).

Em 1990, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) começaram a ser chamados de EPS, o que comprova a adoção da expressão popular para sinalizar a economia solidária.

Destaco a expressão “popular” a fim de expor a relação entre as palavras “pobre”-“excluído”-“popular”, cujos significados estão imbricados: 1) aquilo que é próprio das pessoas “pobres”; 2) aquilo que é próprio de atores sociais organizados num movimento político democrático. Finalmente, o resultado literal da carga semântica da expressão popular é: o qualificativo de atores sociais “pobres” capazes de direcionar os rumos das suas vidas e da sua sociedade de modo organizado e democrático. Surge então a idéia de que os “excluídos” são “protagonistas” da história e da sociedade. No discurso dos agentes, percebe-se que os pobres atuais, os “excluídos”, agora ocupam o primeiro lugar no drama da vida social para mudar a sua condição de *inclusão precária* (SOUZA MARTINS, 1997; 2002).

Esse sentido atribuído à expressão “popular” acompanha as experiências de economia solidária fomentadas pela Cáritas e por ela nomeadas de “Economia Popular Solidária (EPS)”.

2.4 O apoio aos “Grupos Produtivos Solidários”

O programa nacional referente à EPS é considerado como uma das prioridades da Cáritas em todo o Brasil, e a sua implementação é feita por meio da captação de recursos junto às ONG’s e serviços sociais estrangeiros para a elaboração e execução de projetos desenvolvidos pelos agentes. Atualmente, a Cáritas, juntamente com entidades do campo civil, busca recursos do Estado para o desenvolvimento das ações nomeadas genericamente como “economia

solidária”. O fundo público tem sido cada vez mais buscado pela Cáritas visando à sustentação dos projetos que desenvolve, em especial, os de EPS.

Além disso, existem campanhas de doação para constituir fundos utilizados para as ações dos organismos e setores da Igreja, incluindo o desenvolvimento da EPS feito pela Cáritas. Dentre os fundos, destaca-se o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS). O FD é organizado por cada diocese. Ele é composto por 60% dos recursos coletados na “Campanha da Fraternidade” (CF), realizada anualmente no “domingo de Ramos”. Os outros 40% vão para o chamado “Fundo Nacional de Solidariedade”, administrado pela Cáritas Brasileira. Além dos valores advindas da CF, o Fundo Diocesano também pode recolher recursos de outras campanhas ou iniciativas, desde que mantenha a sua finalidade que é combater a “exclusão social”, a partir da organização dos próprios “grupos excluídos”, no intuito de reforçar os laços entre eles e os agentes de Cáritas e de pastorais sociais. Observa-se que os recursos para o desenvolvimento da EPS vêm de doações feitas às Campanhas organizadas e coordenadas pela Igreja Católica. Inclusive os recursos aportados pelas ONG’s e serviços sociais estrangeiros são fruto de doações dos governos de seus países de origem, de adeptos do catolicismo, dentre outros doadores¹⁰.

No Ceará, existem projetos apoiados por esses recursos acompanhados por agentes de escritórios da Cáritas, com exceção do escritório de Quixadá, cujos agentes foram demitidos pelo bispo diocesano por questões políticas.

Os projetos dos grupos de produção são financiados pelo chamado “Fundo Rotativo Regional” (FRR), constituído por recursos das Campanhas e das entidades estrangeiras. O FRR é administrado pelo Secretariado Regional da Cáritas por meio de uma equipe composta por um agente do escritório regional e dois agentes de escritórios diocesanos distintos. O FRR funciona como uma espécie de empréstimo concedido aos grupos de produção acompanhados pelos agentes de Cáritas. O projeto encaminhado pelo agente

¹⁰ Cf. CÁRITAS BRASILEIRA. **Fundo Nacional de Solidariedade**: um gesto concreto da Igreja no enfrentamento da pobreza no Brasil [Relatório de avaliação de desempenho do Fundo Nacional de Solidariedade e do processo de constituição e desenvolvimento dos Fundos Diocesanos de Solidariedade (relatório-síntese 1999-2001)]. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003c.; _____. **Estratégias para superação da fome e da miséria**: contribuição da Cáritas Brasileira ao mutirão promovido pela CNBB. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003d. p.17-8.; _____. **Cartilha Fundo Diocesano de Solidariedade**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2002.

que acompanha o grupo X, por exemplo, pode ser contemplado com o recurso, que necessariamente deve ser utilizado com infra-estrutura e equipamentos, como exposto por Tiago:

A gente vai lá, a família ou o grupo preenche todos os dados que a gente necessita, agente preenche o projeto, leva pro grupo ver, né? Discutir alguma coisa se é aquilo mesmo, a gente encaminha pra Cáritas, onde tem uma equipe com 3 pessoas que analisa o projeto e diz se é viável, se não é viável. É administrado pela Cáritas. Aí é uma pessoa da Cáritas, da Regional e uma da Diocese. Não é só do Regional não, eu, inclusive, eu fiz parte dessa equipe. Depois saí, porque fica muito distante tá indo todo mês pra Fortaleza pra tá fazendo isso, e entrou uma pessoa de Itapipoca e uma de Limoeiro. Aí [o projeto] é analisado. E se aprovado, encaminha os recursos pra cá e a gente repassa pra família ou grupo, que devolve depois de um certo período 100% do que ganhou em parcelas leves, e de acordo com o que ele se propõe a devolver. Por exemplo, peguei R\$ 2.000,00. Eu quero devolver em 10 parcelas de R\$ 200,00, de 2 em 2 meses. O grupo é que diz isso.

Um dos projetos desenvolvidos com recursos de entidades internacionais e dos fundos diz respeito às chamadas “bodegas”. Os agentes articuladores entre capital e interior (agentes do Secretariado Regional) e os do interior (escritórios de Limoeiro do Norte e Tianguá) desenvolveram as cooperativas de produtores e consumidores chamadas de “bodegas”. Estas foram criadas em 2004, e são postos de comercialização que funcionam sob a coordenação de lideranças escolhidas por cada grupo participante. As bodegas foram concebidas para ajudar os trabalhadores a chegar ao mercado sem a interferência de “atravessadores”. Atualmente são duas cooperativas de comercialização.

A primeira foi batizada de “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário” e conta com dois pontos em funcionamento: um no município de Beberibe-CE, a 81 km de Fortaleza, na localidade da Prainha do Canto Verde, e a outra no Centro do município de Aracati-CE, a 159 km da capital, acompanhada por Sara, agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Em março de 2007 a “Bodega” contava com 42 sócios representantes de grupos oriundos de comunidades do litoral leste do Ceará. Dos 42 sócios, 29 eram oficialmente registrados. Nos 42 grupos estavam distribuídos 312 trabalhadores. Em junho do mesmo ano, a “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário” já estava contando com 53 grupos de produtores de 39 comunidades em 12 municípios da região do Baixo

Jaguaribe.

A segunda se chama “Bodega do Povo”, e funciona no Centro do município de Tianguá. A letra *u* de “bodega”, dissonante em relação ao português oficial cuja forma correta é *bodega*, faz parte da própria concepção do projeto. A “bodega” é acompanhada por Tiago, agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá. Ela conta com representantes de 15 grupos oriundos de 6 municípios da região norte do estado, e até o final da pesquisa não havia sido legalizada como cooperativa. A “Bodega” funciona no horário comercial e aos finais de semana. A pessoa responsável por vender os produtos na Bodega é uma funcionária contratada especialmente para ser vendedora do ponto de comercialização da cooperativa, e não trabalha em nenhum grupo de produção. O agente da Pastoral Social de Tianguá também organiza as chamadas “feiras solidárias” junto com os grupos de produção, buscando saídas para resolver o problema da comercialização, organizando esse tipo de evento na região norte do estado. Em novembro de 2007, a “Bodega” já estava contando com 47 grupos produtivos solidários articulados entre si por meio da cooperativa de comercialização e do trabalho dos agentes de Cáritas juntamente com as lideranças comunitárias.

Em ambas as “bodegas”, os produtos comercializados são doces, castanha, feijão, goma, farinhas, rapadura, cachaças, produtos da medicina popular, doces diversos, vários tipos de mel, ovos de galinha caipira, frutas, verduras, legumes, roupas e artesanatos em geral. No caso da “bodega” acompanhada pelo agente da Cáritas de Limoeiro do Norte, há também a organização de eventos artísticos e de entretenimento, além de atuar de modo itinerante, comercializando os produtos produzidos pelos grupo em 12 municípios do interior cearense. Sara fala sobre a idéia de comercializar os produtos a domicílio para facilitar as vendas da cooperativa. Essa inovação seria para garantir o aumento e a fidelidade dos consumidores. Na “Bodega” de Aracati e da Prainha do Canto Verde, 10% do que é vendido é destinado às despesas administrativas. Dois trabalhadores de grupos de produção trabalham na comercialização dos produtos, fazendo a prestação de contas com os demais produtores mensalmente. Uma vez por mês, ocorre uma feira que reúne todos os produtores preparada para a comercialização dos produtos. A dificuldade que os produtores têm para comercializar os seus produtos,

principalmente os artesanais, fez com que os trabalhadores buscassem canais de comercialização. Em Aracati, há a realização de eventos noturnos chamados de “noite cultural” contando com desfiles e exposições de roupas dos produtores. A bodega funciona de segunda-feira a sábado, em horário comercial, e aos domingos de 09h00min. às 13h00min.

Segundo Sara, o objetivo dos agentes é articular os três pontos de comercialização, localizados em Aracati, Beberibe e Tianguá. As bodegas não são auto-sustentáveis, sendo a Cáritas a financiadora das ações com os recursos aportados pela cooperação internacional. O desenvolvimento do projeto de comercialização foi apoiado pelo Catholic Relief Services – CRS da Cáritas dos Estados Unidos.

Os agentes de Cáritas acompanham as “bodegas” com atividades formativas – como cursos, seminários e palestras para os seus sócios –, planejam e avaliam as ações das chamadas “bodegas” em eventos periódicos com os trabalhadores e lideranças dos grupos. Em março de 2007, estive presente no “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas”, ocorrido no município de Tianguá. Na ocasião interagi com os agentes das Cáritas Diocesanas de Iguatu, Limoeiro do Norte e Tianguá, além de dois agentes do escritório da Cáritas Regional Ceará, os quais são articuladores das ações de EPS em todo o estado juntamente com os agentes vinculados aos escritórios arquiocesano e diocesanos espalhados pelas regiões cearenses. A atividade foi proposta pelos agentes para vincular as ações das duas cooperativas, avaliando e planejando as duas “bodegas” de modo conjunto, “buscando reunir elementos para subsidiar as ações e gestão de uma forma mais articulada” entre os agentes e os grupos produtivos solidários¹¹.

Os agentes de Fortaleza também organizam com os grupos de produção as “feiras solidárias”, para viabilizar a comercialização. Anualmente, no mês de dezembro, no Parque das Crianças, em Fortaleza, ocorre o “Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, Reforma Agrária e Agricultura Familiar”, conhecido como “Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária”, a maior das “feiras” organizadas para a comercialização e divulgação do *movimento* e dos produtos

¹¹ Ver anexo H – Objetivos do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” 2007. Ver também anexo I – Programação do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” 2007.

dos trabalhadores dos grupos de produção. O evento conta com palestras, oficinas, apresentações artísticas e apresentação de produtos para a venda. O “Feirão” é organizado pelas entidades que integram o *movimento da economia solidária* no Ceará, a maior parte delas da capital, com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza, financiamento do banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do governo federal. Os agentes de Cáritas envolvidos na organização desse evento são os ligados aos escritórios da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e Secretariado Regional do Ceará. O “V Feirão de Socioeconomia Solidária”, de 6 a 8 de dezembro de 2007, última edição do evento até o término desta pesquisa, chegou a reunir 300 grupos produtivos solidários de todo o estado¹².

Os agentes do interior e os agentes do Regional da Cáritas, cujo escritório se localiza em Fortaleza, também desenvolvem o projeto “Sementes da Solidariedade”, que visa à instalação e acompanhamento de “Casas de Sementes”, as quais funcionam como pontos de vendas e trocas de sementes crioulas e nativas produzidas por grupos produtivos solidários. O objetivo do projeto é articular os trabalhadores e os grupos, possibilitando a troca e a venda de peças artesanais feitas à base de sementes, e, concomitantemente, incentivando os trabalhadores ao plantio das sementes apropriadas para a região do semi-árido cearense. O projeto “Sementes da Solidariedade” faz parte do Programa de Convivência com o Semi-Árido, mas possui uma relação muito íntima com o Programa de EPS, o que confirma novamente a associação entre os projetos de EPS com os projetos de “Convivência” no interior do Ceará.

O apoio aos grupos produtivos solidários faz parte do programa nacional de EPS da Cáritas. Acumulando experiências desde a concepção e a execução dos Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), a Cáritas optou por fazer uma deliberação política em prol da economia solidária, tendo como base princípios da lição cristã, de caráter religioso e institucional, e princípios econômicos, políticos e ambientais, os quais são defendidos pelo movimento nacional da economia solidária. A fala de Madalena traduz bem estes aspectos, mostrando-

¹² Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL). Disponível em: <<http://www.adital.com.br/admbanner/admentor/admentorredir.asp?id=195&way=ban>>. Acesso em: 4 dez. 2007.

nos como ela entende o apoio aos grupos a partir de uma deliberação política da Organização:

Existe uma opção da Cáritas em se trabalhar com economia solidária. Por que? Porque ela acredita que esse é o modelo de economia que mais... É o modelo ideal para que se possa viver de forma igualitária e que você tenha uma distribuição igual dos bens e etc. Então quais são esses princípios que norteiam a economia solidária? O da solidariedade, o da autogestão, o do respeito ao meio ambiente, o da democracia e sustentabilidade. Mas quando você fala em sustentabilidade, você fala em respeito ao meio ambiente. Você só pode ter um processo sustentável se ele for perpassado por esses princípios. É neles que está pautada toda a cadeia [econômica], que é o consumo, o crédito, a produção e a comercialização. Ou seja, todas as práticas e ações que compõem essa cadeia devem estar pautadas no princípio da economia solidária, o que vem ainda por trás enquanto instituição os princípios institucionais da ação que seriam os eixos estruturadores, a educação popular, a igualdade de gênero, raça, etnia e o princípio da sustentabilidade. O princípio aí entra como um valor, o princípio da solidariedade, o da participação, o do protagonismo e autonomia. Em primeiro lugar, sempre, igualdade, gênero, raça e etnia, aí vem a diversidade cultural. Entra a questão da sustentabilidade em todas as dimensões. Enfim, vem a cultura da solidariedade que fica entre, também, o eixo estruturador, o princípio e o valor.

Como parte do trabalho do agente no desenvolvimento da EPS, o apoio ao grupo produtivo solidário, grupo de produção solidária, grupo de produção, ou apenas grupo, é constituído por familiares, vizinhos e demais pessoas que possuem relações pessoais, apontando para a sustentação de uma coesão a partir da reciprocidade presente em relações de sociabilidade primária, de vínculos mais próximos que envolvem pessoas que já mantêm algum tipo de relação pessoal antes da chegada dos agentes de Cáritas e do lançamento da proposta de uma Economia Popular Solidária.

Para Madalena, o grupo produtivo solidário é um grupo constituído por trabalhadores que mantêm relações de produção com base em princípios do *movimento da economia solidária*. Além disso, ela também fala da teorização feita sobre os chamados grupos de produção, sobre os quais autores como Gaiger (2000, p.273; 2004, p.10) e Alves (2004, p.347) chamam de *empreendimentos econômicos solidários* (EES) ou apenas *empreendimentos*. Tais formulações teórico-conceituais sobre as experiências de economia solidária acabam fazendo parte do próprio universo daqueles que constituem o *movimento da economia solidária*, em especial os agentes de Cáritas. É o que

revela a fala de Madalena:

Um grupo que tem uma determinada atividade econômica coletiva, auto-gestionária, que respeita o meio-ambiente que toma as suas decisões democraticamente. Mas nem todo empreendimento é isso. Tem empreendimento que é uma atividade econômica, que é organizada. Empreendimentos é uma nomenclatura que tem. É a que o movimento nacional mais utiliza. Tipo assim, é mais conceituado entre todas as alas da economia solidária chamar de empreendimentos.

Os grupos produtivos solidários são organizados dependendo das peculiaridades da comunidade da qual os trabalhadores que os compõem fazem parte. Desde o tempo dos PAC's, considera-se as especificidades locais para o desenvolvimento dos projetos econômicos. O conjunto dos PAC's passou a ser chamado de EPS, mas a metodologia de abordagem das comunidades e de fomento dos projetos continua na perspectiva da consideração das condições geográficas, das necessidades, das atividades, dos fazeres e dos saberes das populações com as quais os agentes trabalham. Vejamos o relato de Madalena sobre o procedimento para a organização do grupo, que é, concomitantemente, um processo de formação educacional para um outro modo de ser e de viver:

A partir da própria realidade local das demandas que a realidade nos aponta, a gente faz uma leitura dessa realidade, identifica essas demandas e a partir disso a gente pesquisa e une subsídios, materiais, pessoas e faz coletivamente essa construção, formação e troca de saberes e de sabores coletivamente. Geralmente a gente faz essa leitura. Vai identificando a partir de cada realidade. Vai sistematizando. E a gente faz momentos específicos, né, de debates, de discussões, de leituras mesmo, e aí a gente vai montando isso a nível, local, nacional e internacional (...). A gente utiliza subsídios, materiais e pessoas principalmente a partir da leitura, diversas revistas, livros, cartilhas. E a ação sempre, sempre. A gente sempre se pauta na leitura da realidade nos apontamentos que ela nos traz, nos ensinamentos. A gente compõe tudo a partir daí.

Assim, os grupos são organizados a partir de uma verificação feita pelos agentes, a qual leva em conta o perfil das comunidades com as quais eles atuam para executar a sua missão. Os chamados “excluídos” que compõem os grupos de produção são homens e mulheres que seguem uma orientação moral que pode ser constatada em suas condutas. Esse assunto me faz lembrar ainda do *Ensaio sobre a dádiva*, de Mauss (2003), sobre o *hau*, uma

categoria que integra o sistema de trocas analisado pelo autor. Para Mauss (2003), o *hau* representa o sentido, o *espírito*, da coisa doada por uma pessoa à outra, fazendo vir à tona a dimensão de um elemento não material, um sentimento atribuído pelo doador que se encontra acoplado ao objeto doado. As dimensões da fé e do sentimento que possibilitam a construção do que Madalena chamou de relações de confiança estão bem explícitos no seu depoimento sobre o seu trabalho fomentando os grupos produtivos solidários:

(...) eu acho que a história da fé ela tá muito nessa coisa que tá muito vinculada à questão da utopia, sabe cara? Eu acho que realmente a galera... Quando você, e eu faço questão que você vá aos grupos que a gente acompanha, de economia solidária, e vá lá e coma farinha com eles, você vai ver que realmente as pessoas, elas acreditam naquilo que elas estão fazendo, e não vem só de uma necessidade, a partir, né, de que você precisa gerar renda e tal, mas vem mesmo da busca de querer fazer isso e fazer isso de uma forma que não seja competitiva, que você não tenha que passar por cima de alguém, que você tenha que ser melhor que alguém pra fazer isso e de uma forma complementar, sabe? Eu já vi experiências aqui que são bárbaras, cara. Eu tava até falando pro Ademar [Bertucci]. A gente fez um seminário na semana passada, que era economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda. A discussão era se era alternativa mesmo, e aí, lá, eu comentava que eu fui pro, a gente no curso as meninas faziam um grupo de mulheres artesãs lá na comunidade de Mondubim. A partir de sua prática e vivência, elabora um projeto e se formou seis novos grupos. Essas mulheres ensinaram a outras mulheres a sua arte, cada qual na sua praia. Elas ensinavam a parte específica e eu ensinava a parte de gestão e tal, e num dos exercícios, que era de construção das relações de confiança, e aí eu ia uma vez por semana e trabalhava a tarde com elas na perspectiva da educação popular, e todo o exercício era o seguinte: num dia anterior eu tinha pedido pra todo mundo levar um objeto que tivesse um valor sentimental, e a dona Zélia levou os 3 umbigos dos filhos dela, e os filhos dela, o mais novo tem 27 anos, e ela levou os três umbigos dos filhos dela pra mostrar, pra trocar nas relações de confiança, e é uma coisa que nem eu, nem você [referindo-se a mim], nem ninguém nunca vai conseguir mensurar a troca daquele sentimento, o que foi construindo aquela relação, aquele laço naquele momento. Nunca ninguém vai conseguir fazer isso, e aí existe todo um sentimento de fé, de utopia, de que outras relações construíram. Eu acho assim, um dos eventos mais fantásticos de vivência disso. Nossa, tu tem noção do que é uma pessoa guardar mais de 27 anos o umbigo do seu filho?! Sabe, assim, simbolicamente o que significa isso, cara?! Eu só falei chorar, assim, na hora, como eram tantos, assim. Nossa, 'n' eventos assim. Sim, eu acho que esses valores, essas vivências elas não são sufocadas num determinado eixo, numa determinada ação. Ela perpassa por tudo da pessoa que a vive. Por exemplo: você não tem como falar de uma relação igualitária no trabalho se na sua relação afetiva com o seu marido, ou com a sua companheira, ou com os seus filhos você não tem essa mesma vivência. Isto é uma coisa. E não é uma coisa fragmentada. É indissolúvel e perpassa em tudo que você estabelece, compreende o que eu estou querendo dizer? E você tem 'n' exemplos disso, e 'n' constatações, e eu trabalho porque eu

acredito nisso, e vivencio isso dentro dos meus limites e sempre buscando a superação.

A questão da “fé” em um sonho que sustenta as relações de uma *economia não econômica desinteressada*, que se distingue da *economia econômica* e explicitamente interessada, foi captada durante as interações e as entrevistas feitas com os agentes. Atento ao trabalho de Bourdieu (2005), percebo que o autor se preocupa com uma *economia* orientada por uma lógica não utilitarista e não instrumental, não necessariamente instituída pelo Estado e de caráter *simbólico*. Nesse contexto, as noções de acumulação e de investimento são denegadas. Vendo a ação das pessoas no plano de uma *economia simbólica*, o autor indaga sobre o sentido do *jogo*. Em razão disso, tenta entender a lógica de interesses que reveste o mundo das relações sociais. Observo que, no depoimento de Madalena, por trás do *desinteresse* de dona Zélia (que, segundo Madalena, é uma “católica fervorosa”), há um *interesse no jogo* da EPS. Ao me referir ao *interesse*, busco *dessacralizar* essa noção, mostrando que, mesmo fora da lógica da *economia econômica*, há uma noção de investimento (*interesse, libido, ilusio*) no universo de uma *economia simbólica*. Com isso, vê-se que no *ato desinteressado*, há sempre um interesse de ordem irracional, não sendo o desinteresse uma farsa, uma construção cínica, mas sim uma construção que faz parte do *jogo* da *economia simbólica*. Isso também está presente nas ações dos agentes, como pude perceber em uma conversa com Mateus, agente vinculado ao escritório da Cáritas Regional Ceará, quando falou sobre a repercussão da EPS sobre as vidas dos trabalhadores dos grupos de produção: “O retorno financeiro é pouco, mas ajuda. Essa é uma forma de ajudar. Eles vivem assim, com dificuldade. Assim nós podemos ajudar a melhorar a vida deles”. A despeito de serem profissionais pagos para trabalharem junto aos pobres, inclusive orientando e colaborando para a administração do seu trabalho e da sua vida, os agentes possuem o *interesse* de colaborar para a mudança do quadro econômico, político e social das pessoas pobres com base no evangelho.

Os grupos organizados pelos agentes podem compor, juntos, as cooperativas de produtores e consumidores chamadas de “bodegas”. As “bodegas” também são constituídas e mantidas pelos grupos produtivos solidários. É o conjunto dos grupos que produz e repassa os produtos para a

comercialização.

As entrevistas e conversas informais com os agentes e os integrantes dos grupos observados nas reuniões realizadas na sede da Cáritas Arquidiocesana e nos encontros de planejamento e avaliação dos escritórios das Cáritas diocesanas envolvidos com experiências de comercialização e consumo cooperativos por meio da criação das chamadas “bodegas” (Limoeiro do Norte e Tianguá), possibilitaram-me fazer uma explanação sobre os “grupos” e seu funcionamento.

Todos os *grupos* (necessariamente constituídos por, no mínimo, duas pessoas) envolvidos com a chamada “Linha de Ação 3: Promoção e Valorização da Economia Popular Solidária (EPS)” funcionam da seguinte forma: eles são formados, em sua maioria, por artesãs residentes nas áreas urbano-periféricas da capital cearense e de cidades do interior do estado que confeccionam produtos (roupas, cosméticos, brinquedos, alimentos, velas, dentre outros pequenos produtos) e enviam aos pontos de venda intermediados pela Cáritas.

Para ilustrar, vejamos o caso da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, que atualmente articula doze grupos de produção. A Cáritas financia os trabalhadores com o chamado “crédito solidário”, para que os mesmos possam comprar a matéria-prima e pagar as despesas necessárias. A Organização estabelece os prazos que vão até cento e vinte dias para que o pagamento seja efetuado, pois os valores que devem ser devolvidos a Cáritas deverão ser encaminhados para outros trabalhadores, e assim, sucessivamente. Para os grupos recém-ingressos o “crédito solidário” pode chegar ao valor de R\$ 750,00, conforme me informou um dos agentes de Cáritas, em entrevista concedida.

O “crédito solidário” é autorizado pela maioria simples dos grupos que compõem o conjunto de grupos produtivos fomentados pela Igreja (Cáritas). Os grupos dão o chamado “aval solidário” e a instituição Cáritas, controlando todo o processo por meio de seus “agentes”, autoriza a disponibilização do dinheiro.

Se o “grupo” for composto por seis pessoas, cada uma terá de devolver os valores disponibilizados pelo “crédito solidário” para que o seu montante seja encaminhado para outro “grupo”. Caso um dos integrantes não efetue o pagamento para quitar a sua “dívida”, os demais integrantes do grupo

devolvem o valor total disponibilizado pela Cáritas.

O “crédito solidário” funciona a partir do chamado “aval solidário”, que é a garantia coletiva dada a quem pleiteia um financiamento para trabalhar em regime de cooperação, devendo seguir os princípios da EPS. O aval é dado ou não pelos grupos que compõem o conjunto de trabalhadores acompanhados pela Cáritas. A Organização financia a produção de um membro do grupo se o grupo assumir todos os riscos e conseqüências do seu membro. É o grupo que autoriza ou não o financiamento da atividade com os recursos do “serviço social” da Igreja.

Segundo Madalena, as diferenças de valores, de práticas, de vida entre as pessoas é motivo de muitos choques entre os indivíduos envolvidos no desenvolvimento da EPS. Os problemas no processo de fomento podem se manifestar das mais diversas formas, desde questões relacionadas à orientação sexual até a orientação religiosa dos candidatos a membros ou dos próprios membros do grupo. Por exemplo: por ser homossexual, uma pessoa pode ser rejeitada pelo grupo, que, baseado em referenciais católicos, não aceita um integrante homossexual; não ser católico e sim adepto de outra religião, ou propor uma atividade de trabalho que se relacione a religiões estigmatizadas pela concepção preponderante no contexto católico popular, a exemplo da umbanda, pode fazer com que o grupo negue o “aval solidário”. É o que Madalena transparece no trecho do diálogo transcrito a seguir, que nos explica sobre a não assimilação de diferenças, motivando a negação da “solidariedade” dos grupos para com os seus correspondentes diferentes:

Madalena: você entra em choque porque a composição de uma cooperativa não poderia ter um homossexual na direção muito baseado nesses princípios católicos.

Joannes: isso acontece muito Madalena, vocês sempre se tencionam por conta dessas coisas?

Madalena: sim, mas aí eu acho que taxar, tentar enxergar só pelo lado da religião, você meio que limita, porque assim os conflitos e as tensões elas existem não só por isso, mais por eles e principalmente pelo choque de valor de forma global que você vai encontrar em qualquer campo. Por exemplo, se eu quiser taxar pelo lado religioso, o que é pregado é a questão da competitividade que você tem que ser competitivo e aí é uma linguagem do SEBRAE e do mundo globalizado que também tem alguns exageros. O próprio protestantismo, se a gente quiser, vê uma veia, a gente puxa. Eu particularmente não fico limitando: ‘não, você é muito religioso, você não sei quê’, mas às vezes acontece você ter núcleos, empreendimentos que são formados por um determinado tipo de

religião. Uma vez, eu não trabalhava aqui na Cáritas, eu trabalhava numa agência de desenvolvimento local de Economia Solidária, na FUNDESOL [OR do *movimento da economia solidária* no Ceará, que se localiza no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza-CE], e eu era agente de crédito, e tinha um senhor que foi lá pedir financiamento pra gente, pra colocar uma Casa de artigo de umbanda e os outros grupos não queriam, e nós não éramos, e a nossa agência era que não tinha ligação nenhuma com a Igreja, mas como tinha o consórcio desses grupos e o aval solidário coletivo, não queriam que fosse colocada uma, que o recurso destinado na agência fosse destinado a artigo de umbanda. (...) artigos de umbanda, não.

Joannes: aí ele não pode fazer?

Madalena: ele fez outro, pra outra coisa, mas sob pressão. Ele mesmo não queria. Ele abriu uma locadora de vídeo.

Joannes: ele era umbandista?

Madalena: era.

A noção de “honrar os compromissos” é revelada por Madalena como um dado que compõe a relação entre os integrantes de um grupo e entre os diversos grupos que se relacionam. Com base nos depoimentos dos agentes, constato que a EPS faz parte de um processo de formação que compromete o indivíduo com o coletivo, e fortalece as relações recíprocas entre pessoas e grupos. Nas falas dos agentes com os quais desenvolvi este estudo, há sempre o destaque dos princípios orientadores das suas ações (chamados por eles de “eixos estruturadores”, que são os fundamentos e as diretrizes do trabalho de todos os agentes da Organização). Vislumbra-se a consonância entre os valores e a conduta, resultando na elaboração de um modo de ser e de viver baseado na “solidariedade” pregada pela Cáritas. Pode-se dizer que a “solidariedade” da qual falam os agentes de Cáritas é um valor praticado, um projeto que se busca executar, e que possibilita a organização das pessoas em grupos e as relações entre esses coletivos. Eis que isso se manifesta na narrativa de Madalena:

Eu acho que é como eu vinha falando, né? A gente tem os princípios os eixos estimuladores da ação, e essa questão da reciprocidade também é uma coisa natural do processo, e você tem uma reciprocidade também. É uma coisa natural do processo, e você tem uma reciprocidade desde as questões é... abstratas, né? Exercício das questões, e aí da troca de sentimentos, e aí a gente não tem vergonha e nem taxa isso como uma coisa ruim, que as pessoas troquem esses sentimentos, olhares, saberes, sabores e etc. Até as questões concretas, mesmo do assumir coletivamente riscos e conseqüências, por exemplo. Eu acompanho um grupo uma cooperativa em Maracanaú [município da região metropolitana de Fortaleza]. Uma cooperativa mista em que um dos integrantes morreu por motivo de doença. Ela morreu, e ela ainda tava pagando um crédito solidário aqui na Cáritas, e a Cáritas propôs ao grupo perdoar

a dívida, e o grupo disse que não, que não queria que a Cáritas perdoasse porque iria fazer falta a outros grupos. Era pelo respeito à própria pessoa que trabalhava e honrava seus compromissos, e uma forma de crescimento pro próprio grupo de honrar com os seus próprios compromissos. Então o grupo pagou a dívida pagou.

Em 18 de outubro de 2005, presenciei o seguinte fato:

Nesse dia estavam reunidas 10 mulheres e Madalena. Cada uma das dez mulheres era representante de um dos grupos. O assunto debatido foi o fato de uma senhora que faz parte de um grupo há mais de dois anos e não arcou com os seus “compromissos”, como elas falaram. Eis um trecho do diálogo entre as representantes dos “grupos produtivos solidários” e o agente de Cáritas:

Representante 01: Ela só vai ficar em paz quando tiver pago. Ah meu Deus! Ela tá doidinha. Pagar a dívida no dia é uma questão de honra da pessoa. E ela tá passando por uns problema.

Representante 02: Vamo na casa dela! A gente leva bolo, café... Vamo lá. (dirige-se aos demais integrantes do grupo do qual a mulher que não devolveu o dinheiro faz parte)

Agente de Cáritas: quais as propostas de vocês para resolver essa situação? A Cáritas vai cobrar a dívida, viu? (fala meio que brincando, balançando o dedo indicador da mão direita em direção aos integrantes que compõem o grupo do qual a devedora faz parte)

Representante 02: nós vamos bater na casa dela. Fazer uma visita pra saber o que é que tá acontecendo.

Representante 03: é, se ela tá com dificuldade, a gente vai lá pra conversar com ela. Ela sempre paga o dinheiro do crédito. É ponto de honra pra ela. Todo mundo aqui sabe que quando alguém num paga é fêi de mais. Perde a confiança. Mas esse num é o caso dela não. Vamo marcar logo pro dia 20.

Representante 02: Nós somo um grupo, nós não somo uma equipe.

No diálogo acima, há vários assuntos a serem explorados, como é o caso da noção de grupo que foi distinguida da noção de equipe na fala da representante 02. No entanto, aqui analiso as noções que compõem o trabalho dos agentes para o desenvolvimento da EPS no Ceará. Portanto, com base em conversas informais, em entrevistas realizadas e em observações feitas sobre o trabalho dos agentes, pude perceber que “pagar as contas em dia” faz parte do código que está presente em todos os “grupos produtivos solidários”, acompanhados pela Cáritas. Caso o pagamento não seja efetuado até a data pré-estabelecida pela Cáritas o “grupo do devedor” realiza visitas, faz cobranças, mesmo tácitas, o que é percebido pelo devedor. Surgem comentários a respeito do devedor e logo, se a “dívida não for paga”, o

indivíduo que deve é apontado como traidor, como desonesto, mentiroso, “caloteiro”, dentre outros adjetivos para qualificá-lo como alguém que não cumpriu com as regras do “grupo”. Perde a honra, diz o “agente de Cáritas”.

Nesse aspecto, a “honra” na EPS é similar à noção de *honra* analisada por Elias (1997, p.96-7), pois a quebra de uma conduta prevista por um *código de honra*, que mantém certas relações entre os indivíduos, faz com que o indivíduo que “não honrou” ou que “não lavou a sua honra” caia na desconsideração, no ridículo, sendo sancionado negativamente pelos demais sujeitos que compõem o grupo do qual ele faz parte. Por outro lado, a coerção força os indivíduos a manterem o código de honra.

Além da questão da “honra”, o campo dos agentes de Cáritas no qual são fomentados os grupos e construída a EPS apresenta características multifacetadas provenientes do cristianismo católico e do mundo econômico relacionado à produção de riquezas. O campo dos agentes possui uma formação repleta de valores e de práticas que se relacionam à religião e à economia. Infere-se que a economia e a religião, como dimensões distintas, podem constituir um mesmo *campo* de relações sociais.

Bourdieu (1998) emprega a observação do *campo (microcosmo-social)* em busca do conhecimento de suas regras e características específicas (internas), com o objetivo de analisar as relações do *campo* estudado com outros espaços sociais (*campos*). Posso citar como exemplo a observação das características e regras do *campo* da economia e observar suas relações com o *campo* da religião, o que remete a idéia de *pensar relacionamente* (BOURDIEU, 1998, p.23-34).

De acordo com Bourdieu (1998, p.65), os agentes podem movimentar-se dentro dos *campos (estruturas de relações objetivas)* para adquirir características, conhecimentos práticos, regras e técnicas que possibilitam aos agentes entrar no *jogo* das relações sociais.

Os conhecimentos práticos e técnicas constituem o *habitus*: o resultado dos processos de socialização que ocorrem nos *campos*. O *habitus específico* é o primeiro ponto a ser conhecido para que o pesquisador possa entender o *jogo* e as regras de um *campo* específico. Desse modo, o pesquisador pode, também, utilizar as práticas e os conhecimentos do *habitus primário* (o primeiro conjunto adquirido de disposições que constitui um capital cultural específico,

anterior ao *habitus secundário*, que diz respeito a resultados de processos de socialização subseqüentes) para entender a realidade social dos agentes de uma sociedade. A incorporação do *habitus* acontece por um processo pedagógico. Assim, é possível que um agente do campo artístico da pintura adquira, gradativamente, técnicas e conhecimentos práticos do campo artístico musical.

Lahire (2003) contribui com as formulações de *habitus* e “disposições” de Bourdieu propondo uma confrontação empírica das noções de disposições de classe, de *habitus* e de *campo*. Para esse autor a noção de *habitus* é flutuante. Significa que se deve considerar que o *habitus* está em movimento; ou seja, está sempre em transição. Portanto o *habitus* é mutável.

Uma das maiores contribuições de Lahire (2003) para a teoria do *habitus*, de Bourdieu, está na insistência da comprovação empírica que poderá sustentar, ou não, as chamadas *disposições de classe* como fixas e imutáveis. Lahire analisa as disposições de *habitus* como um *patrimônio* individual que assume o papel de “mapa cognitivo”. Ao meu ver, o *patrimônio individual de disposições* toma a forma de um *habitus* individual, do qual fazem parte informações e recursos técnicos específicos além de fazeres, saberes, regras e características socialmente compartilhados.

Esse autor se preocupa em saber a gênese dos *habitus* que possibilitam a existência das construções sociais, sendo os próprios *habitus* socialmente elaborados.

Para Lahire, o conceito de *habitus* deve ser confrontado em escala individual, inclusive no trabalho com narrativas biográficas, para não haver conclusões generalizadas sobre quadros da vida social, os quais possuem especificidades atinentes aos seus costumes, hábitos, valores, em suma, aos sentidos que orientam a vida dos agentes sociais.

Desse modo, generalizar o conceito de *habitus* para todos os agentes de um grupo, por exemplo: o *habitus* dos agentes de Cáritas, e não considerar um possível *habitus* denegado, ou um *habitus* que inclua uma carga de práticas e conhecimentos diversos provenientes de campos variados nos quais o agente também possa ter passado por processos de socialização específicos, chega a ser um lapso comprometedor para a elaboração teórico-metodológica.

Pensando com Bourdieu (1998), pude constatar que na construção do

habitus do “agente de Cáritas”, a educação, a fé e o trabalho são três conceitos importantes para entender o conjunto de técnicas, saberes e regras que constituem os seus *patrimônios individuais*, permitindo-lhes “navegar” no **campo** da economia fomentada pela Igreja.

Percebe-se que os agentes de Cáritas, não ingressam prontos na Organização. Eles passam por um processo educacional (uma incorporação do *habitus* no *campo* da economia e da religião) para, por sua vez, formarem aqueles que compõem o quadro de um grupo produtivo solidário.

Um dos elementos singulares da EPS diz respeito a um **campo** composto por práticas, saberes e fazeres que contemplam o *campo* da economia e o *campo* da religião. A economia fomentada pela Igreja Católica, por meio do organismo Cáritas, me põe a pensar na fusão entre *habitus* de *campos* distintos formando um outro *habitus* modificado dentro do *campo de possíveis*.

Esse último *habitus* seria o resultado da confluência entre as disposições do *habitus* da religião e do *habitus* da economia. Seria possível falar em um *habitus* específico dos agentes de Cáritas que atuam na Economia Popular Solidária (EPS), ou eles adquiriram o *habitus* católico e o *habitus* econômico? Eis um *habitus* próprio de um *campo difuso*, constituído por *regras, códigos, conceitos, práticas, saberes, fazeres e técnicas* do campo religioso e do campo econômico. A confluência entre esses *campos* forma o recurso teórico que denomino *campo difuso*. O *campo difuso* não é propriamente um *campo*, como trabalhado por Bourdieu (1998). Ele indica um contexto, como o da EPS desenvolvida pelos agentes de Cáritas no Ceará, que é formado por *regras, códigos, conceitos, práticas, saberes, fazeres e técnicas* de *campos* relativamente autônomos que se relacionam entre si e pelo *patrimônio individual de disposições* (LAHIRE, 2003) de cada pessoa que o compõe.

A importância em estar sempre exercitando o *pensar relacionalmente* está na concatenação de idéias apreendidas em cada *campo* estudado. Analisar o trabalho de fomento à EPS, feito pelos agentes de Cáritas, no Ceará, não significa considerar esse *objeto científico* em si mesmo. Portanto, trata-se de pensar os acontecimentos no campo da economia e da religião, relacionando todos esses *campos* para entender o que alimenta e o que mantém a EPS organizada pela Igreja Católica (Cáritas).

É no *campo* que acontecem as lutas simbólicas e é nele que os agentes sociais navegam com o *habitus* específico do *campo* estudado pelo pesquisador. Por esse motivo, o pesquisador busca conhecer práticas, conhecimentos e valores de um *campo* em busca de entender as relações sociais. Para isso, o pesquisador atenta para o *habitus*, que diz respeito aos processos de socialização, e, ao mesmo tempo, é constituído por esses processos. Essa noção de *habitus* está relacionada ao *modus operandi* dos agentes de Cáritas no Ceará que, ao longo de suas vidas, aprenderam os elementos constitutivos do *campo difuso* da EPS com a formação e o acompanhamento de grupos produtivos solidários, orientando-se por uma *moral solidária* para a prática da solidariedade.

CAPÍTULO III

A “SOLIDARIEDADE CRISTÃ”: LAÇOS MORAIS QUE SUSTENTAM A EPS

3.1 Os sentidos da solidariedade

A exposição que constitui este capítulo é de fundamental importância para a análise da chamada “solidariedade”, expressa na associação com as palavras libertadora e transformadora (“solidariedade libertadora”; “solidariedade transformadora”), forjada pela Cáritas.

A cada dia, a palavra solidariedade faz parte da linguagem cotidiana da sociedade contemporânea. Os mais diversos indivíduos e coletivos lançam mão desta palavra como uma chave conceitual para apresentar as mais diferentes soluções para os problemas sociais e ecológicos. O cuidado com a história desta palavra, com as associações entre ela e outras, com as suas variações semânticas e com as especificidades dos diversos agentes e contextos sociais, nos quais ela é dotada de sentido, é imprescindível para evitar prejuízos ao entendimento sociológico dos fenômenos sociais que têm a “solidariedade” como elemento constitutivo ou central.

Seguindo o percurso feito por Lechat (2004, p.113), destaquei as oito acepções do dicionário de Ferreira (2004) para começar a pensar sobre os sentidos da solidariedade:

Solidariedade

[De *solidári* (o) + *-idade*.]

Substantivo feminino.

1. qualidade de solidário.

2. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes.

3. Adesão ou apoio a causa, empresa, princípio, etc., de outrem.

4. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, dum grupo, ou da própria humanidade.

5. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): *solidariedade de classe*.

6. Sentimento de quem é solidário (6):

A catástrofe despertou a solidariedade de todos.

7. Dependência recíproca:

É visível na obra desse artista a solidariedade entre a razão e a intuição.

8. Jur. Vínculo jurídico entre os credores (ou entre os devedores) dum mesma obrigação, cada um deles com direito (ou compromisso) ao total da dívida, de sorte que cada credor pode exigir (ou cada devedor é obrigado a pagar) integralmente a prestação objeto daquela obrigação.

Lechat (2004, 113) esclarece que a palavra solidariedade teve origem entre os juristas romanos. Solidariedade é uma *deformação* da palavra latina *solidum*, que designava a obrigação dos devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum*). Originalmente, a palavra solidariedade tem um sentido jurídico de obrigação que até hoje permanece, conforme a oitava definição acima. Não obstante, a história lhe garantiu a atribuição de novos sentidos, dentre os quais busquei analisar, especialmente, o da “solidariedade cristã”, presente no trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará.

Com base no dicionário de Ferreira (2004), Lechat (2004) observa as características de vínculo social da solidariedade de modo a considerar a possibilidade de um sentido moral atribuído a ela:

Sistematizando as definições do dicionário, pode-se dizer que a solidariedade tem por característica a formação de um laço ou vínculo entre duas ou mais pessoas; sendo que este laço poderá revestir a forma de um sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca, dependendo da situação.

(LECHAT, 2004, p.113).

Esse *sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca*, que permeia as acepções da palavra solidariedade, levou-me a pensar sobre uma *moral solidária* (o conjunto de valores que nutrem a “prática da solidariedade” dos agentes de Cáritas) – relacionada à assistência aos “pobres” – e a *solidariedade social* – relacionada à criação e manutenção de vínculos sociais, assunto desenvolvido neste capítulo.

O cuidado com os “pobres” relaciona-se ao dever moral de assistência. Segundo Lechat (2004, p.113), “o dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade”, fato que ajuda a revelar a contradição presente na “solidariedade” contida no discurso da Cáritas Brasileira e de seus agentes.

Com base no trabalho de Odile Castel (CASTEL, 2003 apud LECHAT, 2004, p.117), Lechat observa que a “reciprocidade leva a uma obrigação moral

e que esta acontece no caso de uma relação entre pessoas que tem consciência de pertencerem a uma comunidade de interesses”. Parafraseando Castel (2003 apud Lechat, 2004, p.117), Lechat coloca que “a reciprocidade se apóia sempre sob formas simétricas da organização social de base. A comunidade de interesses seria entendida neste caso como uma organização social de base, composta de pessoas, mas também de grupos simétricos”.

A partir de seus estudos teóricos, Lechat (2004, p.117) observou que “a solidariedade na sua forma de reciprocidade acontece entre iguais lá onde existe um laço social”.

Fundamentando-me no estudo de Lechat (2004, 117-118), entendo que as relações entre os agentes de Cáritas e os trabalhadores dos grupos de produção são solidárias em vários sentidos. Essas relações entre o “serviço social” da Igreja e entre os seus “filhos” ocorrem entre desiguais, mas são solidárias tanto no sentido de uma obrigação moral e de um altruísmo baseados na lição cristã – “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12) – quanto no sentido de reciprocidade, como pode ser observado no depoimento de Sara, no capítulo II, item 2.1, subitem 2.1.4. Como consta dos estudos de Lechat (2004), as ações de economia solidária podem ser revestidas por vários sentidos concomitantemente:

De fato, na realidade empírica, que compõe a chamada economia solidária, encontramos formas diversas de solidariedade, umas de reciprocidade, outras de lealdade e ainda de altruísmo, onde uma certa caridade paternalista subsiste mesmo se ela não é reconhecida como tal. Às vezes, estas diferentes formas estão presentes ao longo de uma mesma cadeia produtiva que vai da transformação ou produção da matéria prima, até a comercialização do produto. Se pensarmos, por exemplo, numa confecção de produtos artesanais realizados a partir de retalhos industriais ou de roupas usadas, a origem da matéria é um dom altruísta, e se a produção for para os próprios usuário, sua partilha acontece a partir da reciprocidade entre iguais. Quando houver comercialização para fora do grupo, ela acontece na base da reciprocidade, do altruísmo ou mesmo por simples interesse individual (compro porque preciso e gostei do produto). Por conseqüência, as três formas de solidariedade podem ser encontradas na economia solidária.

(LECHAT, 2004, p.118).

Assim, os agentes de Cáritas que organizam a EPS não estão fora do funcionamento desta categoria de economia solidária, que apresenta os sentidos de obrigação moral, de altruísmo e de reciprocidade em confluência,

conforme os apontamentos de Lechat (2004, p.118).

A fim de continuar pensando sobre os sentidos da solidariedade, trouxe a discussão de Assmann e Mo Sung (2000) sobre a “sensibilidade solidária” – relacionada às dimensões valorativa e prática da solidariedade – e a sua vinculação com práticas educacionais para a transformação social. Com o trabalho desses dois autores, reforça-se a idéia de que a palavra solidariedade não possui apenas um significado. Além de possuir vários significados distintos, nem todos convergem. Nas palavras dos autores, “não é um termo unívoco, mas polissêmico e por vezes ambíguo” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.68).

Para Assmann e Mo Sung (2000) há um vasto e contraditório leque de referências à solidariedade. Os autores apresentam amostras de diversos usos da linguagem sobre a palavra solidariedade, destacando alguns pensadores, como o filósofo estadunidense Richard Rorty, o filósofo e pedagogo Lawrence Kohlberg, o filósofo alemão Jürgen Habermas e o sociólogo francês Émile Durkheim, e algumas *comunidades discursivas* (FMI, Banco Mundial, Igrejas, ONG's, outros grupos) na busca de dar soluções ao “mal-estar generalizado que revela que há algo de profundamente equivocado nos rumos gerais da humanidade” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.35). Considerando os seus diversos usos, o discurso sobre a solidariedade aparenta estar mostrando uma convergência de indícios de uma consciência geral, cada vez mais explícita, de uma contundente *crise de civilização* (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.35).

Assmann e Mo Sung (2000, p.67-8) falam de uma variação do conceito de solidariedade desde a década de 1970 até o fim do século XX. Eles destacam algumas hipóteses sem estabelecer marcos cronológicos precisos do recurso, mais ou menos intensivo, ao termo solidariedade: 1) Nos anos de 1970 e 1980, muitos apelos à solidariedade pareciam um referencial global aos chamados “excluídos”, no entanto, tais apelos estavam relacionados a grupos específicos formados por perseguidos políticos, refugiados, etc. Observando estas duas décadas, infere-se que a luta pelos direitos humanos era dirigida a determinados tipos de violação destes direitos, e não aos pobres em geral; 2) sem referência ao período histórico do fato, os autores colocam que a palavra solidariedade foi utilizada como nome do sindicato comandado por Lech Walessa, na Polônia, e também referenciou muitas formas de oposição nos

países ex-socialistas; 3) no início da década de 1980, após o fim das ditaduras na América Latina, o tema da solidariedade passou a ter uma *função substitutiva* vinculada à “orfandade de um projeto histórico alternativo”. A partir daí, o conceito de solidariedade é atraído semanticamente pelo de “exclusão”; 4) na interseção entre o campo religioso e o político da TL e de outras “teologias” latino-americanas, os autores informam que a noção de solidariedade passou a ocupar um lugar de importância em relação à perspectiva futura dessas teologias; 5) ainda na esfera da religião, a solidariedade foi vinculada explicitamente a uma definição do *papel específico do religioso* nas publicações da Conferência Latino-Americana dos Religiosos (CLAR); e 6) finalizando esta exposição de hipóteses sobre as distintas apropriações e sentidos da “solidariedade”, os autores mostram que, aos poucos, as linguagens sobre a solidariedade se tornam um referencial importante em documentos oficiais das Igrejas (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p.67-8).

Como exposto anteriormente, a palavra *solidariedade* pode carregar muitos sentidos distintos, dependendo do contexto no qual ela é posta em movimento. Nesta dissertação, a noção de solidariedade vincula-se às formulações morais que orientam as condutas dos indivíduos, possibilitando uma coesão social que dá sustentação à ação econômica da Igreja, por meio dos agentes de Cáritas, junto aos pobres.

Para Jara (1997), a solidariedade diz respeito a uma atitude de “consideração com a sorte ou destino dos outros, ou seja, uma capacidade básica de sentir e pensar nos outros, em suas condições concretas”. O autor expõe que a solidariedade vai além de uma forma recíproca para manter determinados contextos sociais, afirmando que a solidariedade possui o poder de libertar, levando o homem à emancipação. Vejamos o que nos diz Jara (1997):

O poder da solidariedade pode ser força de libertação, capaz de articular as fragmentadas energias sociais e estimular transformações numa relação de amor com as comunidades, superando os preconceitos que separam os cidadãos e grupos sociais. O poder da solidariedade possibilita a distribuição do poder político na medida em que proclama uma espécie de armistício contra discriminações, preconceitos e subalternidades. Este novo poder demanda uma mudança na cultura política, que passa pela

descentralização e democratização da vida social, bem como pela educação e organização das comunidades, procurando fazer nascer um espírito crítico e criativo. Sem poder solidário, não existe possibilidade de transformação.

(JARA, 1997, p.225).

A concepção de solidariedade do autor faz vir à tona elementos que estão presentes no referencial de solidariedade de setores da Igreja Católica (considerando as suas distintas matrizes valorativas e políticas) como o “amor”, a organização das comunidades e a educação para a transformação social, visando à igualdade de condições e ao “desenvolvimento sustentável”.

Segundo Jara (1997), a solidariedade não significa uma boa vontade paternalista e assistencialista, mas sim um poder que “derrama prejuízos, grita em defesa da dignidade humana e alimenta a sinergia colocando os relacionamentos sociais em termos recíprocos” (JARA, 1997, p.232). O autor acrescenta que o processo transformador da sociedade, que ele chama de insustentável, ocorre por meio da dimensão espiritual e afetiva:

Estamos falando além da consciência coletiva do **poder da fé**, como energia que aflora do poder das pessoas, e do **poder da instrução**, como instrumento de libertação vinculado à realidade e às necessidades da sociedade local. Passa também pelo **poder da informação**. (grifos do autor)

(JARA, 1997, p.231).

Observo que a a noção de solidariedade presente no trabalho de Jara (1997) é uma formulação moral e política que chega a se aproximar da chamada *solidariedade libertadora* existente no trabalho dos agentes de Cáritas em todos os seus campos de atuação, em especial nos projetos do programa de Economia Popular Solidária (EPS).

O conceito de solidariedade da Cáritas possui um substrato moral que orienta as ações dos agentes no seu ofício político e técnico. A presença da orientação de um humanismo cristão e da perspectiva associativa são uma constante em seu discurso: “ser solidário é ser humano! Nossos sonhos se tornam realidade em mutirão. Que tal juntar-se a nós?”.¹

Já o conceito sociológico de *solidariedade* é um universal que se traduz

¹ Frases contidas na “introdução” do sítio da Cáritas Brasileira na *internet*. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: mar. 2006.

nos laços construídos entre indivíduos numa relação de reciprocidade e interdependência. Os indivíduos precisam mutuamente um do outro para garantir a união formadora da organização, do grupo, das instituições sociais, das classificações sociais, da sociedade e das próprias formas morais que regulam a vida das pessoas. Não é possível a existência de um ser radicalmente independente nas sociedades humanas, fato que aponta para a coexistência entre os indivíduos.

No intuito de analisar o conceito êmico de “solidariedade” movimentado pela Cáritas Brasileira, no Ceará, lanço mão do conceito de *solidariedade social* (DURKHEIM, 1978; 1995; 2004) com vistas a desvelar a realidade que dá corpo ao discurso social institucionalizado da “cultura da solidariedade”.

Em 1893, foi publicada a tese de doutoramento de Durkheim intitulada *Da divisão do trabalho social*. Esse trabalho lança os postulados positivistas da *ciência das instituições* (DURKHEIM, 1999).

O objetivo geral do autor é tratar os fatos da *vida moral* com o propósito de fazer uma *ciência da moral* gerada e mantida pelas relações mútuas entre os indivíduos, que torna possível a produção e a reprodução das *representações coletivas* sobre a realidade. A noção de *moral* está vinculada ao mundo prático; ou seja, a moral está vinculada à experiência, à ação (DURKHEIM, 1995).

Para Durkheim (1995, p.VII), a *moral* é como uma estrutura coletiva de valores e condutas pertinente a um sistema de direitos e deveres, fruto da *solidariedade social* e da *coesão*. Ela exerce um poder sobre os indivíduos de uma mesma sociedade ou agrupamento social de modo a controlar as paixões humanas.

Com uma abordagem *racionalista* devida à influência de Descartes e Kant, e baseado nos postulados do *pensamento positivo* herdado de Auguste Comte, Durkheim (1995) analisou o fenômeno cada vez mais crescente da divisão do trabalho social, chegando a concluir que a *divisão do trabalho* torna solidárias as funções exercidas por cada indivíduo. Isso produz uma moral presente nas personalidades individual e coletiva, além de exercer um poder coercitivo sobre os indivíduos. A *moral* também se relaciona à criação e à recriação das *representações coletivas*.

Durkheim (1995) se importa com um elemento que vai além da utilidade

econômica da divisão do trabalho, qual seja, a *solidariedade* gerada por ela. A *solidariedade* forma uma coesão entre os indivíduos, construindo um conjunto de regras morais por meio do qual ela é mantida.

Segundo Durkheim (2004, p.64), a *divisão sexual do trabalho*, residente na idéia de separação dos sexos (masculino e feminino), que se desenvolveu no mesmo sentido e da mesma forma que a *solidariedade conjugal*, pode ter dado origem a uma divisão mais ampla do trabalho cuja emergência ocorreu juntamente com a sua utilidade econômica e suas formas peculiares de *solidariedade*.

De acordo com Durkheim (1995), a *solidariedade* pode ser fundada por características relacionadas a semelhanças e diferenças e não por desigualdades sócio-econômicas. Desse modo, não é somente pelos elementos homólogos, mas também por funções diferentes e complementares, que é erigida uma relação recíproca fundadora da moral e formadora da coesão:

Sem dúvida, a solidariedade não pode jamais existir entre outrem e nós, a não ser que a imagem desse outrem se una à nossa. Mas quando a união resulta da semelhança de duas imagens, ela consiste numa aglutinação. As duas representações se tornam solidárias, no todo ou em parte, porque se confundem e formam uma coisa só, e elas são solidárias na medida em que se confundem. No caso da divisão do trabalho, ao contrário, elas são estranhas uma da outra e só se unem porque são distintas. Os sentimentos não poderiam ser portanto os mesmos nos dois casos, nem as relações sociais que deles derivam.

(DURKHEIM, 2004, p.65).

Durkheim (1995) compara e classifica o acontecimento da *solidariedade social* nas chamadas *sociedades simples* (primeiras) e nas *sociedades complexas* (sociedades capitalistas), criando duas categorias analíticas de *solidariedade*.

A primeira é a *solidariedade mecânica ou por similitude* do tipo coletivo, própria das *sociedades simples*, que é assim chamada devida à analogia com a coesão que une os elementos dos corpos brutos. A partir desse tipo de *solidariedade*, a sociedade é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo. Ela liga diretamente o indivíduo à sociedade. É a *solidariedade* que deriva da semelhança. Dessa forma, os direitos reais não se distinguem dos direitos

personais, pois o indivíduo ocupa a posição de um objeto da sociedade. Não há a noção de uma *consciência individual*. Os indivíduos não são eles mesmos, mas sim a sociedade vivendo e agindo neles. Quando essa *solidariedade*, chamada pelo autor de mecânica, se faz sentir, a personalidade individual desaparece e os indivíduos tornam-se um ser coletivo (DURKHEIM, 2004).

A segunda é a *solidariedade orgânica*, própria das *sociedades complexas*. Ela é produzida pela *divisão do trabalho*. Baseada nesse tipo de *solidariedade*, a sociedade é um sistema de funções diferentes e especiais que unem relações definidas. O autor tem a idéia de que a articulação entre as partes compõe um corpo social, entendendo que o indivíduo depende da sociedade porque depende de suas diferentes partes. Dito isto, a *solidariedade orgânica* somente é possível se cada indivíduo tiver uma *esfera própria de ação*, e, conseqüentemente, uma *consciência individual*, uma personalidade. Assim, a *consciência coletiva* deixa descoberta uma parte da *consciência individual* que permite o estabelecimento de *funções especiais* não regulamentadas pela personalidade coletiva (*consciência coletiva*)²; já a *solidariedade mecânica* somente torna-se possível na medida em que a *consciência individual* dá lugar à *consciência coletiva* (DURKHEIM, 2004).

De acordo com a argumentação de Durkheim (2004), na divisão do trabalho, as diferentes funções se complementam e tornam possível a *solidariedade orgânica*. Com isso, seguindo Auguste Comte, pensou a *divisão do trabalho* ou a especialização de tarefas, como a fonte mais importante da *solidariedade social*.

Para Durkheim (2004, p.83), a *solidariedade orgânica* proporciona uma *coesão social* mais poderosa que a proporcionada pela *solidariedade mecânica*. Destaco um trecho de sua argumentação:

Efetivamente, cada um depende, por um lado, da sociedade onde o trabalho é mais dividido e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais especializada ela seja. Sem dúvida, por mais circunscrita que seja, ela não é completamente original; mesmo no exercício de nossa profissão nos conformamos aos usos, às práticas que nos são comuns e a toda nossa corporação. Mas, mesmo nesse caso, o jugo que suportamos é tanto menos pesado quanto a sociedade inteira pesa sobre nós e deixa menos lugar ao

² Durkheim (2004, p.82) se refere a uma consciência dupla (emergente nas sociedades chamadas *complexas*) formada por uma *consciência individual* e uma *consciência coletiva*.

livre jogo da nossa iniciativa. Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que as partes; a sociedade se torna mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Esta solidariedade se assemelha àquela que se observa nos animais superiores. Cada órgão, com efeito, tem sua fisionomia especial, sua autonomia e, por conseguinte, a unidade do organismo é tanto maior quanto a individualização das partes mais acentuada. Em razão dessa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho.

(DURKHEIM, 2004, p.83-84).

Para Durkheim (1978; 1995; 2004), o *relacionamento social* leva a entender que dois ou mais indivíduos dependem mutuamente uns dos outros porque cada um deles é incompleto. A incompletude de cada indivíduo faz com que sejam mantidas relações recíprocas entre dois ou mais. O *relacionamento social* apenas exterioriza essa dependência mútua que há entre duas ou mais pessoas. Nas palavras de Durkheim (2004):

Os indivíduos são ligados uns aos outros, de tal forma que, sem isso, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, eles ajustam seus esforços; eles são solidários, por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que se trocam serviços, mas que se estende muito além.

(DURKHEIM, 2004, p.64).

O autor (1978; 1995; 2004) percebe que existem vínculos sociais que são estabelecidos a partir da dependência recíproca entre os indivíduos, fator que o põe a pensar no conceito de *solidariedade social*, pertinente aos vínculos mantenedores de uma *consciência coletiva* guiada por uma estrutura *moral*, pois as necessidades de *solidariedade social*, bem como de ordem e harmonia, são morais.

Em Durkheim (1995, p.VIII), o desenvolvimento econômico capitalista põe em risco a *coesão social*, não pela constante divisão do trabalho, mas pelo risco que o liberalismo econômico capitalista oferece à sociedade devido ao não controle jurídico e moral da vida econômica. Nos últimos dois séculos, o desenvolvimento das funções econômicas causou uma disfunção nas sociedades capitalistas.

A ausência de *coerção* sobre o mundo econômico impossibilita a existência de uma moral que o controle, permitindo a manutenção e a reprodução de uma sociedade. O problema do *estado de anomia* que acarretou

o *afrouxamento dos vínculos sociais* estaria na falta de regulação da economia.

Quanto à *divisão do trabalho*, esta criou funções articuladas umas com as outras tendendo por si mesmas a se equilibrarem e a se ajustarem aumentando o número de tarefas (funções de trabalho), e, conseqüentemente, elevando o rendimento das corporações e dos agrupamentos profissionais (DURKHEIM, 1995, p.IX).

Segundo Durkheim (1995, p.X), apenas uma sociedade já constituída pode contar com uma preeminência *moral* e material indispensáveis para impor as leis aos indivíduos, tendo em vista que a única personalidade moral que está acima das personalidades particulares (*consciências individuais*) é a personalidade coletiva (*consciência coletiva*).

Dando ênfase aos sindicatos, às associações e às corporações profissionais que, com o desenvolvimento capitalista passaram a ocupar o lugar econômico antes pertencente à família e suas instituições (a propriedade coletiva e a herança), Durkheim (1995) atribuiu uma grande relevância à *força moral* originária das relações mútuas entre os indivíduos, responsável pela manutenção da *coesão social*:

O que vemos, antes de mais nada, no grupo profissional é um poder moral capaz de manter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais.
(DURKHEIM, 1995, p.XVI).

Logo, Durkheim (1995) afirma que o poder *moral* torna mais viva a solidariedade comum entre os trabalhadores de um grupo profissional.

Finalizando esta exposição do pensamento durkheimiano acerca da *solidariedade* e da *moral*, friso a existência de elaborações morais (desenvolvidas na história) específicas de acordo com os elos sociais – também específicos – de cada agrupamento humano, como registrado em Durkheim (1995).

Mas, o que é certo, antes de mais nada (sic), é que ela se desenvolve na história, sob o império de causas históricas, e tem uma função em nossa vida temporal. Se ela é esta ou aquela num momento dado, é porque as condições em que vivem então os homens não permitem que ela seja outra, e a prova disso é que ela muda quando essas condições mudam, e somente nesse caso.
(DURKHEIM, 1995, p.XLIV).

Após essa incursão pela teoria da *solidariedade social* de Durkheim (1995), apresento algumas versões recentes construídas com base em seus trabalhos.

Para Castel (1998a), Durkheim formulou a idéia da existência de grandes regulações objetivas, os processos coletivos e gerais predominam sobre as iniciativas individuais. Quanto aos fenômenos sociais, eles existem como *coisas*. Dessa forma, o *homem social*, o indivíduo, só existe porque se localiza nos coletivos, que tiram a sua “(...) consistência do lugar que ocupam na divisão do trabalho social” (CASTEL, 1998a, p.356).

Pensando na reformulação da *questão social*, Castel (1998a) sublinha a teoria de Durkheim sobre a *solidariedade* para analisar o vínculo social na sociedade moderna, que sofre ameaça por uma desfiliação em massa. Para Castel (1998a), Durkheim compreende a sociedade industrial como a criadora de “um modo de relações especificamente novo entre os sujeitos sociais que não pode mais basear-se nas proteções próximas da sociabilidade primária – ele a chama de solidariedade ‘mecânica’” (CASTEL, 1998a, p.357).

Por outro lado, a “solidariedade orgânica” engendra uma outra norma de existência que é preponderante na sociedade industrial. Dessa forma, a divisão do trabalho social implica uma complementaridade de funções ou tarefas cada vez mais específicas, havendo uma base objetiva sobre a qual tem estabilidade “a idéia de que a sociedade moderna forma *um conjunto de condições sociais desiguais e interdependentes*” (grifos do autor) (CASTEL, 1998a, p.357). Extraio de Castel (1998a) uma nota de rodapé referente a uma observação sobre a categoria durkheimiana de *solidariedade orgânica*:

É possível que o vocabulário da época tenha pregado uma peça em Durkheim e nos torne difícil compreender, hoje, a profundidade de sua intuição. Ele chama de ‘orgânica’ essa nova concepção da interdependência social, palavra de conotação naturalista enquanto, como sublinha Gérard Noiriel, Durkheim propõe uma crítica radical dos temas do enraizamento, da inscrição nas sociabilidades locais, territoriais, étnicas ou de base genealógica (*le Creuset français*), Le Seuil, Paris 1988, p. 33) (sic). A solidariedade ‘orgânica’ é, ao contrário, uma sociabilidade construída, ou a construir, sobre as ruínas da sociabilidade primária. Igualmente, o interesse de Durkheim pelas “corporações” não é a expressão de uma nostalgia passadista, mas a tomada de consciência dos riscos de desfiliação

de que a organização industrial moderna é portadora.
(CASTEL, 1998a, p.357).

A proposta de *solidariedade orgânica* ocupa uma validade contra o liberalismo e o coletivismo: no primeiro, a troca contratual não está presente na base do elo social, pois, com fundamento em Castel (1998a), “nem tudo é contratual no contrato”, haja vista que o contrato fundamenta-se em exigências decorrentes da posição ocupada na divisão social do trabalho; no segundo, vê-se que o coletivo não se opõe ao indivíduo. Na *estrutura social*, há coletivos que ocupam posições distintas e concomitantemente complementares (CASTEL, 1998a, p.357-58).

No pensamento de Durkheim (1995), as diferenças são complementares e constituem o caráter *orgânico* de uma sociedade, opondo-se às justaposições *mecânicas* de semelhanças fazedoras da massa formada pelos indivíduos e agrupamentos que são interdependentes. Castel (1998a) situa a discussão sobre solidariedade considerando os perigos de *desintegração social*, ou *desfiliação em massa*, da sociedade moderna devida à emergência de desigualdades produzidas pela divisão do trabalho social:

O jogo complexo de diferenças de interdependências deve ser preservado cuidadosamente à medida que os progressos da divisão do trabalho aumentam os riscos de desintegração social. A solidariedade, fundamento de uma sociedade, é construída e preservada, e que cada vez mais à proporção que a sociedade se torna mais complexa. Assim, igualmente baseada na razão, encontra-se uma prática, ou uma política, que tem por objetivo manter e fortalecer essa unidade na diferença, que é o frágil milagre que uma sociedade moderna pode promover, mas também pode deixar escapar.

(CASTEL, 1998a, p.358).

Assim, Castel (1998a) sustenta a tese de Durkheim em relação ao que mantém e reproduz a sociedade em meio à divisão do trabalho, a qual cria tarefas cada vez mais diferentes, complementares e interdependentes, tornando possível a sustentação de laços sociais e protegendo a sociedade contra a fragmentação total e a *desintegração social*.

A *solidariedade orgânica*, filha da sociabilidade moderna, sustenta a sociedade por meio de relações recíprocas de interdependência entre os sujeitos e os agrupamentos, de modo a não possibilitar a fragmentação graças

a um elemento importantíssimo da teoria de Durkheim, mas não analisado por Castel (1998a). Trata-se da *moral* à qual a divisão do trabalho está vinculada. A moral, que faz parte da consciência individual de cada um, possibilita a regulação necessária para a instituição societal, controlando os sujeitos com as *representações coletivas* que permeiam uma consciência compartilhada por todos os indivíduos de uma mesma sociedade. Caso as regras morais sejam quebradas, a conduta de quem as desrespeitar será sancionada negativamente, momento em que surge a penalidade sobre o indivíduo, com o fim de garantir a manutenção e o não esfacelamento das relações solidárias reciprocamente constituídas nas relações mútuas, recíprocas, e interdependentes entre os indivíduos.

Pautada na teoria social de Durkheim, Douglas (1998) estudou *instituições* na América Central. A indagação principal da autora é: como são legitimadas as classificações sociais (*representações coletivas*)?

Douglas (1998, p.102) trabalha com a noção de *representações coletivas* e seu conceito de *sociedade* tem base em Durkheim: a sociedade como um todo indivisível constituído por partes, um corpo, do qual o ente racional é o Estado ou a *sociedade política*. A autora discute sobre a incorporação da *solidariedade* e o papel das *instituições*.

Para ela, as organizações fazem com que os indivíduos legitimem e naturalizem as classificações. O trabalho de Douglas (1998) aponta para a existência de uma *consciência coletiva* que reproduz as *representações coletivas*. Essa *consciência coletiva* funciona como uma *poupança de energia cognitiva* que recebe e guarda as *representações coletivas*.

Segundo Douglas (1998, p.128), somente as instituições (organizações) que passam por um processo de mudanças podem ajudar a re-configurar a estrutura social em suas *representações coletivas*.

Ao considerar o confronto entre teoria e empiria, necessário à construção do conhecimento científico, observo que a “solidariedade” tratada pela Cáritas tem um sentido mais vinculado à herança religiosa do que sociológica. Aqui, falo de um mundo ainda não *DES-encantado* (WEBER, 1994). O sentido sociológico da *solidariedade* (DURKHEIM, 1978; 1995; 2004) deve ser referido, porém, neste contexto. Esta constatação revela a existência de uma possibilidade: a de que a *economia solidária* venha retomando o

significado moral do termo, tal como está na raiz judaico-cristã.

A partir da pesquisa sobre o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará, chego a uma reflexão que considero central em minha investigação: como foi visto em Durkheim (1995), é a *solidariedade social* que produz a *moral*. No caso da organização Cáritas é a *moral solidária* (“solidariedade” êmica) que produz uma *solidariedade social* e possibilita a organização e a manutenção de cooperativas, associações e pequenas unidades de produção chamadas “grupos produtivos solidários”.

3.2 Igreja, moral e solidariedade

Partindo da noção de *solidariedade social* de Durkheim (1995) posso pensar a “solidariedade” da organização Cáritas como um valor moral que se tenta imprimir nas vidas dos agentes que a integram e nas vidas das pessoas alcançadas pelos seus serviços. À “solidariedade” da Cáritas Brasileira denomino *moral solidária* ou *religiosa*, por ser um valor baseado em formas institucionalizadas do cristianismo e em formulações de intelectuais de *setores progressistas* da Igreja Católica (TL³) que têm repercussões nas condutas dos

³ Inicialmente, a teologia da libertação é um corpo de textos produzidos a partir 1970 por personalidades latino-americanas. Eis os nomes mais conhecidos: **Argentina**: José Miguez Bonino, Juan Carlos Scanone, Ruben Dri; **Argentina-México**: Enrique Dussel; **Brasil**: Rubem Alves, Hugo Asmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto; **Chile**: Segundo Galilea, Ronaldo Muñoz; **Chile-Costa Rica**: Pablo Richard; **El Salvador**: Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría; **Peru**: Gustavo Gutiérrez; **Porto Rico**: Samuel Siva Gotay; **Uruguai**: Juan-Luis Segundo. É a expressão de um vasto movimento social que surgiu no início dos anos 60, bem antes dos textos teológicos mencionados. “Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, comunidade eclesiais de base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores; sindicatos de camponeses ou trabalhadores, etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento trabalhista no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (bem como, em épocas mais recentes, Chiapas)” (LÖWY, 2000, p.56-7). Geralmente, refere-se a esse amplo movimento social-religioso como “teologia da libertação”. Por esse movimento ser mais antigo do que a *nova teologia* e a maioria de seus ativistas não ser composta por teólogos, esse termo não é o mais adequado. Algumas vezes o referido movimento é chamado de “Igreja dos Pobres”, mas trata-se de uma *rede social* que vai muito além dos limites da instituição Igreja, mesmo considerando a sua ampla definição. Como nenhum desses dois conceitos (“teologia da libertação” e “Igreja dos Pobres”) condiz com a realidade desse amplo movimento, Löwy (2000, p.57) propôs chamá-lo de *cristianismo da libertação* “por ser esse um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé

“agentes”.

A *moral solidária* ou *religiosa* é reproduzida por meio das relações mútuas e interdependentes que estabelecem os vínculos sociais (*solidariedade social*). Ou seja, os agentes de Cáritas, bem como os atendidos por sua “solidariedade” (que ocorre entre desiguais) estabelecem elos sociais produtores da moral que permitem a sustentação de relações de reciprocidade entre os indivíduos (DURKHEIM, 1978; 1995; 2004). Ela gera um compromisso no sentido das três obrigações (o dar, o receber e o retribuir) presentes na base teórica sobre a dádiva (MAUSS, 2003, p.184-314), que explica as relações de reciprocidade permeadas pela *moral solidária*, cujo teor valorativo direciona os indivíduos a fortalecerem os laços entre si, colaborando para sustentar os grupos de produção e as *redes* de produção, comercialização e consumo.

Tomando como objeto o conceito êmico de “solidariedade”, verbalizado pela Cáritas Brasileira no Ceará, constato a presença de uma elaboração moral que se tenta universalizar. Percebo que, por meio de processos educacionais, visa-se formar um caráter diferenciado em oposição ao caráter individualista, egoísta, pragmático e instrumental. Portanto, a finalidade do recurso *educação*, para a Cáritas, é a construção da *moral solidária*.

Crenças e instituições religiosas, em especial o cristianismo, foram passando por uma *modernização (secularização)* até darem forma a doutrinas filosóficas e instituições econômicas e leigas, como o Estado moderno e, sobretudo pela ética protestante, como o moderno capitalismo ocidental (WEBER, 1994). Processos semelhantes podem ser visualizados no que denomino uma *secularização dos ensinamentos de Jesus* nas ações da Cáritas Brasileira quando ela propõe uma pedagogia para a “cultura da solidariedade”, em especial no campo da economia solidária.

A pobreza gerada pelo desenvolvimento econômico capitalista influenciou no modo como a Igreja Católica – e, conseqüentemente, a Cáritas Brasileira –, se apropriou do conceito de “solidariedade” herdado do cristianismo, reforçando a sua elaboração moral criada pela *solidariedade social* (DURKHEIM, 1995), que é a mantenedora de toda e qualquer

organização social. A *solidariedade social* proporciona uma *coesão* entre os indivíduos integrantes de uma rede de funções interdependentes e hierarquizadas: a *sociedade*, como pensa Elias (1994, p.23).

A *moral solidária* da Igreja (Cáritas), que possibilita os laços sociais (e ao mesmo tempo é possibilitada por esses laços), tem o poder de sustentar a coesão entre os indivíduos com sua *força moral*, mantendo os Empreendimentos Solidários⁴, como chamados pela Cáritas e seus “agentes”, apesar da impossibilidade econômica enunciada pelo sistema capitalista abrangente.

As falas dos agentes de Cáritas trazem o sentido de uma “cultura da solidariedade” que alimenta a Economia Popular Solidária. Destaco um trecho da fala de Pedro, Assessor de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo:

Essa cultura da solidariedade (...) é um reflexo, um pouco da nossa missão, é como entidade Igreja. É um pouco da missão evangelizadora também, é muito vinculada com aquela questão, por exemplo, (...) não, necessariamente só da parte Igreja, mas dessa questão da busca de uma sociedade fraterna, e socialmente justa, igualitária, solidária, e tudo o mais. Então eu acho que isso tem um pouco desses princípios evangélicos e tem um pouco de princípios éticos que a Cáritas também foi adquirindo ao longo dessa caminhada, né. Os autores de Cáritas basicamente são os autores da Igreja, na base, comunidades de base, pastorais sociais, e esses autores também (...) estão muito envolvidos com os movimentos sociais. É muito essa relação. Então eu acho que isso vem dos dois lados dessa questão do movimento: da cidadania, da ética na sociedade, na política, e também na questão desses princípios evangelizadores, que é muito, eu acho que é muito calcado (...) na

⁴ Essa formulação vem do trabalho de autores dedicados aos estudos da economia solidária no Brasil. Para Gaiger (2000, p.273; 2004, p.10) e Oliveira (2004, p.347), o Empreendimento Econômico Solidário (EES) é um conceito construído com base nas experiências da chamada economia solidária, quais sejam: cooperativas de crédito, de trabalho, de produção e associações. Os EES são experiências de *economia solidária*, as quais carregam traços de ações diretas de democracia, cooperação, autogestão e igualdade entre os sujeitos na formação orgânica de empresas constituídas por trabalhadores-proprietários. Sobre a apropriação do conceito de *empreendimento*, muito utilizado em várias partes do mundo para por sob forma de linguagem movimentos específicos da economia capitalista, aponto para a necessidade de haver uma utilização cautelosa de palavras que carregam conceitos e categorias cunhados em outros contextos, e que possuem um poder heurístico relacionado a um tema delimitado. Os conceitos e categorias se situam temporal e espacialmente e não podem ser utilizados de forma indiscriminada, sob o risco de não arcarem com realidades sócio-culturais específicas e de contradizerem, no plano político, aquilo que é defendido. Por mais que se trate de uma questão de polissemia, em casos de *re-apropriação* ou *re-conceitualização* de uma palavra é fundamental uma contextualização histórico-cultural do conceito ou categoria do qual se lança mão para fazer uma ordenação racional da realidade empírica. Ver também TRAJANO FILHO, Wilson. A troca silenciosa e o silêncio dos conceitos. In: **Dados**: revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.35, n.1, 1992. p.87-115.

caminhada, principalmente nas comunidades de base, né. E também que foi muito incentivada pela Teologia da Libertação, e tudo isso vem numa caminhada, então.

A noção de solidariedade presente no depoimento de Pedro como “cultura da solidariedade” aparece vinculada à noção de “evangelização” e a um ideal de sociedade marcado pela presença da “justiça”, da “fraternidade”, da “igualdade” e da “solidariedade”. Pedro nos revela a relação entre evangelho e ética.

Hoje, percebo que os princípios destacados como “evangelizadores” se confundem com os princípios “éticos” expostos por Pedro. Analiticamente, constato que todos esses “princípios” norteadores da “cultura da solidariedade” são referenciais da Cáritas, e, portanto, não deixam de ser da Igreja Católica.

Na fala de Pedro, identifico elementos religiosos e políticos que remontam outros períodos em que a Igreja Católica interveio junto aos pobres em vários países da América Latina e do mundo, caso do movimento Igreja dos Pobres⁵.

Madalena fala a respeito do significado de “solidariedade” e de “cultura da solidariedade” que revestem as ações da organização Cáritas:

(...) Cultura de solidariedade é um eixo transversal da nossa ação. Ou seja, (...) a gente tem os eixos transversais, então toda ação da gente é pautada na propagação, promoção e concretização da cultura da solidariedade. E solidariedade é entendida como (...) uma ação pra promoção da libertação e etc., etc., não uma solidariedade assistencialista e etc. E aí a gente tem em todas as nossas ações esse objetivo: a cultura da solidariedade. Estimular e vivenciar principalmente, mais e mais e mais a cultura da solidariedade. A gente tem, enquanto instituição, a gente tem uma linha que tem ações específicas pra isso, tipo campanhas, formações, busca de voluntários, fundos, que tem todo um esforço pra que a prática da cultura da solidariedade possa ser vivenciada, tipo como, por exemplo: a gente tem esse fundo que eu falei, Fundo Nacional de Solidariedade, que tem como objetivo maior poder proporcionar através de recursos que mais pessoas possam praticar a solidariedade. A Igreja Católica recolhe esse dinheiro do Fundo. A cultura da solidariedade é um eixo estruturador, um princípio e um valor.

Madalena expressa o entendimento de que a “solidariedade” é um “eixo estruturador” e um “valor transversal” – qualificador da atuação da Cáritas – do qual se parte para uma “ação” (pensamento é conduta) que se julga capaz de

⁵ Ver Löwy (2001, p.57).

libertar as pessoas. É por meio dessa “solidariedade” que a Cáritas diz colaborar para que as pessoas alcançadas por ela reflitam acerca de suas vidas, de suas condições materiais de existência, da política, do poder, do Estado, para consolidar uma “consciência crítica” sobre a realidade da qual elas fazem parte. Tem-se aqui o sentido da “solidariedade” que se diz emancipar por meio de um processo pedagógico que envolve os agentes e o público preferencial da Igreja Católica – os pobres – e a realidade vivenciada por ele.

Madalena lembra que a palavra latina *cáritas* significa caridade. Ao ser entrevistada por mim, ela diz que a noção de “caridade” da organização Cáritas é equivalente à “solidariedade libertadora”, diferenciando-se da “caridade” sob a forma da esmola:

Uma relação que nasce aí dos primórdios que a solidariedade estava muito atrelada à caridade, né. Então você tinha uma relação, nesse período mais antigo, inclusive da Idade Média, que era essa a relação que se tinha. Mas já nasce daí. E aí, a partir da evolução e dos acúmulos a partir da experiência a solidariedade foi tomando conotações diferenciadas, que agora é a solidariedade libertadora, aquela história de não dar o peixe, e sim ensinar a pescar. Sim, sim. *cáritas* é um sinônimo de caridade libertadora.

Para Madalena, a “solidariedade” está vinculada a um ato transformador capaz de mudar a vida das pessoas. Ela reforça o discurso da Organização quando diz que o trabalho da Cáritas não tem a “solidariedade” com a denotação de uma simples doação aos necessitados, o que ainda acontece em grande parte dos setores da Igreja Católica.

A partir de depoimentos dos agentes e do levantamento de dados que fiz no *website* da Cáritas Brasileira, na *internet*, encontrei documentos dos quais constavam que a “solidariedade” também pode ser entendida como “caridade”⁶. De fato, a tradução da palavra latina Cáritas para o português é caridade, cujo significado cristão é a “prática do amor”.

A expressão “caridade”, como sinônimo de “solidariedade”, presente nos documentos e na fala dos agentes, não está vinculada às noções de esmola e de assistencialismo, que mantém os indivíduos na condição de assistidos, mas

⁶ O referido texto diz respeito à seção “Nossa Inspiração” do organismo Cáritas Brasileira. CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/inicial.asp?p=quem_nossa>. Acesso em: 21 de nov. 2004.

ao conceito de “libertação”. Ou seja, não se fala somente de caridade, mas de “caridade libertadora”⁷.

Atualmente, no Brasil, a Igreja Católica, via Cáritas, argumenta contra essa *caridade-assistência*. Basta ver o discurso institucional propagado pelos documentos e pelos agentes de Cáritas com os quais tenho interagido.

A palavra caridade se tornou uma expressão pejorativa para os setores mais progressistas da Igreja em razão do significado de doação ou esmola que a história da mesma lhe atribuiu. A *caridade-esmola* é incompatível com o discurso da “caridade libertadora”, da construção de uma sociedade “ideal” (presente na noção utópica de “Reino de Deus” na terra), na qual não há lugar para a reprodução das estruturas políticas que mantém a existência de pobres e ricos – uma sociedade sem desigualdades sócio-econômicas e políticas.

A figura de Jesus Cristo é fundamental para a organização racional do organismo Cáritas. É desse *mito fundador* que vem a idéia moral de solidariedade. A noção de “solidariedade” está voltada para o discurso da construção de uma sociedade plenamente democrática, justa, fraterna, do respeito à alteridade, da igualdade entre os sujeitos e os povos, de homens e mulheres livres para pensar os rumos da sua vida e da sua sociedade. Esse ideal de sociedade, o qual, supostamente, será atingido por meio de uma pedagogia para a “cultura da solidariedade”, é orientado pelo princípio cristão do “amor”.

A relação entre judaísmo e cristianismo permite um melhor entendimento desta noção de “amor”. O *Pequeno vocabulário do judaísmo*, de Hugo Schlesinger (1987), colabora para a reflexão sobre o sentido de “amor”. Segundo este trabalho, o “amor” presente no texto bíblico é um princípio que orienta a conduta do judaísmo; o “amor ao próximo” é fundamental para a filosofia e a religião judaicas. Tão importante quanto à nucleação do *amor judaico* entre Deus e os homens é a idéia de que o *amor* é fraterno, isto é, uma manifestação afetuosa e carinhosa voltada para Deus (pai) e para o próximo

⁷ “O ‘Agente Cáritas’ é formado para promover a prática da **caridade libertadora**, realizar análises conjunturais, monitorar as políticas públicas, atuar de forma eficaz nos conselhos setoriais públicos, mobilizar a comunidade para reivindicar seus direitos, acompanhar a elaboração de projetos de transformação sociais”. (grifos meus). Ver ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Formação de agentes para a prática da solidariedade. In: ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

(irmão):

Amor. A Bíblia atesta que Deus tomou a iniciativa do diálogo de amor com os homens; em nome desse amor ele os induz e lhes ensina a amarem-se uns aos outros. O amor domina a fé judaica. A ética do judaísmo é baseada no amor. Desde a mais tenra infância aprendem os judeus que Deus deve ser adorado por amor e não por temor. O amor ao próximo é a condição básica da religião e filosofia judaicas. O amor entre Deus e os homens revela-se no judaísmo numa seqüência de fatos histórico-salvíficos. Na concepção judaica, o amor fraterno se justapõe no mesmo plano com outros mandamentos. Os dois amores, de Deus e do próximo estão unidos. Hillel testemunhava que o amor é o prolongamento da ação divina.

(SCHLESINGER, 1987, p.17-8, grifos meus).

O “amor” é um mandamento e uma prática de origem judaica que nutre as religiões cristãs. No caso da Igreja Católica, não são raras as vezes em que o Evangelho é requisitado para a confirmação do “amor” na forma divina, destacando-se que “Deus é amor” (1 João, 4, 8-16). A efetivação do amor de Deus e de seu filho, Jesus Cristo, estaria no ato de amar; ou seja, estaria na prática da caridade, na prática do amor, como nos mostra o Evangelho: “Meus filhinhos, não amemos com palavras nem com a língua, mas por atos e em verdade. Nisto é que conheceremos se somos da verdade, e tranqüilizaremos a nossa consciência diante de Deus” (1 João 3,18-19).

A primeira encíclica do papa Bento XVI, “Deus Caritas est” (“Deus é amor”), publicada em 2006, ano em que a Cáritas Brasileira completou 50 anos, foi tomada por Dom Demétrio Valentini, atual presidente da Cáritas no Brasil, como uma publicação oportuna, “parecendo encomendada a propósito”. Para Valentini, a referida encíclica “veio ressaltar a estreita vinculação da ‘Cáritas’, como organismo social da Igreja, com o ministério fundamental do próprio Deus que, na feliz expressão de São João, se define como um ministério de amor: ‘Deus Caritas est’” (VALENTINI, 2006a, p.2).

Segundo Valentini (2006b), o “amor” é vivido; é posto em prática nas relações entre os homens e entre Deus e os homens. Assim, esse conceito de “amor” antecede à “solidariedade”, que possibilitaria a criação de um mundo mais humano, fraterno, justo, e igualitário constituído por diferenças. Valentini (2006b, p.6) revela que uma sociedade baseada no “amor” garantiria uma democracia efetiva que superaria as formalidades que a teriam limitado a ser instrumento de dominação capitalista:

Queremos viver o amor em todas as dimensões, desde a que liga nossa individualidade pessoal ao mistério de Deus, até a construção amorosa de caminhos eficazes de construção de um mundo realmente humano, assentado sobre a fraternidade, sobre a justiça, sobre a igualdade que se enriquece com as diferenças, mas rejeita toda discriminação e exclusão econômica e social. Apostamos na fermentação da história, desde a local, em nossas comunidades e municípios, passando pelas regiões socioculturais e biomas, alcançando o país e o mundo. Desejamos ser parceiros/as de todos e todas que buscam dar conteúdo real à democracia, superando as formalidades que, até hoje, a limitaram a ser instrumento de dominação dos que detém o controle do capital em seu exclusivo benefício.

(VALENTINI, 2006b, p.6).

É o princípio do “amor ao próximo” (contido no Antigo Testamento, Levítico 19, 18, e na Primeira Epístola de São João, 3, 14-17) que fundamenta a noção de “solidariedade” da Cáritas, cujo sentido religioso é o de ajudar ao outro, associando-a a “caridade” como uma obrigação moral para com os “excluídos”, desenvolvendo um modo de ser e de viver que permita laços sociais sustentados pela *moral solidária* (“cultura da solidariedade”):

Viver a caridade significa assumir o compromisso e o desafio de ser verdadeiramente solidário com os oprimidos, injustiçados, vítimas de violência e discriminações. Neste contexto, muitas vezes é preciso ‘ensinar a pescar’ e desenvolver a cultura da solidariedade entre os povos. E mais: é preciso ‘pescar juntos’, ou seja, os excluídos e excluídas se tornam construtores de sua própria história.⁸

A “caridade libertadora” (ou “solidariedade libertadora”) da Cáritas também tem o sentido de meio pelo qual os “excluídos” poderão se libertar da sua condição de assistidos para tornarem-se, coletivamente, indivíduos dotados de poder de decisão e de mudança de suas condições materiais e políticas de vida, efetivando-se como “sujeitos de sua própria história”, o que está inserido no discurso da Organização.

⁸ O referido texto diz respeito à seção “Nossa Inspiração” do organismo Cáritas Brasileira. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/inicial.asp?p=quem_nossa>. Acesso em: 21 de novembro de 2004.

3.3 Caridade e administração dos pobres

A *pobreza* foi requalificada ao longo do desenvolvimento capitalista. Para além dos mendigos da Idade Média, a partir do século XIX, na Europa, a situação de classe dos operários indicava a *pobreza* caracterizada pela exploração do sistema capitalista sobre eles. Preocupada com esta situação e com o avanço das idéias marxistas, a Igreja Católica deu os seus primeiros passos no combate à *pobreza secular*. Em razão disso, em 15 de maio de 1891, foi publicada a encíclica *Rerum novarum*, do papa Leão XIII, que trata da *questão social* relacionada à condição de *pobreza* dos operários no final do século XIX (XIII, 2005).

Do século XIX ao século XX, tem início o desenvolvimento de formas racionalizadas de organização e controle do processo de trabalho e de produção – como o *taylorismo*, o *fordismo* e o *toyotismo* (*pós-fordismo*) que repercutiram diretamente em todas as sociedades capitalistas. No século XX, a *pobreza* passou a ser cada vez mais produzida pela grande concentração de riquezas nas mãos dos patrões, gerando deficiências materiais na manutenção da vida dos trabalhadores e no exército crescente dos *sem-trabalho*. A partir daí, o Estado de bem-estar social (o *Estado providência*) não foi o bastante para manter a articulação entre trabalho, direitos e assistência social com a finalidade de impedir a ruptura do *tecido social*, o desmantelamento da estrutura da *sociedade salarial*, que hoje vive a crise do desemprego estrutural geradora dos *inempregáveis*, os *desfiliaados*, na concepção de Castel (1998a), ou os *supérfluos*, os *sobrantes*, postos pela literatura especializada sob a expressão *refugo humano* que, no entender de Bauman (2005, p.12), é “o produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade”, simplesmente chamado de *pobreza*, também considerada como o conjunto dos *pobres* e de suas precárias condições de existência.

A partir do cristianismo católico norteador das ações dos agentes de Cáritas no cuidado com os pobres, procurei seguir o rastro dos indícios do judaísmo. A atenção dada às origens da caridade proporcionou a identificação da relação entre “caridade”, “solidariedade” e “justiça”. Segundo Schlesinger (1987), “caridade” e “justiça” possuem significados que se entrelaçam, tornando

possível afirmar que a caridade surge como a virtude de dar a cada um aquilo que lhe pertence, significando mais que dar esmolas para ajudar os necessitados. No judaísmo, a caridade integra a moral e a ética, e se relaciona a distribuição de riquezas na busca de um equilíbrio entre abastados e pobres. Desse modo, faz-se “justiça”, cujo significado está completamente atrelado ao de “caridade”:

Tzedaká (Heb). Caridade. Importante elemento na filosofia e na conduta judaica. Tzedaká faz parte da ética e moral do judeu. Na concepção filosófica de Maimônides, a caridade judaica consiste em antecipar o auxílio ao seu semelhante, evitando que o mesmo necessite estender a mão em busca do arrimo. Geralmente traduzido por esmola ou auxílio, seu significado é incomparavelmente maior. Considerando que a raiz da palavra é Tzedek, que quer dizer justiça, vemos que a atitude da Bíblia é a da justiça social. Quando um não tem, a obrigação moral dos abastados é reduzir o desequilíbrio. Se eu tenho e o outro não tem, a justiça exige a intervenção de cada um de nós. É em nome desta justiça que a Tora está crivada de mandamentos visando proteger os humildes, auxiliar os desamparados e garantir seu sustento. Porém, esta justiça começa em casa. Auxiliar estranhos e negligenciar – seja física ou espiritualmente – sua família seria agir contra a justiça. Se alguém ajuda a seu próximo, nada mais faz do que cumprir sua obrigação de justiça, tornando-se um instrumento dela. Existem oito graus no dever da caridade:

1. o primeiro e mais baixo degrau é dar, mas com relutância ou contra a vontade. Esta é a esmola da mão, não do coração;
2. o segundo é dar alegremente, mas não proporcionalmente à necessidade do sofredor;
3. o terceiro é dar com alegria e em proporção, mas só depois de solicitado;
4. o quarto é dar alegremente, em proporção e sem ser solicitado, pondo, entretanto, a esmola na mão do pobre e nele provocando, assim, a dolorosa emoção da vergonha;
5. o quinto é dar de tal maneira que o necessitado receba a esmola e saiba quem é o seu benfeitor, sem ser-lhe conhecido; assim agiam alguns dos nossos antepassados, que costumavam amarrar o dinheiro nas abas traseiras das roupas, para que os pobres o pudessem tirar sem serem vistos;
6. o sexto degrau, ainda mais elevado, é conhecer os beneficiários da nossa caridade, sem que eles saibam quem somos; assim procediam aqueles dos nossos antepassados que levavam suas dádivas caridosas para as moradias dos pobres, precavendo-se para que os seus próprios nomes permanecessem ocultos;
7. o sétimo é ainda mais louvável, a saber: distribuir as esmolas de modo tal que nem o benfeitor saiba quem são os auxiliados, nem estes o nome de seu benfeitor; isto faziam os nossos avós caridosos no Templo, pois naquele santo edifício havia um lugar chamado Câmara do Silêncio ou da Inostentação, onde os bons depositavam secretamente o que o seu generoso coração lhes sugeria e do qual as mais respeitáveis famílias pobres eram sustentadas, com igual discrição;
8. finalmente, o oitavo e mais meritório degrau é antecipar a caridade, evitando a pobreza, a saber: ajudar o irmão empobrecido,

seja com um presente considerável, seja ensinando-lhe uma profissão ou estabelecendo-o no comércio, para que ele possa ganhar honestamente sua vida e não seja forçado a estender a mão para a caridade. É a isso que a Escritura se refere quando diz: 'E quando teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então sustentá-lo-ás, e assim ao estrangeiro e ao peregrino, para que viva contigo'; este é o mais alto degrau – e o cume da 'Escada de Ouro da Caridade' (Maimônides).

(SCHLESINGER, 1987, p.270-1). (grifos e numeração meus)

Justiça. As palavras hebraicas bíblicas que significam justiça (Tzedek, Tzedaká, Mishpat) possuem muitas tonalidades de sentido (justiça, retidão, bom comportamento, lealdade, integridade etc.). A palavra Tzedaká veio a significar também bondade e, daí, caridade, sendo não raro discutível, por isso, a aceção em que os vários contextos bíblicos aplicam tais termos. De modo geral, pode-se dizer que justiça e retidão são conceitos sinônimos, ambos fundamentais à ética bíblica. 'Justiça, justiça, eis o que perseguirás' (Dt 16, 20). A atitude judaica para com a justiça não deriva apenas da crença num Deus moral, mas também exige justiça daquele que o adora e é profundamente influenciado pela convicção de que o homem é criado à divina imagem. Nessas condições, a justiça abrange toda a escala das atividades humanas: seus direitos civis, o amor próprio, a liberdade, a busca da felicidade. O direito de todos a um julgamento justo é enunciado no livro do Êxodo, capítulo 18, quando Moisés é aconselhado pelo sogro, Jetro, a não proceder sozinho ao julgamento do povo, mas a escolher, entre os habitantes, 'homens capazes, tementes a Deus e amantes da verdade, odiando o suborno; e colocar sobre eles, a fim de se tornarem juízes de milhares, centenas, dos cinquenta, e das dezenas. E que estes julguem o povo em todas as ocasiões...'. Nos estatutos referidos no Êxodo, capítulo 21, os filhos de Israel são admoestados a proceder com justiça para com o escravo, a manter a santidade da propriedade e a aderir estritamente à moralidade sexual e a manter consideração para com o trabalhador, o forasteiro, a viúva e o órfão.

(SCHLESINGER, 1987, p.127). (grifos meus)

Os conceitos de “amor” e de “justiça” presentes na cultura judaica viajaram ao longo de muitos séculos até integrarem a proposta católica apostólica romana de igreja cristã. Não é de forma aleatória que os conceitos de “amor” e de “justiça” estão presentes de modo tão evidente no cristianismo católico e na prática educativa do catolicismo. É o que aponto no próprio discurso do Papa Joannes Paulus II, por ocasião da abertura da Conferência de Puebla (1979):

É então que adquire caráter urgente o ensinamento da Igreja, segundo o qual sobre toda a propriedade privada pesa uma **hipoteca social**. Com respeito a este ensinamento a Igreja possui uma missão a cumprir: deve pregar, educar as pessoas e as coletividades, formar a opinião pública, orientar os responsáveis dos povos. Deste modo estará trabalhando a favor da sociedade, dentro da qual este princípio cristão e evangélico acabará dando frutos de uma distribuição mais

justa e eqüitativa dos bens, não só dentro de cada nação, mas também no mundo internacional em geral, evitando que os países mais fortes usem seu poder em detrimento dos mais fracos. (PAULUS II, Joannes apud EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1979, p.28, grifos do autor).

Em seu discurso inaugural, o Papa Joannes Paulus II também falou sobre a responsabilidade dos dirigentes das nações em relação à sua responsabilidade com o “amor” e a “justiça” que estão nas fundações do cristianismo da Igreja Católica. Os chefes de Estado seriam os maiores responsáveis pela tarefa de entender que a “justiça” será possível apenas com um sistema socioeconômico sem a concentração de riquezas e explorações de uma classe econômica sobre outra, o que seria garantido por meio de uma formação mais consciente das pessoas, libertando-as da “injustiça” gerada na relação de exploração, de conseqüente concentração de riqueza e mútua produção da pobreza:

Aqueles sobre os quais recai a responsabilidade da vida pública dos Estados e Nações deverão compreender que a paz interna e a paz internacional só estarão asseguradas se vigorar um sistema social e econômico baseado sobre a justiça. “(...) é condição indispensável para que um sistema seja justo, que propicie o desenvolvimento e a difusão da instrução pública e da cultura. Quanto mais justa for a economia, tanto mais profunda será a consciência da cultura. Isto se harmoniza perfeitamente com o que afirmava o concílio [Vaticano II]: que para uma vida digna do homem, não é possível limitar-se a **ter mais**, deve-se aspirar a **ser mais**. (PAULUS II, Joannes apud EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1979, p.29). (grifos do autor)

Já a caridade, no sentido de cuidar dos pobres, é uma prática intrinsecamente conectada à história da Igreja Católica e à do Estado medieval.

Mollat (1989) desenvolveu uma vasta pesquisa histórica sobre os pobres e a pobreza na Europa da Idade Média, do século V ao XV, na qual a caridade aparece como uma condição de salvação resultante da ação da Igreja Católica (MOLLAT, 1989, p.39). Segundo o autor, os dois primeiros séculos da caridade medieval, até à afirmação da influência beneditina, podem ser chamados de *idade dos bispos*. Nesse período, os bispos ocupavam uma posição de *pais* dos pobres:

A referência dos “antigos cânones” mais próxima ao período merovíngio é uma decretal de Simplicio (468-483), redigida provavelmente por seu secretário, que mais tarde seria papa por sua

vez, Gelásio (492-496). Com Clóvis, o Concílio de Orleães em 511, inspirou-se nessa decretal. Esta determinava que os bispos dedicassem um quarto de seus rendimentos às necessidades dos pobres; de acordo com as decisões do concílio, nas paróquias rurais um terço das oferendas lhes era destinado. Essas regras foram introduzidas no século VIII nas novas dioceses fundadas na Germânia por São Bonifácio. Os direitos dos pobres sobre os rendimentos da Igreja são reconhecidos com tal força que, renovando as afirmações de Santo Ambrósio, a fórmula 'assassino dos pobres' (*necator pauperum*) retorna constantemente nos apelos à ordem emanados dos concílios e de bispos como São Cesário, em oposição aos espoliadores. Competia aos bispos exercer pessoalmente a misericórdia em relação aos desgraçados e estimular clérigos e leigos à caridade. Concílios francos, visigodos e italianos retornam perpetuamente a esses temas. Por volta dos anos 500, nada menos que 41 concílios ou sínodos, dos quais dezoito na França, preocuparam-se com os pobres. 'O bispo é pai dos pobres' e sua casa torna-se sinônimo de casa dos pobres. À sua porta, às vezes de suas próprias mãos, os pobres recebem roupas e víveres; alguns dentre eles, como São Dizier em Verdun, endividam-se para poder prestar socorro aos pobres. Gregório de Tours apresenta igual número de bispos benfeitores e de grandes que os oprimem. Cesário acolhia pobres na sua mesa e comia com eles; é verdade que a fragilidade de suas refeições era famosa. Um bispo deveria fazer a distinção entre os bens de sua igreja e os seus bens pessoais; isso é claramente descrito pela legislação conciliar, por exemplo em Toledo. Naturalmente, sob pena de falta grave, nada deve ser desviado dos bens da Igreja para uso particular; os domínios da Igreja devem ser geridos com rigor e discernimento para não lesar os pobres. O regime de uma quarta parte reservada para os pobres não se aplica aos bens pessoais do bispo, mas este último, para dar o exemplo, deve fazer donativos generosos; alguns dentre eles deixavam tudo que possuíam para os pobres.

(MOLLAT, 1989, p.39-40).

Além de doar inclusive os seus bens pessoais, o bispo deveria acrescentar o ensinamento da caridade para com os pobres. Em relação a essa lição caritativa, Mollat (1989) destacou dois clérigos: São Gregório, em Roma, e São Cesário, em Arles, que deixaram um ensinamento de conteúdo clássico, advindo diretamente do evangelho: "encontra-se Cristo nos pobres; a posse dos bens terrenos não é mais que uma gerência; o supérfluo pertence ao pobre; a esmola extingue o pecado, mas Deus não se deixa corromper por ela; todos os cristãos devem exercê-la" (MOLLAT, 1989, p.40).

Segundo Mollat (1989), por volta dos anos de 420-430, já havia uma espécie de imposto, corrente nas "diaconias" do Egito, que dedicava aos pobres um décimo das colheitas trazidas pelos proprietários da vizinhança. A diaconia tinha a função de um posto de abastecimento que no passado era reservado à Anona pública declinante, chegando a desaparecer no período ostrogodo. Na mesma época na África e em Roma, essa instituição funcionava sob o nome de *brevis*. No século VI, esse nome foi substituído pela palavra

matricula. No entanto, os dois termos tem significado de lista nominativa dos pobres mantidos pela Igreja. O papa Leão o Grande (440-461) indica que esse organismo foi repassado a gestores laicos (*praesides*) (MOLLAT, 1989, p.40-1).

Desde o século V, havia lista de pobres em vários pontos da Europa e da África. A matrícula, ou lista de inscrição dos pobres, continha o nome de homens e mulheres de todas as profissões. Estes eram os beneficiários dos donativos garantidos pela Igreja (MOLLAT, 1989, p.41).

Até a metade do século XII, a caridade evangélica renovou as obras de misericórdia em todos os âmbitos onde era praticada (MOLLAT, 1989, p.88).

A partir da segunda metade do século XII, a caridade foi passando a ser praticada pelas instituições laicas, deixando de ser, exclusivamente, da esfera monástica:

Confiar a clérigos e monges a realização, em seu nome, das obras de misericórdia não era suficiente para os laicos. Desde meados do século XII, eles passaram a assumir o encargo com mais freqüência, num contato direto com os pobres. O progresso da circulação monetária forneceu a um número maior de laicos e, entre eles, à categoria nova dos mercadores, o meio de rivalizar com a generosidade dos senhores e das comunidades monásticas. No plano da caridade, a explicação econômica é insuficiente (...). Uma tendência ao estabelecimento e uma relação pessoal entre o benfeitor e o beneficiário fora buscada pouco a pouco sob o manto da mediação monástica. Em Cluny, por exemplo, os monges comprometiam-se a reservar para determinados doadores um pobre específico a quem em nome deles, o tempo todo, vestiriam, calçariam e alimentariam.

(MOLLAT, 1989, p.93).

No século XIV, com o aumento gradativo do pauperismo, a Igreja não conseguia administrar todas as misérias em muitas regiões, motivo pelo qual ela passou para os *poderes civis* uma parte da assistência ou foi suplantada por esses poderes. No entanto, os bispos continuaram no controle das obras de caridade e das instituições de beneficência, o que revela que a *secularização* da caridade não deve ser entendida num sentido moderno (MOLLAT, 1989, p.264-65).

Ainda no século XIV, o Estado começa a tomar para si a responsabilidade de cuidar dos pobres, haja vista o perigo que a pobreza representava para a estabilidade da sociedade, pondo em risco a posição ocupada pelos mais ricos e pelos governantes. Mollat (1989) mostra como a

caridade passou a fazer parte das ações do Estado com vistas a garantir o controle, criando a chamada “política dos pobres”:

Assistência constituiu, desse modo, um dos setores do desenvolvimento da autoridade do Estado. Os círculos de um Carlos V ou de um Ricardo II estavam, perfeitamente conscientes desse fato. Philippe de Mézières preconizava um controle mais rigoroso dos oficiais do rei para impedir a opressão e favorecer o auxílio aos desvalidos. A geração seguinte encontrou em suas reflexões humanistas e nos precedentes antigos, argumentos suplementares. D. Pedro de Portugal, por exemplo, consagrou o seu tratado da *virtuosa benfeitoria* à demonstração dos deveres do Estado para com os pobres; o rei, diz ele entre outras coisas, deve administrar os hospitais após a morte de seus fundadores laicos, visto que já não são bens privados. No final do século, em 1498, no mesmo país, o rei Manuel promulgou um decreto determinando a reforma das instituições de assistência. A partir de então, a idéia de que competia ao Estado ocupar-se dos pobres passou a ser admitida por todos; Geiler de Kayersberg formulava-a com muita clareza. É isso, aliás, que expõe seu compatriota anônimo, autor do Livro dos cem capítulos (c.1.500), conservado em Colmar, celebrando o advento de uma sociedade nova, na oitava fase da história do mundo: ‘Se os soberanos não se encarregarem de estabelecer uma ordem social harmoniosa, o Senhor dará rédea solta aos pobres, que irão transformar-se nos instrumentos de sua cólera e nos artífices de sua libertação. Desse modo as necessidades da paz associavam-se às exigências da caridade e postulavam, como elas, a intervenção dos poderes civis juntamente com as autoridades eclesiásticas para apoiar, suprir e promover as obras de assistência.

(MOLLAT, 1989, p.265).

Os achados e a análise histórica de Mollat (1989) sobre a caridade aproximam-se do que pude encontrar no trabalho de Castel (1998a), concernente a uma pesquisa de antropologia histórica sobre a *questão social* na Europa, e, mais incisivamente sobre a situação francesa, a partir do século IV.

Castel (1998a) analisa o processo que envolveu a assistência aos pobres, da Igreja medieval ao *Estado social*, e que constituiu a *sociedade salarial*, constatando a *vulnerabilidade do trabalho e a precarização de vínculos sociais* sobre os quais ele cunhou o conceito de *inempregáveis* e o de *desfiliaados*, descortinando a realidade acerca da constituição da pobreza.

Na Europa do século IV, a Igreja já assumia a posição de administradora da pobreza, pois as paróquias eram as responsáveis por cuidar dos pobres (CASTEL, 1998a, p.69).

Na Inglaterra de 1795, a Igreja garantia aos pobres um salário mínimo

para alimentação com a possibilidade de acréscimo calculado sobre o preço de alimentos (CASTEL, 1998a, p.80).

Castel (1998a, p.81) faz uma exposição do significado da caridade cristã, mostrando a existência de uma intrínseca vinculação entre a caridade e a assistência. Segundo ele, no ocidente, o caráter fundador do cristianismo está na origem da assistência desde a Idade Média:

A concepção e a prática cristãs da caridade foram, em geral, modeladas pelas categorias constitutivas da assistência. O cristianismo retomou e sobredeterminou o critério da inaptidão para o trabalho, fazendo da miséria do corpo o sinal mais eminente para inscrever o pobre em uma economia da salvação. Aceitou também que o próximo a que se deve dirigir o amor pela humanidade sofredora seja, preferencialmente, aquele que está próximo, que está inscrito em redes de participação comunitária.

(CASTEL, 1998a, p.81).

As principais práticas de assistência aconteceram, primeiro, nos conventos e nas instituições religiosas. A Igreja foi a principal administradora da assistência e sua passagem para as instituições laicas, a exemplo do Estado, ocorreu sem interrupções, chegando a haver mais colaborações do que realmente passagem (CASTEL, 1998a, p.81).

Segundo Castel (1998a, p.82), havia, na França, uma economia cristã orientada pela caridade e uma economia laica da assistência orientada por exigências administrativas impostas pelo Estado, o que não significa obstar resistências e tensões entre as duas orientações, como também não significa que essas orientações tenham sido seguidas rigorosamente.

Para Castel (1998a, p.82), as atitudes do cristianismo entendidas como caridosas, da Igreja e dos fiéis, podem ser encontradas em outras culturas. “Desse modo não se pode atribuir somente à caridade cristã tudo o que se faz de caridoso em uma civilização dominada pelo cristianismo” (CASTEL, 1998a, p.81-82). Há uma grande complexidade entre a espiritualidade cristã e a assistência prestada aos pobres, fato que não permite uma interpretação homogênea acerca das ações de doação. Observemos o que nos diz Castel (1998a):

A relação entre a espiritualidade cristã e a assistência é igualmente muito mais complexa do que sugere a consideração, a que se restringiu aqui, só das práticas que prevaleceram socialmente.

Formas mais generosas de compaixão manifestaram-se tanto no seio do povo crente quanto entre alguns dignitários da Igreja. São Francisco de Assis desenvolve o culto da 'Senhora Pobreza'. Um teólogo tão eminente como o dominicano espanhol Domingo De Soto se opôs aos humanistas do Renascimento, erguendo-se contra qualquer restrição ao exercício da caridade. E, sem dúvida alguma, houve inúmeros cristãos que ajudaram o seu próximo sem a preocupação de aplicar as regras canônicas.

(CASTEL, 1998a, p.83).

Nas primeiras décadas do Século XIX, na Inglaterra, houve um grande debate a favor ou contra a abolição da chamada *caridade legal* (*poor laws*). A caridade, antes exercida pela Igreja Católica, passa a ser institucionalizada e o Estado torna-se o responsável por cobrar taxas obrigatórias para assegurar uma renda mínima a todos os indigentes. Nasce, então, um novo sistema público de socorros aos indigentes, implantado na reforma da legislação, em 1834 (CASTEL, 1998a, p.281).

Na França, houve poucos grandes debates sobre as matérias da indigência e do trabalho. No entanto, surgiram muitas críticas à *caridade legal* inglesa, acusada de ter um custo financeiro altíssimo e de manter uma mentalidade de assistidos entre os pobres. Em meados do século XIX, começa a haver uma "(...) tomada de consciência de uma forma de miséria que parece acompanhar o desenvolvimento da riqueza e do progresso da civilização. A questão social surge como uma nova despesa porque os 'novos pobres' agora estão plantados no coração da sociedade, formam a ponta de lança de seu aparelho produtivo". (CASTEL, 1998a, p.281).

Em 1905, na França, a passagem da assistência ao *status* de direito não apaga por inteiro o estigma da indigência (CASTEL, 1998a, p.372). Dessa forma a *caridade* passa a ser *legal*. A esmola dada aos indigentes passou a estar sob a forma de aposentadorias, pensões, seguros obrigatórios, etc. É a partir disso que é construída uma *solidariedade nacional* ou institucional, na qual todos os indivíduos estão vinculados por meio de uma obrigação legal instituída pelo *Estado social* (fato bastante criticado pelos liberais da época), e isso foi feito para preservar a coesão da sociedade. (CASTEL, 1998a, p.365-382).

A versão brasileira do *Estado social* também se preocupa em evitar a *ruptura do tecido social* e em preservar a coesão da sociedade. O *Estado* não toma para si a obrigação de cuidar dos pobres, mas de empreender a ação

social de assistência para resguardar a segurança da sociedade (ARAÚJO, 2000, p.124-5).

Inspirada em Simmel (1986), Araújo (2000) assevera que o Estado moderno não possui o dever de socorrer o pobre e o pobre não possui o direito de ser socorrido pelo Estado, mas a ameaça e o perigo que ele, o pobre, representa para o bem comum podem ser eliminados por meio da moderna assistência estatal, que é direito de qualquer cidadão que contribui com os impostos para serem aplicados em políticas de segurança da sociedade:

Com freqüência reporta-se ao princípio segundo o qual o Estado tem o dever de socorrer o pobre. Porém – como esclarece Simmel – este dever não corresponde, para o pobre, a nenhum direito de socorro, uma vez que o direito que equivale àquele dever do Estado não é o direito do pobre, mas o direito que tem todo cidadão a que a contribuição que paga em forma de impostos seja de tal modo aplicada, que os fins públicos da assistência aos pobres sejam realmente conseguidos, a fim de resguardar a segurança da sociedade. Ou seja, a ação social de assistência não tem no pobre o seu fim último, mas o manuseio de certos objetivos, materiais e administrativos, destinados a suprimir os perigos e danos que aquele significa para o bem comum. Esse é o caráter da moderna assistência do Estado aos pobres, que se aplica abstratamente ao indivíduo e à sua condição pessoal.

(ARAÚJO, 2000, p.124-5).

Atualmente, o *Estado social* que assegurava a segurança da sociedade de modo mais eficaz com o “manuseio de certos objetivos, materiais e administrativos” (ARAÚJO, 2000, p.125), foi bastante enfraquecido pelo agravamento das crises do moderno capitalismo.

A respeito das análises feitas sobre fenômenos ocorridos em outras sociedades, penso que são necessárias algumas ressalvas sobre a apropriação de seus resultados para orientar pesquisas em sociedades histórica e culturalmente distintas. Não obstante, tais análises podem se mostrar bastante pertinentes para iluminar sociologicamente os fenômenos sociais ocorridos no Brasil, caso do trabalho de Bauman (2005).

Apesar de suas análises serem elaboradas sobre o panorama primordialmente Europeu, Bauman (2005) colabora para o entendimento do Estado contemporâneo na sociedade brasileira. Segundo Bauman (2005, p.111-2), o *Estado social* vive a vulnerabilidade da *incerteza* que domina no recém nascido século XXI. As condições de emprego (posto de trabalho)

imprevisíveis, resultado da competição de mercado, foram e continuam a ser a principal fonte da incerteza (em relação ao futuro) e da “insegurança em relação à posição social e à auto-estima que assaltavam os cidadãos” (BAUMAN, 2005, p.112). Foi fundamentalmente contra essa incerteza que o *Estado social* buscou proteger a sociedade, “tornando os empregos mais seguros e o futuro mais garantido” (BAUMAN, 2005, p.112).

No entanto, já não seria esse o quadro atual, pois, como anuncia Bauman:

O Estado contemporâneo já não pode cumprir a promessa do Estado social e seus políticos não a repetem mais. Em vez disso, seus programas prognosticam um apelo ainda mais precário e arriscado por um monte de malabarismos, ao passo que tornam quase impossíveis os projetos de vida. Eles pedem aos eleitores que sejam mais ‘flexíveis’ (ou seja, que se preparem para ter mais insegurança no futuro) e busquem individualmente suas próprias soluções individuais para problemas socialmente produzidos.

(BAUMAN, 2005, p.112).

O demasiado aumento da desigualdade sócio-econômica no Brasil e no mundo, faz com que os clamores dos *inempregáveis* (CASTEL, 1998a), do *refugo humano* (BAUMAN, 2005), organizados em movimentos sociais ou defendidos por ONG’s e demais entidades de combate à pobreza, chamem a atenção do Estado para os seus reclames. Dessa forma, haveria uma ressurreição das enfraquecidas esperanças de proteção contra o confinamento das pessoas ao *lixo*:

A nova demanda popular por um poder de Estado vigoroso, capaz de ressuscitar as debilitadas esperanças de proteção contra o confinamento ao lixo, é construída sobre os pilares da vulnerabilidade e da segurança *pessoais* e não da precariedade e da proteção *sociais*.

(BAUMAN, 2005, p.113). (destaque em itálico do autor)

Independente da ação do *Estado social*, as iniciativas populares para tornar a vida possível e superar a pobreza já vêm ocorrendo desde o século XIX.

Na Inglaterra do século XIX, o pauperismo passa a ser um grande problema para a sociedade, configurando-se como a *questão social*. Por isso, surgem arranjos para melhorar as condições de vida da classe operária. Na década de 1830 a 1840, surgem as primeiras experiências de trabalho,

produção e consumo cooperativistas, alimentadas pela teoria associativista.

Na virada do século XX ao XXI, Castel (1998a, p.575) indica a existência de uma preocupação de promover uma *economia social*, no sentido de ligar a questão do emprego à da coesão social, criar vínculos entre as atividades e entre as pessoas. Entretanto, o autor diz tratar-se “(...) mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política”. Portanto, para além de uma integração por meio da divisão social do trabalho, é necessário haver uma integração entre as pessoas para que elas possam manter a coesão e evitar a *ruptura do tecido social*, sustentando, assim, a sociedade que ora passa pela eliminação de postos de trabalho formais, acontecimento elementar da crise contemporânea do capitalismo moderno da qual faz parte a crise da *sociedade salarial* (CASTEL, 1998a).

No Brasil do século XXI, como em outros países, as matrizes do associativismo e do cooperativismo estão sendo re-apropriadas na invenção de arranjos entre a sociedade e a economia para sobreviver-se em meio às situações de pobreza e da realidade da falta de postos de trabalho para todos, fato impulsionador da chamada *economia solidária* no Brasil (SINGER, 2002a; SINGER; SOUZA, 2000). Mais especificamente, a *economia solidária*, a exemplo da EPS desenvolvida pelos agentes de Cáritas, acaba desempenhando uma função mantenedora do *tecido social*, evitando o descontrole das populações pobres que poderia ocasionar uma desintegração da sociedade.

Neste contexto, o trabalho dos agentes para o desenvolvimento da EPS é uma forma de fazer “caridade”-“justiça”, no sentido judaico, possibilitando mudanças na forma “*precária e instável, marginal*” de inclusão (SOUZA MARTINS, 1997, p.26) dos pobres, garantindo-lhes uma outra *inclusão*, a qual pode ser chamada de *inclusão social* pelo trabalho e pelo consumo.

A EPS, como todas as demais categorias de *economia solidária*, funciona na contramão da concentração e da acumulação de riquezas nas mãos de alguns (fato constitutivo do sistema sócio-econômico capitalista, e, concomitantemente, uma das razões de suas crises – um dos porquês que explicam o capitalismo como uma contradição em processo).

Além de ser um fenômeno apaziguador das tensões provocadas pela desigualdade sócio-econômica, o que lhe atribui um papel de *alternativa* para a

sustentação do capitalismo, a EPS também faz parte de um movimento maior (*economia solidária*) pelo qual também há uma *possibilidade histórica* de superação do mesmo. Apesar disso, o trabalho de todos os agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS possui relação com uma proposta cristã de “emancipação” propagada pela Organização com vistas à construção do “Reino de Deus” na terra. Ou seja, a Organização, por meio de seus agentes, diz ter como projeto maior a realização de uma sociedade “justa”, “fraterna” e “igualitária”, conforme consta do evangelho cristão.

3.4 A “cultura da solidariedade”: “prática”, “mística” e “emancipação”

A “cultura da solidariedade” é produzida por práticas, fazeres e saberes orientados pela *moral solidária* ou *religiosa* valorizada e promovida pela Cáritas Brasileira, cujo objetivo maior é a construção do “Reino de Deus” na terra. Como já havia sinalizado no item 3.2 deste capítulo, a “cultura da solidariedade” pode ser definida teoricamente como o modo de ser e de viver baseado na solidariedade que emana da máxima cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). Tais modos de ser e de viver são vistos pelos adeptos deste discurso como fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Segundo Arruda (2006, p.65), a *socioeconomia solidária* (outra forma de linguagem sob a qual a economia solidária é posta) não se trata apenas de um enunciado utópico, pois ela teria vindo também da crítica da globalização do capital e da análise do fracasso das relações pessoais e interpessoais integrantes do sistema dessa globalização capitalista, cuja pretensão é alastrar-se por todo o mundo. Para Arruda (2006, p.65), a concepção de *socioeconomia solidária* se baseia na convicção de milhões de pessoas que crêem e afirmam que “outro mundo é possível”, e leva esta “afirmação às últimas conseqüências postulando: outro mundo só é possível se outra economia é possível e esta, se outra humanidade – outro mundo de relações,

outra cultura – é possível” (ARRUDA, 2006, p.65)⁹.

Arruda (2006) fala de uma mudança pessoal e social nas dimensões moral e prática para a criação de uma outra *cultura*:

Uma socioeconomia, isto é, uma economia a serviço do social e do humano envolve, em primeiro lugar, uma revolução cultural de grande escala e profundidade. Não se trata apenas de mudanças na perspectiva da produção, na tecnologia, na organização do trabalho, no modo de ser das instituições, sobretudo as empresas e o Estado. Todas estas são transformações indispensáveis. Mas a condição que garantirá a coerência, a sustentabilidade, e, enfim, o êxito delas é a transformação no interior de nós próprios, nos valores que nos dão sentido, nas atitudes que permeiam nossos comportamentos e modos de relação, na postura frente aos desejos e aspirações, no grau de consciência sobre nosso próprio ser – inclusive sobre o inconsciente – e suas potencialidades, no grau de controle sobre a nossa dimensão infra-humana, instintos e impulsos peculiarmente animais. Não se criam novas estruturas, novas instituições e novas relações sociais com velhos seres humanos. *Velhos* somos todas e todos que carregamos conosco a marca profunda, e diariamente renovada, da cultura do egoísmo, da competição predatória contra o outro, do consumismo desenfreado, do mimetismo, do culto fetichista às máquinas e à técnica, do materialismo vulgar que só reconhece como realidade o visível e o imediato.

(ARRUDA, p.65-6) (grifo do autor).

A idéia da elaboração de outra *cultura*, de Arruda (2006), está intimamente ligada à “cultura da solidariedade”, da Cáritas, referente à proposta da criação de relações sociais que pusessem a geração e a gerência da produção de riquezas a serviço da coletividade e da vida humana.

Generalizadamente, a Cáritas Brasileira divulga que a “educação” para a “cultura da solidariedade” deve proporcionar a criação de uma sociedade “ideal”, onde não haveria exploração no trabalho, violências, concentração e acumulação de riquezas, privação de direitos, etc.

O material institucional da Organização apresenta a perspectiva sobre a formação dos agentes e das lideranças dos grupos acompanhados. Eminentemente, os valores cristãos coroam as ações a serem engendradas para a elaboração da “cultura da solidariedade”, fundamental ao projeto de sociedade representado pela noção teológica de “Reino de Deus” na terra. Assim ocorre o ensino para a prática da solidariedade:

⁹ Arruda é um dos autores brasileiros que militam em prol da *economia solidária*. Sobre as trajetórias intelectuais dos chamados *autores da economia solidária* como Marcos Arruda, Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger, sugiro a leitura do trabalho de Lechat (2004).

A formação e a capacitação de lideranças para uma metodologia participativa de organização e participação do povo são objetivos permanentes da Cáritas. Ela busca desenvolver esse trabalho de formação junto às comunidades, paróquias, dioceses, regionais e, em âmbito nacional, com fundamentação bíblica e ensino social da Igreja, com vivência da mística e espiritualidade ligadas à prática da solidariedade libertadora. Trata-se de uma formação que relaciona a compreensão da realidade com a radicalidade profética do Evangelho e os valores e sinais de vida presentes na realidade do povo na sua interação com a natureza.¹⁰

Durante a pesquisa, percebi que a dimensão moral do trabalho dos agentes de Cáritas se sobressaía em suas falas sobre as suas práticas e fazeres no campo da economia solidária. O fato de venderem a sua força de trabalho, de serem assalariados, de terem dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho e de serem empregados da Igreja Católica explica a instrumentalização da lição cristã, mas em parte, pois os agentes também são adeptos do cristianismo. Em sua vida pessoal, independente de sua condição de *trabalhador da Igreja*, reverenciam os elementos morais defendidos pela Organização.

O “serviço social” da Igreja busca fomentar a “cultura da solidariedade”, indispensável para o seu projeto utópico de transformação da sociedade capitalista atual por meio das ações pedagógicas de seus agentes junto aos “excluídos/as” (“pobres”). As repercussões práticas disso podem ser ilustradas com a fala de Rute, que explica sobre a sua interação com os grupos, a aprendizagem de mão dupla entre agentes e as pessoas atendidas, a abordagem e a metodologia utilizadas com os objetivos de combater à pobreza e de formar para a prática da solidariedade:

a Cáritas (...) tem que desenvolver um trabalho..., mas ela, em cima desse trabalho, existe uma cumplicidade com os grupos, nós estamos aqui, nós colocamos a nossa proposta perguntamos se eles aceitam, se eles estão dispostos a trabalhar com uma nova forma de vida, um novo tipo de economia, né, por que nós só podemos fazer e nós só podemos obter resultados se eles aceitarem, né? Não podemos impor uma coisa, porque primeiro não vamos obter resultado nenhum e nem vamos pra canto nenhum. A gente tem que ter uma negociação. Então os grupos acompanhados a gente trata de igual pra igual, pra gente eles são os nossos sujeitos de ação, e há um respeito muito grande entre a gente, o agente e eles, pra eles.

¹⁰ CÁRITAS BRASILEIRA. **Cáritas na promoção da solidariedade**: como organizar a ação da Cáritas. 2.ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006a (Série cartilhas, 1).

Pra gente, sempre a gente acha que não sabe tudo. A gente sempre aprende com eles e na verdade nós aprendemos muito com o saber popular, cultura das comunidades. Isso é enriquecedor, a vivência eu. Consegui, eu acho que é até uma graça, que é uma das coisas que a própria financiadora cobra da gente. 'E os resultados desse trabalho? Cadê os resultados?' Que o resultado é esse: (...) teve uma reunião de monitoramento do crédito solidário, e aí na reunião nós conversamos sobre os resultados: 'pra você, o quê que mudou? Diga aí uma palavra ou algo que mudou a sua vida', e uma mãe colocou que aprendeu o que era solidariedade, a praticar solidariedade, mas com a Cáritas, com o modo de ser do trabalho da Cáritas, com a experiência da Cáritas, com a vivência...

Em sua fala, Rute busca demonstrar o respeito pelas pessoas que compõem os grupos, preocupando-se com a apresentação da proposta de construir um outro modelo de sociedade. Se os grupos aceitam a proposta dos agentes, resta trabalhar para suprir as necessidades econômicas, para favorecer a organização comunitária, e, transversalmente, para formar as pessoas para a "cultura da solidariedade". Inclusive, as entidades financiadoras, como a ONG alemã Misereor, querem resultados práticos do trabalho de combate à pobreza e de formação para o modo de ser e de viver inspirados na "solidariedade" propagada pela Cáritas.

A fala de Rute evidencia os resultados que ultrapassariam a dimensão econômica. A mãe que teria aprendido o que é a "solidariedade" é uma evidência dos resultados morais e éticos da atuação dos agentes na organização da EPS junto às populações atendidas. Neste sentido, a Organização divulga em seu material nacional e local que o seu objetivo não é apenas combater à pobreza entendida como a falta de condições materiais para viver. Por meio do combate à pobreza e à "exclusão social", sua meta máxima é educacional e visa às mudanças na organização social, econômica e política da sociedade capitalista por meio do incentivo à prática da "solidariedade cristã":

A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fornecimento de crédito e/ou de assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua grande contribuição deve ser formativa dos sujeitos para uma nova forma de construir relações solidárias. Cabe à Cáritas animar e estimular a **prática da solidariedade** coerente com uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário. Esse processo passa necessariamente por uma **mudança cultural no rumo da solidariedade**. Por isso, estimular a produção de bens e a sua comercialização é importante, mas não suficiente para a Cáritas. As redes de EPS devem ser de produção comercialização, consumo,

mobilização, construção de políticas, fortalecimento de cidadania e construção de um novo modelo de desenvolvimento.
(BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.94).

O detalhe é que a “prática da solidariedade” é ensinada por um profissional remunerado para isso, reforçando a idéia de uma solidariedade entre desiguais quando se trata da relação entre os agentes e os seus “sujeitos de ação”, como exposto na fala de Rute.

Concluí-se que, no Brasil e no Ceará, o apoio a atividades econômicas fomentadas pela Cáritas tem sido feito com vistas à elaboração da “cultura da solidariedade”, que só pode ser produzida “na prática”. A “solidariedade” tem então uma dimensão moral e uma dimensão ética, uma dimensão de valores e uma dimensão prática, de conduta, que são constitutivas da “cultura da solidariedade”, fazendo-me perceber que os agentes buscam executar este projeto cristão por meio da “prática da solidariedade” entre *iguais* e *desiguais*.

A vinculação entre o religioso e o secular está sempre presente nas ações dos agentes da Cáritas para o desenvolvimento da “cultura da solidariedade”. Não há encontros de formação, seminários, congressos, assembléias, reuniões de avaliação e de planejamento das equipes de agentes de Cáritas e momentos de avaliação do trabalho dos agentes ou dos projetos de EPS em andamento nas comunidades com as quais a Cáritas trabalha em que não se realize a chamada “mística”.

A mística é a reflexão inspirada pela lição cristã, e, ao mesmo tempo, é um momento de celebração em que os agentes e as pessoas com as quais trabalham lêem trechos do Evangelho, cantam louvores a Jesus Cristo, realizam dinâmicas com produtos produzidos pelos grupos produtivos solidários e *performances* musicais e teatrais. A leitura de trechos do evangelho é feita por um agente, uma liderança ou um membro de algum grupo de produção. Após a leitura, há uma reflexão sobre o que foi lido, na qual todos podem intervir expondo as suas interpretações sobre a palavra cristã. Maria fala da mística como um momento de celebração da reflexão pessoal que faz o sujeito pensar sobre si e as suas relações com os outros e com a natureza. Ela também destaca que na grande maioria das vezes são os textos bíblicos que são utilizados nesses momentos, nos quais os agentes também fazem interpretações do evangelho de acordo com o atual passo da história,

ajudando-os a refletir sobre o “hoje”.

A mística, ela anima as pessoas a acreditarem num projeto diferente de sociedade, ela anima a fé nas pessoas, né? Em Cristo, num mundo diferente, também em Cristo que é um referencial muito forte né? (...) Ela se concretiza, é... muito fortemente, nestes momentos de vivência, da espiritualidade, que se dá através de partilha, de orações, de cantos também, de expressões às vezes, até expressões culturais também, mas que aquilo toca o coração das pessoas, né? (...) no sentido de apelar às pessoas, apelar pra questão de mudar essa realidade de exclusão que as pessoas vivem. Então, cada qual tem essa relação com isso. O momento da mística, ele primeiro tem um momento da pessoa, que leva a pessoa a introspecção, ao contato consigo. E nesse contato consigo também, você é despertado pra fazer uma relação com o mundo, com a sua vida ao redor, e qual a motivação que a gente tem pra mudar essa realidade. Então esses momentos de mística, eles tem muito esse papel de fazer você olhar pra dentro de você, você se perceber enquanto sujeito de sua história, mas também da história do coletivo, né? E sempre também nos momentos de celebração da mística, a gente costuma trazer alguma leitura, e muitas vezes, eu acho que 99% das vezes, são textos bíblicos justamente que remetem a ação de Jesus, ou mesmo anteriormente, que tinha uma relação com a caminhada do povo, né? Do povo de Jesus, que são assim pessoas em situações de exclusão, caminhando pra uma situação mais justa, né? Uma situação melhor de vida. Então assim, eles fazem a gente mergulhar um pouco nessa experiência de antepassado e a relação com o hoje na Cáritas. Esses momentos místicos são muito, muito nessa linha.

No momento da mística, as pessoas pensam sobre o mundo hodierno a partir dos ensinamentos do Evangelho, ao mesmo tempo em que se confraternizam com abraços, apertos de mão, troca de objetos pessoais ou escolhidos para serem doados às pessoas envolvidas na interação. É na “hora” da mística, que vem à tona com melhor definição a presença da máxima cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). A “mística” deixa claro que as ações dos agentes de Cáritas, e dos trabalhadores dos grupos fomentados e acompanhados por eles, são alimentadas pela lição cristã idealmente guiadora da sua prática.

Com a “fé” fortalecida pela “mística e espiritualidade”, busca-se a “emancipação”. A noção de *emancipação* é uma peça chave na constituição da “cultura da solidariedade”. Esse conceito se refere à liberdade que seria conseguida por meio da mudança dos valores e padrões de vida estabelecidos na sociedade capitalista moderna. Alguns agentes dizem que a “cultura da solidariedade” é um modo de vida contra o capitalismo e o individualismo que ele criou, e “a prática da solidariedade é o caminho para a emancipação”, como

diz Maria.

Para os sujeitos da minha pesquisa, a “emancipação” é um dos maiores objetivos da Cáritas, pois ela seria a realização de uma autonomia política e econômica dos “excluídos”, reforçando a “cultura da solidariedade” por meio de recursos como a EPS:

A emancipação é um dos objetivos maiores, assim, do trabalho da Cáritas, porque justamente ela é sinônimo de que as comunidades, as pessoas de situação de exclusão, elas estão buscando um caminho, pra não dependência (...). Então ela percebeu, ela como um dos grandes objetivos na autonomia, na emancipação e na proposta da economia solidária. Ela também tem uma relação muito forte com a questão do trabalho, (...) o trabalho como algo de propriedade das pessoas mesmas, os trabalhadores e as trabalhadoras, né? E não de outros meios de produções, sendo das próprias pessoas. Então tem esse caráter também da autonomia e da emancipação, não apenas políticas, né (?), mas até mesmo nas outras dimensões econômicas, que acho que tá muito presente também nessas iniciativas de trabalho da Economia Popular Solidária, além da questão política (...).

(Maria, Secretária do Regional da Cáritas Brasileira no Ceará).

A “emancipação” poderia ser conquistada pelo trabalho, por meio do qual os agentes tentam fazer um processo de “inclusão social”. O detalhe é que o conceito de “emancipação” movimentado pelos agentes de Cáritas possui limites de ordem prática, esgotando a perspectiva de liberdade com a possível efetivação de direitos civis, políticos e sociais.

Como observado ao longo desta dissertação, as noções dos agentes e de seu trabalho estão intimamente ligadas às idéias religiosas do cristianismo católico. A dimensão religiosa dessa noção de “emancipação” levou-me a pensar na discussão feita por Marx (1993, p.33-73) sobre a diferença entre *emancipação política* e *emancipação humana* presente em seu estudo sobre a *questão judaica*. Para Marx (1993), as questões teológicas foram transformadas em seculares quando Bruno Bauer defendeu uma emancipação política dos judeus.

Marx (1993) abordou a *emancipação política* vinculada à religião, o que passou a ser chamado de problema entre *emancipação política* e *emancipação humana*. Nessa discussão marxiana, o Estado possui imperfeições religiosas, que privam os seus súditos de uma *emancipação* para além dos seus limites (MARX, p.41-2). Para ele, “o chamado Estado cristão serve de *suplemento* e

de santificação da própria *imperfeição*” (MARX, 1993, p.49).

O autor continua a sua crítica ao *Estado cristão* – que tem a religião cristã como oficial – afirmando que ele é um “dever-ser”, cuja realização é impossível. (...) o Estado que se baseia na Bíblia, para uma total desordem de consciência em que já não distinga se ele é *ilusão* ou *realidade*” (MARX, 1993, p.51).

No interior da sociedade capitalista, a formal emancipação, *civil* e *política*, sob o reconhecimento do mediador entre o indivíduo e a sua liberdade – o Estado, regulador da sociedade civil – pode ser efetivada, mas a *emancipação integral, humana*, para além das amarras do Estado e da religião, não. No entendimento de Marx, a religião possibilita um grande entrave para a liberdade, que não se efetivaria amplamente por estar sendo tutelada pelo Estado cristão. A *emancipação humana* somente seria possível, a partir da ruptura com o Estado capitalista, com os seus mecanismos de controle e ordenamento jurídico, com a propriedade privada e com a religião. Sem isso, a *emancipação política*, superficial e limitada, continuará reduzindo o (...) homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo *independente* e *egoísta* e, por outro a cidadão, a pessoa moral (MARX, 1993, p.63).

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças *sociais*, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força *política*.

Concordando com a perspectiva de Marx (1993), identifica-se que os agentes de Cáritas e os “excluídos” não se guiam por uma libertação da religião e do Estado – que garante os direitos civis e políticos como o direito à liberdade e à igualdade na perspectiva de uma contraditória manutenção da propriedade privada –. Assim, a *emancipação humana* não se realiza, e o indivíduo continua preso política e ideologicamente às estruturas mantenedoras da sociedade capitalista.

Considerando as suas contradições, a Cáritas continua envidando esforços para a elaboração da “cultura da solidariedade”, modo de ser e de viver tido pelos agentes como fundamental para a construção de uma nova

sociedade, feita com “os excluídos” e “as excluídas”, a caminho da utopia social.

3.5 A construção do “Reino de Deus” na terra

Como discutido no item anterior, a “solidariedade” e a “emancipação” são alimentadas pelos valores que compõem a chamada “cultura da solidariedade”. Esta diz respeito a um modo de ser e de viver impresso por uma *moral solidária* operacionalizada pela Cáritas, no Ceará, por meio da “educação”.

A organização Cáritas Brasileira divulga que o recurso da “educação” para a “cultura da solidariedade” deve proporcionar a criação de uma sociedade “ideal”, onde não haja exploração no trabalho, violências, concentração e acumulação de riquezas, privação de direitos, etc. Eis que o discurso social dos agentes da Cáritas e os documentos institucionais¹¹ convergem para a idéia de construção de uma *sociedade utópica*, a qual a Organização se refere como “Reino de Deus”.

A fundação dessa *sociedade utópica* tem vinculação imediata com as representações sobre a pobreza e o pobre.

Vários agentes de Cáritas, hoje, possuem uma ligação direta com a TL, conhecida pelos referenciais humanistas como a emancipação humana e a felicidade desenhada na igualdade entre os sujeitos e entre os povos. Segundo Madalena, “agente de Cáritas” que fomenta a EPS em Fortaleza, na década de 60, os setores *progressistas da Igreja* entenderam que havia a necessidade de criar “novas formas” para alcançar o “Reino de Deus”, pois o assistencialismo praticado ao longo da maior parte da história da Igreja Católica não resolveu os problemas existenciais da humanidade tais como a fome, a exploração no trabalho, o desemprego, as violências, a concentração de riquezas, as discriminações, etc.

¹¹ Ver “objetivos” da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Para analisar a noção teológica de “Reino de Deus”, proposta pela Cáritas, recorro ao trabalho de Leonardo Boff (1982), sobre a realidade da Igreja Católica na América Latina.¹²

Como um dos fundadores da TL, o autor entende o “Reino de Deus” como uma noção que diz respeito ao princípio e ao fim de uma sociedade justa, igualitária, sem discriminações, que acolha as diferenças e que supere as desigualdades sócio-econômicas.

Para um melhor entendimento do que significa o “Reino de Deus”, é relevante considerar a articulação que essa formulação possui com a de “mundo” e a de “Igreja”. Tal articulação foi feita por Boff (1982):

A Igreja não pode ser entendida nela e por ela mesma, pois está a serviço de realidades que a transcendem, o Reino e o Mundo. Mundo e Reino são as pilastras que sustentam todo o edifício da Igreja. Primeiro apresenta-se a realidade do Reino que engloba mundo e Igreja. *Reino* – categoria empregada por Jesus para expressar *sua ipsissima intentio* – constitui a utopia realizada no mundo (escatologia); é o fim bom da totalidade da criação em Deus finalmente liberta totalmente de toda a imperfeição e penetrada pelo divino que a realiza absolutamente. O Reino perfaz a salvação em seu estado terminal. O *mundo* é o lugar da realização histórica do Reino. Na presente situação ele se encontra decadente e marcado pelo pecado; por isso o Reino de Deus se constrói contra as forças do anti-Reino; impõe-se sempre um oneroso processo de libertação para que o mundo possa acolher em si o Reino e desembocar no termo feliz. A Igreja é aquela parte do mundo que, na força do espírito, acolheu o Reino de forma explícita na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado em nossa opressão, guarda a permanente memória e a consciência do Reino, celebra sua presença no mundo e em si mesma e detém a gramática de seu anúncio, a serviço do mundo. A Igreja não é o Reino mas (sic) seu sinal (concreção explícita) e instrumento (mediação) de implementação no mundo. Cumpre articular numa ordem correta estes três termos. Primeiro vem o Reino como a primeira e última realidade englobando todas as demais. Depois vem o mundo como espaço de historicização do Reino e de realização da própria Igreja. Por fim vem a Igreja como realização antecipatória e sacramental do Reino dentro do mundo e mediação para que o Reino se antecipe mais densamente no mundo.

(BOFF, 1982, p.16-17).

Para Boff (1982) a Igreja é uma mediação, um instrumento de encampação do “Reino de Deus”, o qual se realizará no próprio mundo dos homens por meio de um “processo de libertação”. Dessa forma, o próprio

¹² Diz-se que foi exatamente esse livro, intitulado: *Igreja: carisma e poder*, a maior razão para a sua saída da Igreja, pois o clero não aprovou a divulgação das críticas feitas por Boff (1982) à Igreja e a sua organização política.

mundo acolherá em si o “Reino de Deus” instaurando a felicidade entre os homens e os povos. Assim a noção de “Reino” engloba “o mundo” e a “Igreja”. É desse raciocínio que nasce a idéia de que a Igreja, como sinal e instrumento do “Reino”, deve atuar no mundo dos homens para garantir por meio da educação, da mobilização política das pessoas, do associativismo, do trabalho autogestionário, da defesa do meio-ambiente, etc. para a implementação de uma sociedade justa, igualitária, democrática e fraterna na qual não haja lugar para ricos e pobres, mas para homens e mulheres livres da exploração e do desenvolvimento capitalista.

Boff (1982) afirma que Jesus não pregou Igreja, mas sim “Reino de Deus” no sentido da instauração da libertação para os pobres. Diz que o projeto de Jesus Cristo durante a sua peregrinação pela terra (o mundo dos homens) era a “libertação” e a “liberdade”. Por esse motivo Jesus pregava a justiça e a fraternidade do “poder do amor” em oposição ao “poder-dominação”.

O autor relata que o poder que emana do “amor” não é igual ao “poder-dominação”, pois é baseado na conquista pela fraqueza, pelo perdão e pela doação. Boff (1982) situa a “liberdade” em seu argumento teológico dos referenciais que fazem parte do plano de Jesus para o mundo:

Jesus não pregou Igreja mas Reino de Deus, que significava libertação para o pobre, consolo para os que choram, justiça, paz, perdão e amor. Não anuncia uma ordem estabelecida; não convoca ao súdito a ser mais submisso, humilde e leal; liberta para a liberdade e para o amor, que permite ao súdito ser súdito, mas livre, crítico e leal sem ser subserviente, e o detentor de poder servo, irmão e também livre de apetência de maior poder. Fraternidade, livre comunicação com todos, nova solidariedade entre os homens, com os pequeninos, os últimos da terra, os pecadores e até com os inimigos, bondade, renúncia ao julgamento dos outros, amor, indiscriminado, perdão sem limites são os grandes ideais propostos por Jesus. Não introduz nem sacraliza privilégios que geram castas e divisões entre os homens. A *exoustia*, isto é, a soberania que aparece em suas atitudes e palavras não é poder ao estilo do poder humano. É o poder do amor. Se anuncia que “todo o poder foi dado no céu e na terra” (Mt 28, 18) e passa esse poder aos apóstolos, devemos bem entender a natureza deste poder. É o poder de Deus. Qual é o poder de Deus? É o poder do Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo que se manifestou como pai de infinita bondade, que revela um poder absolutamente surpreendente que é a capacidade infinita de suportar e de ter paciência com os homens, poder de amar os “ingratos e maus” (Lc 6, 35). O poder é poder do amor. O poder do amor possui natureza diversa do poder-dominação. Ele é frágil, vulnerável, conquista pela fraqueza e pela capacidade de doação e de perdão. Essa *exoustia* mostrou Jesus sempre em sua vida. Por isso renunciou ao poder-dominação; preferiu morrer fraco a usá-lo para subjugar os homens e fazê-los aceitar sua mensagem. Destarte

desdivinizou o poder: não o fez mais prova de sua transcendência, negando-se sempre à prova do poder miraculoso (Mc 15, 32). É na fraqueza que se revela o Amor de Deus e o Deus do Amor (1 Cor 1, 25; 2 Cor 13, 4; Fl 2, 7).

(BOFF, 1982, p.102-103).

Jesus teria abdicado do poder de dominar, deixando os homens optarem por seguir ou não os seus ensinamentos. De acordo com os postulados de Cristo, os homens não deveriam criar estruturas de poder hierárquicas de modo a dominar e a escravizar outros homens. No entanto, sabe-se que para além da guerra, da escravização e de outras possibilidades entendidas como fisicamente violentas, existem formas de dominar postas em ação pelas idéias e pelos discursos, as quais aparentemente demonstram o respeito ao “outro”, a igualdade e o poder de decisão das pessoas numa democracia.

Os agentes argumentam com fundamento nos princípios de Cristo, trazendo ao mundo existencial a noção de “pequeninos” ou de “crianças”, os quais devem ser abraçados pelo instrumento de construção do “Reino de Deus” na terra, no caso a Igreja.

Segundo Morin (1982, p.72-3), as expressões “crianças” ou “pequeninos” presentes nos textos bíblicos¹³ articulados entre si, como demonstro: (Mt 11, 16-17; Lc 7, 31-32); Mc 9, 33-37 (Mt 18, 1-5; Lc 9, 46-48; Syn. N. 174); e, subseqüentemente em Mc 10, 13-16 (Mt 19, 13-15; Lc 18, 15-17; e Syn. N. 248), têm um sentido mais amplo do que pontualmente o da criança ingênua, pura, frágil e indefesa. Mais do que às crianças, a articulação entre os textos destacados aponta para os humilhados, diaristas, escravos pagãos, mendigos e clérigos escribas, muitos compondo a categoria dos chamados *pobres* das *estruturas* socioculturais, econômicas e políticas do

¹³ Morin (1982, p.50-4) faz uma indicação sobre cada documento bíblico e cada etapa de redação a partir de um diagrama sinótico que representa a hipótese de P. Boismard, apresentada a partir dos primeiros documentos que, segundo Morin, não existem em nenhuma biblioteca. Tais textos “primitivos” são fruto de reconstituição dos atuais textos evangélicos feita por Boismard, que os comparou e estudou o seu vocabulário, submetendo-o a uma avaliação estatística. Boismard postulou um “*estágio intermediário*, na história de sua composição”, entre os documentos bíblicos que estariam na origem da redação dos atuais evangelhos (Mateus, Marcos e Lucas) e a sua redação *atual*. Para Morin (1982, p.51), esse é o melhor método para explicar as concordâncias e as discordâncias na redação *final* dos evangelhos *atuais*. Este trecho diz respeito somente ao “*Documento A*” e a sua etapa de redação: “Evangelho, formando já um todo homogêneo, de origem palestinese, saído de meios judeus-cristãos, já existindo no ano 50” (MORIN, 1982, p.51).

tempo de Jesus (MORIN, 1982, p.39). Observemos os apontamentos de Morin (1982):

O P. Boismard reconstitui assim o texto do documento A:

'E eles vieram a Cafarnaum e os discípulos se aproximaram de Jesus, dizendo: 'Quem é o maior?' E, pegando uma criança, ele a colocou no meio deles e disse: 'Aquele que é o menor, este é o maior'.

Trata-se de uma simples comparação cujo alcance se pode compreender à luz de outro texto ou outra passagem: Mc 10, 13-16 (Mt 19, 13-15; Lc 18, 15-17; e Syn. n. 248).

No documento A, lia-se o seguinte:

'Então lhe foram apresentadas algumas crianças para que ele lhes impuzesse (sic) as mãos e os abençoasse. Os discípulos as tratavam mal. Mas Jesus disse: 'deixai os pequeninos virem a mim, pois é de tais que é o Reino dos céus'.

O *sentido* da palavra de Jesus se compreende, em função do lugar devolvido à criança, na sociedade. Jesus afirma que o Reino pertence, inicialmente, àqueles que ocupam uma posição social desfavorável. É a mesma inversão que encontramos no Magnificat e nas Bem-aventuranças.

(MORIN, 1982, p.72-3).

Para Morin (1982, p.73), o sentido empregado aos textos que versam sobre as "crianças" e os "pequeninos" mais informam sobre aqueles que vivem em situação de pobreza material, de discriminação ou de exploração sobre a sua existência. Com base no estudo comparativo do evangelho e na análise estatística de seu vocabulário, feitos por P. Boismard, Morin (1982) desenha um quadro sobre aqueles que são entendidos nos dois últimos trechos destacados como as "crianças", expondo a forma contemporânea sob a qual elas se encontram na década de 1970:

Se Jesus acolhe assim as crianças é por dois motivos: porque as ama e porque elas fazem parte dos mal-situados, dos marginalizados, em Israel. Os tempos mudaram, mas o mundo fabrica sempre seus rejeitados:

- Os velhos que não conseguem superar seus apuros, os que são massacrados pela burocracia, pela complexidade social, pela violência de um mundo desumano.

- Os excluídos do sistema de produção: desempregados, deficientes físicos, doentes incuráveis.

- Os rejeitados da sociedade: doentes mentais, delinquentes, imigrantes.

- Todos os marginalizados, perdidos no anonimato da multidão ou das grandes concentrações.

- As crianças que não vencem, em classe, e que são logo rejeitadas do sistema escolar.

A lista é longa e a piedade seria fácil. Mas há algo melhor a fazer. As questões que se colocam são bem concretas. É assumindo, concretamente, essas questões que a gente se compromete, como o

Cristo, com o lado dos rejeitados, dos marginalizados.
(MORIN, 1982, p.73-4).

Segundo Lebet (1960, p.193), que escreveu na década de 1960, desde o papado de Leão XIII ao de João XXIII, a Igreja apresenta uma plataforma de ação junto às classes e aos povos desfavorecidos pela concentração de renda e pela exploração do trabalho. Visava-se à instalação de uma democracia da qual essas classes e povos desfavorecidos pudessem ser “protagonistas”, ou seja, para poderem decidir os rumos de sua sociedade. Também houve a preocupação com a possibilidade de todos obterem as matérias primas necessárias, etc. Para esse autor, enquanto alguns católicos levam a sério esses ensinamentos e planos voltados ao mundo dos homens, como também se dedicam para colocá-los em prática, outras correntes católicas, mais tradicionais, não respondem aos apelos da hierarquia da Igreja em favor de fazer justiça a partir da repartição das terras e de outras fontes e formas de acumulação de riquezas. Essas correntes tradicionais não se manifestam para estabelecer uma “justiça social” em todo o planeta para construir o “Reino de Deus” na terra.

Para Lebet (1960), existe uma divisão entre os católicos quanto aos chamados problemas sociais tais como concentração de renda, de terras, de meios de produção, do crescimento da pobreza, etc. As correntes conservadoras católicas defendem a ordem vigente e de seus privilégios como inexoravelmente necessárias para evitar inovações capazes de re-configurar as estruturas políticas de poder da Igreja. Com base em Lebet (1960), confirma-se a não homogeneidade da Igreja Católica, o que a faz ser entendida como um *campo* (BOURDIEU, 1998) no qual acontecem as lutas entre os agentes sociais.

Segundo Steil (1999, p.63), desde a década de 60, no Brasil, passou a haver uma exigência de mudança de mentalidade para aqueles que pretendem entrar na “Igreja dos pobres”.¹⁴ Tais exigências podem ser associadas a uma concepção do que é o *social* adotada pela TL, a qual se manifesta em termos humanistas e seculares. Assim, o domínio do *social* é visto como sendo dotado

¹⁴ A Igreja dos pobres pode ser entendida como um movimento que “defini-se dentro de um feixe de relações, marcado por um conjunto de oposições e interesses que compõem o campo religioso e político latino-americano nos anos 60 a 90” (STEIL, 1999, p.61).

de um conjunto de princípios éticos imanentes, favorecendo uma identificação entre a salvação cristã e a utopia social.

A Igreja dos pobres, em toda a América Latina, passa a deslocar-se da mística para a razão secular: o desenvolvimento econômico capitalista e o processo de transformação política da sociedade perpassam com a tomada de consciência da massa católica, que esteve afincada, por muito tempo, apenas ao misticismo religioso e devocional.

Na perspectiva da Igreja dos Pobres, a “religião”, a “fé”, o *social* e o “Reino de Deus” se articulam juntamente com a idéia de “salvação”, de cuja identificação com a utopia social falou Steil (1999):

A religião, por sua vez, numa visão durkheimiana, é identificada primordialmente com o social; já a fé, com o impulso *a priori* da autotranscendência humana, através da consciência e da práxis históricas em vista da realização da utopia social, expressa em termos teleológicos pela categoria *Reino de Deus*. O social é, assim, erigido na real sede da salvação por meio de um batismo da sociedade secular.

(STEIL, 1999, p.63).

Para Steil (1999), o “Reino de Deus” é uma categoria teleológica que é concebida em oposição dialética à Igreja institucional (a instituição formal Igreja Católica), como um modo de relativizar o seu papel histórico. Dito isto, a Igreja é tida como um sinal ou sacramento do Reino, o qual é tomado como um valor absoluto e transcendente.

Para Löwy (1989, p.53), a noção de “Reino de Deus” está carregada de significação libertária. Outra reflexão sobre os referenciais libertários presentes na concepção de “Reino de Deus” encontra-se no trabalho de D’arc (1997), o qual versa sobre a TL e seu papel em relação às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no período de 1970 a 1990, no Brasil. Segundo D’arc (1997, p.245), dos anos 60 aos 80, os sindicatos operários enxertavam dimensões específicas do movimento dos trabalhadores nas correntes marxistas e de filiação católica social, o que gerou especificidades extraordinárias na América Latina, como uma espécie de combinação *guevarista-maoísta* e a TL. A autora explicita a fragmentação ideológica e política que há na Igreja Católica, ao mesmo tempo em que discute a presença do movimento de seus setores progressistas (orientados pela doutrina filosófica e política chamada TL) em

políticas de “libertação dos pobres da dominação dos ricos” (D’ARC, 1997, p.245).

No início dos anos 70, os setores *progressistas* da Igreja orientados pela TL, passaram a organizar, no Brasil, os chamados “Movimentos Populares Urbanos”, assim como iniciaram um movimento de base política e educacional junto às populações pobres, ao movimento negro e ao movimento de mulheres, pregando o respeito às diferenças e defendendo a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a democracia.

A orientação da TL aparece na ação dos agentes da Cáritas com os quais interagi e no material institucional analisado. No Brasil da década de 60, a concepção política sobre o pobre como um “protagonista” da transformação de uma sociedade desigual e injusta em “Reino de Deus” na terra foi bastante difundida pelo movimento “Igreja dos Pobres” (TL), presente nas comunidades eclesiais de base (CEBs).

Tem início, naquela década, a mudança da atuação de setores da Igreja latino-americana em relação às desigualdades sócio-econômicas, às questões de ordem política e às práticas caritativas. No caso da Cáritas Brasileira, constata-se, a partir da década de 70, a introdução de um elemento *político* que modificou a representação em torno do pobre, atualmente identificado por ela como “excluído/a”. Esta denominação incorpora um novo entendimento sobre a pobreza, que começa a ser percebida não mais como um resíduo a ser contornado pela assistência pública ou pela caridade privada, mas como determinação estrutural da lógica de concentração do capital. Excluído é aquele que não encontra lugar na sociedade de mercado capitalista e *grita* (Grito dos Excluídos) pela qualidade de cidadão.

Na dinâmica da Cáritas Brasileira, no Ceará, a opção preferencial pelos pobres, feita pela Igreja em suas conferências do episcopado latino-americano de Medellín (1969) e Puebla (1979), está associada ao beneficiário da caridade cristã (o pobre), e, ao mesmo tempo, ao elemento político da transformação social, que o toma como autor de sua própria história e como sujeito com poder de intervir na vida social. Na década de 1980, a Cáritas deu início a um trabalho pedagógico junto aos pobres, visando a atividades econômicas cooperativistas chamadas de PACs, que na década de 1990 foram designadas Economia Popular Solidária (EPS), da qual, como dizem os agentes da Cáritas,

os “pobres”, os “excluídos”, são os “protagonistas” no desenvolvimento de uma “cultura da solidariedade” para a realização de um projeto de sociedade rumo ao “Reino de Deus” na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“FÉ NA VIDA, FÉ NO HOMEM, FÉ NO QUE VIRÁ”: ENTRE A ALTERNATIVA E A POSSIBILIDADE HISTÓRICA AO CAPITALISMO

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A distante presença das estrelas!
(Mario Quintana - Espelho Mágico).

Desde a formulação da proposta de pesquisa que me permitiu chegar a este texto, tentei garantir uma elaboração sociológica que contemplasse três elementos básicos, quais sejam: a informação, a descrição e a análise do objeto em estudo.

À luz das Ciências Sociais, pude entender o trabalho dos chamados agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária (EPS), atores cujo papel, no campo da “economia solidária”, é assessorar e formar (por meio de processos de educação não-formais) as pessoas para o trabalho associativo junto às populações economicamente menos favorecidas, compostas por desempregados, catadores de resíduos sólidos (material reciclável), mendigos, trabalhadores rurais e artesãos, de áreas periféricas da capital cearense e de municípios do interior do estado do Ceará, chamados pela Cáritas de “pobres” e “excluídos”, qualificados como “protagonistas” da vida social e da história.

Neste trabalho, tentei fazer uma apresentação geral das formas organizacionais da Cáritas, enfatizando a sua presença e as suas intervenções no Brasil, no estado do Ceará e em sua capital, Fortaleza, focando especialmente a análise sobre as noções de “solidariedade”, “caridade” e “cultura da solidariedade”, além de outros conceitos nativos subsidiários aos destacados.

Os dados sobre a história econômica recente da “solidariedade cristã” no Brasil, a partir de material da própria Organização investigada e das vivências dos agentes situaram-me no contexto do desenvolvimento da EPS. Após uma discussão teórica sobre as suas plasticidades semânticas, presentes nas formulações analisadas, pude perceber que, independente da denominação

atribuída, as iniciativas de EPS ocorridas apresentam as mesmas formas operacionais e ideológicas nas dimensões da produção, do crédito, da comercialização e do consumo, cujos princípios ideais são a democracia, a igualdade, a cooperação, a autogestão e a preservação do meio ambiente.

A Economia Popular Solidária, desenvolvida pelos agentes de Cáritas, é uma categoria do *movimento da economia solidária*. Os agentes se referem às experiências de economia solidária, organizadas ou não pela Cáritas, como EPS. Portanto, esta é a denominação que os agentes da Cáritas dão ao fenômeno associativo que tem sido chamado de *economia solidária*.

Os conceitos utilizados no desenvolvimento da EPS são conceitos dos próprios agentes e não dos trabalhadores. Mesmo não focando os trabalhadores nesse estudo, percebi durante a pesquisa de campo que muitos deles não entendem o significado da expressão economia solidária, tampouco Economia Popular Solidária (EPS), presente no discurso dos agentes. Nesse sentido, os agentes realizam atividades de formação com os trabalhadores para explicá-los o que é e como funciona a EPS, dando seqüência ao objetivo de associar às atividades de produção, comercialização, consumo e crédito aos princípios da EPS de modo a possibilitar a formação dos trabalhadores para a “cultura da solidariedade”, o que faz do trabalho dos agentes uma ação eminentemente educacional fundamentada na lição do cristianismo católico.

A análise feita sobre o trabalho dos agentes fez-me perceber a existência de uma *laicização* da lição cristã, tendo em vista a atuação da Igreja, via Cáritas, no campo civil, compondo *redes de socioeconomia solidária* com ONG's, sindicatos, movimentos sociais, universidades e Estado que repercutem diretamente nas práticas, nos saberes e nos fazeres dos “assessores-técnicos”, que chegam a se definir como movimento social ou como ONG.

Ao expor a atuação da Cáritas no campo civil, destaquei a “solidariedade” êmica, revelada pela organização e por seus agentes, designada por mim *moral solidária*. Deste modo, a partir do objeto empírico específico (*O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará*) fiz uma exposição sobre o caminho pelo qual a Igreja chega aos seus “filhos” – os pobres, agora classificados pelos agentes de Cáritas como “excluído(a)s” – por meio da EPS.

Inspirando-me no trabalho de Souza Martins (1997), compreendi que aqueles *incluídos* de modo precário, marginal e instável são os chamados “excluídos” para a Cáritas e para os seus agentes.

Com efeito, os chamados “excluídos” são os incluídos marginalmente: os pobres. Segundo Souza Martins (2002, p.25), a “exclusão” é uma categoria não encontrada na vivência dos chamados “excluídos”, e é fruto da elaboração daqueles que se preocupam com a “exclusão”.

Para Souza Martins (2002, p.31), a categoria “exclusão” possui duas orientações interpretativas opostas: uma *conservadora*, que mantém as estruturas da sociedade capitalista, e outra *transformadora*, que busca a transformação dessa sociedade. A contradição do conceito de “exclusão” aparece no trabalho dos agentes, que olham para o pobre como o “excluído” com o qual se preocupam, buscando incluí-lo pelo trabalho cooperativo via projetos de EPS, por exemplo.

Pensando com Souza Martins (2002), observo que os agentes de Cáritas são os usuários da categoria “exclusão” e que são eles os incomodados com a situação de pobreza do “excluído”. A categoria “exclusão” e o substantivo “excluído” – diretamente ligado à ela – são próprios do universo dos agentes e não das populações atendidas por eles.

Ou seja, ainda no diálogo com Souza Martins (2002), posso dizer que de um lado estão os agentes de Cáritas, usuários da categoria “exclusão”; e de outro, estão os chamados “excluídos”, aqueles que são os incluídos de modo precário, instável e marginal na nossa sociedade.

O limitado conceito de “exclusão” põe em segundo plano a questão da *nova desigualdade social*, a qual é marcada pela pobreza gerada pelo desenvolvimento capitalista e as suas formas insuficientes, precárias e indignas de inclusão. A *nova desigualdade social* caracteriza a *nova pobreza*.

A expressão *nova desigualdade social* se refere aos *novos pobres* advindos do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil, defensor da eficácia econômica visando ao crescimento econômico desigual, comprometendo, assim, a estrutura da sociedade de modo a originar as chamadas “exclusões”, as quais conferem novo significado à *questão social*.

Castel (1998a) qualifica a *questão social* como o fenômeno da vulnerabilidade do trabalho e da *crise da sociedade do salário*. A sociedade

salarial, sustentada na articulação entre trabalho, direitos e assistência, até então mantida pelo Estado de bem-estar social, foi desmantelada pelas crises cíclicas do capitalismo, provocando o que Castel chamou de *desfiliação*, conceito que se vincula às formas precárias de vida às quais têm sido denominadas de “exclusão social”.

Tendo como base o caso da Cáritas, concluo que a Igreja Católica incorporou às noções de “pobre” e de “excluído” a noção de popular que qualifica a *economia solidária* promovida pelo seu organismo (Economia **Popular** Solidária), provavelmente em decorrência de sua relação com as entidades do campo civil. Essa noção de popular é uma resignificação da noção de pobre que aponta para um “excluído” que “grita”, que se manifesta em busca de melhores condições de existência e que luta para a efetivação de mudanças em sua vida, o que confirma a contradição da categoria “exclusão” criticada por Souza Martins (1997; 2002). Aqueles aos quais os agentes se referem como “excluídos” e ao mesmo tempo como “protagonistas” são os *incluídos* de forma precária, instável e marginal (SOUZA MARTINS, 1997, p.26) que buscam a melhoria das suas condições de vida, o que também se vincula ao consumo.

A EPS (uma das formas da genericamente chamada “economia solidária” ou a economia solidária promovida pela Cáritas) é um fenômeno forjado em função do cuidado com os pobres. No entanto, o discurso da “transformação social” que vem dos movimentos originados na Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, aponta para algo que ultrapassa o cuidado com os pobres. Trata-se da busca mesma de superação do mal-estar social provocado pelas crises cíclicas do capitalismo. O trabalho dos agentes de Cáritas rompe a fronteira da *caridade-assistência* afirmando a *caridade libertadora*, manifesta em ações que se pensa emancipar as pessoas, libertando-as do modo capitalista de ser e de viver para que possam construir e compor o utópico “Reino de Deus” na terra.

Juntamente com as organizações do campo civil, os agentes de Cáritas somam-se aos demais atores que assessoram as populações pobres na constituição de um movimento de projeção nacional e internacional que poderá levar a uma mudança nas estruturas da sociedade capitalista. Mesmo ligada a certas circunstâncias de mercado, a genericamente chamada *economia*

solidária tem sido a *alternativa* que poderá se concretizar como *possibilidade histórica* de transformação da sociedade.

Com todas as suas contradições, como uma *emancipação* que não é total, pois estaria atrelada intimamente ao domínio religioso do cristianismo católico, a “cultura da solidariedade” para a qual são formados e formam os agentes é um dos projetos pontuais do *movimento da economia solidária* com um posicionamento político claramente contra a globalização neoliberal capitalista. O projeto da “cultura da solidariedade” implementado pelos agentes prevê a execução moral e prática dos vínculos sociais entre as pessoas, que ocorreria por amor ao outro e ao coletivo de modo a sustentar uma produção simbólica e econômica contra-hegemônica em relação ao individualismo capitalista. Agentes como Maria e Sara, evidenciam que a EPS que concorre para a “cultura da solidariedade” ocorre com uma retomada, um resgate de valores e de condutas do passado, de sociabilidades tradicionais, para valorizar a vida humana, a natureza e o trabalho diante da violência histórica do capital.

Ambas falam respectivamente de “retomada” de formas solidárias e de reciprocidade cujo interesse é a manutenção do indivíduo na perspectiva do coletivo.

Maria fala da “retomada” de um modo de viver:

A cultura da solidariedade é essa questão assim de uma cultura diferenciada, por que a cultura, ela é muito assim, o modo de viver, né? (...) e o projeto capitalista ele prega uma cultura que é a cultura da competição, né? Então essa **retomada da cultura da solidariedade é um modo de vida solidário**. Então assim, (...) a cultura é no sentido de modo de vida, né? **É a cultura de solidariedade. Ela é justamente a retomada, porque ela existiu, sempre existiu. Às vezes mais, às vezes menos (...). Nas comunidades antigas, antepassadas, existia também essa cultura de solidariedade, esse modo de vida solidário.** (Maria, ex-responsável pela EPS e atual secretária do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará). (grifos meus)

Na mesma linha de Maria, Sara explica sobre a “retomada” de práticas fundadas na *moral solidária*, a qual se traduz no espírito do fenômeno recém-batizado de economia solidária:

(...) nas comunidades não tem tão claro essa palavra de economia solidária não, mas tem claro uma coisa: a prática deles. Eu acho que

a economia solidária foi uma palavra apenas que se adaptou a uma realidade que o povo já viu, porque o povo não chama a palavra *mutirão*, mas chama *troca de dia de serviços*, isso é uma coisa tão normal, duas pessoas numa comunidade dizem: ‘rapaz, vamos lá no meu roçado. Vamos trabalhar um dia no meu roçado. No outro dia eu vou lá no teu roçado’. Não precisa de instituição nenhuma pra dizer isso pra eles, o que é ‘bom’, o que é ‘certo’, o que é ‘errado’, eles traçam isso por uma necessidade de sobrevivência, né(?), como esse exemplo que eu te dei, das pessoas matar um porco, matar um cabrito ou matar uma ovelha e dividir entre os vizinhos. E quando a gente tá falando de economia solidária na comunidade e a gente tenta resgatar o quê que eles tinham de prática disso, isso aparece naturalmente. Eles dizem com tanta satisfação, com tanta alegria e cada um dá um exemplo sobre isso, que fazia isso: ‘o meu pai também fez isso’, tá, entendendo? Então assim, cada pessoa pensa nisso por uma necessidade que o outro precisa de se alimentar. Então eu não tenho dinheiro, eu troco alimento, porque o outro também vai poder dar alimento pra mim no outro dia. Isso é uma coisa natural. Então assim, **esse trabalho de economia solidária nada mais é do que uma readaptação. É um resgate de algumas coisas destas que estão esquecidas, porque também esse capitalismo é tão cruel que impregna também nas pessoas, nas comunidades, uma outra visão (...) que ‘dá lá e toma cá’, mas ainda é presente um outro valor e é esse valor que a economia solidária tá resgatando.**

(Sara, agente responsável pela EPS da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte). (grifos meus)

Maria e Sara me fizeram pensar sobre uma “retomada” do *sistema social do dom* juntamente com Mauss (2003) e com os teóricos do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) (MARTINS, 2002). O “resgate” da dádiva, proposto inicialmente por Mauss (2003), e, em seguida, pelo M.A.U.S.S. (MARTINS, 2002) parece-me não estar apenas no plano teórico. A elaboração crítica sobre o utilitarismo econômico que fundamenta ideológica e politicamente o estágio atual do capitalismo (o neoliberalismo), agora pode ser pensado sobre o fenômeno aparentemente “novo” dos vínculos sociais solidários que aparecem no *movimento da economia solidária* nesta passagem do século XX ao XXI.

Eis a caminhada dos agentes de Cáritas que tentei registrar neste trabalho: a “caridade-libertadora” como princípio, a educação não-formal como recurso e o modo de vida baseado no sistema de trocas como objetivo final para a encampação de uma sociedade não capitalista feita com a intervenção dos “pobres”, chamados pelos agentes de “excluídos e excluídas”. Com todas as contradições identificadas na vida social, e especificamente no trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará, resta saber o que nos reservará o futuro sobre “as possibilidades e os limites das

possibilidades” da economia solidária ou *socioeconomia política da transição* (OLIVEIRA, 2006), que tem o “serviço social” da Igreja como um de seus maiores impulsionadores.

Segundo Souza (2003), o socialismo é uma utopia cristã que teria viajado mais de dois mil anos até influenciar idéias e movimentos do século XVIII e XIX, repercutindo no socialismo utópico e no pensamento dos adeptos do socialismo científico ou real de Karl Marx. Para Souza (2003), as idéias cristãs foram fontes fundamentais do socialismo, e se vinculam, inclusive, ao associativismo e ao cooperativismo por meio de personalidades inspiradas no cristianismo como o francês Philippe Buchez, que na França do século XIX colaborou para a organização de cooperativas de produção e defendeu o regime democrático. Souza (2003) argumenta que as idéias socialistas que defendiam a primazia dos interesses da sociedade sobre os indivíduos e o controle da sociedade sobre a produção e a distribuição de bens com base na igualdade exibiam uma evidente manifestação cristã até meados do século XIX. Teria sido após a publicação do “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, que o socialismo, agora baseado na perspectiva científica e política do materialismo histórico desses dois autores, distanciou-se de suas fontes religiosas, em especial cristãs. Seria este espírito socialista cristão o passageiro da história que junto com as crises do capitalismo contemporâneo fez vir à tona a *economia solidária*?

De fundamentação ideológica cristã ou não, a *economia solidária* se vincula a processos culturais práticos da contradição em processo que é o capitalismo. Tais processos estão na ordem do dia das transformações capitalistas relacionadas ao aumento da desigualdade sócio-econômica e ao desemprego estrutural, de onde veio a idéia inicial da constituição da *economia solidária* no Brasil dos anos de 1990.

A economia solidária vista apenas como uma *alternativa* ao desemprego aparentemente não reserva espaço para mudanças da sociedade capitalista, tratando-se, em princípio, de perspectivas de mercado e de geração de postos de trabalho. Contraditoriamente, tal *alternativa* ao capitalismo seria capaz de sustentá-lo em meio às suas crises cíclicas, evitando a ruptura do tecido social. Por outro lado, a *economia solidária* também traz as nuances de uma *possibilidade histórica* de transformação social, cultural, política e econômica

da sociedade capitalista. Esta *possibilidade histórica* pode ser enunciada à medida em que a *economia solidária* promove relações de trabalho incompatíveis com a lógica do valor capitalista, desenhando um espaço de transição para uma outra organização social fundada na retomada de vínculos sociais do passado para tornar a vida possível no presente.

A *possibilidade histórica* de superação do capitalismo harmoniza-se assim com a proposta da utopia da construção do “Reino de Deus” na terra, onde não haveria desigualdade sócio-econômica, exploração do trabalho, concentração de riquezas e violências, havendo lugar apenas para a igualdade e a felicidade entre os homens baseada na lição cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). Esse mandamento cristão está presente na noção de solidariedade dos agentes, cujo alicerce é o dom constituído por três obrigações, quais sejam: dar, receber e retribuir com base nas lições de Jesus em suas peregrinações pela Terra.

Reproduzindo e recriando as estruturas da sociedade atual por via de suas ações, reconhecendo os seus “erros” e “acertos”, como disseram em nossas conversas e nos diálogos entre si, os profissionais agentes de Cáritas dão prosseguimento ao desenvolvimento da EPS como uma das tarefas de seu ofício para efetivar o projeto utópico de sociedade no qual acreditam. E seguem com “fé”:

Isso a gente precisa fazer na Cáritas, né (?), afinar os nossos instrumentos e também estar em sintonia com os demais que estão trabalhando nesse movimento social, eu acho que isso é uma forma da gente conseguir almejar uma mudança social, porque senão nós nunca vamos chegar lá, sabe? Se cada um quiser trabalhar separadamente, quiser ser o protagonista, também não vai chegar, porque o protagonista desta história não somos nós, as instituições. O protagonista desta história tem que ser o povo, tem que ser as comunidades. (...) pode ser que às vezes a gente não consiga fazer isso na prática tão direitinha. Às vezes a gente termina, acha que os pecados, equívocos, acontecem, sabe (?), mas a gente tem que tá sempre revendo a caminhada pra reconstruir o caminho. É o trabalho que a gente vem fazendo em cima dos nossos erros também, que eu acho que a gente também erra. Por isso que eu acho muito importante uma pessoa que se interessa por essa história de economia solidária. Pra mim acendeu uma luzinha, sabe (?), acendeu uma luzinha (...). Então é assim, é possível que a gente também erre, mas a gente quer acertar. Se tem mais gente pensando e querendo o bem dessa coisa que a gente chama de economia solidária, eu acredito que a gente vai chegar lá.

(Sara).

Por meio dos agentes de Cáritas, a Igreja Católica tem agido com o fim de conduzir os homens à *economia solidária*. A evangelização da Igreja segue por meio de ações como o desenvolvimento da EPS no Ceará, de modo a colaborar com a manutenção do *tecido social* por meio de sua “opção preferencial pelos pobres”, combatendo a pobreza e as *formas perversas de inclusão*.

A análise sociológica sobre os modos de ação da Igreja Católica que indica a interseção entre o sagrado e o profano (ELIADE, 2001) – tendo em vista a relação entre religião e economia – não garante uma resposta quanto à economia solidária como *alternativa* ou como *possibilidade histórica* ao capitalismo. As respostas a essa pergunta cabem ao tempo da vida, e dependem do presente feito por gente de carne, osso, sangue, espírito e sonhos. Há quem tenha confiança em conseguir a *sociedade* sem a dicotomia riqueza-pobreza que se deseja. Eis uma questão de vida e arte:

ESPERANÇA

Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-recos tocarem
Atira-se
E
— ó delicioso vôo!
Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará o povo:
— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...¹

Com a palavra, a história...

¹ QUINTANA, Mário. Esperança. In: LUSO POEMAS. Disponível em: <<http://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=290>>. Acesso em: 10 maio 2008.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Prática social e formação para a cidadania**: Cáritas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. **Economia Popular Solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2001. (Cadernos Cáritas, 2)

_____. **Desenvolvimento solidário e sustentável**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2005. (Cadernos Cáritas, 6)

ANJOS, Maria Cristina dos. Ações com qualidade: capacitar agentes para atuarem junto às populações mais empobrecidas é prioridade da instituição. In: **Revista Especial Cáritas Brasileira 50 anos: cinco décadas de solidariedade pela vida**. Brasília: Cáritas Brasileira, v.1, n.1, p. 30-1 novembro de 2006.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____; LIMA; Jacob Carlos. O trabalho sem utopias: novas configurações produtivas e os trabalhadores. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, v.34, n.1, p. 19-30, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**. A formação do ser humano integral economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Orgs.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

ASMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. 4.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. Fórum Brasileiro de Economia Solidária: três anos de construção de uma outra economia. In: PINHEIRO, Margarida Maria de Souza; SOUZA, Maria Valdênia Santos de (Orgs.). **Socioeconomia solidária**: um outro olhar e um novo fazer (diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária, 8 a 12 de novembro de 2005). Fortaleza: CETRA, 2007.

_____; ALVES DA SILVA, Roberto Marinho (Orgs.). **Vinte anos de Economia Popular Solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BÍBLIA sagrada. Trad. Centro Bíblico de São Paulo. 138.ed. São Paulo: Editora

Ave-Maria, 2000.

BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 6.ed. Campinas: Papirus, 2005.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES); FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia solidária**: outra economia acontece! (cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social). Brasília: Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Emanuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 3v. v.1 (A era da informação: economia sociedade e cultura).

CÁRITAS BRASILEIRA. Rede Abelha: tornando a vida mais doce. In: BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES DA SILVA, Roberto Marinho (Orgs.). **Vinte anos de Economia Popular Solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003a.

_____. **Política Nacional de Formação**: um processo em construção. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b.

_____. **Cáritas na promoção da solidariedade**: como organizar a ação da Cáritas. 2.ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006a (Série cartilhas, 1).

_____. **Vinte e cinco anos de Economia Popular Solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006b. (Série cartilhas, 2).

_____. **Fundo Nacional de Solidariedade**: um gesto concreto da Igreja no

enfrentamento da pobreza no Brasil [Relatório de avaliação de desempenho do Fundo Nacional de Solidariedade e do processo de constituição e desenvolvimento dos Fundos Diocesanos de Solidariedade (relatório-síntese 1999-2001)]. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003c.

_____. **Estratégias para superação da fome e da miséria:** contribuição da Cáritas Brasileira ao mutirão promovido pela CNBB. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003d. p.17-8.

_____. **Cartilha Fundo Diocesano de Solidariedade.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2.ed. São Paulo: UNESP, 2000.

CARNEIRO, Palmyros Paixão. **Cooperativismo:** o princípio e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. 5.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998a.

_____. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI et al. **Globalização:** fato e mito. Rio de Janeiro: UERJ, 1998b.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Fórum Social Mundial:** a construção de um mundo melhor. Porto Alegre: UFRGS; CORAG; Veraz Comunicações; UNITRABALHO; Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Cáritas Brasileira:** 50 anos promovendo solidariedade. São Paulo: Paulus, 2006. (Col. estudos da CNBB, 92)

D'ARC, Hélène Rivière. O "basismo" acabou?: análise sobre a participação comunitária no Brasil (1970-90). In: **Caderno CRH:** democracia, cidadania e pobreza: a produção de novas solidariedades, Salvador, n.26/27, p.235-54, jan./dez., 1997.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 1998.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: _____. **Os pensadores.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura et. al. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **As regras do método sociológico.** Trad. Paulo Neves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Col. tópicos).

_____. **Da divisão do trabalho social.** Tad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Col. tópicos).

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Col. tópicos).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. (Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-02 de 1979). 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Trad. Ana M. Goldberger Coelho. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FONTES, B. Sobre trajetórias de sociabilidade: a idéia de rede de saúde comunitária. In: **REDES sociais e saúde**: novas perspectivas de análise. Recife: UFPE, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Positivo, 2004.

FRAGOSO, Dom Antônio Batista et al. **Igreja de Crateús (1964 – 1998)**: uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. Apresentação. In: _____. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.7-15. (Série sociedade e solidariedade).

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.267-86.

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: **Anuário antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOHN, Maria da Glória (Org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p.53-88.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

_____. O pensamento como ato moral. In: _____. **Uma nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.30-46.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.17-53.

JARA, Carlos Júlio. Construindo o poder local. In: **Caderno CRH**: democracia, cidadania e pobreza: a produção de novas solidariedades. Salvador: UFBa, n.26/27, jan./dez. 1997. p. 211-33.

LAHIRE, Bernard. Do *habitus* ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. Trad. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, v.34, n.2, 2003.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Trad. Henrique Augusto de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. (Série educação em questão).

LEBRET, Joseph Louis. **O drama do século XX**: miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança. Trad. Benevenuto de Santa Cruz; Fátima de Souza. 2.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960.

LECHAT, Nöelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004, 393 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, [2004].

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. **Redenção e utopia**: o judaísmo libertário na Europa Central (um estudo de afinidade eletiva). Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: HUCITEC; UNESP, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. Anton P. Carr; Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A; Fase; Instituto de Filosofia da Informação, 2003.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. In: **Caderno CRH**: Dossiê: pobreza, justiça e dádiva. Salvador: UFBA, v.17, n.40, jan./abr. 2004. p. 33-48.

_____. (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1993. p.33-73. (Col. textos filosóficos).

MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Trad. Heloisa Jahh. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORIN, Émile. **Jesus e as estruturas do seu tempo**. 2.ed. Trad. Vicente Rodrigues de Souza. São Paulo: Paulinas, 1982.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Uma socioeconomia política da transição**: possibilidades e limites da economia solidária, 2006. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, [2006].

PAULUS II, Joannes. Discurso Inaugural pronunciado no Seminário Palafoxiano de Puebla de Los Angeles, México. In: EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. (Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-02 de 1979). 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1983. p.15-34.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____ (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), 2002. (Col. Antropologia da política, 12). p.7-14.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**: sociologia. Trad. Laura Natal Rodrigues. 9.ed. São Paulo: Ática, 2004. p.63-102. (Col. os grandes cientistas sociais).

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Rituais na universidade**: uma etnografia na Unicamp. Campinas: Unicamp, 1997. (Col. Campiniana, 15)

RODRIGUEZ, César; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de história**. Trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Beni dos. Introdução a uma leitura do documento a partir da opção preferencial pelos pobres. In: EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. (Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-02 de 1979). 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHLESINGER, Hugo. **Pequeno vocabulário do judaísmo**. São Paulo: Paulinas, 1987.

SILVA FORTE, Joannes Paulus. **A construção do METROFOR e suas consequências sobre o trabalho informal no Centro de Fortaleza**. 2004. 119 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, [2004].

SIMMEL, Georg. El pobre. In: _____. **Sociologia**: estúdios sobre las formas de socialización. Alianza, 1986. p.479-520.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p.81-129.

SOUZA, Luiz Francisco de. **Socialismo: uma utopia cristã**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

SOUZA MARTINS, José. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Col. temas de atualidade)

STEIL, Carlos Alberto. Transformações na Igreja dos Pobres. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.61-76, 1999.

TRAJANO FILHO, Wilson. A troca silenciosa e o silêncio dos conceitos. In: **Dados: revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.87-115, 1992.

VALENTINI, Dom Demétrio. **Cinco décadas de solidariedade**. In: **Revista Especial Cáritas Brasileira 50 anos: cinco décadas de solidariedade pela vida**. Brasília: Cáritas Brasileira, v.1, n.1, p.2 novembro de 2006a.

_____. Introdução. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade**. São Paulo: Paulus, 2006b. p.5-8. (Col. estudos da CNBB, 92).

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Trad. Maria de Jesús Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene Q. F. Szmrecsányi. 8.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1994a.

_____. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel. **Weber: sociologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização. In: **Revista Mutações Sociais**. Rio de Janeiro, CEDAC, n.3, mar./abr./maio, 1993.

XIII, Leão. **Rerum novarum**. Trad. Manuel Alves da Silva. 15.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

Outras fontes:

Matérias em jornais locais:

ALBUQUERQUE, Adriana. Bom Jardim terá centro comercial solidário. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 06 de julho de 2006.

ASSENTADOS lançam banco e moeda solidária. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 3 de novembro de 2005.

BANCOS comunitários: crédito solidário muda a economia dos “sem-banco”. In: **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de maio de 2007, p.1.

BRAGA, Marinaldo Clementino. Economia solidária: um novo caminho. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 11 de dezembro de 2005.

CÁRITAS promove evento regional de economia solidária. In: **O Povo**, caderno Ceará. Fortaleza, 21 de novembro de 2004.

CASA de apoio em Sobral. In: **O Povo**. Disponível em: <http://admin.opovo.com.br/servelett/opovo?event=ctdi_noticiaForPri>. Acesso em: 1 dez. 2007.

CATADORES de lixo reclamam de rendas diferenciadas. In: **O Povo**. Fortaleza, 5 de fevereiro de 2006.

CAVALCANTE, Ana Mary. Uma solução coletiva: as limitações e a possibilidade histórica da economia solidária como alternativa de transformação do mundo do trabalho. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.7.

_____. A economia possível. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.8.

CONVIVÊNCIA com o semi-árido: cultivo em forma de mandala. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 10 de dezembro de 2007.

COOPERATIVISMO: seminário debate economia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 29 de fevereiro de 2004.

COQUEIRINHO: assentamento inova vida comunitária com turismo rural. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 12 de fevereiro de 2006.

DUTRA, Artumira. Banco Palmas quer criar cooperativa de crédito. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 15 de fevereiro de 2005.

ECONOMIA solidária: associação produz marmitas a preços populares na periferia. In: **Diário do Nordeste**, caderno Cidade. Fortaleza, 02 de agosto de 2004.

ECONOMIA solidária envolve 20 mil empreendimentos. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 20 de julho de 2005.

ECONOMIA solidária. In: **Diário do Nordeste**, Editorial. Fortaleza, 27 de agosto de 2005.

ECONOMIA solidária: ministros da Venezuela conhecem Banco Palmas. In: **Diário do Nordeste**, caderno Cidade. Fortaleza, 15 de janeiro de 2006.

EUDES defende projeto de economia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Política. Fortaleza, 05 de março de 2007.

ITAPIPOCA: agricultura familiar escoar produção na feira solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 16 de abril de 2006.

MENEZES, Valdemar. Socioeconomia. In: **O Povo**, coluna Concidadania. Fortaleza, 10 de junho de 2006.

MULHERES investem na criação de cabras e produção de derivados. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 5 de agosto de 2005.

NOVA bodega solidária é instalada. In: **O Povo**, caderno Ceará. Fortaleza, 8 de outubro de 2006.p.12.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Busca do novo. In: **O Povo**, caderno Opinião. Fortaleza, 6 de novembro de 2005, p.7.

_____; ARAGÃO, Felipe. O Ceará em busca de uma nova consciência. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (1). Fortaleza, 16 de julho de 2006, p.6-7.

PARACURU lança hoje banco comunitário. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 17 de setembro de 2004.

PRAIAS: falésia e fonte de água. **O Povo**. Disponível em: <http://admin.opovo.com.br/servelett/opovo?event=ctdi_noticiaForPri>. Acesso em: 28 jun. 2007.

PROJETOS de economia solidária recebem R\$ 1,3 mi do BNB e MTE. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 13 de março de 2006.

QUEIROZ, Lea. Socioeconomia solidária. In: **Diário do Nordeste**, caderno Regional. Fortaleza, 8 de fevereiro de 2004.

SOCIOECONOMIA avança no CE. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 13 de outubro de 2005.

SINGER, Paul; ARAGÃO, Filipe. Pensamento solidário: entusiasta da economia solidária como alternativa de geração de emprego, Paul Singer diz que o desemprego não tem relação decisiva com as novas tecnologias. In: **O Povo**, caderno especial Pensar o mundo do amanhã (6). Fortaleza, 24 de setembro de 2006, p.6.

TEIXEIRA, Francisco. Economia solidária: produção de não-mercadoria por meio de mercadorias. In: **O Povo**, caderno Economia. Fortaleza, 30 de julho de 2006, p.29.

Websites:

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO FREI TITO PARA A AMÉRICA LATINA (ADITAL). Disponível em: <<http://www.adital.com.br/admbanner/admentor/admentorredir.asp?id=195&way=ban>>. Acesso em: 4 dez. 2007.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ESPERANÇA (ANOTE): UM SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DAS PASTORAIS SOCIAIS, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS) E ORGANISMOS DA IGREJA CATÓLICA NO CEARÁ. Disponível em: <<http://www.anote.org.br/novosite>>. Acesso em: 26 out. 2007.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2008.

CÁRITAS INTERNATIONALIS. Disponível em: <<http://www.caritas.org/>>. Acesso em: 20 maio 2007.

CÁRITAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Disponível em: <<http://www.caritaslac.org>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

_____. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/index.php?system-files&action-caritasbr.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

_____. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/inicial.asp?p=quem_missao>. Acesso em: 21 nov. 2004.

_____. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/inicial.asp?p=quem_nossa>. Acesso em: 21 nov. 2004.

_____. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

_____. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2008.

QUINTANA, Mário. Das utopias. In: A MAGIA DA POESIA. Disponível em: <<http://www.fabiorocha.com.br/mario.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.

_____. Esperança. In: A MAGIA DA POESIA. Disponível em: <<http://www.fabiorocha.com.br/mario.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.

WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização. In: REDE DE INFORMAÇÕES DO TERCEIRO SETOR (RITS). Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm>. Acesso em: 31 mar. 2008.

REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO (RESAB). Disponível em: <www.resab.org>. Acesso em: 20 ago. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Fotos da pesquisa de campo

APÊNDICE A - Fotos da pesquisa de campo

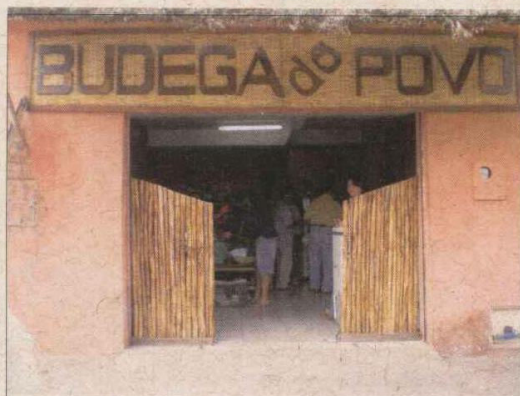


Figura 19. Ponto comercial da cooperativa de comercialização dos trabalhadores dos "grupos produtivos solidários", em Tianguá-CE.



Figura 20. Interior da "Bodega do Povo". Destaque para as marcas do Catholic Relief Services – CRS (Cáritas dos EUA), da CB e da Pastoral Social de Tianguá.

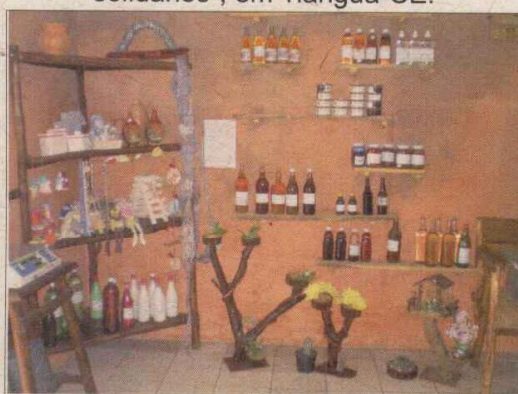


Figura 21. Interior da "Bodega do Povo": prateleiras com produtos comercializados.

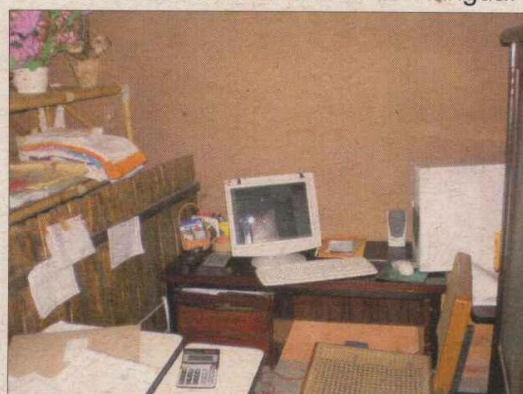


Figura 22. Interior da "Bodega do Povo": Móveis e equipamentos utilizados no expediente.



Figura 23. Interior da "Bodega do Povo": representantes de "grupos de produção" de outras regiões do Ceará visitam a "Bodega" de Tianguá.



Figura 24. Agentes conduzem "Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas" 2007 com a participação de representantes de "grupos", em Tianguá.

APÊNDICE B
Fotos da pesquisa de campo

APÊNDICE B - Fotos da pesquisa de campo



Figura 25. Recepção dos representantes de “grupos” e agentes participantes do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” 2007.



Figura 26. Cantando a música da “Campanha da Fraternidade” 2007 (sobre a proteção da Amazônia), representantes dos “grupos” e agentes se confraternizam.



Figura 27. Confraternização durante o “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” 2007: trocas de afetos e de objetos apanhados da “natureza” entre os representantes dos grupos e agentes.

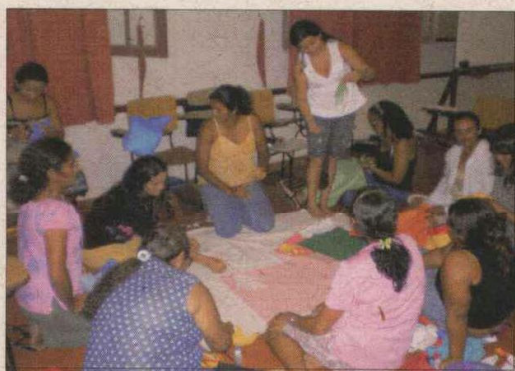


Figura 28. Atividade proposta por agentes: trabalhadoras de “grupos de produção” montam painel para projetar o futuro das “bodegas” sob a linguagem imagética no “Encontro” de Tianguá.

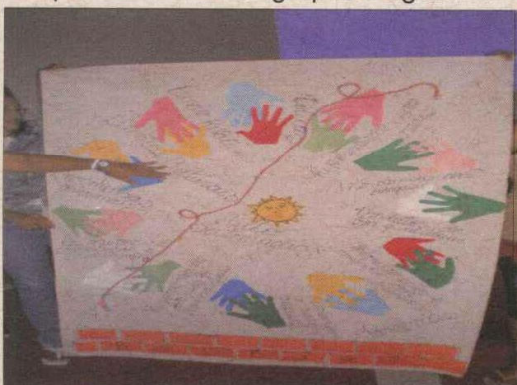


Figura 29. Painel confeccionado por trabalhadoras sobre a cooperação e a “solidariedade” entre trabalhadores, “grupos” e parceiros das “bodegas”.

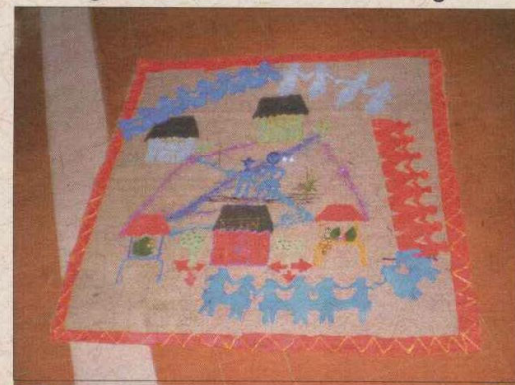


Figura 30. Painel elaborado pelos agentes com a minha colaboração. Representa a expansão das “bodegas” baseada na “solidariedade libertadora”.

APÊNDICE C
Fotos da pesquisa de campo

APÊNDICE C - Fotos da pesquisa de campo

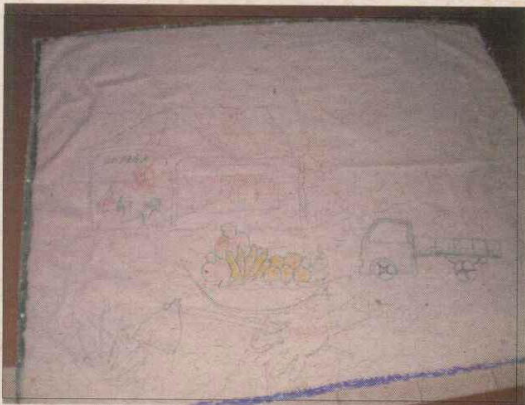


Figura 31. Painel confeccionado por representantes de “grupos de produção”. Representa o trabalho, a logística e a produção entendidos como necessários para a expansão do projeto das “bodegas”.

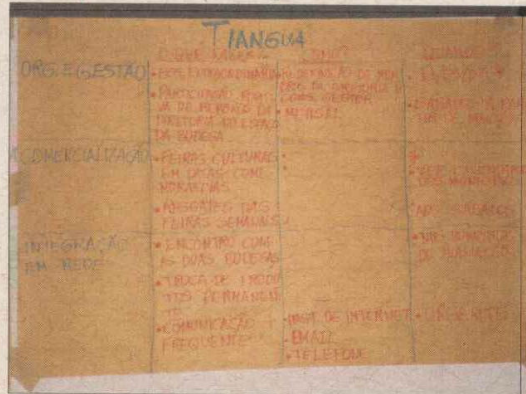


Figura 32. Painel elaborado pelos agentes com base nas discussões entre eles e os representantes dos “grupos de produção”, objetivando o estabelecimento de metas para o projeto das “bodegas”.



Figura 33. Agente de Cáritas conduz planejamento de ações de EPS em diálogo com os representantes de “grupos de produção”.

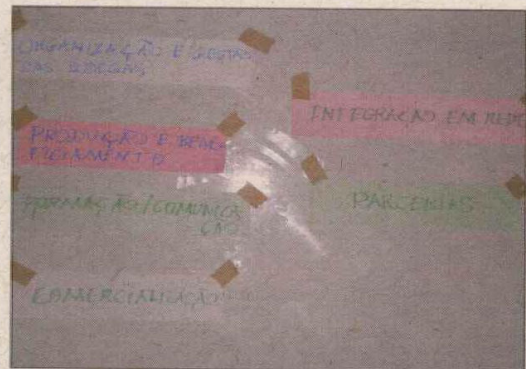


Figura 34. Elaboração dos agentes que apresenta anotações sobre as ações a serem planejadas para o melhoramento das “bodegas” em 2007.



Figura 35. Em Tianguá: *outdoor* do “Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC)” desenvolvido pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) e CB.

ANEXOS

ANEXO A

“Do sonho à realidade” (vídeo institucional sobre a Cáritas Brasileira)

DO SONHO À REALIDADE

Vídeo institucional sobre a Cáritas Brasileira, organismo da CNBB, que atua há mais de 40 anos numa perspectiva ecumênica, promovendo a cidadania e o resgate da dignidade dos excluídos e trabalha por um mundo mais solidário. O vídeo institucional apresenta as principais linhas de ação da entidade e enfoques do trabalho realizado no Brasil. Está dividido em quatro partes, baseadas nos elementos da natureza: fogo, água, terra e ar. Esses elementos simbolizam, respectivamente, os desafios das grandes cidades, a realidade do Semi-Árido, as ações comunitárias e a economia popular solidária e, por fim, a cultura da solidariedade.

Realização: **Cáritas Brasileira**

Produção: **Cor Produções Artísticas**

Entidades de apoio:

- Cáritas Alemã • Cáritas Australiana
- Cáritas Espanhola • Cáritas Internacionais
- Cáritas Italiana • Cordaid • CRS • Misereor
- Secours Catholique

Secretariado Nacional

SDS - Bloco P - Ed. Venâncio III
Salas 410/414 - 70393-900 - Brasília-DF
Fones: 61 226 5008/ 323 4101
Fax: 61 226 0701

Cx. Postal 08744 70312-971

caritasbrasileira@yawl.com.br

www.caritasbrasileira.org

**CÁRITAS
BRASILEIRA**

Novembro/2000



Vídeo
institucional
sobre a
Cáritas Brasileira

DO SONHO À REALIDADE



DURAÇÃO
MINUTOS



**CÁRITAS
BRASILEIRA**

Vídeo institucional
sobre a Cáritas Brasileira

**CÁRITAS
BRASILEIRA**

ANEXO B
Estatuto da Cáritas Brasileira



CÁRITAS BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL

ESTATUTO DA CÁRITAS BRASILEIRA

PREÂMBULO

- 1) Estatutos registrados sob o nº 15.611, Livro "A" nº 7, em 05/08/1966, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – Rio de Janeiro/RJ. Reforma dos Estatutos, registrada sob o nº 537, do Livro A-02 em 18/11/1981, do Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, do Cartório do 2º Ofício, em Brasília/DF;
- 2) Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 61.155, de 14/08/1967;
- 3) Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura pelo Processo nº 43.306/66, em 22/12/1966;
- 4) Entidades de Fins Filantrópicos conforme decisão no Processo nº 223.178/73, em 22/03/1974, do Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura.
- 5) Inscrita no Ministério da Fazenda, com o CGC nº 33.654.419/0001-16.

CAPÍTULO I

Da Denominação e Finalidades

Artigo 1º - A Caritas Brasileira (CB), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com esta relacionada, nos termos deste Estatuto, é uma sociedade civil de direito privado, de duração indeterminada, de âmbito nacional, de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Artigo 2º - A CB tem por objetivos:

- I. promover e articular ações de assistência social, cultural, educação de base e promoção da solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas, em especial crianças, adolescentes, idosos populações de rua e outros que se encontrem em situações de risco, nas áreas rural e urbana, para que vigorem a justiça social, a fraternidade humana e a caridade cristã;
- II. atuar na prevenção, no socorro imediato e na reabilitação de grupos sociais e comunidades em situações de emergência natural e social;
- III. realizar ações solidárias de geração de trabalho e renda e de preservação do meio ambiente;
- IV. investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à miséria e à pobreza;
- V. formar e capacitar agentes para a ação social e o exercício da cidadania;
- VI. defender e promover os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
- VII. elaborar e publicar livros, revistas, boletins, periódicos e subsídios de interesse da entidade.

SDS - Bloco P - Ed. Venâncio III - Sala 410 - 70.393-900 - Brasília-DF - Fone (61)3 325.7473 - Fax (61) 3226.0701
Cx. Postal 08744-70312-971 - Brasília-DF - <http://www.caritasbrasileira.org> - e-mail: caritas@caritasbrasileira.org
CGC nº 33.654.419/0001-16 - CNAS nº 43.306/66 (20/12/66) - Utilidade Pública Federal nº 61.155 (14/08/67)



CÁRITAS BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL

Parágrafo único - A CB prestará serviços gratuitos, em caráter permanente, sem qualquer discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero, credo religioso ou político.

CAPÍTULO II

Dos Membros

Artigo 3º - São Membros da CB, em número ilimitado, as Cáritas Diocesanas ou entidades congêneres de âmbito diocesano que correspondam às finalidades da Cáritas, tenham personalidade jurídica própria, requeiram sua filiação e como tais sejam aceitas pela Assembléia Geral da CB, com a prévia concordância do bispo diocesano.

Artigo 4º - São direitos dos membros.

- I. participar das atividades organizadas ou desenvolvidas pela CB;
- II. participar das assembleias gerais e regionais, assim como dos demais órgãos da CB, na forma do Estatuto e do Regimento Interno;
- III. através de seus respectivos diretores ou legítimos representantes, votar e ser votado para os cargos eletivos da CB.
- IV. utilizar-se dos serviços e usufruir dos benefícios concedidos pela CB.

Artigo 5º - São deveres dos Membros:

- I. participar das atividades organizadas ou desenvolvidas pela CB;
- II. participar das assembleias gerais e regionais, assim como dos demais órgãos da CB, na forma do Estatuto e do Regimento Interno;
- III. contribuir para a consecução das finalidades da CB;
- IV. cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, as normas regimentais e regulamentares, assim como as determinações baixadas pelos diversos órgãos da CB;
- V. levar ao conhecimento da CB, através de seus órgãos executivos, os fatos que comprometam ou possam vir a comprometer o desempenho de sua missão, o seu bom nome ou o seu patrimônio;
- VI. comunicar à administração da CB, em seus diversos níveis, as mudanças da Diretoria, de endereços e outras ocorrências significativas, assim como prestar-lhes todas as informações solicitadas;
- VII. pagar as contribuições que lhes couberem;
- VIII. representar, no âmbito de sua atuação, os interesses da CB;
- IX. vincular seus planos e programas às linhas de ação e diretrizes da CB;
- X. assegurar uma equipe mínima que possa desenvolver a ação Cáritas, dando identidade à mesma.

§ 1º - Nas instâncias de deliberação da CB, os Membros deverão fazer-se representar por seu diretor ou legítimo representante.

§ 2º - É assegurado aos Membros que estão em dia com suas obrigações, assim definidas no Regimento Interno, participar da Assembléia Geral da CB com direito a voz e voto, sendo vedado o voto por procuração.



CAPITULO III

Da Organização e Administração

Artigo 6º - São Órgãos da CB:

- I. a Assembléia Geral;
- II. a Diretoria;
- III. o Conselho Fiscal;
- IV. o Conselho Consultivo;
- V. o Secretariado Nacional.

Seção I

Da Assembléia Geral

Artigo 7º - A Assembléia Geral se compõe dos membros da Diretoria e de um representante de cada entidade Membro, tendo como atribuições, de acordo com este Estatuto:

- a) definir, avaliar e revisar as linhas gerais de ação e as prioridades da CB;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) discutir e aprovar os relatórios de atividades e os balancetes gerais apresentados pela Diretoria;
- d) aprovar a dissolução da CB;
- e) fazer reformas estatutárias, que não alterem a natureza e finalidades da entidade.
- f) referendar a criação e supressão de Regionais;
- g) aprovar a filiação e desfiliação de membros apresentados pela diretoria;

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal e os membros do Secretariado Nacional e secretariados Regionais participarão da Assembléia Geral, com voz e sem voto.

§ 2º - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente de dois em dois anos, por convocação do Presidente, e extraordinariamente quando convocada pela Diretoria ou um quinto dos membros da Assembléia.

§ 3º - O Regimento Interno definirá os procedimentos relativos à realização da Assembléia Geral.

Artigo 8º - A Assembléia Geral reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de dois terços de seus membros ou, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo, um terço de seus membros, e suas deliberações serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos legitimamente votantes.

Parágrafo Único - Para as deliberações a que se referem à alínea "b" do artigo 7º será exigido o voto concorde de dois terços presentes à assembléia, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.



Seção II Da Diretoria

Artigo 9º - A Diretoria da CB se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário e do Tesoureiro, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única reeleição sucessiva na Diretoria.

§ 1º - Vagando o cargo de Presidente, assume esta função interinamente o Vice-Presidente, até a próxima Assembléia.

§ 2º - Ocorrendo vacância do cargo de Vice-Presidente, de Secretário e de Tesoureiro durante o decurso do mandato, far-se-á nova eleição na primeira Assembléia Geral que acontecer após a vacância, cabendo aos membros restantes da Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, designar um responsável interino para a função.

Artigo 10 - Compete à Diretoria:

- a) estabelecer a política de ação da CB de acordo com as diretrizes da Assembléia Geral;
- b) submeter a cada Assembléia Geral o plano de atividades, os relatórios de atividades e os balanços dos dois últimos exercícios;
- c) aprovar o Regimento Interno;
- d) nomear e destituir o Diretor Executivo Nacional, ouvido o Conselho Consultivo e a CNBB;
- e) nomear e destituir os Secretários Regionais, ouvido o Diretor Executivo Nacional, os Membros e o bispo de referência da Caritas na respectiva região;
- f) criar e suprimir Regionais, ad referendum da Assembléia Geral;
- g) apresentar proposta de alteração do Estatuto à Assembléia Geral;
- h) decidir sobre os pedidos de inclusão e exclusão de seus Membros;
- i) aceitar doações ou legados, desde que não estejam gravemente onerados de obrigações ou condições.
- j) fixar o valor das contribuições financeiras dos Membros;
- k) apresentar para deliberação da Assembléia Geral a proposta de dissolução da CB;
- l) resolver os casos omissos e duvidosos do Estatuto e do Regimento.
- m) apresentar para a deliberação da Assembléia Geral a filiação e desfiliação de membros;

Parágrafo único – Dos atos da Diretoria caberá recurso à Assembléia Geral.

Artigo 11 - Compete ao Presidente:

- a) convocar e presidir as Assembléias Gerais, na forma do Estatuto e do Regimento;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) representar ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente a CB;
- d) movimentar, juntamente com o Tesoureiro, as contas bancárias da CB e substabelecer para este fim;



CÁRITAS BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL

- e) praticar todos os atos de interesse da CB que não contrariem o Estatuto;
- f) delegar, por meio de mandado, as atribuições que entender convenientes, podendo facultar aos mandatários substabelecer, parcial ou totalmente, os poderes conferidos.

Artigo 12 - O Vice-Presidente substitui o Presidente em sua ausência, impedimento temporário, ou vacância do cargo, atendido o disposto no § 1º do artigo 9º.

Artigo 13 - Compete ao Secretário:

- a) secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- b) manter sob sua responsabilidade os livros e documentos da CB;
- c) substituir o Vice-Presidente em sua ausência ou impedimento temporário;

Artigo 14 - Compete ao Tesoureiro:

- a) ter sob sua responsabilidade os valores e bens da CB, como também os documentos financeiros e contábeis;
- b) receber e efetuar pagamentos;
- c) apresentar à Diretoria, trimestralmente, o balancete financeiro e, anualmente, o balanço geral e o orçamento do exercício seguinte;
- d) substituir o Secretário em sua ausência ou impedimento temporário.

Artigo 15 - A CB organizará, por sua Diretoria, onde e quando convier, Regionais da CB, determinando suas atribuições.

§ 1º - Os Regionais são órgãos executivos da CB em nível regional e se regem pelo mesmo Estatuto Social.

§ 2º - Os Regionais terão sua administração gerida por um Secretariado Regional, cujo secretário executivo, o Secretário Regional, é nomeado pela Diretoria, na forma da alínea e do art. 10º, com poderes para tal explícitos no termo de nomeação.

Seção III Do Conselho Fiscal

Artigo 16 - O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia Geral, dentre os diretores das entidades Membros, ou seus legítimos representantes, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 17 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários;
- b) dar parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balanços e inventários;
- c) examinar a proposta orçamentária e manifestar-se a respeito;
- d) opinar sobre as operações patrimoniais realizadas.



Seção IV

Do Conselho Consultivo

Artigo 18 - O Conselho Consultivo, composto pelos membros da Diretoria, do Diretor Executivo Nacional e dos Secretários Regionais, reunir-se-á ordinariamente duas vezes ao ano, ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou requerido por dois terços dos Secretários Regionais.

Artigo 19 - São atribuições do Conselho Consultivo:

- a) acompanhar as linhas gerais de ação e programas da CB em nível nacional;
- b) fortalecer a integração e a unidade das ações da CB;
- c) opinar sobre o reconhecimento ou supressão de Regionais;
- d) apresentar sugestões quanto à escolha do Diretor Executivo Nacional e dos Secretários Regionais;

Seção V

Do Secretariado Nacional

Artigo 20 - O Secretariado Nacional é gerido por um Diretor Executivo Nacional nomeado pela Diretoria, na forma do artigo 10º alínea d, com poderes para tal explícitos no termo de nomeação.

Artigo 21 - Compete ao Secretariado Nacional:

- a) executar as deliberações da Assembléia Geral e as determinações da Diretoria;
- b) realizar a administração ordinária da CB;
- c) articular e assessorar os Regionais e entidades Membros;

CAPÍTULO IV

Das Relações Institucionais

Artigo 22 - A CB, tendo personalidade jurídica própria, goza de autonomia perante a sua instituidora, a CNBB, tendo esta sobre a CB apenas aqueles poderes dados pelo Direito Canônico e por este Estatuto.

Artigo 23 - Para terem validade jurídica e canônica, a Presidência da CNBB, deve:

- a) homologar a diretoria eleita pela Assembléia Geral;
- b) aprovar mudanças e reformas do Estatuto da CB, respeitado o artigo 7º letra e. referendar a decisão de dissolver a CB, bem como a destinação dos bens desta, em caso de dissolução, respeitando os artigos 29 e 30 deste Estatuto.

Artigo 24 - A CNBB não responde de forma alguma, nem sequer subsidiariamente, por obrigações e compromissos, de qualquer espécie, da CB; nem esta, pelos da CNBB.



CÁRITAS BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL

Artigo 25 - A CB é membro da Caritas Internationalis e articula-se à solidariedade internacional através dela, sem comprometer sua autonomia institucional.

Artigo 26 - A CB orientará sua política de ação sempre de acordo com as Diretrizes da CNBB e a Doutrina Social da Igreja.

Artigo 27 - A CNBB se fará presente na Assembléia Geral da CB através do bispo presidente da Comissão para a Caridade, a Justiça e Paz ou seu legítimo representante, com direito a voz e sem direito a voto.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio e Dissolução

Artigo 28 - Para a manutenção e realização de suas finalidades, a CB poderá contar com contribuições de colaboradores, benfeitores, convênios, acordos, contratos, campanhas e outros.

Artigo 29 - Constitui patrimônio da CB:

- a) doações, legados, rendas de seus bens, serviços, subvenções e auxílios;
- b) bens imóveis, móveis, semoventes, títulos e valores que possui ou venha a possuir.

§ 1º - A CB aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

§ 2º - A CB não constitui patrimônio de indivíduo ou de Sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Artigo 30 - A CB somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades e por proposta da Diretoria aprovada por dois terços dos membros da CB, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, respeitando o disposto no artigo 23, alínea "c" deste Estatuto.

Artigo 31 - Em caso de dissolução da CB, seu patrimônio líquido será destinado a entidades congêneres, que tenham a mesma finalidade e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com a designação da Assembléia Geral, respeitando o artigo 23, alínea "c" deste Estatuto.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Artigo 32 - A particularização e complementação dos dispositivos do presente Estatuto são feitas por um Regimento Interno, cujas normas não podem contrariar nem revogar algo determinado neste Estatuto.

SDS - Bloco P - Ed. Venâncio III - Sala 410 - 70.393-900 - Brasília-DF - Fone (61)3 325.7473 - Fax (61) 3226.0701
Cx. Postal 08744-70312-971 - Brasília-DF - <http://www.caritasbrasileira.org> - e-mail: caritas@caritasbrasileira.org
CGC nº 33.654.419/0001-16 - CNAS nº 43.306/66 (20/12/66) - Utilidade Pública Federal nº 61.155 (14/08/67)

- 7 -



CÁRITAS BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL

Artigo 33º - A CB publicará, anualmente, no Diário Oficial da União, ou jornal de grande circulação, o balanço do exercício anterior, com a respectiva demonstração de receita e despesa.

Artigo 34 - A CB não responde por nenhuma forma, nem sequer subsidiariamente, por compromissos e obrigações das entidades Membros, nem estas pelos compromissos e obrigações da CB.

Artigo 35 - A CB aplicará integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional, na manutenção de seus objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 36 - A CB não remunerará, por qualquer forma, os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto, nem distribuirá lucros, bonificações, vantagens ou dividendos, sob qualquer título, aos titulares dos ditos cargos, a mantenedores, a instituidores, a sócios, a membros da Assembléia Geral, ou a quem quer que seja.

Parágrafo único - A ocupação de cargo na Diretoria ou no Conselho Fiscal é incompatível com o exercício simultâneo de função remunerada na CB.

Artigo 37 - As entidades Membros que em suas atividades não mais correspondam à natureza e objetivos da Caritas Brasileira poderão ser excluídas, por decisão da Assembléia Geral.

Artigo 38 - Os dispositivos do presente Estatuto só poderão ser alterados pela Assembléia Geral, para isso convocada, mediante aprovação de dois terços dos presentes com direito a voto, obedecido o disposto no Art. 7º, alínea e.

Artigo 39 - O presente Estatuto derogando o anterior, revoga as disposições em contrário, bem como, uma vez devidamente aprovado e registrado, entrará imediatamente em vigor.

LUIZ DEMETRIO VALENTINI
Presidente da Caritas Brasileira

JOSÉ EUCLIDES ANDRADE VIANA
OAB/DF 15402

ANEXO C
Regimento Interno da Cáritas Brasileira

CÁRITAS BRASILEIRA

**REGIMENTO
INTERNO**

Brasília, 23 de junho de 2001

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I DO REGIMENTO INTERNO

Artigo 1º - O presente **Regimento Interno da Cáritas Brasileira - CB** disciplina a sua organização e o seu funcionamento quanto à dinâmica das atividades a serem exercidas, bem como as relações entre os órgãos de sua administração, os Secretariados Regionais e os seus Membros.

Parágrafo 1º - As disposições deste Regimento Interno da Cáritas Brasileira sujeitam-se à legislação e ao Estatuto vigente.

Artigo 2º - A aprovação ou alteração do presente Regimento Interno é da competência da Diretoria da Cáritas Brasileira, conforme artigo 8º, alínea "c" do Estatuto, ouvido o Conselho Consultivo.

TÍTULO II DOS MEMBROS

CAPÍTULO I: DA FILIAÇÃO

Artigo 3º - As Cáritas Diocesanas ou entidades congêneres de âmbito diocesano que correspondam às finalidades da Cáritas, serão aceitas como Membros pela Diretoria da CB, desde que preenchidas as condições estatutárias do artigo 3º do Estatuto.

Parágrafo 1º - São condições estatutárias estabelecidas pelo artigo 3º do Estatuto: personalidade jurídica própria, requerimento de filiação e concordância prévia do Bispo Diocesano.

Parágrafo 2º - Nas regiões onde Cáritas tem um Regional constituído é necessário que o pedido de filiação de Membro da CB tenha uma apresentação do Secretariado Regional e respectiva aprovação das Assembléias Regionais.

Parágrafo 3º - As Cáritas Diocesanas ou entidades congêneres, sem personalidade jurídica própria, poderão participar das atividades da CB e terão prazo de 2 anos para regularizarem a sua situação.

Artigo 4º - Os Membros, nas instâncias deliberativas da CB, deverão fazer-se representar por/pela seu/sua diretor/a ou legítimo/a representante.

Parágrafo 1º - Os Membros que deixarem de participar de 2 (duas) Assembléias Gerais ordinárias consecutivas, sem uma justificação aceita pela Diretoria, poderão ser excluídos da CB.

Parágrafo 2º - Conforme o artigo 8º, alínea "h" e artigo 35 do Estatuto, a Diretoria, por iniciativa própria ou por proposição da Assembléia Regional, poderá excluir qualquer membro, seja pelo não cumprimento das disposições estatutárias e regimentais, seja por não mais comungar com os ideais e finalidades da CB e/ou por faltarem a duas assembléias gerais consecutivas

Parágrafo 3º - Aos Membros é ressalvado o direito de desligamento da CB, por iniciativa própria, respeitados seus motivos e razões.

CAPÍTULO II: DOS DIREITOS E DEVERES

Artigo 5º - São direitos dos Membros:

- a) participar das atividades organizadas ou desenvolvidas pela CB;
- b) participar das assembléias gerais e regionais, assim como dos demais órgãos da CB, na forma do Estatuto e do presente Regimento;
- c) através de seus/suas respectivos/as diretores/as ou legítimos/as representantes, votar e ser votado/a para os cargos eletivos da CB, de acordo com o artigo 3º e parágrafo 2º do Estatuto e observando-se o disposto no parágrafo único deste artigo regimental;
- d) utilizar-se dos serviços e usufruir dos benefícios concedidos pela CB.

Parágrafo Único - Cada Membro tem direito a um voto, sendo vedado o voto por procuração.

Artigo 6º - São deveres dos Membros:

- a) participar das atividades organizadas ou desenvolvidas pela CB;
- b) participar das Assembléias Gerais e Regionais, assim como dos demais órgãos da CB, na forma do Estatuto e do presente Regimento;
- c) contribuir para a consecução das finalidades da CB;
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, as normas regimentais e regulamentares, assim como as determinações baixadas pelos diversos órgãos da CB;
- e) levar ao conhecimento da CB, através de seus órgãos executivos, os fatos que comprometam ou possam vir a comprometer o desempenho de sua missão, o seu bom nome ou o seu patrimônio;
- f) comunicar à administração da CB, em seus diversos níveis, as mudanças de endereços e outras ocorrências significativas, assim como prestar-lhes todas as informações solicitadas;
- g) pagar as contribuições que lhes couberem;
- h) representar, no âmbito de sua atuação, os interesses da CB;
- i) vincular seus planos e programas às linhas de ação e diretrizes da CB;
- j) assegurar uma equipe mínima que possa desenvolver a ação Cáritas, dando identidade à mesma.

TITULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7º - A organização superior da CB consiste da **Assembléia Geral**, da **Diretoria**, do **Conselho Fiscal**, do **Conselho Consultivo** e do **Secretariado Nacional**.

CAPÍTULO I: DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I - da natureza e fins

Artigo 8º - A Assembléia Geral da Cáritas Brasileira é a expressão máxima de representação e deliberação.

Artigo 9º - A Assembléia Geral, conforme o artigo 5º, § 2º do Estatuto, reunir-se-á ordinariamente de dois em dois anos, por convocação do Presidente e extraordinariamente quando convocada pela Diretoria ou por dois terços dos Membros da CB.

Artigo 10 - A Assembléia Geral, de acordo com o artigo 6º do Estatuto, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de dois terços de seus Membros ou, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo, um terço de seus Membros, e suas deliberações serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos legítimamente votantes, presentes na sessão de votação.

Seção II - dos participantes

Artigo 11 - São participantes da Assembléia Geral:

- a) a Diretoria;
- b) um/a representante de cada entidade Membro, devidamente credenciado/a;
- c) os efetivos do Conselho Fiscal;
- d) o Conselho Consultivo;
- e) o Secretariado Nacional;
- f) as Delegações Regionais;

Parágrafo 1º - Somente a Diretoria e os/as representantes dos Membros, devidamente credenciados/as, terão voz e voto para as questões expressamente estatutárias conforme o artigo 5º do Estatuto.

Parágrafo 2º - O/A Presidente/a ou Diretor/a da entidade Membro da CB que não puder comparecer à Assembléia Geral deverá enviar um/a representante com a respectiva credencial, por escrito, para o credenciamento.

Parágrafo 3º - Constituem as Delegações Regionais: o Bispo referencial da Cáritas e 3 (três) representantes dos Regionais eleitos/as pelas respectivas Assembléias Regionais.

Artigo 12 - A critério da Diretoria, poderão participar das Assembléias, convidados/as e assessores/as, tanto do Brasil como do exterior, com direito a voz, mas sem direito a voto, em questões expressamente estatutárias.

Parágrafo Único - O Presidente ou seu/sua substituto/a legal comunicará ao plenário, na primeira sessão, a presença dos/as convidados/as e assessores/as.

Seção III - da convocação

Artigo 13 - A convocação da Assembléia Geral, na qual constará sempre a pauta de assuntos, será feita por carta circular aos Membros, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mediante registro postal e posterior aviso de recebimento.

Artigo 14 - A convocação de todos/as os/as participantes da Assembléia Geral será feita na forma e antecedência prevista no Estatuto, sendo lhes enviado oportunamente todo o material necessário à adequada e prévia preparação dos temas.

Artigo 15 - Considerando a necessidade da colaboração de todos/as para o bem comum da CB, os/as participantes da Assembléia deverão atender sempre às convocações recebidas, comparecendo tanto às Assembléias Gerais ordinárias quanto às extraordinárias.

Parágrafo 1º - Os/As participantes da Assembléia Geral que, uma vez convocados/as, se virem impedidos/as de comparecer, deverão comunicar, por escrito, à Diretoria a sua ausência, justificando-a.

Parágrafo 2º - A ausência de Membros da Assembléia Geral, mesmo quando justificada, não poderá servir de pretexto para a não aceitação ou o não cumprimento das decisões tomadas.

Seção IV - da preparação

Artigo 16 - A Diretoria nomeará sempre, a seu critério e dentro do quadro da CB, uma comissão preparatória para a Assembléia Geral, para trabalhar o temário, organizar a pauta dos assuntos e tomar outras providências necessárias.

Artigo 17 - Compete ao Secretariado Nacional executar as determinações da comissão preparatória, bem como tomar as medidas que se referem à necessidade de pessoas auxiliares, de material e de toda infra-estrutura para a realização da Assembléia.

Seção V - do funcionamento

Artigo 18 - Na ordem dos trabalhos, deverá ser previsto tempo para os atos litúrgicos e para as comunicações e as deliberações.

Artigo 19 - A coordenação dos trabalhos da Assembléia Geral estará a cargo de uma comissão coordenadora, composta por:

- a) Presidente da CB ou seu/sua substituto/a legal;
- b) Secretário/a da CB;
- c) Diretor/a-Executivo/a Nacional;
- d) Duas pessoas da Assembléia, escolhidos/as, em sua primeira sessão;

Artigo 20 - Ao Presidente da CB, em conformidade com o artigo 9º, alínea "a" do Estatuto, caberá convocar e presidir as Assembléias Gerais, na forma do Estatuto e do Regimento.

Artigo 21 - Compete ao Presidente da Assembléia:

- a) abrir e encerrar as sessões;
- b) compor a mesa da presidência nas sessões solenes de abertura e de encerramento;
- c) verificar o quorum para o funcionamento e determinar que sejam conferidas as credenciais dos presentes;
- d) constituir, atendendo ao disposto do artigo 19 do presente Regimento, a comissão coordenadora e empossá-la;
- e) presidir a comissão coordenadora;
- f) declarar válidas as eleições e empossar os/as eleitos/as nas Assembléias Gerais eletivas.

Artigo 22 - Compete à comissão coordenadora:

- a) coordenar as sessões de trabalho e/ou designar pessoas para esta atividade;

- b) propor ao plenário matéria para votação;
- c) conferir o quorum para as votações;
- d) identificar os participantes da Assembléia com direito a voto;
- e) designar responsabilidades por tarefas ou funções em vista do bom andamento das sessões;
- f) organizar as diversas comissões da Assembléia e estabelecer as suas respectivas atribuições;
- g) resolver os casos de impugnação de votos;
- h) resolver os casos omissos no Regimento, referente à Assembléia.

Artigo 23 - A imprensa terá acesso às sessões plenárias somente mediante autorização da comissão coordenadora sendo que o atendimento normal será feito por uma comissão competente.

Seção VI - das eleições

Artigo 24 - Para os cargos da Diretoria poderão ser votados: os seus atuais membros respeitando o que diz o artigo 7º do Estatuto; os/as diretores/as dos Membros da CB ou seus/suas legítimos/as representantes, conforme artigo 5º, alínea "c" do Regimento Interno; e outras pessoas, de acordo com a votação da prévia eleitoral.

Artigo 25 - Na Assembléia eletiva, promover-se-á uma votação prévia, secreta, para indicações de nomes em caráter de sugestão, podendo votar todos/as os/as participantes.

Parágrafo 1º - Far-se-ão votações prévias indicativas para a Diretoria e o Conselho Fiscal, sendo o seu resultado publicado indicando o número de votos de cada um.

Parágrafo 2º - Antes das prévias, proceder uma discussão sobre critérios e/ou perfil dos/as candidatos/as.

Artigo 26 - Após as prévias, proceder-se-á às eleições respectivas, podendo nestas, votarem exclusivamente os do parágrafo 1º, do artigo 11, deste Regimento e o artigo 5º do Estatuto.

Artigo 27 - Os cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal não podem ser exercidos cumulativamente por uma mesma pessoa, devendo corresponder a cada função um/a titular.

Artigo 28 - O processo a ser seguido nas eleições será de votação de cargo por cargo, procedendo-se até três escrutínios para cada cargo, sendo que nos dois primeiros serão necessária maioria absoluta e no último maioria simples; em havendo empate, fica eleito/a o/a que tiver mais tempo de Cáritas.

Parágrafo Único - A eleição da Diretoria seguirá a ordem do artigo 7º do Estatuto.

Artigo 29 - Nas eleições a votação será sempre individual, secreta e por escrito.

Artigo 30 - A eleição será dirigida por uma mesa eleitoral, composta de três (3) pessoas, designadas, na oportunidade, pela própria Assembléia, sendo que a primeira indicada será o/a presidente/a da mesa e as outras duas serão as escrutinadoras.

Artigo 31 - Terminada cada votação eleitoral, proceder-se-á à apuração dos votos pelas escrutinadoras.

Artigo 32 - Finda a apuração dos votos, o/a presidente/a da mesa eleitoral anunciará os resultados.

Artigo 33 - Fica concedido um prazo de duas horas, a partir do anúncio do resultado feito pelo/a presidente/a da mesa eleitoral, para qualquer impugnação da eleição ou pedido de recontagem de votos, o que deverá ser feito junto ao/a Presidente/a da Assembléia.

Artigo 34 - Não havendo impugnação legal o presidente da Assembléia declarará válidas as eleições e determinará a data, o local e a hora da posse, podendo, se lhe convier, fazê-lo nesse mesmo ato.

Artigo 35 - Após a proclamação definitiva dos resultados das eleições, as cédulas das votações serão destruídas pelas escrutinadoras.

CAPÍTULO II: DA DIRETORIA

Artigo 36 - A Diretoria, composta pelo Presidente, Vice-Presidente/a, Secretário/a e Tesoureiro/a, é o órgão executivo da Cáritas Brasileira, cabendo-lhe representá-la, bem como supervisionar suas ações, prover meios e recursos, estabelecer e implementar políticas de ação, avaliar resultados das atividades em todos os níveis e em todos os Secretariados Regionais, cumprindo sempre as deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 37 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente quatro vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da metade de seus membros.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria deverão empenhar-se para comparecer a todas as suas reuniões, sendo que não serão válidas suas resoluções, quando tomadas com a ausência de dois de seus membros e sem consulta aos demais membros ausentes.

Parágrafo 2º - Participarão das reuniões da Diretoria o/a Diretor/a-Executivo/a Nacional da CB, e outros/as, assessores/as e convidados/as, a critério da mesma, sem direito a voto.

Artigo 38 - A Diretoria, em sua última reunião do ano, deverá fixar o valor da contribuição financeira anual dos Membros da CB, para o ano seguinte, bem como o prazo de sua quitação, ouvido o Conselho Consultivo.

Artigo 39 - A Diretoria, conforme suas competências conferidas pelo Estatuto, artigo 8º, determinará ordinariamente suas decisões por recomendações, portarias, resoluções e atos normativos.

Artigo 40 - Dos atos da Diretoria caberá recurso à Assembléia Geral, conforme o artigo 8º, parágrafo único do Estatuto.

CAPÍTULO III: DO CONSELHO FISCAL

Artigo 41 - O Conselho Fiscal é organismo autônomo de acompanhamento, fiscalização e aplicação orçamentária, financeira e patrimonial da CB.

Artigo 42 - O Conselho Fiscal reunirá, ordinariamente uma vez por ano sempre no primeiro quadrimestre, os seus membros efetivos para o parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balanços, inventários e proposta orçamentária.

Parágrafo 1º - Na ausência de um membro efetivo será convocado um/a suplente conforme ordem de votação para o Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pelo seu/sua Presidente/a ou pela Diretoria.

Artigo 43 - O Conselho Fiscal em sua primeira reunião escolherá um de seus membros efetivos como Presidente/a do mesmo.

Parágrafo 1º - São atribuições do/a Presidente/a do Conselho Fiscal:

- a) convocar e presidir as reuniões;
- b) encaminhar anualmente à Diretoria o parecer final de seus trabalhos;
- c) apresentar à Assembléia Geral informações e considerações a respeito dos trabalhos realizados.

Artigo 44 - As decisões do Conselho Fiscal serão válidas quando tomadas por dois de seus membros efetivos.

CAPÍTULO IV: DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 45 - O Conselho Consultivo é um organismo junto à Diretoria, que objetiva articular fraternalmente o relacionamento entre o Secretariado Nacional e os Secretariados Regionais, bem como promover a dinamização do desenvolvimento dos trabalhos da CB.

Artigo 46 - Além das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto, o Conselho Consultivo deverá também contribuir para uma maior articulação dos trabalhos, desenvolvendo:

- a) a colaboração de todos/as para o estabelecimento de uma política comum de ação;
- b) a agilização das decisões tomadas pelas Assembléias Gerais;
- c) a deliberação de outros assuntos, quando solicitados, e que não seja da competência de outro órgão;
- d) a opinião sobre assessorias, criação e formação de comissões a nível nacional.

Artigo 47 - O Conselho Consultivo será sempre convocado ordinariamente pelo/a Diretor/a-Executivo/a Nacional, duas vezes por ano, conforme artigo 16 do Estatuto.

Parágrafo Único - A convocação da reunião extraordinária do Conselho Consultivo, será feita pelo Presidente da CB, por iniciativa própria ou requerida por dois terços dos/as Secretários/as Regionais.

Artigo 48 - O Conselho Consultivo é composto pela Diretoria, Diretor/a-Executivo/a Nacional e Secretários /as Regionais, de acordo com o artigo 16 do Estatuto, com direito a voz e voto.

Parágrafo Único - Participam do Conselho: Assessores/as do Secretariado Nacional e outros/as convidados/as, com direito a voz.

Artigo 49 - Na convocação do Conselho Consultivo deverá sempre constar os assuntos a serem tratados, podendo ser incorporados outros assuntos, conforme a necessidade.

Artigo 50 - O Presidente da CB ou seu/sua substituto/a legal presidirá todas as reuniões do Conselho Consultivo.

Parágrafo 1º - Os assuntos e trabalhos do Conselho serão coordenados pelo/a Diretor/a-Executivo/a Nacional, podendo delegar esta tarefa a outros/as.

Artigo 51 - As decisões do Conselho Consultivo serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta de seus membros com direito a voto.

CAPÍTULO V: DO SECRETARIADO NACIONAL

Artigo 52 - O Secretariado Nacional é um órgão executivo da CB, responsável pelo desenvolvimento das atividades e programações da Cáritas no Brasil.

Artigo 53 - O Secretariado Nacional será composto de um quadro permanente de pessoas sob a coordenação do/a Diretor/a-Executivo/a Nacional, conforme reza o artigo 18, cabendo-lhe dar acompanhamento às atividades programadas pela CB em nível nacional.

Parágrafo 1º - Todas as atividades do Secretariado Nacional serão presididas e coordenadas pelo/a Diretor/a-Executivo/a Nacional ou por pessoas por ele/a delegadas.

Parágrafo 2º - O Secretariado Nacional terá tantos assessores/as permanentes ou circunstanciais, quantos forem necessários, a critério do/a Diretor/a-Executivo/a, com a aprovação da Diretoria.

Artigo 54 - O/A Diretor/a-Executivo/a Nacional será nomeado/a pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo e a CNBB, conforme artigo 18, e respeitado o disposto no artigo 8º, alínea "d", do Estatuto, para um mandato de quatro anos, não sendo vedada a sua recondução para mais uma gestão.

Parágrafo 1º - Os poderes do/a Diretor/a-Executivo/a Nacional, serão explicitados em termo de nomeação definido pela Diretoria em conformidade com o artigo 18.

Parágrafo 2º - A demissão do/a Diretor/a-Executivo/a Nacional antes de terminar o período para o qual foi nomeado pode ser feita pela Diretoria após ouvir o Conselho Consultivo e a CNBB.

Parágrafo 3º - O/A Diretor/a-Executivo/a Nacional poderá ser nomeado/a novamente após um período de 4 (quatro) anos ou mais, depois de seu último mandato

Artigo 55 - Para maior agilidade, participação e co-responsabilidade, o Secretariado Nacional poderá constituir uma Coordenação Colegiada.

Parágrafo 1º - A equipe do Secretariado Nacional determinará as atribuições e funções específicas de cada pessoa da Coordenação Colegiada para posterior aprovação da Diretoria.

Parágrafo 2º - As pessoas da Coordenação Colegiada assumem a gestão de forma co-responsável, embora com diferente funções.

Parágrafo 3º - A Coordenação Colegiada deve ter, no mínimo, três pessoas.

Parágrafo 4º - O/A Diretor/a-Executivo/a Nacional será sempre o/a coordenador/a da Coordenação Colegiada.

TÍTULO III DOS REGIONAIS

CAPÍTULO I: DA CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Artigo 56 - A Diretoria organizará, onde e quando convier, Regionais da CB, determinando suas atribuições de acordo com o artigo 13 do Estatuto.

Parágrafo Único - A Diretoria somente organizará ou suprimirá Regionais, *ad referendum* da Assembleia Geral, conforme o artigo 8º, alínea "f" do Estatuto.

Artigo 57 - Os Regionais são o conjunto dos Membros da CB na região, articulados por um Secretariado Regional.

Parágrafo Único - Os Regionais seguirão o mesmo Estatuto e Regimento Interno da CB.

Artigo 58 - São atribuições dos Regionais:

- a) assumir a consecução das finalidades e prioridades da CB de acordo com as diretrizes da Assembléia Geral e as determinações da Diretoria;
- b) determinar, em Assembléia Regional, a priorização de atividades, procurando atender sempre as peculiaridades da região;
- c) indicar, através de eleições nas Assembléias Regionais, o/a Secretário/a Regional, respeitando o disposto no artigo 8º, alínea "e" do Estatuto da CB;
- d) eleger em Assembléia ou encontro regional, três representantes para constituírem a delegação regional à Assembléia Geral da CB;

Artigo 59 - O Regional da CB seguirá, sempre que possível, à divisão da CNBB e denominar-se-á **Cáritas Brasileira - Regional** _____. Seguindo-se a denominação específica da região.

Artigo 60 - Nas regiões onde não houver Regional constituído os Membros da CB dessa região, articular-se-ão com o Secretariado Nacional.

Artigo 61 - Cada Regional da CB deverá ter um bispo de referência pelo acompanhamento pastoral dos trabalhos, sendo que sua designação será feita pelo respectivo Regional da CNBB, a partir de uma lista triplíce apresentada pela Assembléia Regional.

Parágrafo Único - O bispo de referência da Cáritas Regional terá as seguintes funções:

- a) ser elo de ligação entre a Cáritas e a hierarquia eclesial;
- b) acompanhar e participar da vida da Cáritas na região;
- c) orientar e animar a ação pastoral e a mística da Cáritas;
- d) apoiar as políticas desenvolvidas pela Cáritas na região;
- e) zelar pela transparência técnica e administrativa;
- f) participar das reuniões do Conselho Regional.

Artigo 62 - Ao Regional corresponde as seguintes instâncias operacionais de caráter regimental:

- a) Assembléia Regional;
- b) Conselho Regional;
- c) Secretariado Regional.

CAPÍTULO II: DA ASSEMBLÉIA REGIONAL

Artigo 63 - A Assembléia Regional da Cáritas Brasileira é a expressão máxima de sua representação e deliberação na região.

Artigo 64 - A Assembléia Regional pode ser ordinária e extraordinária, sendo que a Assembléia ordinária se realizará anualmente ou de dois em dois anos, e a extraordinária será convocada para fim determinado e urgente.

Parágrafo 1º - A Assembléia Regional definirá sempre o período de sua realização: anualmente ou de dois em dois anos e comunicará suas decisões ao Secretariado Nacional.

Parágrafo 2º - A convocação da Assembléia Regional ordinária será feita pelo/a Presidente/a do Conselho Regional, com um prazo mínimo de 40 dias, onde constará sempre a pauta de assuntos.

Parágrafo 3º - As Assembléias Regionais extraordinárias serão convocadas pelo/a Presidente/a do Conselho Regional por decisão do próprio Conselho ou por dois terços dos Membros da CB na região.

Parágrafo 4º - As Assembléias Regionais reunir-se-ão, em primeira convocação, com a presença de dois terços de seus Membros natos ou, em segunda convocação, uma hora depois, presentes pelo menos um terço de seus Membros natos.

Artigo 65 - As decisões da Assembléia Regional serão válidas quando aprovadas por maioria absoluta de seus Membros natos presentes na sessão de votação.

Artigo 66 - Considerando a necessidade da colaboração de todos para o bem comum da Cáritas os participantes da Assembléia deverão atender sempre às convocações recebidas, comparecendo tanto às Assembléias ordinárias quanto às extraordinárias.

Parágrafo 1º - Os Membros que se virem impossibilitados de enviar representantes deverão comunicar, por escrito, ao Regional a sua ausência, justificando-a.

Parágrafo 2º - A ausência nas Assembléias, mesmo quando justificada, não poderá servir de pretexto, por parte de seus membros, para a não aceitação ou o não cumprimento das decisões tomadas.

Parágrafo 3º - Os Membros que deixarem de participar de duas Assembléias Regionais ordinárias consecutivas, sem uma justificação aceita pelo Conselho Regional, poderão ter solicitada a sua exclusão à Diretoria da CB.

Seção I - dos participantes

Artigo 67 - São participantes da Assembléia Regional:

1º) como membros natos:

- a) o Conselho Regional;
- b) um/a representante de cada Membro da CB no Regional, devidamente credenciado/a;
- c) a Diretoria da CB;
- d) o/a Diretor/a-Executivo/a Nacional ou seu/sua representante;
- e) o/a Secretário/a Regional.
- f) o bispo referencial da Cáritas.

2º) como convidados;

- g) a equipe do Secretariado Regional;
- h) assessores/as e convidados/as.

Parágrafo 1º - Poderão participar da Assembléia como convidados, pessoas de dioceses que ainda não são Membros da CB mas que se propõem a serem Membros no futuro ou que possuem grupos de trabalhos afins com a Cáritas no Regional.

Parágrafo 2º - O/A presidente/a ou diretor/a da entidade membro da CB no Regional que não puder comparecer a Assembléia Regional deverá enviar um/a representante com a respectiva credencial, por escrito, para o credenciamento.

Parágrafo 3º - Os/As participantes convidados/as e assessores/as serão determinados/as pelo Conselho Regional.

Artigo 68 - Somente os membros natos poderão votar nas questões expressamente estatutárias e regimentais.

Parágrafo Único - Os/As demais participantes têm plena participação com voz e voto nas questões não expressamente estatutárias e regimentais, sendo que para as questões previstas no parágrafo anterior terão somente voz.

Artigo 69 - À Assembléia Regional compete:

- a) estabelecer as prioridades e o plano de ação da Cáritas na respectiva região atendendo às particularidades da mesma;
- b) apreciar e opinar sobre o relatório de atividades e o balanço financeiro do Secretariado Regional;
- c) indicar, por votação, o/a Secretário/a Regional para posterior nomeação da Diretoria, de acordo com o artigo 8º, alínea "e" do Estatuto;
- d) eleger três representantes do Regional para a Assembléia Geral da CB;
- e) indicar, em lista triplíce, ao Regional da CNBB, os nomes para a escolha do bispo de referência pelo acompanhamento dos trabalhos da Cáritas na região;
- f) aprovar a filiação de novos Membros;
- g) indicar o local da próxima Assembléia Regional.

Seção II - da preparação

Artigo 70 - O Conselho Regional nomeará, sempre e dentro do quadro da Cáritas Regional, uma comissão preparatória para as Assembléias Regionais, para trabalhar o temário, organizar a pauta dos assuntos e tomar outras providências necessárias.

Artigo 71 - Compete ao Secretariado Regional, associado à equipe diocesana anfitriã, executar as decisões da comissão preparatória, bem como tomar as medidas que se refletem à necessidade de pessoas auxiliares, do material e de toda a infra-estrutura para a realização da Assembléia.

Seção III - do funcionamento

Artigo 72 - A Assembléia Regional será sempre presidida pelo/a Presidente/a do Conselho Regional ou pelo /a seu/sua substituto/a legal.

Artigo 73 - A coordenação dos trabalhos da Assembléia estará a cargo de uma Comissão Coordenadora composta por:

- a) Presidente/a do Conselho Regional ou seu/sua representante legal;
- b) Conselheiro/a, escolhido/a pelo próprio Conselho;
- c) Secretário/a Regional;
- d) Representante da Diretoria;
- e) Uma pessoa da Assembléia, eleita em sua primeira sessão.

Artigo 74 - As competências do/a presidente/a da Assembléia e da comissão coordenadora são as mesmas estabelecidas a nível nacional, conforme os artigos 21 e 22 do presente Regimento Interno.

Artigo 75 - Na ordem dos trabalhos, deverá ser previsto tempo para os atos litúrgicos, comunicações e deliberações.

Artigo 76 - A imprensa terá acesso às sessões plenárias somente mediante autorização da comissão coordenadora, sendo que o atendimento normal será feito pela comissão competente.

Seção IV - dos procedimentos das eleições

Artigo 77 - Nas assembleias regionais eletivas, os procedimentos para as eleições deverão seguir os já indicados neste Regimento para o nível nacional, conforme os artigos 24 a 35.

CAPÍTULO III: DO CONSELHO REGIONAL

Artigo 78 - O Conselho Regional é um órgão representativo dos Membros da Cáritas Brasileira no respectivo Regional, cabendo-lhe articular o relacionamento entre o Secretariado e os seus Membros, bem como desenvolver a dinamização do trabalho da CB no Regional

Seção I - das atribuições

Artigo 79 - As atribuições do Conselho Regional, são:

- a) estabelecer a política de ação de acordo com as diretrizes da Assembléia Regional;
- b) acompanhar as linhas gerais de ação e programas da Cáritas a nível regional;
- c) determinar metas e etapas na elaboração e execução de planos, programas e projetos do Regional;
- d) zelar para que as finalidades da CB sejam realizadas, fortalecendo a integração e a unidade no Regional;
- e) decidir sobre os assuntos que lhe são submetidos pelo Secretariado Regional e/ou pelos Membros da CB com sede no Regional;
- f) assessorar o/a Secretário/a Regional em suas atribuições;
- g) propor a criação ou a supressão de iniciativas;
- h) agilizar as decisões das Assembléias Regionais;
- i) indicar à Diretoria da CB o/a Secretário/a Regional nos casos extraordinários e de urgência;
- j) tomar decisões em nome da Assembléia Regional, em casos especiais, submetendo posteriormente os seus atos para homologação da Assembléia;
- k) acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Secretariado Regional;
- l) contribuir na avaliação e aprovação de projetos;
- m) ajudar na preparação das Assembléias Regionais, constituindo, se for o caso, uma comissão preparatória.
- n) apreciar e opinar anualmente sobre o relatório de atividades e o balanço financeiro do Secretariado Regional.

Seção II - da composição

Artigo 80 - O Conselho Regional será composto de quatro membros efetivos/as e dois membros suplentes, eleitos/as, em votação secreta, pela Assembléia Regional, dentro do quadro dos Membros da CB no Regional.

Parágrafo 1º - O mandato dos/as conselheiros/as efetivos/as será de 4 anos, sendo que de 2 em 2 anos, 50% deles/as serão substituídos/as; o mandato dos/as conselheiros/as suplentes será de 4 anos.

Parágrafo 2º - Os/As conselheiros/as poderão ser eleitos/as novamente somente para mais um mandato e poderão ser eleitos/as posteriormente após um período de 4 anos ou mais depois do seu último mandato.

Artigo 81 - No afastamento provisório ou definitivo de um/a conselheiro/a ele/ela será imediatamente substituído/a, em caráter circunstancial ou definitivo, pelo/a suplente mais votado/a.

Parágrafo único - O/A conselheiro/a que se afastar das atividades da Cáritas ou fixar residência fora da jurisdição de seu Regional, durante a sua gestão, perderá automaticamente o mandato e será substituído/a pelo/a suplente mais votado/a

Artigo 82 - Os/As conselheiros/as eleitos/as definirão, por eleição, o/a Presidente/a, o/a Vice-Presidente/a e o/a secretário/a do Conselho Regional para um mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - Em caso de empate, proceder-se-á a nova eleição, persistindo o empate, assumirá a presidência do Conselho, o/a conselheiro/a que por mais anos desenvolva suas atividades na Cáritas.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência ou impedimento do/a Presidente/a este/a será substituído/a pelo/a vice-presidente/a do conselho.

Parágrafo 3º - O/A Secretário/a Regional participará das reuniões do Conselho e terá direito somente a voz.

Parágrafo 4º - Sempre que necessário e convidados/as, as pessoas do Secretariado Regional poderão participar da reunião do Conselho com direito a voz.

Artigo 83 - Realizada a eleição, a nominata do Conselho Regional será remetida para o Presidente do Regional da CNBB e para a Diretoria da CB.

Seção III - da funcionalidade

Artigo 84 - O Conselho Regional reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, de três em três meses, convocado/a pelo/a seu/sua Presidente/a; e extraordinariamente sempre por iniciativa do/a próprio/a Presidente/a ou por dois terços dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - Para a validade das decisões deverão estar presentes dois terços de todos membros; e as suas decisões serão válidas pela maioria dos votos presentes.

CAPÍTULO IV: DO SECRETARIADO REGIONAL

Artigo 85 - O Secretariado Regional é o órgão executivo e representativo da Cáritas Brasileira, na região e responsável pelo desenvolvimento das atividades e programas.

Artigo 86 - A administração ordinária de um Regional será feita pelo/a Secretário/a Regional nomeado/a para um mandato, de quatro anos, não sendo vedada sua recondução para uma nova gestão, com poderes explicitados no ato de sua nomeação pela Diretoria.

Parágrafo Único - O/A Secretário/a Regional poderá ser nomeado/a novamente após um período de 4 (quatro) anos ou mais de seu último mandato

Artigo 87 - Compete à Diretoria da CB nomear os/as Secretários/as Regionais, após os/as mesmos/as terem sido/a indicados/as pelas respectivas Assembléias Regionais e estar atendido o disposto no artigo 8, alínea "e" do Estatuto.

Parágrafo 1º - Após ouvir as pessoas previstas no artigo 8, letra "e" do Estatuto, a Diretoria da CB poderá demitir o/a respectivo/a Secretário/a Regional, passando a nomear outro/o, seguidos os trâmites indicados neste Regimento, artigo 78, alínea "h".

Parágrafo 2º - O/A Secretário/a Regional indicado/a pelo Conselho Regional, nos casos extraordinários e de urgência, e nomeado/a pela Diretoria da CB, permanecerá no cargo até a próxima Assembléia Regional para que a mesma proceda a indicação de um/a novo/a Secretário/a.

Artigo 88 - O Secretariado Regional terá tantos assessores/as, permanentes ou circunstâncias quantos forem necessários com a aprovação do Conselho Regional e de acordo com as suas condições financeiras.

Artigo 89 - Para maior agilidade, participação e co-responsabilidade, o Secretariado Regional poderá constituir uma Coordenação Colegiada.

Parágrafo 1º - A equipe do Secretariado Regional determinará as atribuições e funções específica de cada pessoa da Coordenação Colegiada para posterior aprovação do Conselho Regional.

Parágrafo 2º - As pessoas da Coordenação Colegiada possuem o mesmo poder de decisão e arcam com igual responsabilidade no exercício do cargo, embora com diferentes funções.

Parágrafo 3º - A Coordenação Colegiada deve ter no mínimo três pessoas.

Parágrafo 4º - O/A Secretário/a Regional será sempre o/a Coordenador/a da Coordenação Colegiada.

Artigo 90 - As competências do Secretariado Regional são:

- a) executar, em comunhão com os seus Membros, as atividades da CB no regional de acordo com as diretrizes nacionais, prioridades e plano de atividades regional, aprovado em Assembléia;
- b) representar a CB nos limites da sua jurisdição e manter a Diretoria e o Secretariado Nacional informados sobre o andamento dos trabalhos na região;
- c) organizar e coordenar encontros regionais e desenvolver outras atividades que a região exigir;
- d) cumprir e exercer as demais atribuições, funções e encargos, previstos neste Regimento e no Estatuto ou determinados por quem de direito da CB;
- e) animar, articular, assessorar os seus Membros na execução das prioridades regionais, a partir de cada realidade concreta;
- f) contribuir no processo de auto-sustentação dos seus Membros, ajudando a criar as condições mínimas em termos de pessoal preparado e estrutura material para o desenvolvimento dos trabalhos, inclusive com repasse de recursos quando possível;
- g) articular-se com as demais pastorais sociais, bem como desenvolver práticas ou representações da Cáritas em nível estadual;
- h) informar à Assembléia Regional e ao Conselho Regional sobre o relatório de atividades e do balanço financeiro do Secretariado Regional.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 91 - Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pela Diretoria da CB.

Artigo 92 - Quanto ao Conselho Regional, na primeira eleição após a aprovação desse Regimento, os/as conselheiros/as eleitos/as em primeiro e segundo lugar, terão um mandato de 4 anos; e, os/as dois/duas conselheiros/as eleitos/as em terceiro e quarto lugar terão um mandato de 2 anos.

Parágrafo Único - No Regional onde já existe esta prática, segue-se o que já é de costume.

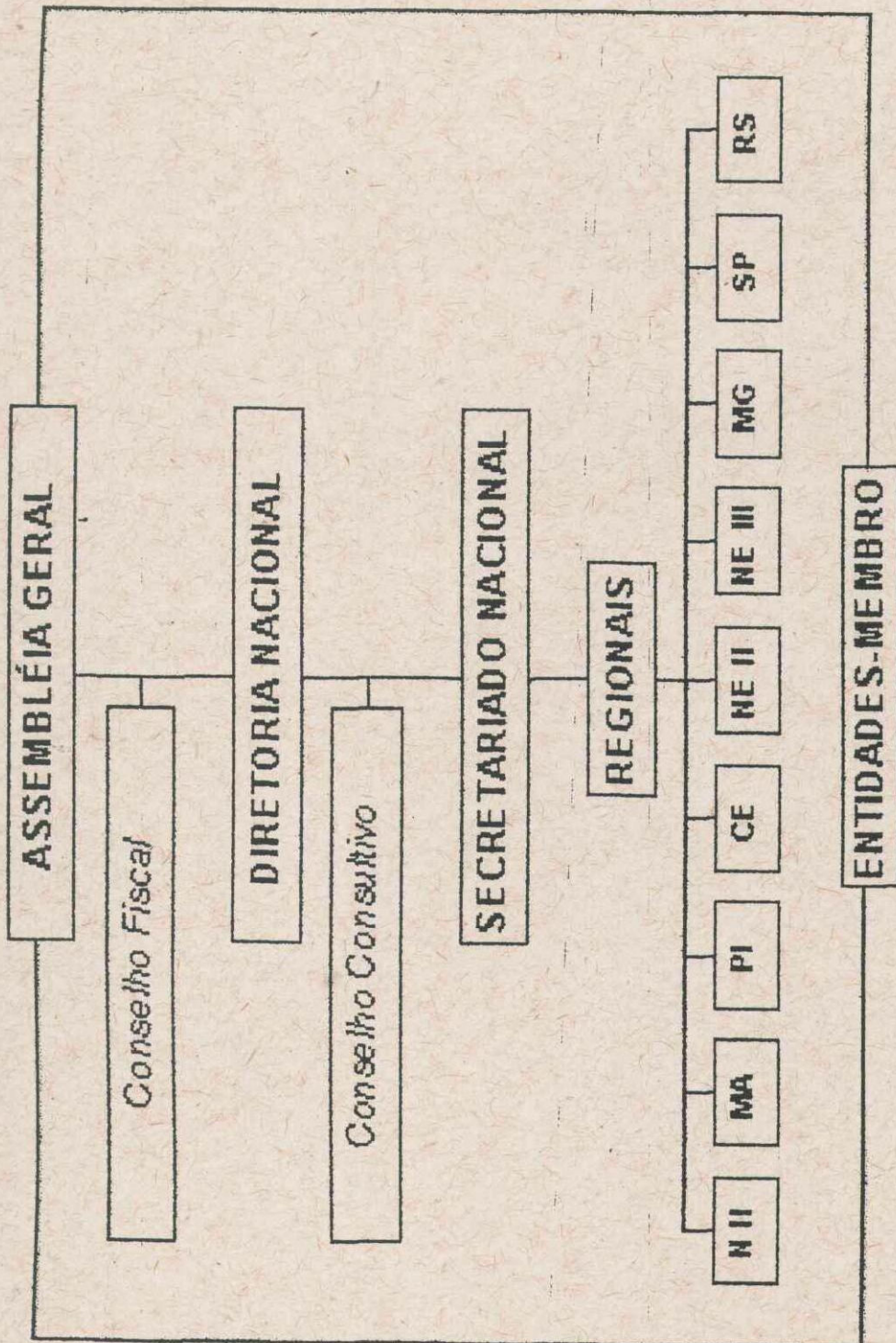
Artigo 93 - Os mandatos dos/as atuais Secretários/as Regionais serão completados conforme as normas regimentais dos Regionais anteriormente em vigor.

Artigo 94 - O presente Regimento Interno, derogando o anterior, revoga as disposições em contrário, bem como, uma vez aprovado pela Diretoria da CB e devidamente registrado, entrará imediatamente em vigor.

D. JACYR FRANCISCO BRAIDO
Presidente

ANEXO D
Organograma da Cáritas Brasileira

ORGANOGRAMA



ANEXO E

Localização geográfica dos escritórios das entidades-membro da Cáritas Brasileira no Ceará



ANEXO F

“Carta da Cáritas Brasileira no seu Jubileu de Ouro (1956 - 2006)”

Carta da Cáritas Brasileira no seu Jubileu de Ouro (1956 – 2006)

Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

Há 50 anos a Cáritas Brasileira vem profeticamente mantendo o seu compromisso de solidariedade pela vida e por isso celebra com muita fé e alegria o seu Jubileu!

Criada em 1956 em um momento de grandes conflitos para a humanidade, marcado pelos horrores e atrocidades da segunda guerra mundial que agravou as desigualdades sociais econômicas entre as nações e entre ricos e pobres. Desafiada por esta realidade e atenta aos clamores do povo, a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, busca organizar a sua ação social para contribuir com a superação da miséria e da pobreza, testemunhando que Deus é Caridade!

Ao longo da sua trajetória, a Cáritas Brasileira tem trilhado diversos caminhos, realizando a missão de testemunhar e enunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora e participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

Por isso celebramos este Jubileu com o 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira, em Aracajú-SE, de 8 a 12 de novembro de 2006, com representantes das Cáritas diocesanas e regionais e de entidades-membro e parceiras. Durante esses dias 433 pessoas, 227 mulheres e 206 homens, de todas as regiões brasileiras e mais representantes das Cáritas da Europa, da África e da América Latina, celebraram essa bonita história.

Celebrar o Jubileu é fazer a memória da caminhada, resgatar a história da Cáritas e do povo brasileiro para compreender o presente e ajudar a construir os passos futuros. Muitas lições foram aprendidas nesta trajetória. Muitas foram as provações, maiores ainda as conquistas. Temos consciência de que há muito a ser aprimorado e de que a existência da Cáritas só faz sentido numa vida de serviço, de amor libertador e gratuito.

Nesta memória, trouxemos presente uma multidão de mulheres e homens que nestes 50 anos construíram esta história de solidariedade pela vida. Em especial, lembramos com carinho de Dom Hélder Câmara que, como profeta da solidariedade libertadora, inspirou a fundação e a organização da Cáritas no Brasil. Essa memória revelou também que as pessoas excluídas foram e são as principais construtoras dessa caminhada, e que impulsionaram a busca constante de renovação das concepções e práticas da Cáritas Brasileira, permanecendo coerente com os apelos da realidade e do Evangelho.

A celebração do jubileu é um momento especial de retomada das inspirações e motivações da Cáritas Brasileira. O referencial maior é a prática de Jesus Cristo que se faz presente nas pessoas empobrecidas. É Ele que nos orienta a perseguir a grande utopia expressa em nossa missão. O que fortalece a persistência na caminhada é a nossa mística e espiritualidade ecumênico, que reafirma a opção pelos pobres, o protagonismo dos/as excluídos/as, o cuidado com a natureza e a construção de relações igualitárias de gênero, raça/etnia e

geração.

Durante o 3º Congresso, a Cáritas também comemorou os 25 anos da Economia Popular Solidária no Brasil com a participação de dezenas de empreendimentos econômicos solidários. Foram realizados intercâmbios de experiências e uma Feira com trocas de produtos, saberes e sabores, elaborando diretrizes e estratégias para o fortalecimento de uma outra economia que já acontece.

O Jubileu é um momento propício para a Cáritas Brasileira reafirmar o seu compromisso de caminhar com os empobrecidos/as na busca de superação das injustiças, na defesa e promoção da vida e dignidade, fortalecendo suas organizações e a vivência da cidadania ativa. Renova o seu compromisso de contribuir na construção de um novo projeto societário dotado de sustentabilidade e solidariedade, defendendo a sociobiodiversidade, preservando as espécies e os ecossistemas, valorizando as diversas culturas e a afirmação dos direitos das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas dentre outras.

Por isso, defende a democracia como um princípio fundamental, como processo de construção coletiva dos destinos da nação e que se concretiza na democratização do Estado, na participação e valorização do poder popular e na socialização de todos os bens, entre todos os povos. O enfrentamento desse grande desafio requer a construção e o fortalecimento de parcerias e redes entre as pastorais sociais, organizações da sociedade civil e movimentos populares.

O compromisso com a preservação do Rio São Francisco e com os seus povos foi decisivo para a escolha dessa região para realização do 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira. A realização da Romaria do Jubileu às margens do “Velho Chico”, representa um gesto político de denúncia da degradação ambiental que impede o cumprimento da sua missão de dar vida e promover a integrar os povos deste imenso País! Diante disso, a Cáritas Brasileira posiciona-se a favor da revitalização e contra a transposição das águas do Rio São Francisco.

O fortalecimento e a sustentabilidade institucional também são compromissos assumidos na celebração desse Jubileu. Toma-se fundamental manter a unidade da Rede Cáritas, fortalecendo a sua identidade, ampliando os processos de formação e capacitação de agentes para a prática da solidariedade transformadora – sobretudo daqueles/as que estão mais próximos/as dos grupos sociais com quem atuamos.

Enfim, a celebração do Jubileu reafirma a necessidade da Cáritas em continuar intervindo na realidade de forma transformadora, participando do grande mutirão para realizar as utopias que nós colocam a caminho.

O importante é caminhar! A utopia é caminho!

Aracaju (SE), 12 de novembro de 2006.

ANEXO G

“Carta dos 25 anos de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira”

Carta dos 25 anos de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira

Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/>>. Acesso em 30/05/2007

No momento em que a Cáritas celebra seus 50 anos de presença junto às comunidades empobrecidas no Brasil, construindo estratégias de superação das desigualdades históricas que separam ricos e pobres, ela também comemora 25 de Economia Popular Solidária. Esta surgiu num contexto de falência das ilusões capitalistas como o pleno emprego e as alternativas de mercado para a solução dos graves problemas enfrentados pelos estados nacionais.

A construção de uma “Outra Economia” pautada pela solidariedade, na cooperação e tendo a auto-gestão como princípio inalienável, começou a ser tecida por grupos populares, rurais e urbanos, por homens e mulheres de todas as regiões do País. Os projetos alternativos comunitários foram a base para a construção de um novo jeito de pensar a produção, a organização, a comercialização e a gestão de ações comunitárias.

Estes grupos passam a articular-se em redes e cadeias produtivas solidárias e começam a demandar políticas públicas que reconheçam e fortaleçam suas práticas.

Os Projetos Alternativos Comunitários propiciaram práticas emancipatórias dos grupos, comunidades, associações, movimentos sociais de atividades produtivas e comunitárias – hoje inseridas nas lutas da Reforma agrária, da Segurança Alimentar e Nutricional, da Agroecologia, do Movimento de Catadores/as.

Os PACs foram fundamentalmente instrumentos de práticas educativas, onde a troca de saberes, a ação-reflexão-ação, contextualizada pelos diferentes ambientes em que os grupos e comunidades estão inseridos, promovem transformações sociais.

As Oficinas de “Trocas de Saberes” afirmam o compromisso dos/as agentes Cáritas para o fortalecimento da Economia Popular Solidária, especialmente no campo dos Fundos Solidários, Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Sementes Crioulas e Comercialização.

Entendemos que os fundos solidários são mobilizadores das práticas de solidariedade entre e nas comunidades, por isso devem ser valorizados e fortalecidos em suas diferentes formas: fundos comunitários, rotativos, fundos de solidariedade, com financiamento público ou da cooperação internacional.

Compreendemos que para garantir a universalização do direito das populações empobrecidas é necessário o acesso aos recursos de financiamento, acompanhamento e gestão, bem como às tecnologias e saberes voltados para o aperfeiçoamento dos projetos produtivos pautados pela Economia Solidária. E que esses fundos sejam parte de uma política de desenvolvimento, construindo um sistema de finanças solidárias.

Afirmamos a agroecologia como um eixo estratégico de desenvolvimento, valorizando a agrobiodiversidade e a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica das comunidades. Somos contrários à privatização das águas, bem como à produção e comercialização de organismos geneticamente modificados. Reafirmamos a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar e solidária e somos contrários às práticas predatórias do agro e hidronegócio.

A Reforma Agrária ampla e massiva deve ser assumida incluindo o reconhecimento das terras indígenas, quilombolas e povos tradicionais.

O agronegócio impõe as sementes transgênicas e gera a insegurança alimentar e nutricional, provocando uma ameaça permanente à vida. Afirmamos também, como parte da ação dos Fundos Solidários, a defesa das casas de sementes comunitárias, em suas diferentes formas de organização, como o resgate da cultura popular, da educação alimentar e do desenvolvimento local.

Defendemos as práticas de comercialização direta, como as feiras e centrais de comercialização, a articulação entre produtores/as e consumidores/as, tal como as práticas das “bodegas” e compras coletivas.

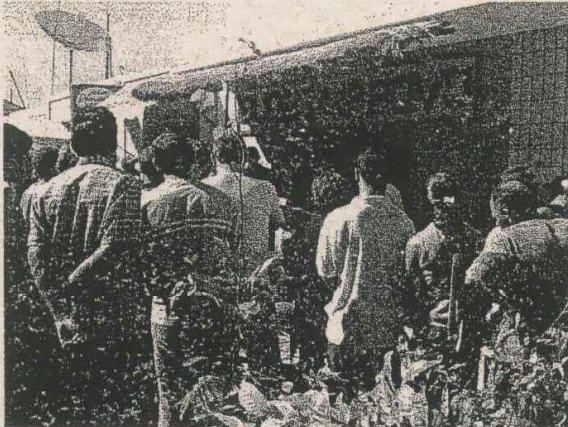
Entendemos que são necessárias políticas de compras governamentais, com legislação específica e apropriada à realidade dos empreendimentos da economia solidária.

No momento em que se instala o Conselho Nacional da Economia Solidária, fruto da mobilização nacional em que Cáritas está inserida, renovamos nosso compromisso de permanente articulação nacional, no sentido de afirmar a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário e sustentável.

Aracaju-SE, 11 de novembro de 2006.

ANEXO H

Objetivos do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas” 2007



ENCONTRO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS BODEGAS

Data: 30 e 31 de março

Local: Tianguá



Resumo da Atividade:

Avaliação e Planejamento conjunto das Bodegas, buscando reunir elementos para subsidiar as ações e gestão de uma forma mais articulada.

Objetivos:

- Realizar a avaliação e o planejamento de forma conjunta, buscando subsidiar a organização e sustentabilidade das Bodegas - do Povo e Nordeste e Vivo Solidário;
- Possibilitar a troca de saberes e informações entre os grupos e Bodegas a partir das diferentes práticas/ experiências;
- Contribuir com processo de pmas da gestão, das ações específicas e conjuntas das Bodegas;
- Construir de forma conjunta e a partir das prioridades, as bases da nova Proposta / Projeto para sustentabilidade das Bodegas.

ANEXO I

**Programação do “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas”
2007**

Programação:

Dia 30 de março/2007

1º. Momento: Celebração da mística, acolhida, apresentação dos/as participantes e expectativas. Responsável: Tianguá

2º. Momento: Avaliação

Retomar a situação atual das Bodegas, a partir da socialização das avaliações feitas anteriormente por cada uma, levando em conta alguns elementos considerados essenciais: estrutura de funcionamento: atendimento; Produção: qualidade do produto; Organização: relação dos grupos com a bodega, gestão, ampliação dos espaços das Bodegas; Comercialização: feiras, noite cultural, bodega nas comunidades; Parcerias; Formação/Comunicação; Avanços; Dificuldades e Desafios

Apresentação e Plenária

3º. Momento: Planejamento

Retomar a memória da Avaliação e Planejamento realizado em Mundaú, em maio/2005.

Construir a visão de futuro das Bodegas – qual a situação desejada? onde queremos chegar?; Registrar essa construção coletiva em painéis.

Noite cultural em Viçosa.

Dia 31 de março/2007 – manhã

Momento de celebração da Mística – Responsável: Limoeiro

Apresentação da visão de futuro pelos diferentes grupos.

Continuidade do Planejamento:

- ↓ Socializar os planejamentos das Bodegas, olhando o que cada uma conseguiu planejar;
- ↓ Fortalecer a visão coletiva e de articulação em rede - Identificar: as Perspectivas/Prioridades, retomando as dificuldades, os desafios, os indicativos de planejamento comuns que vem desde 2005. Trabalhando em grupos os seguintes elementos:

| Atividades (O que fazer?) | Procedimentos (Como fazer?) | Prazos (Quando fazer?) | Responsáveis (quem fazer?) | Recursos (materiais e financeiros) |
|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| | | | | |

- Plenária de apresentação, ajustes e encaminhamentos.

Tarde

- ↓ Socialização do projeto apresentado às SENAES e situação atual;
- ↓ Apresentação e validação das prioridades que irão subsidiar a nova Proposta / Projeto para sustentabilidade das Bodegas;
- ↓ Avaliação e encerramento do encontro

ANEXO J

Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE

ANEXO J - Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE



Figura 1. “Festival de arte e cultura” realizado sob o Arco de N^a S^a de Fátima, em Sobral-CE, em comemoração aos 50 anos da Cáritas Brasileira (CB).



Figura 2. Faixa de recepção dos participantes do 3º Congresso Nacional da CB, ocorrido em Aracajú-SE, de 08 a 12 de nov. de 2006.



Figura 3. Clérigos da CNBB nas comemorações dos 50 anos da CB durante o 3º Congresso Nacional da Organização.



Figura 4. Missa campal por ocasião da “Romaria” em defesa do Rio São Francisco, ocorrida durante o 3º Congresso Nacional da CB.



Figura 5. 3º Congresso Nacional da CB: Dom Demétrio Valentini, presidente da CB, discursando nas comemorações dos 50 anos da Organização.



Figura 6. À esquerda, bispos à mesa de abertura do 3º Congresso Nacional da CB. À direita, a representante da Organização Misereor discursando.

ANEXO L

Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE

ANEXO L - Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE



Figura 7. 3º Congresso Nacional da CB: agentes em momento de "Mística" durante as comemorações dos 50 anos da CB.



Figura 8. 3º Congresso Nacional: rede de pesca e a Bíblia: representação do *Evangelho em rede* durante as comemorações dos 50 anos da CB.

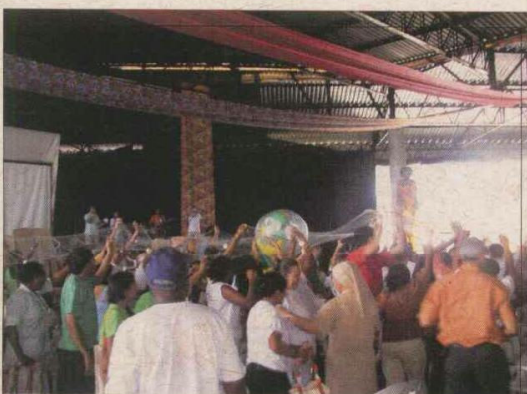


Figura 9. 3º Congresso Nacional da CB: o mundo em rede - agentes, religiosos, clérigos e convidados em performance com uma rede de pesca sobre a qual carregam uma bola representado a Terra.



Figura 10. 3º Congresso Nacional da CB: depoimento de um trabalhador no estande da Cáritas Regional Ceará com a exposição de produtos confeccionados pelos "grupos produtivos solidários".

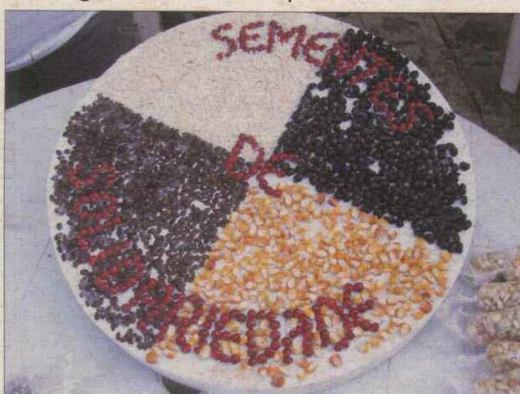


Figura 11. 3º Congresso Nacional da CB: exposição de sementes do projeto "Sementes de Solidariedade" (Programa de Convivência com o Semi-Árido).

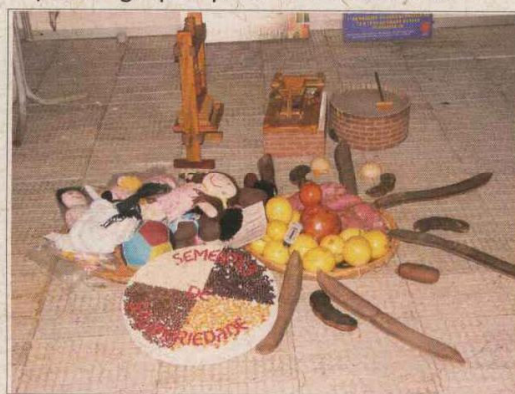


Figura 12. 3º Congresso Nacional da CB: exposição de sementes, frutas, legumes e peças artesanais produzidas pelos "grupos produtivos solidários".

ANEXO M

Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE

ANEXO M - Fotos cedidas pela Cáritas Diocesana de Sobral-CE



Figura 13. Comercialização e divulgação da EPS: “feira solidária” organizada pelos agentes da Cáritas Diocesana de Sobral e trabalhadores dos grupos acompanhados.

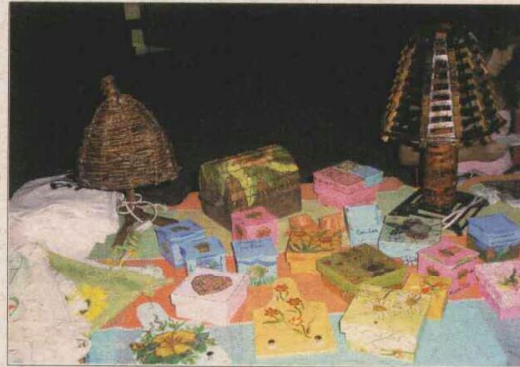


Figura 14. Comercialização e divulgação da EPS: produtos confeccionados pelos “grupos de produção” acompanhados pelos agentes da Cáritas de Sobral-CE.



Figura 15. Comercialização e divulgação da EPS: trabalhadora integrante de um “grupo” expõe e comercializa produtos em “Feira solidária” em Sobral-CE.



Figura 16. Liderança comunitária na Inauguração da “Casa de sementes” de Mil Passos, norte do Ceará. A “Casa de sementes” é um dos projetos de “Convivência com o Semi-Árido” e “EPS”.



Figura 17. Pároco em missa de inauguração da “Casa de sementes” da localidade de Mil Passos, norte do Ceará.



Figura 18. Trabalhadores rurais na inauguração da “Casa de sementes” de Mil Passos.